



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Centro de Filosofia de Ciências Humanas

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

Doutorado em Educação

MARÍLIA NETO KAPPEL

**Literatos, Jornalistas e Inspetores de ensino:
Perspectivas modernizadoras para a cidade de Juiz de Fora (1896-1910)**

RIO DE JANEIRO

2019

MARÍLIA NETO KAPPEL

**Literatos, Jornalistas e Inspetores de ensino:
Perspectivas modernizadoras para a cidade de Juiz de Fora (1896-1910)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientadora Prof.^a Dr.^a Libania Nacif Xavier

RIO DE JANEIRO

2019

MARÍLIA NETO KAPPEL

**Literatos, Jornalistas e Inspetores de ensino:
Perspectivas modernizadoras para a cidade de Juiz de Fora (1896-1910)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Defesa em: ____/____/2019

Orientadora Prof.^a Dr.^a Libania Nacif Xavier (orientadora)

Prof. Dr. Fernando César Ferreira Gouvêa (UFRRJ)

Prof.^a Dr.^a Irma Rizzini (UFRJ)

Prof. Dr. Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos (UFJF)

Prof.^a Dr.^a Patrícia Coelho da Costa (PUC-Rio)

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro (UFRJ – Suplente)

Prof.^a Dr.^a Dalva Carolina de Menezes Yazbeck (UFJF – Suplente)

RIO DE JANEIRO

2019

*À minha mãe Ana e
À minha eterna mestra, Lola Yazbeck*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

Aos meus pais, pela oportunidade de vir a este mundo.

Ao meu filho Miguel e ao meu companheiro Henrique, pela compreensão nos momentos de minha ausência.

À Minha Orientadora Libania Nacif Xavier, pela confiança depositada quando me aceitou como orientanda e pelo carinho e amizade dispensado a mim durante todo o período de orientação.

Ao grupo de professores que aceitaram tão carinhosamente o convite para comporem a minha banca.

Aos meus irmãos Anderson e Eduardo, pelo carinho e incentivo.

Às minhas amigas que compreenderam minha ausência para os bate-papos e os cafés.

À Solange Rosa, pela alegria e disposição ao me atender todas as vezes que precisei.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela dedicação, competência e compromisso com o trabalho desenvolvido.

Às amigas, Arlene, Bete, Christiane, Janete e Nathalie, pelo carinho, apoio e também pelas dicas.

Àqueles que compuseram o grupo de pesquisa “Processos Educacionais e História da Profissão Docente” (UFRJ/PROEDES) entre 2015 e 2018.

Aos colegas que ingressaram comigo no doutorado em 2015, que percorreram comigo esta jornada, dividindo os desafios e multiplicando as experiências.

À Heliane Casarin, bibliotecária responsável pelo Setor de Memórias da Biblioteca Municipal Murilo Mendes em Juiz de Fora, por me receber tão carinhosamente e me ajudar na consulta aos jornais no período da pesquisa.

À Helena, pela revisão do trabalho, pelo carinho e principalmente pela vontade que possui em ajudar as pessoas.

A todos os meus familiares e amigos que, apesar de não citar o nome de cada um, sei que oraram e torceram muito por mim durante todo esse tempo.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo reconstruir a rede social dos fundadores da Academia Mineira de Letras e verificar o debate educacional travado por esses sujeitos na imprensa juiz-forana. Focalizaremos, em especial, aqueles *intelectuais mediadores* (Sirinelli, 1996) que, de acordo com suas biografias, atuaram como inspetores de ensino e utilizaram a imprensa local como espaço de discussão, no final do século XIX e início do século XX. O trabalho será realizado a partir do levantamento de dados biográficos dos mesmos e da análise das concepções e possíveis projetos educacionais expressos nas suas produções bibliográficas e jornalísticas. Outro ponto a ser considerado é identificar em que medida as redes de sociabilidades da qual faziam parte potencializava suas ações e ideias. Além de utilizar a história intelectual como abordagem investigativa, esta pesquisa terá as seguintes fontes: biografias, artigos jornalísticos, relatórios de inspeção e produções bibliográficas de *intelectuais mediadores* como Albino Esteves (1883-1943), Belmiro Braga (1872-1937), Estevam de Oliveira (1853-1926), Heitor Guimarães (1868-1937), José Rangel (1868-1940) e Lindolfo Gomes (1875-1953), além de bibliografia pertinente aos temas e questões suscitados na pesquisa.

Palavras-chave: Intelectuais Mediadores, inspetores de ensino, imprensa e debate educacional.

ABSTRACT

The present thesis aims to reconstruct the social networks of founders of the Mineira Academy of Letters and to verify the educational debate held by these subjects in the press of Juiz de Fora. We will, in particular, focus on those mediating intellectuals (Sirinelli, 1996) who, according to their biographies, acted as educational inspectors and used the local press as a space for discussion in the late nineteenth and early twentieth centuries. The work will be done from the collection of biographical data and the analysis of the conceptions and possible educational projects, expressed in their bibliographical and journalistic productions. Another point to consider is to identify the extent to which the networks of sociabilities of which they were part were potentiating their actions and ideas. In addition to using intellectual history as an investigative approach, this research will have the following sources: biographies, journalistic articles, inspection reports and bibliographic productions of mediating intellectuals such as Albino Esteves (1883-1943), Belmiro Braga (1872-1937), Estevam de Oliveira (1853-1926), Heitor Guimarães (1868-1937), José Rangel (1868-1940) and Lindolfo Gomes (1875-1953), also pertinent bibliography to the themes and questions raised in the research.

Key Words: Intellectuals Mediators, educational inspectors, press and educational debate.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo reconstruir la red social de los fundadores de la Academia Mineira de Letras y verificar el debate celebrado en el ámbito educacional por esos sujetos en la prensa de la ciudad de Juiz de Fora (Minas Gerais). Enfocaremos, en especial, aquellos *intelectuales mediadores* (Sirinelli, 1996) que, de acuerdo con sus biografías, actuaron como inspectores de la enseñanza y utilizaron la prensa local como espacio de discusión a finales del siglo XIX e inicio del XX. El trabajo será realizado a partir de la búsqueda de datos biográficos de los sujetos estudiados y de la análisis de las concepciones y posibles proyectos educacionales expresos en sus producciones bibliográficas y periodísticas. Otra cuestión movilizadora es identificar en qué medida las redes de sociabilidades de la cual participaron potencializaron sus acciones e ideas. Además de utilizar la historia intelectual como abordaje investigativo, esta investigación tendrá las siguientes fuentes: biografías, artículos periodísticos, informes de inspección y producciones bibliográficas de *intelectuales mediadores* como Albino Esteves (1883-1943), Belmiro Braga (1872-1937), Estevam de Oliveira (1853-1926), Heitor Guimarães (1868-1937), José Rangel (1868-1940) y Lindolfo Gomes (1875-1953), así como la bibliografía pertinente a los temas y cuestiones planteadas en la investigación.

Palabras-clave: intelectuales mediadores, inspectores de la enseñanza, prensa e el debate celebrado en el ámbito educacional.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Carta de Matrícula de Albino Esteves 1914.....	31
FIGURA 2: Autuação com assinatura de Belmiro Braga.....	33
FIGURA 3: Rua Halfeld região central de Juiz de Fora, século XIX.....	54
FIGURA 4: Colégio Granbery 1909.....	63
FIGURA 5: Academia de Comércio 1909.....	66
FIGURA 6: Palacete Santa Mafalda – Grupos Escolares 1909.....	75
FIGURA 7: Jornal <i>O Pharol</i> de 2 de fevereiro de 1907.....	104
FIGURA 8: Recorte de propaganda do jornal <i>Correio de Minas</i>	106
FIGURA 9: Álbum do Município.....	129
FIGURA 10: Árvore Literária.....	130
FIGURA 11: Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa.....	131
FIGURA 12: Festas Escolares.....	132
FIGURA 13: Contos Populares Brasileiros.....	133
FIGURA 14: Novos e Velhos Temas de educação e ensino.....	134
FIGURA 15: Notas e Epístolas páginas esparsas de uma campanha civilista.....	135
FIGURA 16: Juiz de Fora no século XIX.....	137
FIGURA 17: Sessão Literária do jornal <i>Correio de Minas</i> 1897.....	154
FIGURA 18: Brasão da AML.....	179

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Pseudônimos dos letrados.....	26
QUADRO 2: Dilapidação Social dos Pais.	47
QUADRO 3: Inserção na Inspeção de Ensino.....	85
QUADRO 4: Os jornais e funções dos literatos.	109
QUADRO 5: Obras de Lindolpho Gomes.....	132
QUADRO 6: Obras de Albino Esteves.	138

LISTA DE ABREVIATURAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

AHUFJF – Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

AML – Academia Mineira de Letras

APM – Arquivo Público Mineiro

BMMM – Biblioteca Municipal Murilo Mendes

MG – Minas Gerais

NESCE – Núcleo de Estudos Sociais do Conhecimento e da Educação

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PRM – Partido Republicano Mineiro

SI – Secretaria do Interior

UFJF – Universidade Federal de Juiz De Fora

UFSJ – Universidade Federal de São João Del-Rei

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 INTELLECTUAIS E A CIDADE DE JUIZ DE FORA NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	27
1.1 OS ACADÊMICOS.....	29
1.1.1 Albino Esteves.....	29
1.1.2 Belmiro Braga.....	32
1.1.3 Estevam de Oliveira.....	34
1.1.4 Heitor Guimarães.....	37
1.1.5 José Rangel.....	40
1.1.6 Lindolpho Gomes.....	44
1.2 AS APROXIMAÇÕES EM TORNO DAS LETRAS.....	47
1.3 ÀS MARGENS DO CAMINHO NOVO: A CIDADE NA MEMÓRIA DOS LETRADOS.....	50
2 REDES DE SOCIABILIDADES, ESPAÇOS EDUCACIONAIS E PROJETO MODERNIZADOR: EDUCAÇÃO E CULTURA PARA UMA CIDADE DE VOCAÇÃO INDUSTRIAL.....	58
2.1 ESPAÇOS E PROJETOS EDUCACIONAIS NA “ATENAS DE MINAS”.....	60
2.1.1 Colégio Granbery e a educação da elite.....	62
2.1.2 Academia de Comércio.....	68
2.1.3 Entre a modernização e a contestação religiosa.....	69
2.1.4 A educação popular.....	73
2.2 OS INSPETORES DE ENSINO: INDIVÍDUOS EM BUSCA DE CAPITAL SOCIAL.....	76
2.2.1 Os olhos do Estado perante a educação.....	76
2.2.2 O cargo de inspetor na reforma João Pinheiro.....	81
2.2.3 Inspectores de ensino em busca de afirmação social.....	84
2.2.4 O inspetor de ensino como intelectual mediador dos ideais republicanos.....	88
3 IMPRENSA E REDES DE SOCIABILIDADES.....	94
3.1 A IMPRENSA COMO FONTE DE PESQUISA PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	94
3.2 IMPRENSA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO.....	97
3.3 OS JORNAIS LOCAIS.....	103
3.4 A ATUAÇÃO DOS INTELLECTUAIS MEDIADORES NOS JORNAIS LOCAIS.....	109
3.5 OS LITERATOS E SUAS VERTENTES JORNALÍSTICAS.....	113
3.6 A POLÍTICA NA IMPRENSA JUIZ-FORANA.....	117
3.7 DEDICATÓRIAS E HOMENAGENS: LAÇOS QUE SE ATAM.....	120
3.8 PARA ALÉM DA IMPRENSA: INTELLECTUAIS E SUAS OBRAS.....	128
4 Academia Mineira de Letras: ponto de honra da Atenas de Minas.....	139
4.1 AGREMIações LITERÁRIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	145
4.2 SESSÃO LITERÁRIA: UM ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO.....	153
4.3 ASSOCIAÇÃO LITERÁRIA OU ACADEMIA DE LETRAS?.....	157
4.4 SEMENTES DA ACADEMIA DE LETRAS.....	165
4.5 O SONHO SE CONCRETIZA.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS.....	185
ANEXO I.....	196
ANEXO II.....	197

INTRODUÇÃO

O presente trabalho insere-se no campo da História da Educação, na medida em que busca discussões advindas de indivíduos pertencentes às redes de sociabilidades, como, entre outros espaços, a imprensa de Juiz de Fora, a Academia Mineira de Letras (AML) e as inspetorias de ensino. A partir do estudo das trajetórias dos intelectuais mediadores¹ dessas redes de sociabilidades, estabeleceu-se o objetivo de conhecer o debate educacional que ocorreu nos primeiros anos da República no estado de Minas Gerais, em especial na cidade de Juiz de Fora. Nesse período, em que a educação foi elevada à categoria de força motriz, capaz de tornar a nação moderna e civilizada, ocorreram várias mudanças na estrutura política do Estado e principalmente no País, compreendendo também reformas educacionais como realizadoras desse ideal, modificando os tempos e os espaços escolares.

Os primeiros contatos com as fontes desta pesquisa ocorreram ainda no período de graduação em Pedagogia, na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), quando atuei, primeiramente, como voluntária e, posteriormente, como bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), em um grupo de pesquisa que estudava a origem dos Grupos Escolares no Estado de Minas Gerais². Nessa pesquisa, deparei-me com a figura de Estevam de Oliveira – Inspetor Técnico de Ensino em Minas Gerais³ – na época em que essas instituições começaram a ser criadas no Estado (1906). Ocupando esse cargo, Estevam foi encarregado de estudar as bases da reforma educacional empreendida nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, em anos anteriores. A partir das observações colhidas em viagens a esses estados, o articulista produziu um relatório⁴ que serviu de base para a Reforma Educacional João Pinheiro⁵, em 1906.

¹ A expressão “intelectuais mediadores”, cunhada por Jean Françoise Sirinelli (1996) e defendida por Ângela Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016), parece mais adequada, por apresentar maior plasticidade do que o termo intelectual.

² A pesquisa intitulada “O Estado e a Educação Básica em Juiz de Fora: pioneirismo, organização e expansão” foi coordenada pela Professora Dra. Dalva Carolina (Lola) de Menezes Yazbeck e desenvolvida no Núcleo de Estudos Sociais do Conhecimento e da Educação (NESCE/UFJF).

³ Segundo o regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais de 1906, a inspeção do ensino era dividida em administrativa e técnica: a inspeção administrativa era exercida pelos inspetores escolares municipais e distritais; já a inspeção técnica era exercida pelos inspetores técnicos de ensino ambulantes, que atuavam em regiões mais longínquas. Ambos os cargos eram nomeados pelo Presidente do Estado.

⁴ Este Relatório foi apresentado ao Governo do Estado de Minas Gerais em 1902 publicado em 1903 pela imprensa oficial.

⁵ Eleito Presidente do estado de Minas Gerais em julho de 1906, João Pinheiro tomou posse em 7 de setembro do mesmo ano, e uma de suas primeiras medidas como governante foi fazer um levantamento do ensino oferecido pelo Estado até então. Ainda no mesmo mês em que tomou posse, seu Secretário de Interior, Dr. Manuel de Carvalho Britto, que era o responsável pela educação, já anunciou a Reforma do ensino para Minas Gerais.

Nesse primeiro contato com o objeto de estudo e ainda coletando maiores informações sobre os Grupos Escolares de Juiz de Fora, busquei em jornais da época, informações sobre essa nascente instituição de ensino, de forma que conheci mais uma importante faceta desse indivíduo: a de jornalista. A partir da análise do jornal local *Correio de Minas*⁶, cujo proprietário e também articulista era o próprio Estevam de Oliveira, encontrei não apenas artigos relativos aos Grupos Escolares, como também matérias sobre educação em geral, tais como discussões sobre métodos de ensino, práticas docentes, política local, entre outras. A leitura dos textos despertou-me a vontade de conhecer melhor suas ideias educacionais. Além disso, as questões surgidas ao longo do referido projeto aguçaram-me o interesse por aprofundar os estudos sobre esse personagem da História da Educação de Minas Gerais e sua produção jornalística voltada à educação.

A pesquisa desenvolvida durante o Mestrado em Educação, na Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), permitiu-me conhecer um pouco mais a respeito de Estevam de Oliveira. A partir das leituras de suas produções literárias e jornalísticas, acrescidas de registros biográficos realizados por autores a ele contemporâneos, constatei que o mesmo fazia parte de um grupo significativo de intelectuais mineiros que figuravam na sociedade juiz-forana no final do século XIX e início do século XX. Com efeito, Estevam de Oliveira e seus pares formavam uma rede de sociabilidades⁷ bastante ativa na vida cultural da cidade, inclusive no debate educacional. Um importante feito desse grupo foi a fundação da Academia Mineira de Letras⁸ (AML) em Juiz de Fora.

A AML, fundada em Juiz de Fora em 25 de dezembro de 1909, é fruto do esforço de doze intelectuais⁹, sendo eles, em sua maioria, indivíduos que exerciam regularmente as funções de inspetores de ensino, professores e/ou jornalistas. Os primeiros fundadores

⁶ Fundado por Estevam de Oliveira em 1894.

⁷ De acordo com Sirinelli (1998a), rede de sociabilidades pode ser entendida como um “microcosmo intelectual”, em que laços se atam em torno de um espaço de convivência, de atração, de afinidades, ainda que difusas, de influência e de constituição de identidades.

⁸ Academia Mineira de Letras foi fundada em Juiz de Fora em 25 de dezembro de 1909.

⁹ Os 12 primeiros membros são: Albino Esteves (1883), Amanajós Araújo (1880), Belmiro Braga (1872), Dilermando Cruz (1879), Eduardo de Menezes (1857), Estevam de Oliveira (1853), Francisco Brant Horta (1876), Heitor Guimarães (1868), José Rangel (1868), Lindolpho Gomes (1875), Luiz de Oliveira (1875), Machado Sobrinho (1872).

residiam na cidade, mas logo depois foram acrescentados outros integrantes provenientes de outras localidades de Minas Gerais, até que se totalizassem 40 *imortais*¹⁰.

Para esta proposta de estudo, serão destacados seis integrantes: Albino Esteves (1883-1943), Belmiro Braga (1872-1937), Estevam de Oliveira (1853-1926), Heitor Guimarães (1868-1937), José Rangel (1868-1940) e Lindolfo Gomes (1875-1953). Essa escolha deve-se, primeiramente, à necessidade de delimitar um grupo menor de integrantes da AML para serem analisados, já que a análise de toda a produção bibliográfica e jornalística de 40 membros, sendo quase todos professores e jornalistas, não comportaria em um período de pesquisa para o doutoramento. Foi então necessário criar parâmetros para a escolha de alguns em detrimento de outros e para analisar fatores que os aproximavam e/ou os distanciavam.

Para isso, baseei-me no trabalho de Christo¹¹ (1994, p. 20-28) e construí as tabelas (Anexos I e II) na quais destaquei o perfil biográfico dos doze membros fundadores da AML. A princípio, delimittei a quantidade de doze fundadores para análise, mas percebi que destes dez eram professores. Em conversa com a orientadora, chegamos à conclusão de que seria necessário buscar outro critério que aproximasse um grupo mais reduzido ou que os diferenciasse do restante e, concomitantemente, circunscrevesse nossa análise ao debate propriamente educacional.

Após a análise da tabela, percebemos que os cargos de professor e jornalista – atividade corriqueira da maioria dos letrados no século XIX – eram comuns a quase todos os fundadores da AML. A existência de uma pequena quantidade desses profissionais, em uma sociedade de analfabetos, ocasionava um acúmulo de funções, entre as quais as de funcionário público, jornalista e literato (romancistas ou poetas). Assim, o que distinguiu os seis escolhidos dos doze, foi o fato de serem, dentro do grupo dos fundadores, os que, além de jornalistas, eram também Inspectores de Ensino.

A partir dessa análise, busquei junto ao Arquivo Público Mineiro os relatórios produzidos pelos inspetores investigados, porém, como o objeto de estudo vai revelando-se consoante os avanços da pesquisa, percebi que os seis sujeitos ocuparam o referido cargo

¹⁰ Academia Brasileira de Letras e posteriormente a Academia Mineira foram inspiradas na Academia Francesa de Letras, fundada em 1635 pelo Cardeal Richilieu, constituída por quarenta cadeiras, cujos eleitos por suas qualificações tornam-se ocupantes perpétuos, daí o termo Imortal (BARBOSA e RODRIGUES, 2009).

¹¹ CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos pobres: a Belle Époque Mineira**. Juiz de Fora: EDUJUF, 1994.

de inspetor, mas em períodos e tempos diversos. Ao analisar o Livro de Matrícula dos Delegados Literários¹², percebi que, no período investigado (1896-1910), dos seis selecionados quatro tinham a matrícula de inspetor registrada em tal documento. Estevam de Oliveira foi o que ocupou o cargo por mais tempo. Como o livro compreende os anos de 1890 a 1909, não há matrícula de José Rangel nem de Heitor Guimarães¹³, mas, por meio do estudo de suas biografias, ficou explícito que os mesmos ocuparam o cargo de inspetor.

No recorte temporal realizado por este estudo, Rangel ocupou os cargos de professor em várias instituições de ensino da cidade bem como de diretor na Escola Normal (1904) e no primeiro Grupo Escolar (1907). Suas biografias apontam que ele foi nomeado inspetor extraordinário de ensino e encarregado de organizar, na Exposição Nacional em 1908, o certame sobre representação pedagógica. De acordo com a notícia apresentada no jornal *O Pharol*¹⁴, de 13 de maio de 1910, sobre a instalação da AML, Rangel atuou também como Delegado de Ensino, representando o Governo do Estado em dois Congressos de Instrução na cidade do Rio de Janeiro.

Heitor Guimarães também trabalhou como professor em escolas nas cidades de Juiz de Fora e Rio de Janeiro, nesta entre 1891 e 1896. Após sua atuação nas escolas do Rio, retornou a Juiz de Fora e foi nomeado oficial e diretor da secretaria da Câmara Municipal, onde atuou entre os anos de 1896 e 1908, período em que também fundou e dirigiu a Biblioteca Municipal.

Embora a edição de *O Pharol* de 13 de maio de 1910 tenha apontado Heitor Guimarães como inspetor escolar municipal, não traz informações sobre o seu período de atuação em tal cargo. Informações sobre a participação de Heitor e José Rangel como inspetores de ensino também estão presentes em biografias posteriores.

Dessa forma, verifiquei que o cargo de inspetor de ensino para este estudo não se mostra como a principal posição ocupada nas redes de sociabilidades observadas. Essa posição de inspetor de ensino serviu como fator para limitar o grupo a ser estudado, sendo

¹² Livro de matrícula dos inspetores de ensino entre os anos 1890 e 1909.

¹³ Seria importante justificar a inclusão de Heitor Guimarães nesse estudo: no início da pesquisa, o literato não estava entre os escolhidos para esta tese, pois seu nome não constava no livro de matrículas de delegados literários no APM nem nas primeiras biografias estudadas, porém, à medida que a pesquisa foi avançando, fui encontrando indícios de que ele também fora inspetor escolar municipal e de que suas produções jornalísticas trariam importantes informações para este estudo.

¹⁴ *O Pharol* foi criado em 1866 em Paraíba do Sul (RJ), transferido em 1870 para Juiz de Fora, sendo a primeira tipografia da cidade.

a função de jornalista a mais expressiva forma de socialização desse grupo, no período sobre o qual este trabalho se debruça.

Ao analisar as fontes, verifiquei que, no tempo delimitado para este estudo, os seis sujeitos contribuíram para vários jornais da cidade, entre os quais “*Correio de Minas*”, *O Pharol* e *Jornal do Commercio*¹⁵. A escolha por essas fontes deve-se a dois fatores: primeiramente, por serem os jornais de maior duração e de maior circulação naquele período; somando-se a isso, eram reprodutores dos Atos do Governo do estado de Minas Gerais, em um período em que a folha oficial não contava com grande tiragem. Nos jornais estudados, quase que diariamente, publicavam-se assuntos relativos à educação na cidade, no Estado, no País e até mesmo no mundo.

Traçado o caminho por meio do qual se deu a construção do objeto de estudo, faz-se necessário apresentar os seis sujeitos escolhidos. Apesar de não terem alcançado visibilidade nacional por suas realizações, figuravam entre a elite letrada de Juiz de Fora e de Minas Gerais, deixando suas respectivas marcas na memória daqueles que contribuíram para imortalizá-los.

Ao andar pela cidade, percebe-se que todos foram lembrados e homenageados de alguma forma, em nomes de ruas¹⁶, de edifícios¹⁷ e de escolas¹⁸, tornando-se personagens da história local. Porém, muito além desse olhar restrito, este trabalho pretende analisar o momento histórico no qual eles viveram, conhecer as redes sociais das quais fizeram parte, verificar em que medida essas redes potencializaram suas ações e investigar o impacto de suas ideias nesse momento histórico.

O objetivo geral deste estudo é identificar, descrever, reconstruir e analisar as redes de sociabilidades dos intelectuais fundadores da AML envolvidos com a imprensa e com a educação na cidade de Juiz de Fora (MG), em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, observando as suas expectativas para com a ampliação do universo cultural e educacional da cidade.

¹⁵ O Jornal do Comércio foi fundado em Juiz de Fora em 20 de dezembro de 1896 por Vicente Leon Aníbal.

¹⁶ Albino Esteves, Belmiro Braga, Estevam de Oliveira, Heitor Guimarães e Lindolfo Gomes.

¹⁷ Na década de 1970, ao construir uma série de edifícios na Rua Constantino Paleta, centro de Juiz de Fora, uma construtora homenageou alguns dos literatos fundadores da AML, entre os quais o Solar Belmiro Braga e o Solar Lindolfo Gomes.

¹⁸ Escola Estadual Estevão de Oliveira, Escola Estadual José Rangel, Escola Estadual Lindolfo Gomes e Escola Municipal Belmiro Braga.

Como a fundação da AML e a modernização do ensino constituíram, de fato, conquistas relevantes para a época, esta tese delinea os seguintes objetivos específicos:

- a) Aprofundar o estudo sobre os intelectuais mineiros envolvidos em atividades de mediação política e intelectual, tendo em vista projetos de modernização com ênfase na organização da cultura e da educação na cidade de Juiz de Fora (MG);
- b) Selecionar e analisar os principais documentos e discursos produzidos por esses intelectuais, considerando suas especificidades históricas;
- c) Identificar e analisar os embates políticos e educacionais travados entre os intelectuais mediadores, que atuaram como inspetores de ensino e como membros da AML.

Para tentar aprofundar nessa discussão, será utilizada como prática investigativa a abordagem da História Intelectual. Este estudo, além de ser uma forma de continuidade da pesquisa realizada durante o mestrado, propõe desvelar detalhes significativos, que remontam à história da educação na cidade, tornando-se peças de um quadro maior, que abrange um projeto modernizador para o país.

Esta pesquisa justifica-se pela quase inexistência¹⁹ de produções e estudos acadêmicos sobre esses sujeitos que atuavam na educação e debatiam sobre aspectos relativos à mesma, no período analisado. A fim de identificar em que medida suas redes de sociabilidades potencializavam suas ações e ideias e como essas redes influenciaram as mudanças político-educacionais no período, este trabalho se dará por meio da análise de suas produções, sejam elas técnicas (relatórios), bibliográficas ou jornalísticas, divulgadas na Imprensa de Juiz de Fora ou na Imprensa Oficial, no final do século XIX e início do século XX. Trata-se de fatores fundamentais, que podem trazer contribuições para a história da educação mineira e brasileira.

Para a realização deste trabalho, importa refletir sobre o instrumental para análise das fontes documentais (relatórios, artigos jornalísticos, impressos e livros produzidos

¹⁹ Dos seis sujeitos estudados, somente dois foram tema de investigações acadêmicas e se transformaram em dissertações de mestrado: Estevam de Oliveira – “O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso pelo jornal Correio de Minas (1897-1908)” (KAPPEL, 2010); “O projeto educacional idealizado por Estevam de Oliveira em defesa das escolas graduadas (1900-1908)” (SOUZA, 2013). Sobre ele também há vários artigos apresentados em congressos, entre os quais Chamon (2008, 2009), Kappel (2004, 2005), Abreu e Kappel (2009). Sobre Belmiro Braga: “Belmiro Braga: entre o caminho novo e a modernidade” (PAIVA, 2008); “Belmiro Braga: Sacrário (versos íntimos): texto e avaliação” (BARBOSA 1979); “O Humor na Poesia de Belmiro Braga” (FREITAS, 2013).

pelos literatos estudados), a partir do olhar metodológico que considera não só a composição de variados grupos, como também dos espaços distintos e plurais de sociabilidades intelectuais que configuram o universo estudado. Também serão analisadas as condições de produção e circulação dos materiais escritos, das redes e das relações de poder que marcaram as trajetórias e experiências dos indivíduos que formaram o grupo dos fundadores da AML.

Nos últimos anos, as pesquisas no campo da História, principalmente da História da Educação, passaram por mudanças significativas que permitiram a ampliação da gama de opções de objetos de estudo. Essas mudanças reforçaram a importância de determinados conceitos que podem ser aplicados a esse campo de pesquisa, destacando-se, nessa virada, o conceito de intelectual, que voltou a ser reconhecido no *métier* dos estudos históricos.

Sobre esse aspecto, em texto publicado em fins dos anos 1990, o historiador francês J. F. Sirinelli (1996) afirma que, em sintonia com a renovação dos estudos de história política, o conceito de intelectual saiu do ostracismo “passando por um nascimento, mais que um renascimento” e que, apesar de ser jovem, ganhou vigor, testando problemáticas novas, desobstruindo pistas inéditas e afiando os instrumentos, de forma que se tornou, em poucos anos, um campo histórico autônomo e aberto.

Desde então, destacando-se no cenário historiográfico, a História Intelectual passou a localizar-se no encontro entre a História Política, a História Cultural e a História Social. Esse cruzamento é considerado essencial para a compreensão do que venha a ser o intelectual, sobre sua atuação engajada e seu pensamento bem como sobre a influência deste sobre estratos específicos e/ou sobre o conjunto da população²⁰.

Segundo Xavier (2016), a naturalização do conceito de intelectual tem-se tornado característica recorrente em algumas dissertações e teses sobre a história da educação brasileira, na qual é comum encontrarmos a aplicação do conceito a partir de um ponto de vista universalista, alheio às especificidades e às gradações que permeiam as posições, as funções e as contribuições de sujeitos que, por terem atuado na organização de instituições de ensino, ou por terem publicado estudos sobre a educação, são, automaticamente, denominados intelectuais. Segundo a autora, esse conceito demanda uma reflexão a respeito

²⁰ZANOTTO, Gisele. História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa. In **Revista do Departamento de Biblioteconomia e História**. FURG Vol. 22 nº1, 2008. Rio Grande do Sul p. 31-45.

das posições e das funções desempenhadas por esses sujeitos intelectuais. Em se tratando desta pesquisa, será proposta uma reflexão a respeito dos literatos fundadores da AML.

Para Sirinelli (1998a), estando ligado à intervenção política e social, a categoria intelectual é polimorfa e polissêmica, não dispondo de contornos rígidos para a sua definição, formando um grupo multifacetado, que investe na produção do conhecimento e na comunicação de ideias. Assim a definição de intelectual, segundo o autor, baseia-se em duas acepções: uma mais ampla, como produtor de bens simbólicos, mediador cultural e ator político ligado aos locais de produção e divulgação de conhecimento; e outra baseada em uma perspectiva mais estreita, que considera o intelectual a partir do engajamento na vida da cidade como ator, como testemunha, produtor ou difusor de opinião pública. Nessa última, posta-se parte dos estudantes, criadores ou mediadores em potencial, e outra categoria, a de receptores da cultura.

As discussões teórico-metodológicas em torno do debate da história intelectual nas últimas décadas, principalmente após a década de 1960, propiciaram significativo espaço nos estudos históricos. Como uma área de estudo ampla e nova, a história intelectual transita na fronteira de várias disciplinas, como a tradicional história das ideias, a história social das ideias, a história intelectual, a história cultural, a crítica literária e a filosofia da linguagem, não apresentando uma problemática norteadora ou temas consensuais.

Talvez, em virtude de tal pluralidade, seja possível visualizar algumas correntes interpretativas nem sempre facilmente identificáveis, permitindo resultados diferenciados para aqueles que pretendem desenvolver uma pesquisa direta ou vinculada a esse campo. Dessa forma, será apresentado um breve histórico sobre esse debate para traçar, em linhas gerais, os referenciais teórico-metodológicos que se aplicam a este trabalho.

Apesar de ser um campo “polimorfo” e “polifônico” (SIRINELLI, 1996), sobretudo no que se refere à distinção entre história das ideias e história intelectual, alguns autores propõem parâmetros importantes. Sirinelli (1996), em seu artigo “Os Intelectuais”, dedicou-se ao estudo da constituição da história intelectual como campo autônomo de estudos.

Já Reinhart Koselleck dedicou-se a um estudo mais voltado para o exame do processo de constituição do “tempo histórico” como produto da modernidade ocidental. Sua hipótese é a de que o tempo histórico surge “no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre “experiência e expectativa” (KOSELLECK, 2006).

Quentin Skinner tem o foco voltado para o significado dos textos históricos como manifestações de atos linguísticos intencionais efetuados em determinados contextos de convenções linguísticas e normativas.

Por outro lado, Mark Bevir, cuja obra é profundamente estudada por Silva (2009), por entender que nenhum método pode consistir em uma forma de justificação, dada sua impossibilidade de dar garantia lógica de objetividade da compreensão de uma obra, centra seus estudos em uma análise lógica e normativa dos modos pelos quais é possível justificar e explicar a compreensão adquirida.

Na tentativa de conhecer e pensar a categoria que melhor aplica-se aos sujeitos estudados nesta tese, serão expostas três reflexões teórico-metodológicas a respeito da história Intelectual e do seu uso: história das ideias, conceitos, atos linguísticos e crenças expressas; a Escola de Cambridge-Baltimore; história intelectual de tradição francesa.

Entre essas abordagens, segundo Wasserman (2015), a mais antiga é a história das ideias. De acordo com o autor, os historiadores alemães, inspirados na hermenêutica de Wilhelm Dilthey (1833-1911), criaram vários domínios relacionados com a história das ideias, todos com métodos de estudos próprios, sendo o mais conhecido o *Begriffsgeschichte* (história dos conceitos), tendo em Reinhart Koselleck (1923-2006) o principal estudioso.

O objetivo central de Koselleck (2006) é o exame do processo de constituição do tempo histórico. Sua hipótese é a de que ele surge “no processo de determinação da distinção entre passado e futuro, ou, usando-se a terminologia antropológica, entre experiência e expectativa”. Sua metodologia é centrada na investigação minuciosa da semântica dos conceitos – como os de revolução, modernidade, progresso, prognóstico e o próprio conceito de história – que “plasmaram a experiência histórica do campo” (KOSELLECK, 2006, *apud* SILVA, 2009). A ênfase na natureza polissêmica dos conceitos sociais e políticos é uma das contribuições mais relevantes da história dos conceitos de Koselleck para a Teoria Política contemporânea.

Para Koselleck (2006), ao mesmo tempo em que os conceitos sociais e políticos são polissêmicos, eles contêm uma exigência concreta de generalização, sendo, por isso, entendido pelas ciências históricas sempre, pura e simplesmente, como palavras. O conceito é mais que uma palavra, e esta só se torna um conceito na medida em que as circunstâncias

totais político-sociais a ela se agregam, como no caso de conceito de Estado, que engloba em si a ideia de um governo, um exército, cidadãos, etc.

Todo conceito vincula-se a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social e político. A transformação de uma palavra em conceito pode ter um caráter homogeneizante, conforme o seu uso na língua examinada. Isso se deve à polissemia da qual compartilham tanto as palavras quanto os conceitos, quando ambos são entendidos apenas como palavras, residindo aí também sua qualidade histórica comum.

Contudo, pode-se entender a polissemia de maneira diferente, dependendo da possibilidade de se compreender ou não uma palavra como conceito. Mesmo que os significados abstratos e concretos estejam associados a seus significantes (as palavras), eles se alimentam também do conteúdo suposto, do contexto falado ou escrito e da situação social, valendo-se inicialmente para ambos (KOSELLECK 2006).

O sentido de uma palavra pode ser determinado pelo seu uso. Um conceito, ao contrário, para poder ser conceito, deve manter-se polissêmico. Conquanto o conceito também esteja associado à palavra, ele é mais do que uma palavra: uma palavra torna-se um conceito se a totalidade das conjunturas político-sociais e empíricas, nas quais e para quais ela é usada, junta-se a ela (KOSELECK, 2006).

No entanto, a história dos conceitos, sofre críticas principalmente quando Koselleck (2006) afirma que “todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado/expressado uma única vez. O que significa dizer que sua formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única”. Desse modo, os conceitos ocorrem apenas uma vez, eles não são substâncias, são quase ideias capazes de conduzir uma vida diacrônica de si própria, podendo tornar-se antiquados porque os contextos nos quais se constituíram não mais existem, ou seja, embora os conceitos envelheçam, não possuem uma história autônoma. O autor afirma que o fato de defender essa tese custou-lhe “críticas fulminantes”, porém justifica-se dizendo que um historicismo rigoroso vê todos os conceitos como atos de fala em um contexto onde não pode ser contestado.

Segundo Jasmin, M. G., e Feres, J. (2006), os contextos originais dos conceitos modificam; assim também ocorre com os significados originais ou ulteriores conduzidos pelos contextos. A história dos conceitos pode ser recuperada através do estudo da recepção ou, mais radicalmente, da tradução dos conceitos que, usados pela primeira vez no passado, são postos em uso pelas gerações posteriores. Sendo assim, a singularidade

histórica dos atos de fala, que parecia tornar qualquer história dos conceitos impossível, cria, na verdade, a necessidade de se reciclarem as conceituações passadas.

Outro ponto analisado por Koselleck (2006) é o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas adequadas para se compreender o tempo histórico, na medida em que, além de entrelaçarem o passado e o futuro, também são adequadas para se tentar descobrir o tempo histórico, já que, enriquecidas em seu conteúdo, dirigem as ações concretas no movimento social e político. Segundo o autor, esses dois conceitos não se encontram apenas na execução real da história, uma vez que a fazem progredir. Como categorias, esses conceitos fornecem as determinações formais que permitem ao conhecimento histórico decodificar essa execução e remetem, de certa forma, meta-historicamente, à temporalidade do homem.

Para Koselleck (2006), é a tensão entre experiência e expectativa que, de forma sempre diversa, suscita novas soluções, fazendo surgir o tempo histórico. Isso pode ser verificado na estrutura de um prognóstico cujo teor de verossimilhança não se baseia, em primordialmente naquilo que alguém espera, já que é possível esperar também o inverossímil. A verossimilhança de um futuro previsto decorre, primeiramente, de indicativos anteriores do passado, cientificamente organizados ou não; o que antecede é o diagnóstico, no qual estão contidos dados de experiências. Dessa forma, o que estende o horizonte de expectativa é o espaço de experiência aberto para o futuro, isto é, as experiências liberam os prognósticos e os orientam.

Antropologicamente preexistente, o indicador de temporalidade contido na tensão entre experiência e expectativa proporciona um parâmetro que permite ver nos conceitos constitucionais o nascimento da Modernidade como algo diferente dos tempos anteriores. Quando nos interrogamos por suas extensões temporais, a expressão dos conceitos essenciais no nível da língua mostra uma separação consciente entre espaço de experiência e horizonte de expectativa. Superar essa separação passa a ser tarefa da ação política (KOSELLECK, 2006).

A segunda reflexão teórico-metodológica a respeito da história intelectual adotada para este estudo é a chamada Escola de Cambridge-Baltimore, tendo como referência Quentin Skinner. Vinculada aos estudos anglo-saxônicos e ao eixo Cambridge-Baltimore, essa reflexão baseia-se na tradição da filosofia da linguagem, segundo a qual o discurso intelectual devia ser interpretado a partir dele mesmo, das intenções e do contexto de enunciação.

Segundo Silva (2009), a compreensão dos contornos da metodologia de Skinner, bem como o caráter inovador de sua contribuição, têm como ponto de partida suas críticas a duas modalidades alternativas da história intelectual. A primeira modalidade censurada por Skinner era o procedimento-padrão do textualismo, que consistia, em suas expressões mais caricaturais, em “ler e reler” determinado texto até chegar-se a uma compreensão correta de seu significado.

O pressuposto desse procedimento é o de que o texto é autônomo em relação ao contexto de seu surgimento, o que é consistente com a crença de que determinados textos (aqueles dignos do interesse do historiador) contêm “elementos intemporais”, “ideias universais” e “uma sabedoria sem tempo” de “aplicação universal” (2009, p. 81-82). Para Skinner, a abordagem dos textos clássicos por meio desse procedimento tendia a gerar não história, mas “mitologias”, entre as quais mitologia da doutrina, mitologia da coerência, mitologia da prolepse e mitologia do paroquialismo.

De acordo com Silva (2009), a característica comum a todas essas mitologias seria a produção de interpretações anacrônicas, mediante as quais são atribuídas a determinado autor ideias e intenções cujos recursos linguístico-expressivos eram ainda indisponíveis no contexto histórico do proferimento.

A segunda modalidade censurada por Skinner eram os tipos de contextualismo que privilegiam, nas estratégias de compreensão de determinado texto, o contexto social, em vez do contexto linguístico. Um exemplo é o contextualismo sociológico, tanto em sua vertente marxista quanto em sua vertente namierista. Skinner iguala a compreensão do significado de um texto à reconstituição da intenção ilocucionária do autor. Compreender o significado de um texto histórico seria o mesmo que revelar o que o autor do texto estava fazendo ao escrevê-lo. Em momento posterior, Skinner passa a conceder que é possível distinguir entre três diferentes sentidos do termo o que ele chama de *mening*²¹ *um, dois, e três* (SILVA, 2009).

²¹ Para Skinner apud Silva (2009) meaning 1, refere-se ao significado que está em questão quando se faz uma pergunta do tipo: “o que é que certas palavras ou frases específicas significam num determinado texto?” Esse tipo de significado é capturado mediante o estudo da semântica e da sintaxe do texto, com o recurso a nosso conhecimento convencional da linguagem codificado em livros de gramática e dicionários. O meaning 2, está associado à questão: “O que este texto significa para mim?” Trata-se aqui de entender o texto a partir de seus efeitos nos leitores, o que pode dar surgimento a uma história da recepção dos textos enquanto fenômenos que transcendem o contexto e o momento de sua produção original. Por último, há o que Skinner apud Silva (2009) denomina meaning 3, que está em jogo quando se pergunta: “O que é que um escritor quer dizer com aquilo que afirma num determinado texto?”.

Posteriormente a Skinner, destaca-se o estudo de Mark Bevir, cujo interesse por Teoria da História foi despertado a partir de seu contato com o debate em torno da metodologia de Skinner. Afastando-se da Escola de Cambridge, ao rejeitar a possibilidade de uma lógica da descoberta, seu estudo baseia-se na lógica da história das ideias como parte da investigação da natureza dos conteúdos. Nessa perspectiva, torna-se relevante procurar explicar as crenças e tradições que consistem em pré-condições do conhecimento histórico como um todo (SILVA, 2009).

Segundo Silva (2009), apesar de preferir caracterizar sua filosofia como pós-analítica, Bevir recupera algumas formulações tradicionais da filosofia analítica para basear o desenvolvimento de sua teoria da lógica da história das ideias. No entanto, afastando-se do positivismo lógico, Bevir filia-se a pensadores críticos dessa corrente, como Kuhn²², Quine²³ e Wittgenstein²⁴, que definem a filosofia como o estudo da gramática de nossos conceitos.

A terceira reflexão teórico-metodológica – e escolhida para a construção desta tese – é a história intelectual de tradição francesa, que tem como um de seus representantes Jean François Sirinelli (1996), que, para estudar os intelectuais, aborda as seguintes vertentes: itinerário, sociabilidade e geração. Segundo o autor, cada uma delas tem sua importância para o estudo de um grupo de intelectuais, ao que ele chama de “pequeno mundo estreito”, no qual são atados os laços humanos, as sociabilidades intelectuais. Essas relações podem acontecer em torno da redação de uma revista ou de um conselho editorial de uma editora, constituindo por vezes estruturas difíceis de serem percebidas.

As noções de trajetórias, redes de sociabilidade e geração, são opções teóricas adotadas por pesquisas realizadas nos últimos anos, principalmente após a retomada da história intelectual na França, entre as décadas de 1970 e 1980. Segundo Sirinelli (1996), os estudos sobre as trajetórias ou itinerários intelectuais trazem a possibilidade de se fazer o mapeamento do território do engajamento intelectual, permitindo estudar não só os grandes nomes da história, como também os personagens não tão conhecidos em uma época específica.

²² Thomas Samuel Kuhn (Cincinnati, 18 de julho 1922 – Cambridge, 17 de junho 1996).

²³ Willard Van Orman Quine (Akron, 25 de junho de 1908 – Boston, 25 de dezembro de 2000).

²⁴ Ludwig Joseph Johann Wittgenstein (Viena, 26 de Abril de 1889 – Cambridge, 29 de Abril de 1951).

Com base nesses pressupostos, esta tese pretende analisar a categoria intelectual, refletindo sobre as funções desempenhadas pelos intelectuais mediadores. A partir da observação de suas trajetórias, de suas redes de sociabilidades e da geração a que pertenceram, é possível reunir dados que contribuam para uma melhor compreensão das práticas de mediação por eles desenvolvidas.

Com esse intento, a tese está composta por quatro capítulos, advertindo que, para facilitar tanto a escrita quanto a compreensão, a divisão escolhida para delimitar os temas não se restringirá a um ponto específico, tampouco esgotará as respectivas análises. As três vertentes abordadas por Sirinelli (1996) – trajetória, redes de sociabilidade e geração – orientam a divisão de capítulos desta tese.

No primeiro capítulo – Intelectuais e a cidade de Juiz de Fora na Primeira República –, serão apresentados os sujeitos, cujas trajetórias em Juiz de Fora e cuja percepção sobre as próprias trajetórias serão aferidas por meio do estudo de suas biografias.

Nos capítulos dois e três, serão demonstrados os fios que compõem a tessitura das redes de sociabilidades do grupo, as quais vão além da fundação da AML. No segundo capítulo – Redes de Sociabilidade, Espaços Educacionais e projeto modernizador: Educação e Cultural para uma cidade de vocação industrial –, serão analisados os espaços educacionais e culturais da cidade de Juiz de Fora e a atuação dos inspetores de ensino, destacando a inserção e o prestígio adquirido pelo grupo, por meio da inclusão nas inspetorias de ensino.

O terceiro capítulo – Imprensa e redes de sociabilidade – será dedicado à análise dos artigos produzidos pelos jornalistas e literatos publicados nos jornais locais. Para isso, serão destacadas as discussões travadas por membros do grupo em torno de assuntos educacionais (métodos, gramática e programas de ensino), com ênfase nas suas produções bibliográficas e na convivência entre eles, expressas nas dedicatórias e homenagens.

O quarto capítulo – A Academia Mineira de Letras: ponto de honra da Atenas de Minas – será dedicado ao estudo do nascimento da AML. Para isso, serão lidas e analisadas as discussões travadas por uma curta geração de intelectuais que se moldaram em torno de um projeto de instituição que facilitaria o seu acesso aos meios de produção literária, demandando a própria projeção e a da cidade, na sociedade e no país.

De caráter documental, esta tese, nas notas e artigos citados, que obedeciam a padrões normativos diferentes dos atuais, procura respeitar a ortografia e a gramática

original dos textos. Além disso, para efeito de maior clareza, serão adotados os seguintes procedimentos: os seis autores estudados serão referenciados com nome e sobrenome, para diferenciar-se das referências bibliográficas; as citações retiradas dos jornais da época serão referenciadas em notas de rodapé.

O quadro a seguir expõe dados dos literatos, como pseudônimos e colunas jornalísticas em que publicavam.

Quadro 1: Pseudônimos dos literatos.

LITERATOS	PSEUDÔNIMOS	COLUNA EM QUE ESCREVEVA
Albino Esteves	<i>Fran Vial e Lúcio D'Alva (humorismo)</i>	<i>Cousas de Theatro (O Pharol)</i>
Belmiro Braga	<i>BB, Zangão, Hilário, Sá Cristão, Melbior, Castálio, D. Casmurro, Badalo e Frodélío.</i>	<i>Bimbalhadas (Correio de Minas).</i>
Estevam de Oliveira	<i>José Neophyto e Neophyto</i>	<i>Um dia por outro (Correio de Minas) Ensino Público (Jornal do Commercio) série de artigos sobre educação</i>
Heitor Guimarães	<i>Vaugirard, Hyacinthus, Innomínatus (crônicas políticas, HEIGUI, Ton Pouce, Xisto, G.P. e H.G.</i>	<i>Por alto (Correio de Minas)</i>
José Rangel	<i>Vovô, Jayme Ribeiro e N.N.</i>	<i>Sem rótulos e Sessão feminina (Jornal do Commercio) Os Bilros e Crivos (O Pharol)</i>
Lindolpho Gomes	<i>L.G., Jayme de Fábulas, João D'aqui, G., L. Gomes e Lind. Gómez</i>	<i>Scenas e Factos (O Pharol)</i>

Fonte: pesquisadora.

Por fim, esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar os temas supracitados, pelo contrário, além de preencher algumas lacunas para o melhor entendimento da história da educação da cidade de Juiz de Fora (MG), ela procura suscitar outros caminhos de análise e de buscas realizadas por meio da reconstrução de parte da rede de intelectuais mediadores que tiveram uma inserção ativa na cultura da cidade. Além disso, procura demonstrar a participação desses mediadores nos projetos de modernização propostos para a cidade.

1 INTELLECTUAIS E A CIDADE DE JUIZ DE FORA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Os conceitos de trajetórias ou itinerários, segundo Sirinelli (1996), permitem estudar não só os grandes nomes da história, como também os personagens não tão conhecidos em uma época específica. A partir da observação de trajetórias e itinerários individuais, é possível conhecer as complexas redes de sociabilidade que estruturam a formação e as relações de grupos, mostrando sua atuação pública, seus pensamentos, suas ações e produções literárias, jornalísticas ou técnicas. Não obstante sua importância, o estudo dos itinerários intelectuais só adquire relevância quando ultrapassa a mera reconstituição e envolve, igualmente, a sua interpretação (SIRINELLI, 1996).

Enquanto recurso metodológico, a noção de itinerários empregada na investigação sobre os intelectuais distingue-se das ferramentas teóricas empregadas pela sociologia do meio intelectual, tal como a praticada por Pierre Bourdieu (1998). Este enfatiza a análise não só dos modos de produção social, mas também das opiniões e dos gostos, procurando desvendar estratégias e disputas que explicam o funcionamento interno do campo intelectual. Quanto à reconstituição e interpretação dos itinerários, o autor considera mais difusas as formas diversas de organização, filiação ideológica e afinidades em que se encontram os intelectuais.

Em relação à noção de trajetória, Bourdieu (1998) alerta que, quando se produz uma história de vida, tratada simplesmente como uma história, isto é, como um relato coerente de uma sequência de acontecimentos, conforma-se com uma ilusão retórica. Assim, quanto mais próxima do modelo oficial (identidade, currículo, carreira) estiver a narrativa sobre as histórias de vidas, mais afastadas elas estarão das relações íntimas (relações familiares e confidenciais). Para o autor, em seu artigo “A ilusão biográfica”, os acontecimentos biográficos definem-se como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados contínuos da estrutura da distribuição das díspares espécies de capital que estão em jogo no campo determinado.

Segundo Bourdieu (1998), não se pode compreender uma trajetória sem que se tenham construído previamente os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou, sem compreender, portanto, o conjunto das relações objetivas que uniram o sujeito considerado ao conjunto dos outros sujeitos envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. Ou seja, a trajetória dos indivíduos não possui um

sentido único e previsível, na medida em que seus caminhos não são demarcados e definidos por relações objetivas, o que faz pensar o intelectual como sendo um sujeito histórico, capaz de fazer escolhas e atuar no mundo que transita.

Dessa forma, entende-se também que a recuperação dos itinerários individuais facilita identificar a evolução de um grupo proveniente de uma matriz comum. Em se tratando dos sujeitos investigados por esta pesquisa – republicanos, jornalistas, escritores, membros fundadores da AML e inspetores de ensino –, interessa, fundamentalmente, compreender a inserção desses sujeitos no contexto das transformações culturais, sociais, econômicas e políticas empreendidas na cidade de Juiz de Fora e no estado de Minas Gerais, no período de 1896 a 1910. Analisando as redes de sociabilidades das quais eles faziam parte, além de tentar compreender as opções filosóficas e ideológicas adotadas pelo grupo, será possível abarcar sua influência nas lides educacionais e jornalísticas.

Reconstituindo-se as trajetórias ou recuperando-se os itinerários individuais, é possível conhecer as complexas redes de sociabilidades que estruturam a formação e as relações de grupos, mostrando sua atuação pública, seus pensamentos, suas ações e produções, sejam elas literárias, jornalísticas ou técnicas. A partir dessa concepção, será lançado um olhar sobre os sujeitos pesquisados para constituição deste capítulo. Nesse sentido, por meio da análise do contexto histórico e de algumas características da cidade de Juiz de Fora, na época, serão reconstituídos momentos relevantes ao debate educacional do período em que as trajetórias de Albino Esteves, Belmiro Braga, Estevam de Oliveira, Heitor Guimarães, José Rangel e Lindolfo Gomes tiveram papel determinante. Esses seis intelectuais mediadores faziam parte do seletivo grupo de 12 literatos, que se esforçaram para realizarem um antigo sonho²⁵ dos intelectuais da cidade de Juiz de Fora em final do século XIX: o de fundar a Academia Mineira de Letras (AML).

A construção deste capítulo consiste na análise dos dados biográficos, jornalísticos e bibliográficos dos literatos investigados e de autores que tratam do tema. Na primeira parte, serão apresentados os sujeitos e suas histórias de vida, a reconstituição dos seus percursos e a análise de suas aspirações; na segunda, será abordada a forma como eles viam a cidade de Juiz de Fora, local onde viveram e teceram suas redes de sociabilidades.

²⁵ Em 22 de dezembro de 1896, o *Jornal do Commercio* noticiou no artigo “Confraria Litteraria” a eleição dos membros da Instituição recém-fundada. Pesquisas apontam que a Confraria Literária foi precursora da AML, já que alguns de seus membros fundadores saíram dela.

1.1 OS ACADÊMICOS

No livro **Europa dos pobres: a belle époque** mineira, Christo (1994) destacou um grupo de intelectuais²⁶ que fizeram parte da sociedade juiz-forana em finais do século XIX e início do século XX e cuja voz era expressa e respeitada nos jornais, nas salas de aula, nos planos de saúde pública, em cargos comissionados pelo estado, na produção de livros escolares, nas conversas das casas de café e na política. Um dos feitos desse grupo foi o de criar uma Academia de Letras na cidade Juiz de Fora. Esse fato desperta atenção pelo seu teor inusitado de criar uma instituição de tal porte em uma cidade que, até então, tinha uma população aproximada de 18.055 habitantes, em sua maioria, trabalhadores braçais e analfabetos, afastada, portanto, dos espaços formais de produção e difusão cultural. Isso leva a pensar sobre quem eram esses sujeitos e sobre seus projetos.

Baseando-se na pesquisa de Christo (1994) e apoiando-se na análise das trajetórias de cada um dos intelectuais mediadores, este estudo pretende compreender como eles lograram ampliar e ocupar postos de produção cultural na cidade de Juiz de Fora. Pretende ainda observar os impactos que essa inserção produziu na vida deles e na cultura da cidade. Conforme a análise de suas biografias²⁷, o processo de dilapidação determinou mudanças expressivas na vida desses sujeitos, motivo pelo qual os próximos tópicos serão dedicados à análise biográfica de cada um.

1.1.1 Albino Esteves

Albino Esteves (1883-1943) nasceu em Aparecida, município de Sapucaia (RJ), iniciou seus estudos²⁸ com o pai, que era cirurgião dentista²⁹, mas, com a morte da mãe

²⁶ Ao analisar a formação da Academia Mineira de Letras (AML), Christo (1994) faz um quadro traçando os perfis biográficos dos seus fundadores, em 4 páginas, nas quais a autora destaca dos 40 primeiros intelectuais nomeados logo após a fundação da instituição os seguintes dados: nome, data e local de nascimento, profissão do pai, dilapidação social dos pais, escolaridade, cargo na AML, outras instituições de pertença, magistério, carreira no jornalismo, política, outros e tipo de produção.

²⁷ É importante destacar que as biografias elaboradas para esse tópico traçam a trajetória dos literatos até o período de instalação da AML. A exceção é Estevam de Oliveira, que por ser o mais conhecido dentre eles, foi o mais biografado.

²⁸ O fato de iniciar os estudos com o pai é mais uma prova da precariedade de recursos da família, considerando que, na época, famílias abastadas mantinham professores particulares para acompanharem os estudos dos filhos.

quando ele tinha 10 anos de idade, passou a residir com sua avó em Juiz de Fora, onde frequentou por um ano a escola do professor Anacleto Sampaio³⁰ e, nos dois anos seguintes, tornou-se aluno interno na escola. Em 1896, quando tinha 13 anos, a família mudou-se para São João del-Rei, onde Albino cursou a Escola Normal, porém, no mesmo ano, seu pai mudou-se para o Rio de Janeiro, deixando-o só.

O afastamento paterno levou Albino a buscar sua própria subsistência de forma que se empregou na oficina tipográfica “O Resistente”. No final do mesmo ano, retornou a Juiz de Fora, empregando-se na tipografia Mattoso, e, posteriormente, na oficina do *Correio de Minas*, além de trabalhar em diversas casas comerciais.

Essa trajetória de Albino em vários empregos remete a Miceli (1977), segundo o qual a mudança de sentido da trajetória familiar dos menos abastados (o que ele chama de parentes pobres) da oligarquia acontece, na maioria dos casos, durante a primeira infância ou na adolescência dos futuros escritores:

Em outros termos, o acesso à posição de escritor aparece, nesta conjuntura, como o produto de uma estratégia de reconversão que se impõe por força do desaparecimento de capital de que a família dispunha inicialmente, ou então, pela impossibilidade de herdar tal capital em toda sua extensão. Assim, o êxito maior ou menor desse gênero de estratégia depende da capacidade de utilizar a única espécie de capital disponível, a saber, o capital de relações sociais e de honorabilidade que, em certos casos e sob certas condições, os ‘parentes pobres’ da oligarquia poderão acionar a seu favor (MICELI, 1977, p. 22; destaque no original).

Com efeito, a orfandade e escassez de recursos levaram Albino Esteves para a imprensa. Em parte, essa estratégia de reconversão também deve-se ao fato de ter coincidido com o desenvolvimento das burocracias intelectuais, com a grande imprensa, com os aparelhos políticos (assembleias locais e nacionais) e com os aparelhos partidários (o partido republicano), como aponta Micelli (1977).

Com as segundas núpcias de seu pai, no ano de 1897, Albino Esteves acompanhou-o a Carmo de Cantagalo e, em 1898, a Nova Friburgo, onde fez parte da corporação *d’ O*

²⁹ Segundo Micelli (1977), a carreira de dentista não era considerada a mais promissora no início do século XX: além de ser o curso superior menos oneroso, era o de menor duração, com cerca de 2 anos e meio, o que barateava consideravelmente o investimento por parte das famílias decididas a investir na educação.

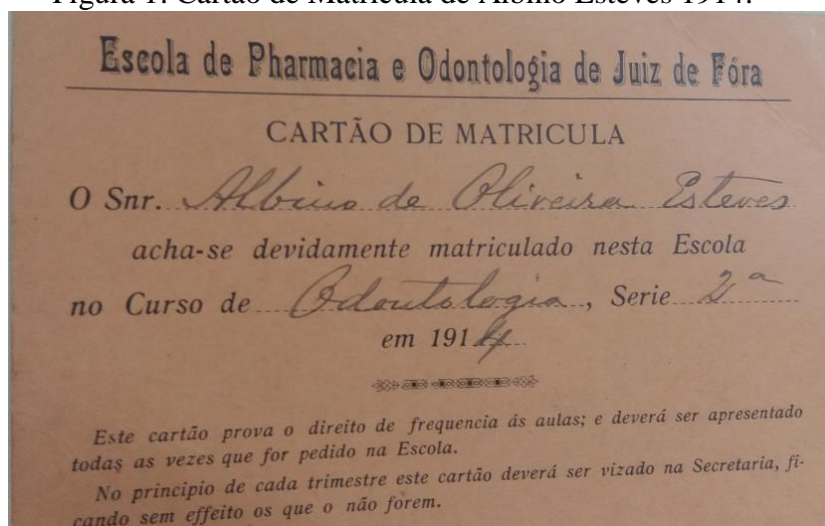
³⁰ Anacleto José Sampaio (1808-1900), um dos moradores mais antigos de Juiz de Fora, foi conceituado professor na cidade, onde também foi vereador da Câmara Municipal nos anos de 1865-1868.

Friburguense. Na mesma cidade, fundou, no ano seguinte, *O Alfinete* e, em 1899, *O Lyrio*, periódicos de vida efêmera.

Em 1900, retornou definitivamente a Juiz de Fora, onde retomou o trabalho jornalístico e participou de vários jornais, como *Correio de Minas* e *O Pharol*. Em 1904 fundou um jornal espírita e, em 1908, fez parte da fundação da revista *A Peteca*. Participando ativamente na imprensa mineira e na carioca, cultivou ligações literárias com diversos escritores, principalmente portugueses, além de ter mantido contato com a Livraria Chardron³¹, na cidade do Porto. Como escritor, escreveu vários livros em diversos gêneros. Já casado, Albino Esteves escreveu várias peças teatrais com a colaboração dos familiares. Como jornalista, atuou por muitos anos na imprensa de Juiz de Fora.

Além de jornalista, Albino Esteves também atuou como dentista. Quando retornou a Juiz de Fora, teve oportunidade de retomar os estudos, prestar exames e ingressar na Faculdade de Odontologia do Granbery, formando-se em 1915.

Figura 1: Cartão de Matrícula de Albino Esteves 1914.



Fonte: Arquivo Histórico da UFJF. Foto da pesquisadora

Como dentista, com o intuito de atender a alunos carentes nos grupos escolares de Juiz de Fora, ele participou da fundação do gabinete odontológico Francisco Valadares, na década de 1920.

³¹ *Livraria Chardron*, hoje *Livraria Lello e Irmão*. Tradicional na cidade do Porto, na rua das Carmelitas, com janelas em vitrais e formosas escadas, é considerada uma das livrarias mais bonitas do mundo.

1.1.2 Belmiro Braga

Nascido em Vargem Grande (MG), em 1870, filho de pai português e mãe mineira, aos 12 anos, Belmiro Braga transferiu-se para Juiz de Fora, onde ingressou no Atheneu Mineiro. Aos 13 anos, após a morte da mãe, retornou para casa onde começou a ajudar o pai nos negócios como comerciante. Trabalhou como caixeiro viajante, percorrendo várias localidades de Minas e tornou-se sócio de seu pai, que abriu novo estabelecimento em Cotegipe, distrito de Juiz de Fora, onde se estabeleceu, a partir de dezembro de 1895. Paralelamente à atividade de comerciante em Cotegipe, iniciou sua vida de jornalista e de poeta, publicando no *Correio de Minas*, sob o pseudônimo de Sá Cristão, na seção de poesias “Bimbalhadas”, posteriormente, “Repiques”. No decorrer de sua vida como jornalista, participou também da redação dos jornais *O Pharol* e *Jornal do Commercio*, além de contribuir para a imprensa do Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo.

Com seu jeito descontraído e brincalhão, Belmiro Braga costumava atender aos clientes com rimas e trovas, e isso chamou a atenção do poeta nordestino Antônio Sales³², que costumava passar férias na região de Cotegipe. Desse contato, nasceu a amizade entre os dois, a partir da qual o poeta nordestino apresentou o poeta mineiro à imprensa carioca.

Na mesma ocasião, Belmiro Braga conheceu o médico carioca Fernandes Figueira³³, que, embora se tenha transferido para Juiz de Fora, onde clinicava e residia,

³² Antônio Sales: nasceu em 13 de junho de 1868, no vilarejo praiano Parazinho, do Município de Paracuru (CE). Muito jovem, foi para Fortaleza, onde trabalhou no comércio e depois na administração pública estadual. Foi Secretário do Interior e Justiça e Deputado Estadual (1893-1896). Mudou-se para a Capital Federal, onde ocupou funções no Tesouro Nacional e militou na imprensa, publicando em folhetins o romance **Aves de Arribação** (1914). Compartilhou amizade com as mais altas figuras intelectuais, como Joaquim Nabuco, Machado de Assis, João Ribeiro, entre outros. Regressando ao Ceará, após vinte anos de ausência, passou a residir em Fortaleza, de onde, por unânime consenso, dirigia a vida literária cearense, como presidente efetivo e depois presidente de honra da Academia Cearense de Letras. Faleceu em 14 de novembro de 1940 (ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS: disponível em: <http://www.academiacearensedeletras.org.br/>, acesso em: 20 de fevereiro de 2019).

³³ Antônio Fernandes Figueira, filho de pais pobres (Manoel Fernandes Figueira e D. Genuína da Rocha Figueira), nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 13 de junho de 1863. Estudou no Colégio Pedro II e formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1886, apresentando como tese de doutoramento “Condições patogênicas e modalidades clínicas da histeria”. Fernandes Figueira iniciou suas atividades clinicando em Juiz de Fora (MG) e retornou à cidade natal, dedicando-se à saúde infantil, com ênfase no aleitamento materno, tendo como público-alvo, primordialmente, as operárias e as crianças de até um ano de idade. Sua vasta produção como colaborador do periódico “Brasil Médico” compõe-se de trabalhos técnico-científicos: “Bases científicas da alimentação da criança: suas consequências sociais” (1905); “Livro das mães” (1910); “Elementos de patologia infantil”, (1929), após a sua morte. No decorrer de sua atuação como médico, desde cedo escrevia como poeta e

mantinha laços com a cidade do Rio de Janeiro, colaborando em várias revistas, com o pseudônimo de Alcides Flávio. Tendo-se tornado amigos, Fernandes Figueira influenciou a formação intelectual de Belmiro e conseguiu que seus primeiros versos fossem publicados na imprensa do Rio, com os quais o poeta mineiro alcançou popularidade em pouco tempo.

Antônio Figueirinhas³⁴, editor português que se encontrava em viagem de negócios pelo Brasil, foi outra importante influência na carreira de Belmiro Braga. Em 1902, editou na cidade do Porto (Portugal) o primeiro livro de Belmiro, **Montezinas**, prefaciado por Batista Martins³⁵.

Além do comércio, do jornalismo e da carreira poética, Belmiro embrenhou-se na vida política, candidatando-se a deputado estadual, em 1900, foi eleito, mas não assumiu o cargo. Apesar de suas biografias afirmarem que era autodidata por ter estudado pouco tempo, sua trajetória levou-o de caixeiro viajante a guarda-livros e a tabelião. O jornal *O Pharol* de 24 de maio de 1900 registrou que ele também foi eleito 1º Juiz de Paz de Vargem Grande.

Figura 2: Autuação³⁶.



Fonte: acervo Albino Esteves do AHUFJF, fotos da autora.

romancista, tendo, aos 17 anos, publicado uma série de poemas intitulados “Adejos”. Escreveu ainda uma biografia de Torres Homem e um livro sobre Padre Antônio Vieira. Foi Orador do Instituto dos Bacharéis em Letras e Membro da Sociedade de Ensaio Literários e do Grêmio Castro Alves. Faleceu na sua cidade natal, em 11 de março de 1928, vítima de um edema pulmonar (Academia Nacional de Medicina: disponível em: http://www.anm.org.br/conteudo_view.asp?id=183, acesso em: 20 de fevereiro de 2019).

³⁴ Antônio Figueirinhas, proprietário, editor e diretor do jornal *O Meu Jornal*, semanário editado na cidade do Porto, entre 1915 e 1917 (BARREIRA, Luiz Carlos. Antônio Figueirinhas, um empresário da educação no alvorecer da República Portuguesa. In: **Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH** – Associação Nacional de História. 17 a 22 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>> Acesso em 9 de janeiro de 2019).

³⁵ Batista Martins: da cidade de Carangola, amigo de Belmiro Braga quando este era comerciante, e aquele, estudante de Direito e jornalista.

³⁶ Esse documento consiste em um auto processual que perdurou 10 anos: trata-se de uma autuação movida pela Sociedade de Cultura Artística e Literária contra Albino Esteves por ter em seu poder a chave do Theatro Juiz de Fora. Albino Esteves havia sido presidente de tal instituição e, com sua renúncia, quem assumiu o cargo como substituto foi o Juiz Raymundo Tavares, que solicitou junto à justiça as chaves do teatro, tal.

Percebe-se que suas relações de amizade o levaram a várias funções, como revela a Figura 2, comprovando sua atuação como escrivão.

1.1.3 Estevam de Oliveira

Estevam de Oliveira foi outro intelectual mediador de considerável relevância no contexto juiz-forano na virada do século XIX para o XX. Nasceu em 28 de janeiro de 1853 na freguesia de São José do Turvo³⁷ (RJ). Filho do professor Cesário José Cardoso de Oliveira e D. Joaquina Maria de Oliveira, assim como os outros literatos estudados nesta tese, ficou órfão precocemente, de mãe aos oito anos e de pai aos doze, quando passou a residir com os avós maternos.

Como os avós eram proprietários de terra, começou a trabalhar ainda menino como lavrador, juntamente com os escravos, chegando a capataz. Pouco tempo depois, com a ruína econômica do avô, a família mudou-se para o arraial de Meia Pataca³⁸ e, por motivo de doença, ele não pôde frequentar as aulas regulares por um período de seis anos. Somente aos dezoito anos, retomou os estudos e, ao contrário do que algumas biografias afirmam, ele não era analfabeto, uma vez que, sendo filho de pais professores, ainda na infância aprendeu rudimentos de gramática portuguesa. Sabia ler, escrever e ajudar na missa, conforme demonstram biografias feitas no período em que Estevam ainda estava vivo, como o perfil biográfico escrito por J. Paixão³⁹, em 1896⁴⁰, e *O Pharol*, de 13 de maio de 1910.

Para dar continuidade aos estudos, o jovem matriculou-se nas aulas do Sr. José Bento Rodrigues, professor primário, cuja escola particular situava-se em uma fazenda próxima à Estação de D. Eusébia, no distrito de Porto de Santo Antônio⁴¹. Caminhando diariamente 18 km, ida e volta, conseguiu completar o curso primário em três meses e começou a ensinar nas fazendas vizinhas, enquanto se dedicava sozinho ao estudo de latim e de outras matérias do secundário, caracterizando-se assim seu autodidatismo.

³⁷ Pertencente na época ao município de Pirai (RJ).

³⁸ Hoje, cidade de Cataguazes (MG).

³⁹ José Francisco da Paixão: professor, escritor, poeta e cartunista, membro fundador da AML.

⁴⁰ Esse perfil biográfico está presente em **Reforma do Ensino** (1896), cuja cópia foi doada à Biblioteca Municipal Murilo Mendes, em Juiz de Fora, por um dos netos de Estevam de Oliveira. Não foi possível encontrar a obra completa, razão pela qual esta tese considera a cópia como documento histórico por ser uma biografia feita antes da morte de Estevam de Oliveira pelo professor J. Paixão.

⁴¹ Atualment, Astolfo Dutra.

Em 1877, aos 24 anos, matriculou-se no Colégio Luiz do Lago, no então distrito de Volta Grande, pertencente ao município de Além Paraíba (MG), como aluno mestre. Estudando muito, tornou-se regente das cadeiras de português e francês, sendo também substituto das de aritmética, geografia e primeiro ano de latim. Não conseguiu terminar o curso, mas no ano de 1878, submeteu-se a concurso público, sendo aprovado e nomeado para uma cadeira de instrução primária. Em 1882, casou com Maria do Carmo Oliveira, com quem teve sete filhos.

Dois anos mais tarde, foi removido para a cadeira pública, no município de Campo Limpo (MG), onde se tornou ativista político, fundando o semanário republicano *O Povo*, em 1885, que manteve durante cinco anos e no qual revelou sua vocação jornalística, dando expansão aos seus ideais republicanos e abolicionistas. Em virtude dessa posição política, declarando-se francamente contrário ao regime monárquico, foi forçado a abandonar o cargo de professor público. Mudou-se para Cataguazes (MG), onde se dedicou exclusivamente ao jornalismo, atacando ferozmente, em seus artigos, os escravocratas e monarcas, o que culminou em sua prisão em 1888. Com a promulgação da Lei Áurea (1888) e com a proclamação da República (1889), sentiu-se vitorioso.

Após a proclamação da República, fundou o jornal *O Popular*, reintegrou-se no antigo cargo de professor primário, sendo elevado à categoria de 2º grau – escola urbana – pelo então Governador João Pinheiro, em 1890. Em virtude de seu envolvimento político expresso nos artigos e de sua inclusão na Dissidência Republicana⁴², chefiada por Fernando Lobo⁴³, em oposição a Cesário Alvim⁴⁴, foi convidado pelos dissidentes a residir em Juiz de Fora, para representar oficialmente o pensamento do grupo de republicanos na

⁴²O Partido Republicano Mineiro (PRM) foi fundado em 1888 sob a liderança de João Pinheiro, representando os chamados republicanos históricos. Às vésperas da Proclamação da República, aderiram ao partido membros do antigo partido monárquico, os chamados adesistas ou novos republicanos. A inclusão destes no partido causou disputa interna. Com a aproximação das eleições para Assembleia Nacional Constituinte, foi tentado um acordo entre os diferentes grupos, que durou apenas o período necessário de apresentar a chapa mineira à Constituinte de 1890. Cesário Alvim (adesista) foi o indicado a presidente estadual por Marechal Deodoro da Fonseca, o que levou o grupo a divergências mais acirradas, de forma que os republicanos históricos recusaram-se a aceitar a chapa governista. Como não foi possível um acordo naquele período, o PRM foi dissolvido, dando origem, mais tarde, ao Partido Republicano Conciliador, ligado a Cesário Alvim (1891-1892), e o Partido Constitucional Mineiro (1893), ligado aos republicanos históricos.

⁴³ Fernando Lobo Leite Pereira (1851-1918) foi ministro do Governo Provisório, presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, Diretor do Banco do Brasil, um dos fundadores da Faculdade de Direito do Colégio Granbery.

⁴⁴ Ver Paulino de Oliveira (1966).

imprensa. No mesmo ano, candidatou-se a deputado estadual em Minas Gerais, mas não conseguiu ser eleito, apesar de receber muitos votos.

Em 1891, na companhia de Henrique Vaz⁴⁵ protestou contra a violação da Constituição do Estado. Naquele momento, em virtude de questões políticas pelas quais o Estado passava, nenhuma tipografia aceitou imprimir um manifesto organizado pelos senadores e deputados estaduais, que seria dirigido ao Congresso Nacional. Diante disso, Estevam e Henrique Vaz imprimiram o manifesto na tipografia do Jornal *Minas Livre*⁴⁶ e, para que o mesmo chegasse ao Congresso Nacional, na cidade do Rio de Janeiro, despacharam, clandestinamente, por intermédio de uma casa comissária⁴⁷ de confiança, como se fossem frutas, sete mil exemplares⁴⁸.

Possivelmente o envolvimento com a política levou Estevam de Oliveira, em 1892, a ser nomeado por Afonso Pena, eleito presidente do Estado, como inspetor do primeiro distrito de imigração, com funções em Juiz de Fora e Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, permanecendo no cargo de 1892 até 1899, quando o mesmo foi extinto. Nesse mesmo ano, no governo de Silviano Brandão, foi nomeado inspetor extraordinário de ensino.

Apesar de, possivelmente, sua nomeação ter sido diretamente relacionada à sua participação política⁴⁹, as biografias demonstram que ele exerceu o cargo de inspetor de ensino com competência e envolvimento, o que se pode comprovar pela análise de seus detalhados relatórios de inspetoria. Enquanto a maioria remetia à Secretaria de Interior (SI) uma ou duas páginas, ele enviava relatórios com até 14 páginas, nas quais descrevia detalhadamente cada escola⁵⁰ visitada – recursos materiais, aspectos pedagógicos, progresso dos alunos, para os quais ele mesmo aplicava os exames. Da mesma forma, submetia os professores à avaliação profissional (ele assistia às aulas) e organizacional (verificava o preenchimento de relatórios e dos livros de matrícula, bem como a presença dos alunos mediante diário de classe).

⁴⁵ Henrique César de Souza Vaz (1845-1905): médico sanitarista, Deputado Federal (1899) e redator do jornal *Minas Livre*, foi também membro da comissão permanente da **Revista Médica** redigida por estudantes de Medicina na cidade do Rio de Janeiro (1873)

⁴⁶De caráter político, o jornal *Minas Livre* foi fundado em 21 de março 1891, em Juiz de Fora, tendo os seguintes fundadores: Estevam de Oliveira, Fernando Lobo, Cel. Joaquim Martins Francisco da Fonseca e Henrique Vaz. Estevam de Oliveira foi diretor e, juntamente com Henrique Vaz, redator da folha.

⁴⁷ As casas comissárias intermediavam as negociações entre os produtores rurais e os compradores.

⁴⁸ *O Pharol*, 13 de maio de 1910.

⁴⁹ Algumas biografias afirmam que Estevam de Oliveira foi nomeado em restituição ao cargo perdido de professor primário.

⁵⁰ A descrição da escola não se detinha apenas a detalhes físicos; estendia-se à apresentação do professor, aos livros utilizados, ao progresso de cada aluno, que era registrado por ele, além de entrevista à comunidade para saber como a escola funcionava fora dos dias de visita de inspetoria.

Possivelmente pelo relevante trabalho desempenhado como inspetor, Estevam foi reconhecido pela SI e nomeado, em 1902, pelo presidente do Estado, Francisco Salles⁵¹, para o cargo de inspetor do ensino comissionado. Nesse cargo, foi encarregado de realizar estudos sobre a organização do ensino dos estados de Rio de Janeiro e São Paulo, que haviam passado por reformas educacionais. Tal expedição resultou em um detalhado relatório, conhecido como Relatório Estevam de Oliveira, apresentado ao governo de Minas, em 1903, mas que só foi utilizado anos depois.

Ao eleger-se Presidente do Estado em 7 de setembro de 1906, João Pinheiro autorizou, em seus primeiros dias de governo, a reforma educacional mineira, usando para tal o Relatório Estevam de Oliveira, de 1903. Dessa vez, atendendo aos requisitos da reforma educacional, foi nomeado Inspetor Técnico do Ensino⁵², permanecendo até 1909, quando pediu exoneração, passando a dedicar-se exclusivamente à vida jornalística.

Em 1914, devido a problemas de doença, afastou-se da vida jornalística e, embora tenha deixado sua folha sob responsabilidade de dois filhos, Itagiba e Inimá, visitava a redação diariamente. Em 1923, em decurso de doença grave, Itagiba faleceu, causando profunda tristeza em Estevam e intensificando sua reclusão. Em 1926, ao salvar a vida de uma criança que atravessava desatentadamente a rua, Estevam foi atropelado por uma diligência, falecendo alguns dias depois.

1.1.4 Heitor Guimarães

Nascido em 6 de junho de 1868, em Sarandira, zona rural de Juiz de Fora, Heitor Guimarães era filho do português Mathias José da Silva Guimarães de Marciana Augusta de Assis Guimarães. Apesar de suas biografias não informarem a profissão do pai, o fato de residirem na zona rural leva a crer que ele pode ter sido produtor rural ou pequeno comerciante, já que pôde proporcionar ao filho estudo das primeiras letras em colégios particulares da cidade⁵³. Aos sete anos, em 1875, perdeu o pai, porém estudou até os 14 anos (1882), quando começou a trabalhar na antiga Empresa Telefônica de Juiz de Fora.

⁵¹ Francisco Antônio Sales (1863-1933): advogado, Juiz Municipal de Lima Duarte, secretário de finanças do governo de Minas (1891), Presidente do Estado de Minas Gerais (1902-1906), Senador (1900 e 1906 a 1911) e Ministro da Fazenda (1910 a 1913).

⁵² Em capítulo futuro, esse cargo será melhor detalhado.

⁵³ Ele estudou nos colégios Progresso e Santa Cruz.

Em 1884, com 16 anos, iniciou sua carreira literária, fundando com Silva Tavares⁵⁴ *O Democrático*, periódico de vida efêmera. Contribuiu também para os jornais *Gazeta de Sapucaia*, *O Pharol* (Juiz de Fora) e em um periódico de São Joao Del-Rei. Mesmo tendo iniciado sua carreira como escritor em 1884, de acordo com Oliveira (1966), em 1885, Heitor anunciava-se nos jornais como especialista em instalação de campainhas elétricas⁵⁵.

Em 1886, tornou-se redator do jornal *O Pharol* e, no mesmo ano, juntamente com Silva Tavares, fundou a revista literária *A Gazetinha*. Em 1888, foi convidado para fazer parte da redação do recém-fundado *Diário de Minas*, mas, em 1889, tornou-se redator de *O Pharol* e da *Gazeta da Tarde*. No mesmo ano, redigiu ainda o órgão republicano *A Regeneração*.

Em 1890, após a Proclamação da República, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde foi chefe de revisão do *Diário Oficial*, fez parte da redação do jornal *Cidade do Rio*, que na época estava sob direção do Conselheiro Pereira da Silva⁵⁶. Em 1891, lecionou no colégio da Tijuca – de propriedade do Conselheiro Mayrink (Conde de Alto Mearim) e de João da Matta Machado e dirigido pelo educador João Pedro Leão de Aquino. Entre os anos de 1892 e 1893, lecionou no Colégio Alípio, cujo diretor e proprietário era Alípio Telles de Carvalho. A respeito desse amigo, Heitor Guimarães deixa, posteriormente, as seguintes impressões:

Está na terra o meu velho camarada Alípio Telles de Carvalho. A nossa amizade data de janeiro de 1890, quando entrei para o *Diário Oficial*, de cuja redação fazia parte esse meu amigo.

Nesse mesmo anno fomos ambos convidados pelo velho educador dr. João Pedro de Aquino para fazermos parte do corpo docente do collegio da Tijuca, o melhor que tem havido no Rio de Janeiro, e de que eram proprietários os srs. Dr. Matta Machado, Mayrink e conde de Alto Mearim. O corpo docente desse importantíssimo estabelecimento aparte o autor destas linhas, era o que há de mais selecto no professorado do Rio de Janeiro: Dr. Carlos de Laet, dr. Theophilo das Neves Leão, Eduardo Benet, Aquino, etc. Tendo deixado a direcção desse notavel estabelecimento o Alípio.

Mais tarde, fechado o collegio da Tijuca, abriu o Alípio um collegio á rua Haddock Lobo, sucessor natural do primeiro, estabelecimento que soube impor-se dentro de pouco tempo. Durante tres annos tive a honra de ser

⁵⁴ Apesar de Silva Tavares, que aparece circunstancialmente neste trabalho, ter significativa participação na fundação da Confraria Literária, nos jornais da cidade, não foi possível encontrar dados biográficos sobre ele.

⁵⁵ O jornal *O Pharol* do dia 2 de dezembro de 1885 traz pequena propaganda sobre o serviço oferecido por Heitor Guimarães como instalador de campainhas, porém sua primeira publicação encontrada por esta pesquisa nesse jornal foi no dia 25 de dezembro de 1884, com o poema “Epigrama”.

⁵⁶ Conselheiro Pereira da Silva (João Manuel Pereira da Silva): político, romancista, historiador, crítico literário, biógrafo, poeta e tradutor. Nasceu em Iguazu, atual Nova Iguazu (RJ), em 30 de agosto de 1817, e faleceu em Paris, França, em 14 de junho de 1898. É membro fundador da ABL e ocupou a cadeira de número 34, que tem como patrono Sousa Caldas (Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/j-m-pereira-da-silva/biografia>, acesso: 20 de fevereiro de 2019).

professor do collegio Alípio, do qual sahiu grande numero de alumnos preparados, hoje estudantes das nossas academias e alguns já formados. Durante esse tempo continuávamos a ser companheiros, á noite, na redacção do *Diario Official*, de onde sahiu o Alípio em fins de 1895 e eu em princípio de 1896.

A sorte parece que nos quiz ligar, para gloria minha, pois desde que fui residir no Rio de Janeiro, tive esse meu amigo ora por companheiro ora por meu superior hierarchico, até que sorte me atirou de novo a minha terra natal, onde – agradável coincidência! – veiu ter agora o Alipio Telles.

Devo-lhe muitas finezas. Desconhecido na capital da União, foi graças á sua interferência que fui convidado pelo notavel educador dr. João Pedro de Aquino para fazer parte do corpo docente do collegio da Tijuca, pelo qual passou uma geração que ha de fazer gloria do Brasil. Fundando posteriormente um collegio, o Alípio jámais quis dispensar o meu nullo concurso.

Recomendo o meu distincto amigo aos srs. paes que zelam a educação de seus filhos. O dr. Alípio Telles é, não só um excelente professor de mathematica, portuguez, francez, historia e geografia, como um perfeito cavalheiro e um amigo sincero.

Vaugirard⁵⁷

Em 16 de novembro de 1894, por ocasião da revolta armada de 1893, o *Jornal do Commercio*, da cidade do Rio de Janeiro, publicou a notícia de que Heitor Guimarães recebera, por serviços prestados à pátria, o título de Capitão da Guarda Nacional, sendo que uma de suas biografias afirma ter sido Capitão Honorário do Exército.

Durante o período em que morou na Capital (1890-1893), publicou pela editora da *Imprensa Nacional Versos e Reversos* (poesias) e *Multicores*⁵⁸ (contos) e, durante três meses, manteve a revista literária *Folha Azul*, que, em seus 13 números, contou com colaboração dos seguintes escritores: Raymundo Corrêa⁵⁹, Augusto de Lima⁶⁰, Valentim Magalhães⁶¹, Luiz Rosa, Damasceno Vieira, Arthur Lobo⁶², Affonso Guimarães, Alves Faria, entre outros.

Em 1896, Heitor Guimarães regressou a Juiz de Fora, e o Coronel Vicente Leon Annibal, proprietário do recém-fundado *Jornal do Commercio*, convidou-o para o cargo de

⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 6 de abril de 1897, p. 1.

⁵⁸ O *Jornal do Commercio* da cidade do Rio de Janeiro publicou, no dia 9 de abril de 1893, uma pequena nota sobre o lançamento do livro **Multicores**: “Livro de leitura amena, com volume de 230 páginas luxuosamente impresso em cores com capa ilustrada”. A nota trazia também o nome das livrarias onde o mesmo estava sendo vendido: Livraria Garnier, Livraria Lammert, Lombaerts, Livraria Central e papelaria De Jeronymo Silva & C. Em São Paulo na casa Garraux e em Juiz de Fora na Livraria Pereira.

⁵⁹ Membro fundador da cadeira de número 5 da ABL.

⁶⁰ Jornalista, poeta, magistrado, jurista, professor universitário e político. Foi membro da ABL ocupando a cadeira 12, e de 1927 a 1928, foi presidente da ABL. Foi também presidente honorário da AML em 1909.

⁶¹ Membro fundador da cadeira de número 7 da ABL.

⁶² Poeta e escritor mineiro, segundo Machado (2012), um autor esquecido, apesar de ter produzido expressiva obra poética e de ficção. Morreu muito jovem, e suas obras tornaram-se extremamente raras. Na instalação da AML (1910), Franklin de Almeida Magalhães homenageou-o com a cadeira Patronímica de Arthur Lobo.

redator chefe, juntamente com Olegário Pinto, que era redator secretário. No mesmo ano, foi nomeado oficial da Câmara Municipal de Juiz de Fora e, posteriormente, diretor, permanecendo no cargo até 1908, quando foi elevado ao cargo de inspetor escolar municipal.

Em 1897, deixou o *Jornal do Commercio* para assumir como secretário a redação do jornal *Correio de Minas*, sob a chefia de Estevam de Oliveira, onde permaneceu até 1909, quando retornou à redação de *O Pharol*. De 1897 a 1899, organizou o *Almanach Juiz de Fora*, cuja primeira edição, em 1896 fora de responsabilidade de Lindolpho Gomes. Ainda em 1897, o literato também foi diretor e fundador da Biblioteca Municipal, onde, segundo os jornais da época, realizou um competente trabalho na escolha de todo o seu acervo.

1.1.5 José Rangel

Filho do dentista Antônio da Costa Rangel e Balbina Cândida Rangel, José Rangel nasceu em 17 de agosto de 1868 em Pitangui (MG). Conforme relata em seu livro de memórias – **Como o tempo passa** (1940) –, o autor deixa suas impressões acerca das condições sociais de sua família, das primeiras recordações detalhadas da antiga morada, uma chácara onde viveu sua infância na cidade de Pitangui:

Eram todas as peças da nossa antiga vivenda espaçosa, batidas de sol, limpinhas e assoalhadas, com tabuado de escolha, polido como espelho, pelo uso quase centenário, mostrando os veios e desenhos naturais das fibras de linhima, no madeirame de lei: forros, tecidos com taquara trançada, aliás os mais usados, então, por motivos de ordem econômica, eram igualmente caiados e não ofereciam, no inverno, confortável resguardo através das suas malhas coava-se, por vezes, impiedosos, o vento cortante e, nos temporais, salpicos de chuva penetravam no interior, porque os telhados tinham as suas peças de cobertura, mal tomadas, nas ligações, por um reboco pouco consistente (RANGEL, 1940, p. 7).

Embora residisse em uma habitação simples, como evidencia o fragmento, no transcorrer de suas memórias, ele dá indícios de que a família apresentou uma condição social melhor do que a vivenciada na infância. Além de a família ter uma escrava, a residência onde moravam, apesar de ser uma propriedade urbana, dispunha de benfeitorias e de espaço comuns a famílias abastadas da época: grande terreno com extenso parreiral diversificado de uvas; cafezal capaz de prover o consumo da casa e dos parentes próximos; pomar com variadas espécies de frutas; plantas medicinais; capineira para montaria que o

pai utilizava para atender aos clientes fora da cidade; jardim com várias espécies de flores e plantas aromáticas.

Apesar dessa diversidade da propriedade, José Rangel (1940) deixa transparecer em seu texto que, mesmo o pai sendo dentista, era necessária a participação da mãe na economia doméstica, principalmente quanto à alimentação, como revela sobre seus cuidados pessoais com os animais, que “escolhida e variada criação de aves e bacorinhos, que concorriam para enriquecer as provisões de boca” (p. 9). A respeito da horta, o autor afirma que esta “favorecia prodigamente com alimentação farta e variada substituindo vantajosamente a carne fresca, raramente dada ao consumo, pois que a matança de rezes só uma vez por semana se fazia” (p. 7-8). Prosseguindo em suas lembranças sobre a cidade natal, José Rangel (1940) evidencia outro indício de que a família advinha de um passado de grandes posses: mesmo com a perda do capital econômico, a avó ainda era proprietária de um casarão na única rua pavimentada de Pitangui, além de manter um sítio fora da cidade com gado de leite e pequena lavoura.

A respeito de sua vida em Pitangui, José Rangel (1940) relata suas relações sociais ainda na infância. Em várias passagens de seu livro, ele ressalta com orgulho o fato de ter conhecido Dr. Gustavo Capanema e seu neto Gustavo Capanema⁶³. Francisco Mendes Pimentel⁶⁴, a quem Rangel chamava na infância de Chiquinho, é outra personalidade cujas qualidades ele ressalta e com quem, anos mais tarde, reencontrou em Juiz de Fora, já exercendo a magistratura.

As lembranças infantis de Rangel são fartas em detalhes a respeito da casa onde viveu e das amizades que estabeleceu. Apesar dessas boas recordações, a terra natal já não oferecia “grandes oportunidades de lucros compensadores”, em virtude da decadência na exploração do ouro⁶⁵. Esse fato levou a família a migrar para a “Mata, considerada, então, a terra prometida da abundância e das facilidades de fazer pecúlio” (p. 11).

⁶³ Gustavo Capanema Filho: ministro da Educação e Saúde. Entre os anos de 1934 a 1945, ficou conhecido pelas grandes reformas que promoveu, entre as quais a do ensino secundário e a reforma universitária, que resultou na criação da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁶⁴ Francisco Mendes Pimentel (1869-1957): advogado, professor, jornalista, magistrado e político. Foi o primeiro Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁶⁵ Pitangui, no século XVIII, era conhecida como a 7ª Vila do Ouro das Minas. A região possuía, além das minas de ouro, minas de diamante e de chumbo.

Juiz de Fora era vista por ele como o “Eldorado a ser encontrado”, e sua chegada à cidade, a descoberta de um mundo novo:

[...] afinal Juiz de Fora, onde, ao entrar na cidade, pelo lado de Mariano Procópio, viram meus olhos estonteados, pela primeira vez, o vulto arquejante de uma locomotiva, parada, a despejar no ambiente o excesso de vapor que se escapava das suas válvulas de segurança – era aí a ponta dos trilhos e o termo de nossa longa jornada (RANGEL, 1940, p. 47).

Estabelecido na cidade, Rangel foi matriculado no Colégio Progresso, onde permaneceu até concluir o curso elementar. Posteriormente ingressou no Atheneu Mineiro, como aluno externo, onde fez os estudos preparatórios para realização das provas de admissão necessárias às escolas superiores do Império. Esses exames eram feitos perante as comissões de Instrução Pública das Províncias, ou diretamente no Colégio Pedro II. Segundo o autor, os candidatos do Atheneu, quando estavam preparados, procuravam as bancas do Colégio Pedro II para prestarem exames, já que Ouro Preto era mais distante e, conseqüentemente, tornava o deslocamento mais oneroso.

Enquanto cursava o segundo ano no Atheneu Mineiro, Rangel perdeu o pai, fato que deixou a família em situação financeira precária:

Quando estava eu a completar doze anos, deu-se o repentino falecimento de meu pai; minha mãe, ao ficar viúva, ainda não tinha trinta anos e com a responsabilidade da manutenção de seis filhos pequenos, dos quais era eu o mais velho. A situação de nossa família seria, com a perda do chefe muito desvelado, das mais precárias, se não fora a assistência imediata de amigos numerosos que se mostraram, nesta rude emergência, extremamente dedicados e fieis á memória do extinto (RANGEL, 1940, p. 203).

O diretor do Atheneu Mineiro foi um dos amigos que prestou assistência à família de José Rangel. Dias após a morte do pai, ele chamou o aluno em particular para, “com amizade e brandura”, dar-lhe conselhos, afirmando que, a partir daquele momento, o menino seria amparo e chefe da família, precisando, para isso, ser muito aplicado para aprender depressa. Disse ainda que, daquela data em diante, ele seria filho do colégio e estaria isento de mensalidade. Segundo o autor, a atitude do diretor causou-lhe tamanha comoção que, a partir daquele dia, como forma de reconhecimento pelo gesto de bondade e

nobreza, dedicou-se tanto que se tornou um dos melhores alunos da classe, terminando o curso elementar em menos de dois anos.

Com ajuda de amigos, Rangel conseguiu realizar os exames preparatórios para o curso de humanidades em Ouro Preto, onde, posteriormente, ingressou na Escola de Farmácia, terminando em apenas dois anos o curso, que normalmente duraria três anos. Durante sua permanência na capital do Estado, sem recursos, empregou-se como colaborador da diretoria geral de obras públicas e, em horas vagas, dava aulas particulares. Nesse período, fez sua primeira participação como escritor no jornal *Gazeta de Pitangui*, com o conto *Um estóina*. Segundo Rangel, tal conto foi escrito sob a influência das leituras de *Turgueneff*⁶⁶ e *Maupassant*⁶⁷, que despertaram nele o anseio de ser um futuro “publicista e homem de letras”, sonho realizado mais tarde com ajuda de Arthur Joviano⁶⁸, que aceitou suas colaborações para o jornal *Cidade de Barbacena*.

Retornando a Juiz de Fora, montou uma farmácia onde exerceu a função de farmacêutico por sete anos. Porém, mesmo como farmacêutico, desdobrou-se em outras atividades laboriosas: lente da cadeira de geografia na Escola Normal (1902-1906); diretor dos Grupos Escolares da cidade (1907); lente da cadeira de geografia e professor de português na Academia de Comércio; professor de história natural e médica durante 20 anos na escola de farmácia e odontologia do Granbery. Em 1908, foi nomeado inspetor extraordinário de ensino e encarregado de organizar, na Exposição Nacional, o certame sobre representação pedagógica. Atuou também como Delegado de Ensino, representando o Governo do Estado em dois Congressos de Instrução na cidade do Rio de Janeiro.

Apesar de formado em Farmácia, José Rangel também ocupou o cargo de 1º suplente de substituto de Juiz Federal em Juiz de Fora, deixando o cargo somente em 1907, quando foi designado diretor do primeiro grupo escolar da cidade. A respeito do seu envolvimento na área do direito, também são encontrados artigos que o citam como

⁶⁶ Ivan Sergeiévitch Turgueneff (1818-1883): escritor russo de contos e novelas. Segundo Gomide (2005), nos últimos quinze anos do oitocentos, autores e obras vindos da Rússia tornaram-se a palavra de ordem nos meios artísticos europeus, e isso refletiu na *intelligentsia* brasileira posterior a 1870.

⁶⁷ Henri René Albert Guy de Maupassant (1850-1893): escritor francês, com predileção para situações psicológicas e de crítica social com técnica realista. Segundo Neves (2007), foi o contista francês mais representativo do século XIX, lido, traduzido e comentado por diversos jornais no país, entre os anos de 1880 a 1921, bem como nos principais estudos críticos e bibliográficos de historiadores da literatura Brasileira.

⁶⁸ Arthur Joviano (1862-1934): educador, jornalista e escritor. Foi abolicionista e propagandista da República quando residiu em Barbacena. Em 1906, desenvolveu o Programa do Ensino, ao determinar instruções específicas para aula de leitura, apresentando um novo método que poderia ensinar a ler para que fossem atingidos os objetivos do ensino primário.

defensor em alguns julgamentos no fórum da cidade. Segundo Miceli (1977), a possibilidade de os indivíduos ocuparem posições de destaque dependia menos dos títulos e diplomas, e mais do capital de relações sociais que conseguiam mobilizar. Com efeito, Rangel confirma esse fato em seu livro de memórias:

Mercê de várias comissões que desempenhei no meu Estado, e de cargos que ocupei no departamento do ensino, dependente, então da Secretaria de Negócios Interiores, oportunos ensejos me foram proporcionados para conhecer mais de perto figuras de relêvo da administração republicana de Minas, com as quais entretive não só relações de caráter oficial, como as de natureza pessoal, que ainda hoje me desvanecem por terem, algumas, adquirido feição afetiva de duradoura estima (RANGEL, 1940, p. 323).

Como escritor, especializou-se no conto e na crônica, colaborando para diversos jornais da cidade e da capital federal, para onde se mudou em 1922. Essa mudança estava intimamente ligada às relações sociais estabelecidas por Rangel, de modo que foi designado pelo Presidente Artur Bernardes como diretor da Escola Normal do Distrito Federal e do Instituto João Alfredo.

Mesmo residindo na capital do país, Rangel mantinha estreitas relações com o Governo de Minas, sendo, durante muitos anos, membro do Conselho Superior de Instrução, motivo pelo qual era obrigado a comparecer às reuniões mensais, em Belo Horizonte. Essas reuniões aproximaram Rangel dos principais representantes municipais, dos chefes locais do PRM, de coronéis influentes, deputados e senadores. O desinteresse por posições políticas⁶⁹ fez com que muitos desses representantes o convidassem a dar seu parecer em assuntos de relevância, o que sempre o fazia de forma sincera e desinteressada.

1.1.6 Lindolpho Gomes

Neto do Barão de Mambucaba⁷⁰ e filho do médico Antônio Francisco Gomes com a senhora Paulina Sophia Bacellar Gomes, Lindolfo Eduardo Gomes nasceu em 12 de março

⁶⁹ Apesar José Rangel afirmar, que não havia por parte dele um desinteresse por questões políticas, o mesmo ocupou cargos públicos como o de diretor da Escola Normal e também Diretor do Grupo Escolar, que na época eram cargos comissionados, portanto fruto de indicações políticas.

⁷⁰ José Luiz Breves Gomes (1790-1855): vereador, presidente da Câmara e delegado de polícia em Pirai (RJ). Juiz de Paz em Mambucaba, distrito de Angra dos Reis (BASTOS, 1975. **Lindolfo Gomes**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura).

de 1875, em Guaratiguetá (SP). Após a morte da mãe, quando ele tinha dois anos de idade, seu pai transferiu-se para Juiz de Fora.

Aos seis anos, foi morar com familiares em Resende (RJ), onde estudou e passou toda sua juventude, onde foi discípulo da professora Antônia Pereira de Carvalho Cabral, irmã do ilustre pedagogo Felisberto de Carvalho⁷¹. Como era aluno aplicado, tornou-se monitor dirigente das classes atrasadas e terminou seus estudos com distinção.

Lindolpho Gomes tinha como amigo de infância e colega de escola o poeta Luiz Pistarini⁷². Aos quatorze anos, estreou no jornalismo como redator do pequeno quinzenário *Astro de Resende* e, pouco antes da Proclamação da República, contribuiu para pequenos hebdomários das cidades vizinhas. Nas horas de lazer, escrevia comédias que eram representadas no *Grêmio Dramático Infantil* e muito apreciadas pelos jornais da cidade de Resende.

Deu continuidade aos estudos preparatórios na cidade do Rio de Janeiro, onde residiu durante um tempo, mas suas biografias não informam se o mesmo ingressou em alguma faculdade⁷³. Sabe-se que, em 1893, mudou-se para Barra Mansa (RJ), onde trabalhou em jornais locais, em prol do governo de Floriano Peixoto. Em 1894, por concurso, foi nomeado funcionário da Estrada de Ferro Central do Brasil e, em 1895, mudou-se para Juiz de Fora, onde residia seu pai.

Como suas ideias republicanas estavam em pleno acordo com as convicções políticas de Estevam de Oliveira, este o convidou a assumir a secretaria do jornal *Correio de Minas*, onde passou grande parte da sua vida profissional. Redigiu também para os jornais *O Pharol*, tanto na fase em que o mesmo era de propriedade de Cesário Alvim, quanto na gestão de Christóvão Malta. Contribuiu também para os seguintes jornais: *Jornal do Commercio*, *Diário do Povo*, *Diário Mercantil*, além da revista *Marília*, entre outros.

Fundou e redigiu em Palmira (hoje Santos Dumont) o semanário *A Palavra*. Em Cataguazes, tornou-se redator dos jornais *O Arauto* e o *Jornal de Minas*. Foi redator e proprietário do jornal *Lar Catholico*, em Juiz de Fora, e um dos redatores do jornal de São

⁷¹ Professor Fluminense formado pela Escola Normal da província do Rio de Janeiro, Felisberto Rodrigues Pereira de Carvalho (1850-1898) escreveu um conjunto de livros didáticos pela Editora Francisco Alves (VILLELA, 2004).

⁷² Luiz Pistarini (1877-1918): poeta nasceu em Resende, passou parte da sua juventude em São Paulo e no Rio de Janeiro. Trabalhou em jornais de Resende e do Rio de Janeiro, onde conviveu com poetas e escritores da época, entre os quais Olavo Bilac (Disponível em: <https://www.aedb.br/aedb/corredor-cultural-tem-exposicao-sobre-o-poeta-luiz-pistarini/>, acesso em 30 de janeiro de 2019).

⁷³ Em nenhuma biografia consta que o mesmo tenha feito curso superior, mas elas afirmam que ele exerceu advocacia criminal, além de promotor de justiça interino em Palmira, hoje cidade de Santos Dumont (MG).

João del-Rei *A Opinião*. Nas lides educacionais, atuou como inspetor escolar municipal de Cataguases, nomeado em 1902, por Delfim Moreira. Em 1907, foi nomeado inspetor Técnico de Ensino. Alguns biógrafos afirmam que ele foi inspetor de ensino até 1922, porém há registros no livro de Matrícula dos Delegados Literários⁷⁴ que confirmam sua admissão como inspetor no dia 20 de outubro de 1902, mas pediu exoneração em 17 de novembro do mesmo ano.

Organizou e dirigiu grupos escolares em diversas localidades do Estado, tornando-se, a partir de 1910, diretor do grupo escolar de São João del-Rei. Também foi Membro do Conselho Estadual de Educação e Assistente Técnico do Ensino de Minas Gerais, por nomeação do Presidente Antônio Carlos. Atuou como professor da Escola Normal Oficial da cidade de Juiz de Fora e na Academia de Comércio. Quando aposentou nessas instituições, tornou-se Inspetor Federal de Ensino no Rio de Janeiro.

Exerceu também o cargo de advogado criminal em diversas comarcas do Estado, tendo sido promotor de justiça interno na cidade de Palmira. Trabalhou também no fisco federal e no serviço de recenseamento em Juiz de Fora, não podendo concluir tal trabalho por ter sido nomeado Inspetor Técnico de Ensino (1907).

Poeta, Jornalista, contista, ensaísta, folclorista, professor e teatrólogo, foi também autor da letra do hino de Juiz de Fora e ganhador de vários concursos literários, entre os quais um realizado pelo jornal *O Pharol*, concorrendo com dois contos e ganhando o primeiro e o segundo lugar. Em 1917, ganhou o concurso promovido pelo jornal *Diário Mercantil*, eleito o maior prosador de Minas Gerais. O autor também deixou uma considerável obra literária, dividida em poemas – **Alma em flor** (1896), **Romance**, (1897), **Motivos** (1936), **Luto lusitano** (1936), **Filha morta** (1936) e **45 sonetos** (1936) – e prosa – **Iriantes** (1933); **Vida galante** (1896), **Mortalha** (1903), **Maria da Graça**, **Sinhá Miguta**.

Além da sua produção poética e em prosa, destacam-se suas peças de teatro: **Pedras no telhado**, **Às escuras**, **Quo Vadis**, **Marido conquistado**, **Precisa-se de uma mulher**, **Cá em casa**, **O secretário**, **O fantasma do morro**, **Uma pela outra**, **Anjo da paz**, **Era uma vez um pastorzinho**, **O pessoal da moda** e **Modos e moda**.

Somando-se a esta vasta produção, desenvolveu estudos filológicos, de língua portuguesa e de história: **Estudos de Português**, **O problema crisfal**, **Tiradentes e a**

⁷⁴ O livro de Matrícula dos Delegados Literários é parte do acervo do Arquivo Público Mineiro.

história, A autoria das Cartas Chilenas, Estudos literários, filológicos e históricos, Lições de língua pátria, Esboço histórico da instrução em Minas Gerais entre outros. Como se pode perceber, a curiosidade desse intelectual não tinha limites, estendendo-se desde vários estudos sobre a origem do nome de Juiz de Fora, juntamente com Albino Esteves, até estudos da tradição folclórica: **Contos populares** (1818) e **Nihil Novi...** (1927).

1.2 AS APROXIMAÇÕES EM TORNO DAS LETRAS

Com base na análise das biografias, é possível perceber que todos os intelectuais, até mesmo aqueles que galgaram o ensino superior, encaminharam-se para as letras, como jornalistas, escritores ou professores. Segundo Miceli (1977), a posição de escritor aparece, nessa conjuntura, como produto de uma estratégia de reconversão que se impõe por força das perdas financeiras da família.

Quadro 2: Dilapidação dos pais⁷⁵.

NOME	DATA E LOCAL DE NASCIMENTO	PROFISSÃO DO PAI	DILAPIDAÇÃO SOCIAL DOS PAIS	ESCOLARIDADE
ALBINO ESTEVES	1883 – Sapucaia (RJ)	Cirurgião Dentista	Órfão de mãe aos 10 anos, carência de recursos.	Colégio Andrés de Juiz de Fora, Escola Normal de São João del-Rei, Colégio Lucindo Filho, Faculdade Livre de Direito do Distrito Federal (abandonou no 5º ano), Escola de Odontologia do Granbery, transferindo-se para a Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora, formando-se em 1915.
BELMIRO BRAGA	1872 – Vargem Grande, hoje Belmiro Braga (MG)	Comerciante	Órfão de mãe aos 12 anos, carência de recursos.	Colégio Ateneu Mineiro por apenas 1 ano.
ESTEVAM DE OLIVEIRA	1853 – São José do Turvo – Piray (RJ)	Professor	Órfão de mãe aos 8 anos e de pai aos 12 anos.	Primeiras letras com os pais. Curso elementar aos 21 anos. Preparatório incompleto, Colégio Luís do Lago.
JOSÉ RANGEL	1868 – Pitangui (MG)	Dentista	Órfão de pai aos 12 anos.	Curso elementar no Ateneu Mineiro em Juiz de Fora, Escola de Farmácia de Ouro Preto.
HEITOR GUIMARÃES	1868 – Sarandira – Juiz de Fora (MG)	Provável fazendeiro	Órfão de pai aos 7 anos, carência de recursos.	Primeiras letras com familiares, posteriormente frequentou o colégio Progresso, Ateneu Mineiro e colégio Santa Cruz, todos em Juiz de Fora.
LINDOLPHO GOMES	1875 – Guaratinguetá (SP)	Médico	Órfão de mãe aos 2 anos, carência de recursos.	Liceu Resendense, Humanidades em Barra Mansa e no Rio de Janeiro.

Fonte: Pesquisadora.

De acordo com os dados do Quadro 2, é possível verificar que todos ficaram órfãos de pai ou mãe ainda na infância. Esse fato, que foi comum em suas respectivas famílias,

⁷⁵ Quadro construído a partir do modelo dos trabalhos de Miceli (1977) e Christo (1994) e com base nas biografias estudadas.

possivelmente determinou o processo a que Sérgio Miceli (1977) denomina “dilapidação social”, que consiste na perda do *status*, no processo de empobrecimento das famílias. Estas, já não tendo mais o capital material, valem-se do capital social disponível, por meio de conjunturas estratégicas de reconversão, seja pela educação, seja pela escolha de cursos superiores, seja por casamento, seja por nomeação para cargos públicos ou burocráticos, seja por proteção de padrinhos ou amigos abastados.

Ao estudar os fundadores da AML, com base na análise da obra de Christo (1994), é possível perceber que o empenho desse grupo para abrir espaços de atuação na vida cultural da cidade tem relação com o processo de dilapidação e reconversão social a que estiveram sujeitos. Contudo, a autora acrescenta que as estratégias de reconversão social, pautadas na inserção desses indivíduos no mercado cultural, foram orientadas também pelo puro desejo de ascensão, de quem não era herdeiro ou parente de pessoas ou de grupos dominantes. Eles pretendiam, por meio da apreensão de valores culturais ou de sua escolaridade ou autodidatismo, alcançar o mercado de trabalho (ainda em formação), a produção cultural, bem como o *status* junto à “boa sociedade” (CHRISTO, 1994).

Esse processo foi observado por Miceli (1977) ao estudar a trajetória social de uma categoria de letrados atuantes na chamada República Velha (1889-1930). Essas estratégias de compensação da dilapidação social enfrentadas por esses grupos coincidiram com o momento de expansão de postos administrativos, políticos e culturais. O que também é verificável no município de Juiz de Fora, na medida em que, até então, esses postos não existiam ou o acesso a eles era vedado aos não integrantes das classes dominantes.

A transformação ocorrida em Juiz de Fora pode ser analisada à luz de **A cidade das letras** (1984), de Angel Rama⁷⁶, para quem as cidades latino-americanas, desde a colonização, foram sendo constituídas tendo como base a visão da parte letrada da sociedade. Conforme o autor, essas cidades são um “parto de inteligência”, já que, longe da estrutura da cidade orgânica medieval, ficaram inscritas em um ciclo de cultura universal. Desse modo, diante das condições históricas do período de emergência da sociedade moderna (século XV ao XVIII), a cidade passou a ser um sonho transposto para as terras do Novo Continente. Nesse cenário, como um Novo Mundo, os desbravadores, junto ao

⁷⁶ Ángel Rama (1923-1983): foi um dos mais destacados intelectuais uruguaios do século XX, reconhecido como o grande crítico latino-americano de seu tempo.

Estado, à Igreja e às elites letradas da Europa Ocidental em seu processo de expansão, encontraram um lugar propício para a ampliação de seus ímpetus modernizadores.

Como o processo de dominação, organização e modernização das cidades do chamado Novo Mundo demandou um trabalho de gerações, ele não se encerrou no século XVIII. Assim, dentro dessa evolução das cidades letradas, percebe-se Juiz de Fora, em finais do século XIX e início do século XX, firmando-se naquilo que Rama (1984) classificou como “a cidade modernizada”. Esta se caracterizou pela ampliação do circuito letrado, pela incorporação em sua estrutura social de um novo setor ou grupo social, a que o autor denomina “novos intelectuais”, composto, em especial, por pedagogos e jornalistas.

Miceli (1977) destaca esse momento histórico da literatura brasileira como uma fase em que se desenvolveram condições favoráveis à profissionalização do trabalho intelectual, especialmente em sua forma literária, e a formação de um campo intelectual relativamente autônomo, como confirma Rama (1984), segundo o qual, em um contexto em que as cidades eram sustentadas pelos centros econômicos, e a sociedade burguesa ascendia, a escrita surgiu como a alavanca de ascensão social, de respeitabilidade pública e de incorporação aos centros do poder.

No setor letrado, no exercício independente das denominadas profissões liberais, ou na criação de institutos habilitadores (professores primários e de segundo grau), instauram-se, para as funções intelectuais, espaços mais livres e menos dependentes do poder do Estado. Foi também nesse espaço liberal urbano que começou a desenvolver-se um espírito crítico, buscando abarcar as demandas dos estratos baixos da sociedade, ainda que ambicionando, obsessivamente, infiltrar-se no poder (RAMA, 1984).

Desse modo, assistiu-se em Juiz de Fora à ascensão de um grupo que procurou firmar-se, em meio a uma sociedade até então excludente, em torno de alguns objetivos comuns: criar uma Academia Mineira de Letras; fazer da educação uma alavanca ao progresso do país; ocupar cargos públicos e de projeção; expandir suas ideias e adquirir visibilidade em meio à sociedade. Mais do que estratégias de manutenção de *status*, essas ações consistiram em novas formas de reconversão social. Pode-se pensar que os fundadores da AML, como um grupo de intelectuais, organizaram-se em torno do que Sirinelli (1996) considera uma “sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas”, mas igualmente determinantes, fundando “uma vontade e um gosto de conviver”. Trata-se

de estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que não podem ser ignoradas ou subestimadas pelo historiador.

As dimensões afetivas e ideológicas da vida individual e social podem ser um dos fatores responsáveis por unir esse grupo em torno de uma rede de sociabilidades, a qual secreta microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. Assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla definição: simultaneamente, “redes que estruturam” e “microclima que caracteriza um microcosmo intelectual particular” (SIRINELLI, 1996).

1.3 ÀS MARGENS DO CAMINHO NOVO: A CIDADE NA MEMÓRIA DOS LETRADOS

Este tópico aborda o desenvolvimento de Juiz de Fora, na perspectiva de alguns membros do grupo de letrados selecionados por esta pesquisa. Muitos deles escreveram sobre a cidade, construindo uma memória de seu desenvolvimento, mas, como acontece com grande parte das memórias, é ufanista, mostra-se embevecida com os processos de urbanização, desenvolvimento econômico e industrialização.

Tais indicadores de modernização e progresso fazem parte do ideário político e cultural de fins do século XIX e início do século XX, sendo, portanto, contemplados nas narrativas que constroem a memória da cidade de Juiz de Fora. Nesse sentido, é relevante assinalar que, na construção dessas memórias, faz-se presente a exaltação da pujança literária local e da escolarização, o que envolve a identificação das primeiras escolas construídas e de Cursos de Educação Superior.

Além de procurar captar as representações da cidade de Juiz de Fora nas narrativas do grupo, este tópico busca ilustrar a percepção por parte dos sujeitos investigados sobre a sociedade na qual viveram e desenvolveram suas redes de sociabilidades. A apresentação dessa percepção se fará a partir das memórias de alguns deles registradas em seus livros e entrelaçadas à produção acadêmica, bem como de estudos e trabalhos sobre a história local. Busca-se também identificar os projetos de modernização que eram operados na cidade de Juiz de Fora naquele momento assim como a participação desses sujeitos na execução desses projetos.

A pesquisa realizada entre os anos de 1904 e 1915 por Albino Esteves resultou no livro **Álbum do Município de Juiz de Fora**⁷⁷, cuja primeira parte consta de 75 páginas que relatam, a partir de documentos oficiais⁷⁸, a origem da cidade. Oriunda de um povoamento e uma ocupação que se realizou a partir de 1830, Juiz de Fora surgiu às margens do chamado Caminho Novo⁷⁹, entre a Corte e a região das minas, adquirindo o título de cidade em 1850. Segundo o autor, Garcia Rodrigues⁸⁰, por ter realizado a obra de abertura do Caminho Novo, foi recompensado pelo Rei de Portugal com quatro Sesmarias, além de uma para cada filho, as quais foram escolhidas à margem do caminho por ele traçado. Com o passar dos anos, os filhos do sertanista foram estabelecendo-se na região, construindo fazendas, em cujo entorno foram formando-se pequenos povoados (um dos quais o da “Boiada”), mas que foram sendo vendidas posteriormente.

Na região da Boiada, havia um sobrado a que todos chamavam de “casa do Juiz de Fora”⁸¹, por pertencer a um magistrado que vinha de fora para atuar na região. Esse povoado, como descreve Albino Esteves (1915), contava com uma capelinha e um amontoado de casas toscas, ranchos para tropas e pousadas, onde aqueles que se dispunham a realizar a penosa viagem até a região das minas de ouro refaziam suas forças e alimentavam os cavalos. A esse pequeno povoado é atribuída à origem da atual cidade de Juiz de Fora, que nasceu como uma parada de tropeiros que se dirigiam às regiões mineradoras.

A respeito desse povoado, Lindolpho Gomes (1938) também traça algumas linhas em seu livro **Contos Populares Brasileiros**⁸². Com o título “A lenda do Morro da Boiada

⁷⁷ A primeira parte do livro descreve o roteiro do caminho novo realizado, a partir de documentos como livros de Registros de Ordens, Autos de criação de Comarcas e Vilas, pedidos de autorização aos bispos para construção de igrejas e criação de paróquias, além de uma carta da Rainha Maria Primeira de Portugal dirigida ao Alferes Joaquim da Silva Xavier (Tiradentes), em decorrência dos três anos de serviços prestados, até a data de 24 de dezembro de 1781, como Comandante da “Patrulha do Caminho Novo”, onde o mesmo a serviu com munições, soldados e cavalos, além de alimentos para tropas.

⁷⁸ Esses documentos incluíam cartas, documentos de posse, escrituras e livros entre os quais **Viagens nas províncias do Rio de Janeiro e de Minas Geraes 1816-1817** (SAINT HILAIRE, 1818).

⁷⁹ O Caminho Novo dos Campos Gerais traçado por Garcia Rodrigues no início do século XVIII, que partia da Borda do Campo, atual Barbacena, indo em direção ao Rio de Janeiro, permitiu o encurtamento do transporte do ouro até à Corte, abrindo trilha em região pouco explorada naquela época (a Zona da Mata Mineira) e possibilitando novas perspectivas econômicas, políticas e sociais para a região.

⁸⁰ Garcia Rodrigues Pais, filho primogênito do Bandeirante Fernão Dias Pais Leme.

⁸¹ Os historiadores afirmam que o nome dado à cidade de Juiz de Fora é proveniente do fato de ter residido na localidade um juiz nomeado pela Coroa Portuguesa para atuar onde não houvesse magistrados.

⁸² Tais contos, segundo os biógrafos de Lindolpho Gomes, foram coletados durante suas viagens como Inspetor de Ensino, mas o próprio autor, em nota de rodapé, afirma que a história foi “colhida na região da Mata de Minas, de um camarada com quem o autor viajou” (GOMES, 1965, p. 173).

em Juiz de Fora”, o autor apresenta uma das narrativas locais contada pelos antigos moradores, a respeito da origem da cidade:

Lá no Morro da Boiada, onde era antigamente o arraial de Santo Antônio, que existia antes de se fundar Juiz de Fora, havia uma capelinha do santo e um cemitério.

Quando a População do Morro desprezou o local e veio cá para a vargem, onde está agora a cidade, trouxeram em procissão a imagem para o oratório do vigário, Mas, qual! A imagem voltou para a sua capelinha. Tornaram a trazer o santo, mas ele tornou a voltar.

Era mesmo uma teima sem remédio [...] (GOMES, 1965, p. 173).

A parada de tropeiros desenvolveu-se e ganhou destaque no final do século XVIII, quando as regiões mineradoras tornaram-se decadentes, e a agropecuária tornou-se a base da economia do país. A então região do Vale do Paraíba⁸³ mostrou-se como terras férteis para a produção do café, que passou a ser cultivado em todo o vale, incluindo seus afluentes. Dessa forma, Juiz de Fora, às margens do Rio Paraíba, afluente do Rio Paraíba do Sul, deixou de ser um simples pouso de tropeiros e tornou-se uma região de grandes fazendas produtoras de café.

A produção de café exigia seu rápido escoamento. A falta de uma estrada de ferro para esse fim levou os grandes produtores da região a investir na construção de uma rodovia para transportar o café com mais rapidez até os portos. Destaca-se na implementação desse projeto Mariano Procópio Ferreira Lage⁸⁴. Por volta de 1852, ao retornar ao Brasil, depois de longos estudos e observações realizados nos Estados Unidos e na Europa, o empreendedor apresentou extenso relatório ao governo imperial, solicitando uma concessão para construir, melhorar e conservar, à sua própria custa, duas linhas de estradas, promovendo, assim, a agricultura e o comércio, e facilitando a comunicação entre as províncias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro (BASTOS, 1991).

⁸³ Formado pela confluência dos rios Paraitinga e Paraíba e banhando os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, o rio Paraíba do Sul atravessa a conhecida região socioeconômica do Vale do Paraíba, sendo o mais importante do estado do Rio de Janeiro.

⁸⁴ Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872): nasceu em Barbacena e, após estudos elementares, foi para Europa e, posteriormente, para os Estados Unidos, onde se formou engenheiro. Voltando ao Brasil, colocou em prática o antigo sonho do pai de construir uma estrada de rodagem utilizando-se do novo processo de pavimentação do leito de estradas e adotando o sistema de pedágios. Além da construção da estrada de Rodagem União Indústria, fundação de uma colônia de imigrantes, fundação de uma escola agrícola em Juiz de Fora, tinha uma das maiores e mais ricas fazendas da região. Por seus feitos e influência, ocupou vários cargos públicos de relevância: diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II; um dos primeiros criadores de cavalo de raça do País o que o levou ao cargo de Presidente do Jockey Clube Brasileiro (Prado Fluminense); Deputado Geral pelo Partido Conservador; membro da delegação da Exposição Universal de Paris em 1867.

Logo que obteve a concessão, Mariano Procópio organizou a Companhia União Indústria e, conforme relata Albino Esteves (1915), contratou os engenheiros franceses Garou e Flangelot, que executaram as obras. O trabalho foi auxiliado por colonos alemães que chegaram à cidade, em 1858. Esses imigrantes também foram contratados pelo fazendeiro para realizarem as obras da Estrada de Rodagem União Indústria⁸⁵.

Dando continuidade à descrição da trajetória da cidade rumo à modernidade, Albino Esteves (1915) assinala que ela teve novo impulso logo que se iniciou o tráfego da Estrada União Indústria:

Essa estrada, cuja construção mereceu de Agassiz o título de estrada modelo, única no mundo, veio abrir novos horizontes commerciaes e industriaes a nossa cidade, pois que a falta de uma estrada de ferro era sobremodo sensível para o escoamento dos productos de toda a zona.

A União Industria, contando 144 kilometros de Petrópolis aqui (24 léguas) punha a capital do Imperio em contacto immediato com a densa população de Minas (ESTEVEES, 1915, p. 59).

Giroletti (1980), ao estudar a origem do crescimento industrial de Juiz de Fora, constata que o mesmo se deu a partir da construção da rodovia, que permitiu a dinamização da produção cafeeira, tornando a urbe um entreposto comercial. Isso implicou maior escoamento do produto e consequente concentração de capital, o que, além de possibilitar o desenvolvimento do comércio e de outras atividades econômicas, fomentou o convívio com o cosmopolitismo da cidade do Rio de Janeiro, então capital do País.

Mais importante do que a distância física entre Juiz de Fora e as cidades do Rio de Janeiro, Ouro Preto e, posteriormente, Belo Horizonte, destaca-se a natureza de sua urbanização. Enquanto as cidades barrocas formaram-se em meio à tradição religiosa católica, a população de Juiz de Fora teve sua vida “normatizada pelos sinos das fábricas de estilo neoclássico e o bater dos tamancos de seus operários de ambos os sexos e diversas nacionalidades” (CHRISTO, p. 10). Por constituir-se um terminal de rodovia, que servia a uma importante região cafeeira e ter-se transformado no polo econômico mais dinâmico da Zona da Mata, a cidade começou a reunir grandes interesses. Tornou-se palco de grandes negócios, de intensa circulação de mercadorias, de grande concentração e acumulação de

⁸⁵ Segundo Albino Esteves, a inauguração da estrada deu-se em 23 de junho de 1861, com a presença da casa reinante.

capital, compondo um polo de atração por excelência de novos e diversificados grupos populacionais: mão de obra especializada, imigrantes, comerciantes e industriais.

Figura 3: Rua Halfeld região central de Juiz de Fora século XIX.



Fonte: Álbum do Município.

Juiz de Fora tornou-se assim um polo atrativo para todos aqueles que buscavam novas oportunidades, principalmente nos cargos burocráticos que foram surgindo. José Rangel (1940), ao falar da cidade em seu livro memorialístico **Como o tempo passa**, traz a seguinte ilustração da cidade:

Em 1877 a cidade de Juiz de Fora não contaria, talvez, mais de 10 mil almas, apesar de constituir um centro de atração, pela sua fama de opulência, progresso e cultura aliás justificada, quanto à riqueza, pois o vasto município de que era sede contava numerosas fazendas de café, cujos proprietários – dado o valor desse produto, da moeda circulante, e o trabalho não remunerado da escravatura- iam dia a dia enriquecendo, aumentando os seus cabedais em terras, em plantações novas, em propriedades urbanas, em títulos da dívida pública, acumulando, alguns, por essa forma imensas fortunas, que se tornaram tradicionais, aliás, sem grande esforço, graças ainda a uberdade do solo conquistado as matas, além de fácil colocação das safras, já então levadas por via férrea, que veio substituir o transporte moroso feito anteriormente pelas carroças da União e Indústria ou em lotes de burros até os armazéns dos comissários (RANGEL, 1940, p. 49-50).

A origem da estrutura industrial de Juiz de Fora foi proporcionada pela burguesia que, naquele momento, era constituída pelos empresários locais e por alguns imigrantes (GIROLETTI, 1980)⁸⁶. Grande parte das indústrias locais estava nas mãos do que o autor

⁸⁶ Os imigrantes fixaram-se em Juiz de Fora para construção da Rodovia União Indústria, porém, antes do final da empreitada, a empresa faliu, o que levou à rescisão de contrato dos estrangeiros, que permaneceram

denomina “empresários autóctones”, que seriam os empresários locais ou de outros municípios, mas que possuíam suas receitas advindas de setores primários da economia (fazendeiros), do comércio e do exercício de profissões liberais. A respeito da contribuição dos imigrantes, José Rangel (1940) apresenta os sobrenomes das famílias de imigrantes que se tornaram parte da elite econômica da região. Além de nomeá-los, dando-lhes reconhecimento e distinção, Rangel avaliza suas ambições, considerando-os justos e enaltecendo os resultados sociais e econômicos que lograram obter:

Afora a contribuição provinciana que acorreria de todos os pontos de Minas para aumentar a população da cidade, os elementos preponderantes eram, nessa época, de origem germânica, os quais fixados nessa zona vieram a formar avultada descendência. Entre os muitos nomes conhecidos até hoje, posso citar os seguintes, de comerciantes e industriais dêsse e de tempos posteriores – os Hauck, Winter, Weiss, Freez, Bartels, Alfeld, Kemper, Surerus, Wenzel, Woolf, Kremer, Schmidt, Becker, Krambeck, Ioung, Stibler, Schubert, Faulhaber, Werner, Griese, Meyer, Horn, Neuman, Scoralick – os quais, vindo na sua maioria, como colonos, foram abandonando os lotes de terra que lhes haviam distribuído, nas imediações urbanas, por pouco produtivas, e se lançaram com perseverança e êxito em outras atividades mais remuneradoras do seu esforço e justa ambição, nas quais prosperaram, realizando, muitos, grandes empresas (RANGEL, 1940, p. 50).

Em estudo posterior, Andrade (1987) reafirma o processo de expansão da estrutura industrial de Juiz de Fora e reitera que a burguesia industrial originou-se da acumulação proveniente da cultura cafeeira, do comércio e da imigração. O peso que cada uma dessas áreas exercia sobre a atividade industrial é algo ainda a ser estudado. A autora argumenta que, a partir de um exame superficial das maiores unidades fabris locais, é possível afirmar que a burguesia nacional detinha a maior parte dos investimentos na área, sendo que a burguesia imigrante era representada apenas por duas empresas familiares: Pantaleone Arcuri & Spinelli e Fábrica de Malha de Antônio Meurer. A exceção seria a maior fábrica da cidade, a Companhia de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira, constituída por um consórcio de firmas Inglesas, em 1883.

O excedente do capital econômico propiciado pela indústria cafeeira fez desenvolver em Juiz de Fora um expressivo polo industrial com grande número de

na cidade onde se estabeleceram e, por meio de pequenas associações, criaram pequenas empresas. Não há ainda um consenso sobre a origem do capital empreendido para criar esses estabelecimentos; especula-se que o dinheiro possa ter sido acumulado durante a construção da rodovia, ou mesmo proveniente de alguma reserva que trouxeram do país de origem (GIROLETTI, 1980).

indústrias têxteis. Esse fato deu à cidade o título de “*Manchester Mineira*”, em alusão à conhecida cidade industrial inglesa *Manchester*.

Albino Esteves, ao escrever sobre a pujança industrial da cidade, expressa-se da seguinte forma:

Poucas cidades brasileiras possuirão o brilhante movimento industrial que Juiz de Fora demonstra pelo esforço da iniciativa particular, assinalando, assim, a pujança do seu desenvolvimento. Passando aos interesses a lista dos estabelecimentos industriais, fazemo-lo cômicos de que o leitor de nossa asserção se convencerá, entreendo em Juiz de Fora um meio adiantado e ótimo campo de iniciativas (ESTEVEES, 1915).

Percebe-se na fala do autor seu orgulho por viver em uma cidade desenvolvida. Assim como José Rangel, Albino Esteves esforça-se para agradar aos grupos ligados à indústria, associando a eles o desenvolvimento urbano e o destaque de Juiz de Fora como maior polo econômico da região. O autor ainda propagandeia a cidade fazendo alusão ao fato de que a ela poderia vir a ser um ótimo negócio para aqueles que decidissem nela investir.

Em seu livro **O Teatro em Juiz de Fora** (1910), Albino Esteves mostra, de forma ufanista, todo o seu interesse e admiração pela cidade, como se pode perceber no primeiro capítulo – “Fundação da Cidade” –, em que ressalta a vocação desenvolvimentista de Juiz de Fora, descreve o cenário urbano, exalta a natureza pródiga e fértil como inspiradora do imaginário dos escritores e poetas da terra:

Juiz de Fora é, não ignorava pessoa alguma, cidade fadada a tornar-se em próximo lapso de tempo, como de fato se nota, o centro convergente, másculo, dignificador do trabalho são, dos empreendimentos magníficos.
[...] Do alto, espirava o esmeraldino tapete da várzea recortada pelo cristal oscilante e fértil Paraibuna coleante, foslado, escoante, a fluir por entre o dorso das montanhas azuis e majestosas... (ESTEVEES, 1910).

Os literatos que se dedicaram a eternizar a memória da cidade, além de evidenciarem o destaque político, industrial e cultural, exaltaram as transformações urbanas advindas do lucro da produção cafeeira, do crescimento industrial e da influência política. Entre essas transformações destacam-se: criação de estabelecimentos de ensino (primário e secundário público e privado); bondes de tração animal (1881) e elétrico (1905); telégrafo (1884); telefone (1883); água em domicílio, via estação de abastecimento

(1885); energia elétrica e iluminação pública (1889).Essas transformações urbanas também refletiram na organização do setor financeiro – Banco Territorial Mercantil de Minas Gerais (1887) e Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1889) – e na ampliação do meio cultural da cidade – criação de teatros e clubes⁸⁷ e fundação da Academia Mineira de Letras (1909).

Lindolpho Gomes, além de dedicar-se à pesquisa da história de Juiz de Fora, onde viveu muitos anos, também era um admirador da cidade, cujo crescimento e progresso assim demonstra poeticamente:

E novas construções, novos prédios, surgindo.
 Multiplicam-se dando vida a cidade,
 A visão do esplendor, que ela vai conseguindo,
 Pela sua gente indômita vontade!
 E foi por isso, então, que ao vê-la entre as colinas,
 Que a circundam gentis, tão próspera e tão bela,
 O nome lhe pôs de ‘Princesa de Minas’
 Que ficou sendo dela – eternamente dela! (GOMES, 1965).

Heitor Guimarães foi outro literato que destacou a pujança da cidade. Em 1909, escreveu um artigo sobre o encerramento do ano letivo do Instituto Granbery e, após tecer elogios à instituição de ensino, deixou suas impressões sobre a cidade, destacando sua vocação industrial, comercial e intelectual. Para ele, o meio intelectual foi influenciado pela presença de institutos de educação que ofereciam o ensino superior desde o século XIX, o que demonstra o progresso e a modernidade de Juiz de Fora:

A vida local, cada vez mais intensiva, tem passado por varias modalidades, sem perder a sua característica primordial, que é a fonte originaria de seu progresso. Industrial desde sua fundação, Juiz de Fóra tornou-se logo um centro commercial respeitavel.
 Á indústria e ao commercio, que foram e continuam a ser a força material impulsionadora de nosso evoluir, juntou-se em breve o elemento intellectual, a principio revelado na imprensa e mais tarde nos estabelecimentos de ensino⁸⁸.

A transformação urbanística da cidade consistia em projetos modernizadores. Dessa forma, a narrativa adotada pelos memorialistas vai chegando ao ponto nodal, ao afirmar que as transformações urbanas intervinham também nas transformações sociais e literárias.

⁸⁷ Durante a pesquisa, foi possível identificar clubes (Clube Dramático, Clube dos Planetas, Clube de Juiz de Fora e Clube Sete de Setembro) que promoviam saraus, jantares dançantes e palestras literárias, nos quais circulavam os literatos estudados nesta tese.

⁸⁸ Heitor Guimarães, *O Pharol*, 26 de dezembro de 1909.

2 REDES DE SOCIABILIDADES, ESPAÇOS EDUCACIONAIS E PROJETO MODERNIZADOR: EDUCAÇÃO E CULTURA PARA UMA CIDADE DE VOCAÇÃO INDUSTRIAL

Pretende-se neste capítulo analisar como os espaços educacionais e culturais da cidade de Juiz de Fora contribuíram para a constituição das redes de sociabilidades dos literatos estudados nesta tese. Para isso, serão levadas em consideração as contribuições de Sirinelli (1996), para quem a noção de rede de sociabilidades refere-se a relações estruturadas que falam de lugares mais ou menos formais de aprendizagens e trocas, de laços que se atam e de contatos e articulações fundamentais. Essas redes remetem ao microcosmo particular de um grupo, no qual se estabelecem vínculos afetivos e produzem-se sensibilidades que se constituem como marcas características.

De acordo com Sirinelli (1996), nos estudos sobre intelectuais, é preciso lembrar que as redes ou os lugares de sociabilidades em que eles transitam não são espaços determinados ou estáticos, uma vez que dependem das relações estabelecidas entre os sujeitos e das posições ocupadas por eles no mesmo lugar. Sendo assim, os intelectuais devem ser entendidos como agentes que ocupam posições diferentes em os espaços que se interligam, formando as redes de sociabilidades: entre espaços de sociabilidades, os intelectuais desempenham, ao mesmo tempo ou em momentos distintos, funções de criação ou de mediação intelectual, podendo movimentar-se nas suas redes e estabelecendo, ao longo de suas trajetórias – biográficas, profissionais ou políticas –, inúmeras relações com outros sujeitos e espaços.

Quanto ao estudo dos intelectuais, Sirinelli (1996) orienta sobre a necessidade de descer até o estrato intermediário dos intelectuais de menor notoriedade, mas que tiveram importância enquanto viveram. Em outras palavras, deve-se buscar a camada mais escondida dos “despertadores” que, sem serem muito conhecidos, ou sem terem adquirido uma reputação vinculada ao seu papel real, representaram um exemplo para as gerações posteriores, exercendo influência cultural e política.

Seguindo essas orientações de Sirinelli (1996), Gomes e Hansen (2016) destacam o papel dos intelectuais mediadores como sujeitos que, exclusiva ou paralelamente, realizam atividades como mediadores culturais. Partindo da concepção de que o intelectual criador e o mediador podem, ou não, estar encarnados no mesmo indivíduo, e de que o intelectual

mediador não deve ser entendido como um mero transmissor, as autoras consideram que um mesmo intelectual pode ter várias posições:

‘Um mesmo intelectual pode ser criador’ e ‘mediador’, pode ser só ‘criador’ ou só ‘mediador’, ou pode ser ‘mediador’ em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, sendo seu valor atribuído pelo reconhecimento de seu trabalho, quer pelo público, quer pelo próprio campo intelectual com a qual dialoga. Essas opções não devem ser consideradas posições fixas, do mesmo modo que não há identidades profissionais ou pessoas fixas e imutáveis (GOMES e HANSEN, 2016, p. 14; destaques no original).

Para as autoras, é possível distinguir as práticas culturais e os projetos políticos com os quais um intelectual, individualmente ou em grupo, atua em determinado contexto, constantemente de forma múltipla, ou seja, como criador ou como mediador.

A partir dessas concepções de intelectuais mediadores e de redes de sociabilidades, pretende-se lançar um olhar sobre os literatos estudados, fazendo-se, para isso, a análise do espaço cultural por onde transitavam, das relações que estabeleciam e das funções que ocupavam. Por terem-se envolvido com assuntos educacionais, o objetivo deste capítulo consiste em remontar o panorama educacional da cidade.

José Rangel (1940), afirma que, Juiz de Fora sempre fez jus ao conceito de cidade culta, irradiando sua influência para além das delimitações mineiras, já que seus institutos de educação atraíam alunos de afastadas procedências, não se restringindo à sociedade que a constituía, mas ampliando-se pela presença de suas boas letras e de seus costumes civilizados:

Desde tempos bem remotos têm sido os seus educandários frequentados por numerosas gerações de estudantes, de afastadas procedências, pela circunstância de se encontrarem estabelecimentos de ensino secundário tão somente em privilegiados centros, dispersos por zonas distantes e de difícil acesso (RANGEL, 1940, p. 160).

Arthur Azevedo⁸⁹ concedeu a Juiz de Fora o epíteto de “Atenas de Minas”. Segundo Oliveira (1966), essa denominação deve-se à considerável relevância cultural da cidade no final do século XIX e início do século XX, seja pelos espetáculos que recebia, seja pelo número de periódicos que circulavam na época, seja pelo número de escolas.

⁸⁹ Jornalista, poeta, contista e teatrólogo, Arthur Azevedo foi fundador da cadeira de número 29 da Academia Brasileira de Letras, em 1907, e, ao visitar Juiz de Fora, para assistir à sua peça teatral “O Dote”, deu à cidade o epíteto “Atenas de Minas”.

Os institutos de ensino, os clubes, os teatros, as exposições artísticas e os saraus fizeram parte da vida cultural da cidade de Juiz de Fora, propiciando ambientes onde os sujeitos estudados nesta tese circulavam e teciam suas redes de sociabilidades, atuando como intelectuais mediadores. Dessa forma, com a finalidade de delinear essas relações, este tópico apresenta alguns desses espaços educacionais.

2.1 ESPAÇOS E PROJETOS EDUCACIONAIS NA “ATENAS DE MINAS”

A construção deste tópico justifica-se pelos seguintes aspectos em relação aos sujeitos investigados: compor o cenário das redes de sociabilidades tecidas em torno de projetos educacionais; demonstrar os espaços por onde circulavam, facilitando a identificação de suas impressões sobre a educação; analisar sua atuação como coadjuvantes desses ambientes a partir de seus registros a respeito da educação na cidade. Inicialmente, a partir de bibliografia pertinente e dos registros dos literatos, será traçado um panorama sobre a história das instituições de ensino na cidade.

Em finais do século XIX e início do século XX, Juiz de Fora apresentava um expressivo número de escolas, sendo em 1906 a maior população escolar de Minas Gerais: dos 3000 alunos, 1940 estavam matriculados na rede particular de ensino; 328 matriculados na rede municipal (8 escolas mistas e uma escola noturna para o sexo masculino); os demais divididos entre a rede Estadual de Ensino e a Escola Normal, destacando que nesse total não estavam incluídos os alunos da área rural da cidade (KAPPEL, 2010).

De acordo com Albino Esteves (1915), nos primórdios da história da cidade, a instrução, fosse pública ou particular, estava fartamente distribuída, em excelentes estabelecimentos de ensino. Ao analisar as biografias dos literatos estudados nesta tese, percebe-se que alguns desses estabelecimentos foram frequentados por eles ou como alunos (Albino Esteves, Belmiro Braga, José Rangel e Heitor Guimarães) ou posteriormente como professores (José Rangel, Heitor Guimarães, Lindolpho Gomes). Esteves de Oliveira também exerceu o magistério na cidade, porém, como professor particular de português e francês.

Albino Esteves, em **O Álbum do Município de Juiz de Fora** (1915), fazendo o histórico das escolas que existiram ou existiam na cidade até 1915, afirma que o primeiro estabelecimento de ensino criado na cidade foi o Colégio Roussin, seguido do Colégio

Paixão que, anos depois, após mudar de donos, converteu-se no Atheneu Mineiro. Além desses o autor enumera: Colégio Santa Cruz; Colégio Providencia; Colégio São Salvador; Escola Agrícola⁹⁰; Colégio Andrés; Externato Hermes; Colégio Café; Atheneu de Letras; Externato Moreira Pinto; Colégio Nossa Senhora da Conceição (para meninas); Colégio Nossa Senhora da Piedade; Escola Normal; Colégio Freire; Colégio Sion; Externato das professoras Onofrina Silva e Olympia Hungria; Colégio Paletta; Externato das Irmãs de Caridade; Colégio de D. Maria do Carmo Goulart e Carlota Malta.

De acordo com os relatos de Albino Esteves (1915), em 1915, encontravam-se em funcionamento as seguintes escolas: Escola subvencionada diurna e noturna do Borboleta; Colégio e Escola Normal Delfino Bicalho (1905); Asylo João Emilio (1895); Colégio Alencar (1911); Colégio Lucindo Filho (1911); Colégio Mineiro (1890); Colégio Santa Catarina (escola dos pobres em 1899, e colégio em 1909); Colégio Stella Matutina (1913); Curso Fundamental (1914); Curso particular de Preparatórios; Escola de Engenharia; Escola Evangélica Alemã; Escola Normal Santa Cruz⁹¹ (1913); Escolas Paroquiais (uma no Colégio Santa Catarina – ensino de português e ensino de alemão –, outra na “Rua das Escolas”⁹² e uma na Tapera⁹³); Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora; Faculdade de Direito de Juiz de Fora; Escola Regimental (1906); Escola de São Roque (1913); Externato Juiz de Fora; Ginásio de Minas (antigo colégio Malta, fundado em 1893); Ginásio Santa Cruz (1914, antigo colégio Santa Cruz).

É importante ressaltar que, apesar desse significativo número de escolas, a educação não era totalmente democratizada. Com efeito, de acordo com informações de José Rangel (1940) e ratificadas por Albino Esteves (1915), até a instalação dos Grupos Escolares criados a partir da reforma educacional empreendida durante o Governo João Pinheiro, em 1906, poucos eram os estabelecimentos que ofereciam ensino gratuito.

As transformações ocorridas em Juiz de Fora decorrentes da industrialização tornaram-se mais evidentes na cidade após 1890, quando cafeicultores, comerciantes e industriais investiram em eletrificação, comunicação, transporte e sistema bancário, dotando a cidade de infraestrutura adequada ao desenvolvimento industrial (YAZBECK, 1999). Esse

⁹⁰ A Escola Agrícola foi criada pela Companhia União Indústria, em junho de 1877, tendo como diretor C. Leopoldo Ribeiro da Silva.

⁹¹ Em 1915, Heitor Guimarães era vice-diretor da Escola Normal Santa Cruz.

⁹² A “Rua das Escolas” é a atual Rua Bernardo Mascarenhas, que levou essa alcunha por abrigar a Escola Agrícola, a Escola dos Alemães e a Escola Paroquial.

⁹³ A região da Tapera corresponde à área em torno da fazenda da Tapera, atualmente bairro Santa Terezinha.

movimento é caracterizado como um segundo período de industrialização, em que fábricas de maior porte foram sendo instaladas, provocando um aumento significativo da população operária (GIROLETTI, 1988).

Nesse contexto, percebe-se que, assim como a indústria e o comércio, a educação passou a ser vista como um investimento necessário para o desenvolvimento da economia, na medida em que novos postos de trabalho foram surgindo, principalmente burocráticos, que passaram a exigir mão de obra especializada. A necessidade de pessoal qualificado fez surgir novos estabelecimentos de ensino que desempenharam o papel formador das elites burocráticas. Em Juiz de Fora, entre os estabelecimentos aptos para atender tal demanda, destaca-se a presença de duas importantes instituições particulares de ensino, que promoveram a educação superior na cidade ainda no século XIX: o Instituto Granbery, fundado em 1890, e a Academia de Comércio, em 1891 (YAZBECK 1999).

No tópico a seguir, serão abordadas essas duas instituições: além de terem contribuído para profundas transformações culturais e intelectuais operadas na cidade de Juiz de Fora, na medida em que se comprometeram com a educação da elite local, promovendo o ensino superior ainda no século XIX, foram espaços por onde circulavam alguns dos sujeitos investigados por esta tese.

2.1.1 Colégio Granbery e a educação da elite

Com a República e a conseqüente separação entre Estado e Igreja, ocorreu a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos, distanciando a atuação da Igreja Católica do setor educacional, o que facilitou a abertura para que outras instituições de diferentes crenças religiosas entrassem no país. Juiz de Fora, que apresentava identidade cultural⁹⁴ diferente das cidades da região mineradora, predominantemente católicas, tornou-se polo atrativo para diversas instituições religiosas. Mais do que um projeto educacional para a cidade, a presença de instituições de ensino com vínculos religiosos fez parte de um projeto ideológico e religioso (YAZBECK, 1999). Destaca-se nesse período o

⁹⁴ Cabe lembrar que Juiz de Fora recebeu um contingente de imigrantes alemães na década de 1860, e estes se dividiam entre católicos e protestantes. Como esses dois grupos preocupavam-se com a formação de seus filhos, buscavam escolas que, além de ensinarem a ler e escrever professavam suas crenças religiosas. Para maiores informações sobre imigração em Juiz de Fora, ver Luiz Antônio Valle Arantes (2000).

início da obra educacional da Igreja Metodista Episcopal do Sul dos Estados Unidos, com sua ação evangelizante, fundando o Colégio Americano Granbery (YAZBECK, 1999).

Figura 4: Colégio Granbery, em 1909.



Fonte: acervo Elton Belo Reis⁹⁵.

Os protestantes instalaram-se no Brasil com a missão de civilizar a população brasileira por intermédio da educação das elites e da evangelização do povo. De acordo com a autora, os metodistas acreditavam que o catolicismo, com sua fé nos dogmas da Igreja Romana, era o responsável pelo atraso do país e que só a religião protestante poderia levar ao progresso (YAZBECK, 1999, p. 56).

⁹⁵ Disponível em: <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/predios-historicos-0-fotos.html> (Acesso: 20 de novembro de 2018).

O trabalho desenvolvido pelas escolas metodistas, segundo Yazbeck (1999), estava nitidamente comprometido com um ideário liberal, enraizado na cultura política norte-americana, com seus princípios democráticos e sua ética protestante. Soma-se a esses elementos a inexistência de uma pedagogia brasileira no final do século XIX nas escolas particulares (maioria católica) e nas públicas, que se pautavam na pedagogia europeia, considerada por muitos, atrasada. Nesse contexto, os princípios pedagógicos do Granbery apresentaram-se como moderno, despertando o interesse de parcela da população juiz-forana:

Juiz de Fora foi uma escolha bastante adequada para a instalação de uma escola metodista. A cidade era um centro republicano e, com o acelerado processo de urbanização, a burguesia e a classe média locais requisitam uma formação ‘moderna’ para seus filhos, com a intenção de prepara-los para as mudanças políticas e sociais em curso no país (YAZBECK, 1999, p. 34; destaque no original).

A filosofia educacional do Granbery não se pautava prioritariamente nos ideais evangelizadores, mas nos libertários, com a cultura do pensamento livre e a formação moral dos sujeitos. Essas características agradavam à elite econômica da época, que procuravam o estabelecimento com o intuito de educar seus filhos. Professor durante cerca de vinte anos no curso secundário e superior do Colégio Granbery, José Rangel assim descreve a proposta educacional da instituição:

A convivência por tão longo período com a gente dessa casa nunca mais poderei esquecer, tanto mais quanto aí se instruíram meus quatro filhos homens e uma de minhas filhas; dos bancos escolares têm saído gerações de moços que vieram, muitos deles, a ocupar posição culminantes no cenário da vida nacional [...]
[...] ‘Granbery’ sôbe ser um instituto educacional dos mais justamente conceituados do país, pela seriedade dos seus processos instrutivos, constitue ainda uma verdadeira e vibrante escola de moral, civismo e brasilidade. De uma feita, na intimidade, conversando com o professor Lee, ex-pastor protestante e ex-reitor da instituição, ponderei que, no sentido do preselitismo, para a igreja metodista, pouco resultado ‘O Granbery’ apresentava; mas que no dizia respeito à formação do caráter, a sua atuação era das mais largas e eficientes; diante dessa consideração, respondeu-me êsse homem justo e honesto – ‘Pois se é verdade o que o amigo está dizendo, bendito seja Deus! O que nós queremos é formar gente de pensamento e de retidão, pouco importando o número de adesões ao nosso credo; a sua palavra de observador imparcial é a sagração da nossa obra espiritual em favor do Brasil’ (RANGEL, 1940, p. 222; destaques no original).

Heitor Guimarães, em 1909, por ocasião do encerramento do ano letivo do Granbery, culminando com a colação de grau da Escola de Farmácia e Odontologia e do Ginásio, em sua

coluna “HEBDOMADA”, no jornal *O Pharol*, associa a presença de tais instituições na cidade a uma grande transformação de ordem cultural:

[...] Juiz de Fóra, sem deixar de ser ao lado das grandes fabricas encimadas por enormes chaminés, fundaram-se academias; junto ás officinas, crearam-se escolas. E as escolas do trabalho, as officinas do pensamento multiplicaram-se num esforço fraternal e nobre, marchando para conquista do pão material e espiritual. São os operarios do bem, os legionários da luz, que há de conquistar o mundo entoando o hosanna do trabalho.

O Granbery é uma das muitas officinas do pensamento que dão vida á nossa cidade, devendo-lhe esta a cooperação efficaz para a diffusão do ensino gymnasial em nosso meio e a manutenção dos cursos de pharmacia e odontologia.

Não pretendo dizer o que seja o que vale o Instituto Granbery como elemento de progresso para Juiz de Fóra. Seria preciso para ser justo, começar, em ordem chronológica, pela Academia do Commercio e occupar-me tambem do Instituto Polytechnico. Quero referir-me apenas ás solemnidades com que o Granbery encerrou seu anno lectivo e que constituíram o assumpto culminante da semana.

Juiz de Fóra ouviu pela primeira vez a palavra arrebatadora de Olavo Bilac. É o terceiro homem de letras illustre que nos visita, a convite dos gymnasianos granberyenses. Depois de Coelho Netto e Alberto de Oliveira, o grande poeta da *Via Lactea*.

A Athenas de Minas vai assim creando aos poucos, o habito que se tornará em tradição, de ser visitada pelos homens de letras mais notaveis do Brasil, a convite dos estabelecimentos de ensino superior, dos escriptores locais, das associações literarias e artisticas.

Não nos esqueçamos de que foi uma associação modesta, mas composta de rapazes que amam a arte, – o Club Dramatico Sete de Setembro, que trouxe a Juiz de Fóra Arthur Azevedo, para assistir á representação do *Dote*.

A um grande artista, Manoel Joaquim de Macedo, devemos o ter ouvido uma palestra literária de Augusto de Lima, no theatro.

A Academia de Commercio forneceu-nos ensejo de ouvirmo, entre outros, o conde de Affonso Celso e Carlos Laet, o príncipe da chronica.

Aos bacharelados e graduandos em pharmacia e odontologia apresento parabens por haverem transposto, uns o marco miliário academico, outros o Rubicon de um curso que os arma para a luta pela vida. [...]

H.G.⁹⁶.

As instituições de ensino superior foram responsáveis por uma significativa mudança não só na cultura escolar, principalmente no ensino superior, mas também na cultura da cidade. No tópico seguinte, será apresentada outra instituição que promoveu o ensino superior ainda no século XIX, em Juiz de Fora.

⁹⁶ *O Pharol*, 19 de dezembro de 1909.

2.1.2 Academia de Comércio

Fundada em 5 de dezembro de 1891, a Academia de Comércio teve como um de seus maiores idealizadores Francisco Batista de Oliveira⁹⁷, renomado comerciante de Juiz de Fora e sócio em vários negócios do industriário Bernardo Mascarenhas⁹⁸.

Batista de Oliveira mostrava grande interesse em modernizar a cidade e ver seus negócios progredirem. Durante uma viagem a Paris, onde foi participar de uma exposição de cafés finos, como representante dos cafés produzidos na região de Juiz de Fora, o empresário teve oportunidade de conhecer uma Academia de Comércio em nível superior. Encantado com tal estabelecimento, resolveu trasladar a ideia para o Brasil e fundar uma congênere em Juiz de Fora (YAZBECK, 1999; CHRISTO, 1994; BASTOS, 1967).

Com tal finalidade, Batista de Oliveira viajou pela Europa entre os anos de 1884 e 1889, visitando vários estabelecimentos de ensino comercial, entre os quais a Escola de Altos Estudos Comerciais de Paris. Além das impressões colhidas em tais visitas, ele trouxe consigo o projeto que compreendia desde a planta para construção do edifício, até o programa de ensino a ser adotado.

Figura 5: Academia de Comércio 1909



Fonte: arquivo da Academia de Comércio⁹⁹.

⁹⁷ Francisco Batista de Oliveira nasceu em Entre Rios de Minas, em 1857, e faleceu em Juiz de Fora, em 1902. Empresário e comerciante, mudou-se para Juiz de Fora em 1882, fundando a casa comercial “Casa da Barateza”. Grande empreendedor, participou de vários projetos pioneiros na cidade: Banco Territorial e Mercantil de Minas, Banco de Crédito Real de Minas Gerais SA, Academia de Comércio, Companhia Mineira de Eletricidade (junto com Bernardo Mascarenhas), sendo ainda correspondente de vários jornais ao participar de exposições de café no exterior.

⁹⁸ Bernardo Mascarenhas nasceu em Paraopeba em 30 de maio de 1847 e faleceu em Juiz de Fora em 9 de outubro de 1899. Foi um empreendedor brasileiro responsável, entre outros, pelas fundações da Companhia Têxtil Bernardo Mascarenhas e, juntamente com Francisco Batista de Oliveira, da Companhia Mineira de Eletricidade e da Usina Hidrelétrica de Marmelos (primeira hidrelétrica da América Latina).

⁹⁹ [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Academia_de_Comercio_\(1909\)_B.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Academia_de_Comercio_(1909)_B.jpg) (acesso em: 20 de novembro de 2018)

Dos esforços do comerciante nasceu o primeiro estabelecimento do gênero no país, com a finalidade de formar negociantes, banqueiros, diretores e empregados de estabelecimentos industriais e comerciais: Academia de Comércio de Juiz de Fora. Ao estudar a história dessa instituição, percebe-se que a propaganda utilizada para promovê-la ressaltava os preceitos de qualificação profissional para ocupar os cargos que estavam em plena ebulição naquele momento na cidade:

Vencendo o espírito de rotina, que para as carreiras liberais nada mais quer do que a prática, independente de qualquer preparo científico e especial, a Academia de Comércio de Juiz de Fora veio sem dúvida preencher importante lacuna no ensino brasileiro.

Modelada pelas melhores organizações pedagógicas para o que foram aproveitados os reparos da crítica competente sobre os planos de estudos das melhores escolas de ensino comercial, espera a Academia fornecer aos seus alunos os conhecimentos teóricos e práticos necessário, desenvolvendo-lhes ao mesmo tempo as qualidades morais que reclama a carreira a que se destinam.

Para isso, o seu ensino, como se vê dos programas detalhados de cada cadeira, é teórico, pelo estudo das ciências; pelos cursos de matemática aplicada, química industrial e mercadorias, transportes e material comercial, direito comercial, línguas estrangeiras, desenho e caligrafia; profissional pela aprendizagem metódica do que se faz nas casas comerciais, estabelecimentos industriais, bancos, etc. o que, nos devidos termos, constitui a lição de coisas; enfim moral e filosófico, porque é moralizador o trabalho bem dirigido que vai constituir utilíssimo meio de vida e tem alcance filosófico e conhecimento de leis científicas, o estudo das ciências naturais, do direito, da economia política, da história, da evolução do progresso geral da humanidade.

A Academia de Comércio pode, pois, marchar junto das demais escolas de ensino superior, e os seus laureados serão colocados ao lado dos médicos, dos engenheiros e dos advogados. Serão homens aptos para exercer os cargos de direção em importantes casas ou escritórios comerciais, em bancos ou companhias industriais; de chefes de repartições públicas; de inspetores de alfândegas, de cônsules; para ocupar, enfim, as mais altas posições, no comércio e na administração pública (Correio de Minas *apud* Bastos, 1982).

Segundo Christo (1994), os acionistas, ao instalarem a Sociedade Anônima Academia de Comércio, afirmaram apego à livre iniciativa sem a ingerência do Estado. Porém, devido ao montante de capital investido, a desconfiança por parte dos outros acionistas em relação à rentabilidade em longo prazo e ao alto custo da construção do edifício, fez com que Batista de Oliveira buscasse ajuda junto ao Estado.

De acordo com Yazbeck, com a ascensão de Afonso Penna¹⁰⁰ à Presidência de Minas Gerais, a instituição começou a ganhar subvenções, em novembro de 1891. Apesar

¹⁰⁰ Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909): deputado federal, governador do estado de Minas Gerais, vice-presidente e presidente do Brasil entre 15 de novembro de 1906 e 14 de junho de 1909, data de seu falecimento.

do entusiasmo despertado inicialmente, houve pouca procura por matrículas, demonstrando possivelmente a desconfiança por parte da população. Diante disso, a administração tentou reformular o currículo, transformando o curso preparatório em ginásial, nos moldes do Ginásio Nacional do Rio de Janeiro. Porém essa estratégia não surtiu efeito, e a Academia de Comércio começou a vivenciar tempos difíceis. Segundo a autora, seus fundadores realizaram várias tentativas para a manutenção da instituição.

Uma das tentativas consistiu em buscar subvenções e verbas públicas, mediante cessão dos direitos da Academia de Comércio ao Estado, com a obrigação de este terminar o prédio e mantê-la. Porém, a proposta não foi aceita por Cesário Alvim, uma vez que as disputas políticas regionais daquele momento eram desfavoráveis à Zona da Mata Mineira, e essa ajuda foi negada, como denunciado em 1894, pelo então jornalista e inspetor de imigração¹⁰¹ Estevam de Oliveira:

A 3 de julho do ano pretérito, depois de receber o redator do Correio de Minas a notícia de sua nomeação de fiscal de imigração e conseqüente parabéns, por este motivo, da parte do invicto general, em frente ao Hotel Martinelle, em Ouro Preto, foram por esse mesmo fiscal de imigração presenciados os esforços ingentes que o Sr. Cesário Alvim empregava junto de um ilustre senador mineiro, para que o Congresso rejeitasse a doação que a sociedade da Academia de Comércio pretendia fazer ao governo do Estado do prédio em construção todo o seu patrimônio, uma vez que o governo levasse por diante a realização desta idéia.

Na mesma ocasião impugnava o outrora dono dos altos serros o crédito de 500 contos para a edificação da alfândega desta cidade, atribuindo o ato do autor daquele projeto à politicagem eleitoral.

Essa asserção é absolutamente verdadeira, embora para documentá-la só tenhamos o nosso testemunho pessoal, tão valioso como o Sr. Alvim (OLIVEIRA, *apud* BASTOS 1982).

Mesmo sem ajuda estatal, a Academia tentou sobreviver, porém suas baixas taxas de matrículas, em razão da inexistência de internato, dificultou a permanência de alunos que vinham de fora para estudar. Em 1896, o diretor Georges Quesnel¹⁰², de forma

Antes da carreira política, foi advogado e jurista (<https://www.infoescola.com/biografias/afonso-pena/>; acesso em 13 de dezembro de 2018).

¹⁰¹ O primeiro cargo público de Estevam de Oliveira foi o de professor primário ainda no período monárquico, porém por ser também jornalista à época e escrever artigos em favor da República, foi preso e exonerado do cargo. Com a instalação da República, ele foi convocado a ocupar a vaga de inspetor de imigração, permanecendo no cargo até 1901 quando foi nomeado inspetor de ensino.

¹⁰² Georges Quesnel, de acordo com Bastos (1982), era o diretor técnico que havia sido trazido da França por Batista de Oliveira para dirigir a Academia de Comércio.

inesperada e alegando motivos de doença, pediu demissão da instituição, o que ampliou ainda mais o descrédito em relação à mesma (YAZBECK, 1999).

2.1.3 Entre a modernização e a contestação religiosa

Em 1898, após inúmeras tentativas de manutenção, a Academia de Comércio enfrentava significativa queda no número de matrículas, provocando debates nas páginas dos jornais locais. Os letrados juiz-foranos¹⁰³ envolveram-se na luta pela manutenção da instituição, uma vez que ela fazia parte do projeto de modernização da cidade, sendo um marco educacional não só local, mas também nacional, por ser a primeira instituição do gênero no Brasil.

Nesse interim, participaram dessa negociação Estevam de Oliveira e José Rangel, ambos tentando angariar, junto aos representantes políticos do Estado fundos e reconhecimento para a manutenção do ginásio juntamente com o curso superior na Academia de Comércio:

O reconhecimento oficial por parte do governo, do gymanasio que tem sido até agora mantido pela 'sociedade anonyma Academia de Commercio', constitue assumpto momentoso e digno do esforço e apoio de todos os nossos conterrâneos.

Funcionando regularmente ao lado do curso comercial e independente um do outro, penso que os dois cursos se auxiliarão reciprocamente e ainda mais, que o gymnasio é uma garantia para a estabilidade de manutenção do curso comercial (JORAN, pseudônimo de José Rangel)¹⁰⁴.

A discussão sobre o reconhecimento se deu no momento em que forças políticas de oposição, mediante um projeto de reformulação curricular, ameaçavam a supressão do curso de Letras modelado pelos ginásios oficiais, dificultando o processo de reconhecimento do ginásio. Soma-se às forças políticas contrárias uma fissura dentro da própria instituição, que se dividia entre os que achava plausível a ideia e aqueles que discordavam.

¹⁰³ Destaca-se Estevam de Oliveira e José Rangel.

¹⁰⁴ *Jornal Do Commercio* 1 de julho de 1898.

José Rangel era um que concordava e entre aqueles que discordavam, estava o próprio Batista de Oliveira, que pediu resposta ao artigo de *Joran*, e esta foi publicada pelo *Jornal do Commercio* dias depois:

[...] Estou ainda em completo desacordo com o articulista, quando diz que os ‘dois cursos se auxiliarão’ reciprocamente. Ao contrário, eu penso que o gymnasio é extremamente nocivo á Academia de Commercio, existindo ambos sob o mesmo tecto, porque, sendo esta uma instituição nova no paiz, ha de lutar contra todos os preconceitos, ãos e de sofrer como tem soffrido, guerra de morte dos rotineiros, estando sempre ameaçada do anniquillamento. [...]Sou, portanto, intransigentemente, oposto á criação e manutenção do gymnasio no mesmo edificio da Academia de Commercio, ficando assim exarado o meu protesto como um dos mais obscuros fundadores da mesma. O autor do ‘Sem rotulo’ – bem como os diretores da instituição profissional, ainda não se convenceram dos resultados, que hão de vir para nossa pátria, conservando-se aquelle instituto de caracter puramente profissional [...] Francisco Batista de Oliveira¹⁰⁵.

Fazendo coro ao protesto de Batista de Oliveira, um ex-aluno da instituição, Augusto Franco, dirigiu uma carta ao jornal *Correio de Minas*. O ex-aluno, sob o pseudônimo de Felix Fraco, contestou o artigo de José Rangel e apontou que a anexação do ginásio no mesmo prédio que o do curso comercial seria a verdadeira razão da redução do número de alunos:

[...] Quaes foram as causas da retirada dos alunos, pois si, de então para cá tinham pleno direito á graduação do bacharelado, que tanto almejavam? Teria sido o desalento, conforme diz o illustre dr. Gustavo Penna? Mas desalento de que? De que, talvez, a academia não iria adiante e o resultado certo seria nada valerem os diplomas conferidos a seus alunos, que, com a quéda da escola, perderiam de ponto na vida social o valor scientifico, que lá houveram adquirido? Não, absolutamente não. O que houve foi o seguinte: Muitos estudantes foram obrigados a abandonar o curso, por que a vida aqui em Juiz de Fóra, com se sabe, é carrissima; e não estando todo o edificio da academia acabado, não podia, portanto, haver internato, e aquelles estudantes, que não tinham suas famílias residindo nesta cidade, viam-se na contingencia de morar em casas de pensões ou hotéis, fazendo despesas muito grandes, que lhes não convinha, porquanto nem todos haviam recebido dotes da fortuna. Nesse numero está o autor deste artigo. Ao passo que, si o prédio da academia estivesse concluído, a existência aqui lhes seria mais barata e não seriam, está claro, forçados a deixar o curso que com tanto gosto, satisfeito e esperança estavam fazendo. No entanto, póde-se dizer que não houve propriamente grande retirada de alunos, pois aquelles que em 1897, frequentavam o 2º anno do curso anexo, iriam para o 1º anno do curso superior, que, assim, estaria funcionando com regular concurrencia de estudantes, si não fosse a transformação absurda do curso preparatório em gymnasio, o que veiu profundamente, radicalmente, ferir o curso comercial, para o qual se creára especial e exclusivamente a academia. [...] Felix Fraco¹⁰⁶.

¹⁰⁵ *Jornal do Commercio*, 8 de julho de 1898.

¹⁰⁶ *Correio de Minas*, 1 de agosto de 1898.

Para o ex-aluno, a criação do ginásio na cidade não seria ruim, porém, vinculado à Academia de Comércio, faria com que a instituição se desvirtuasse da ideia original de Batista de Oliveira, que era a de uma escola de comércio.

Apesar do protesto de Batista de Oliveira no *Jornal do Commercio*, José Rangel, no mesmo dia, na coluna “Sem rotulo”, do mesmo jornal, sob o pseudônimo de *Joran*, não se rendeu aos argumentos do fundador da instituição e, sem intenção de travar uma discussão sobre o assunto, julgou necessário retomá-lo não para defender a sua opinião, mas para “não dar parte de fraco”:

O sr. Francisco Batista de Oliveira, fundador da Academia de Commercio, não está de acordo com os nossos conceitos, a proposito do gymnasio que tem funcionado á sombra daquelle estabelecimento, e para o qual pedi reconhecimento official, suppondo, assim prestar um serviço á nossa cidade e ao rico municipio que vivemos. [...]

[...] Tenho um consolo, porém: a maioria da população da cidade, se não sua totalidade, está commigo nesse assumpto. Todos querem o curso comercial, e tem-no no alto conceito que merece pelo ‘elevado fins a que destina e pelo brilhante concurso que prestará ao commercio do paiz emancipando-o da rotina, além de muitas outras vantagens indiscutíveis, que constituem hoje matéria axiomática’. Mas todos desejam também ardentemente a manutenção official de um curso completo que prepare a sociedade para a matrícula em outros cursos superiores [...] JORAN¹⁰⁷.

José Rangel sustentou a manutenção do ginásio como forma de garantia da manutenção da Academia de Comércio, já que, por ser um curso de menor duração, seria mais atrativo para a população, garantindo formação completa, o que a Academia de Comércio não poderia garantir naquele momento. Apesar do esforço de Rangel e dos acionistas, o ginásio não foi oficializado, e a morte de Bernardo Mascarenhas, um dos maiores acionistas, em 1899, acelerou o fechamento do estabelecimento, de modo que os outros acionistas decidiram, por unanimidade, entregar a instituição a uma congregação religiosa.

Por outro lado, as fontes pesquisadas indicam que havia por parte da população a preocupação de que os congregacionistas, ao tutelarem a instituição, tivessem a intenção de doutrinação, afastando os pressupostos de formação comercial, a que se propunha a instituição inicialmente. Em vários artigos¹⁰⁸ do *Jornal do Commercio* de março 1901, é possível encontrar relatos de que a entrada de ordens religiosas no país consistia em um

¹⁰⁷ *Jornal do Commercio* 8 de agosto de 1898.

¹⁰⁸ Destaca-se o artigo do dia 8 de março de 1901, que reproduz o texto de Medeiros e Albuquerque.

perigo. Essa ideia provinha da análise, por parte dos intelectuais da época, sobre o que ocorria na Europa, naquele momento, principalmente na França: várias instituições religiosas, acusadas pelo Estado de abuso de poder, intolerância doutrinária e monopolização da educação, refletindo em um acúmulo de riqueza, estavam sendo expulsas ou proibidas de exercerem seus preceitos.

Percebe-se, portanto, uma inquietação por parte da imprensa local em relação à laicidade do ensino. Cabe lembrar que essa mesma imprensa, em sua maioria, era composta por intelectuais que defendiam os ideais republicanos e tratavam de demonstrar nas páginas dos jornais as tensões entre o Estado e a Igreja, desde o período imperial. A presença da religião católica no ensino público, durante o império, foi de início, ampla e compulsória. A instrução religiosa era disciplina obrigatória, bem como as cerimônias e cultos, sendo, mais do que uma disciplina, a base de todo o currículo escolar da época (CUNHA, 2017).

Com a Proclamação da República e com a promulgação da Constituição Republicana em 1891, apesar da separação entre o Estado e a Igreja, refletindo-se na laicidade do ensino, essa ruptura não determinou o fim das tensões entre as duas instituições, e isso se refletiu na sociedade como um todo. Como, para os republicanos, um Estado Moderno deveria seguir o princípio de laicidade, os intelectuais de Juiz de Fora, contrários à doação da instituição aos congregacionistas, insistiram para que o Governo de Minas assumisse a Academia de Comércio.

Apesar dos protestos expressos nos jornais, a Academia de Comércio foi doada aos Salesianos, que a aceitaram com a condição de que lhes fosse concedido o prazo necessário para transformar o antigo estabelecimento de ensino superior em Liceu de Artes e Ofícios. Porém, meses depois de ser lavrada a escritura de doação, os Salesianos, por julgarem-se incapazes de corresponder às cláusulas de doação, transferiram a Academia de Comércio para a Congregação do Verbo Divino. Com a posse, os padres verbitas assumiram uma tripla missão: aumentar o número de alunos, concluir o edifício e adquirir os terrenos próximos para o funcionamento de um internato (YAZBECK, 1999).

A despeito dos esforços dos intelectuais, não foi possível evitar a doação da Academia de Comércio a uma instituição religiosa, verificando-se o deslocamento do projeto de modernização da cidade para um projeto religioso de contenção do avanço do protestantismo local. José Rangel foi um dos professores na instituição e dela lembra com carinho em

seu livro de memórias **Como o tempo passa**, onde conta um pouco sobre o momento de transição da instituição:

Depois que a Academia, que era de início destinada exclusivamente ao estudo das disciplinas comerciais, passou a ser dirigido pela congregação do Verbo Divino, há 40 anos aproximadamente, na sua nova fase manteve aquele curso, imprimindo, entretanto, a feição ginásial secundária a êsse educandário, como seu objetivo principal. De então para cá, tem ampliado constantemente a sua sede e preenchimento cabalmente a sua missão de preparar a mocidade dentro das normas católicas. A sua administração, assim como a maioria do corpo docente entregue a padres congregados, tem mantido grave linha de austeridade que as recomenda ao conceito público; entre os professores contavam-se alguns nacionais escolhidos com critério (RANGEL, 1940, p. 219).

José Rangel (1940), mesmo sendo inicialmente contrário à doação, tornou-se professor da instituição, nela trabalhando durante alguns anos. Isso mostra que a necessidade financeira sobrepunha-se às adversidades políticas da época. Ao contar a história da instituição, depois de decorridos 40 anos, ele destacou a missão educacional católica da instituição.

A presença dessas duas instituições de ensino – Granbery e Academia de Comércio –, apesar de opostas, mantinha e reproduzia as relações sociais e capitalistas, atendendo aos interesses da elite local quanto ao ensino. Pensar nesses projetos educacionais como medidas mantenedoras de um sistema produtivo implica considerar o outro lado da moeda – os trabalhadores.

2.1.4 A educação popular

Com o advento da República, pouco foi feito de imediato em relação à educação pública em Minas Gerais: criação de escolas normais – em sua maioria de caráter particular; realização de concursos para o provimento de cadeiras de ensino; criação de poucas escolas isoladas. Segundo Faria Filho (2000), no Estado, nas primeiras décadas do século XX, apenas 5% da população escolar estava sendo atendida, e isso preocupava menos ao governo do que a baixa qualidade das escolas existentes, segundo estimativa do próprio Estado. Os diagnósticos apontavam para um sistema de instrução desorganizado e de professores, em sua maioria, considerados incompetentes.

Nesse cenário, em 1902, Estevam de Oliveira foi nomeado pelo governo de Minas como inspetor extraordinário de ensino. Conhecendo as reformas educacionais

empreendidas nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, ficou, segundo Faria Filho (2000), deslumbrado com a ordem, o civismo, a disciplina, a seriedade e a competência, das escolas da capital paulista, de forma que produziu detalhado relatório apresentado ao governo do Estado no mesmo ano.

Acostumado com a forma de organização do ensino primário por meio das escolas isoladas, Estevam de Oliveira passou a defender arduamente a adoção dos grupos escolares¹⁰⁹ como forma moderna e eficiente de organização da instrução. Essas ideias foram defendidas não só pela totalidade dos inspetores escolares, mas também por boa parte dos políticos e autoridades republicanas, interessados em incorporar o povo à nação e ao mercado de trabalho capitalista, na forma como este vinha organizando-se no Estado de Minas Gerais, naquele momento.

Nos primeiros anos do século XX, a educação passou ser então um símbolo da República. Para a recém-criada forma de organização política, era imperioso que o cumprimento de seus ideais incluísse o preparo intelectual do trabalhador urbano. Essa proposta foi bem aceita na cidade mineira de Juiz de Fora, no momento em que se firmava como cidade de vocação industrial, de importância na política republicana, zelosa da sua cultura e abrigando instituições particulares de ensino (YAZBECK e SILVA, 2008).

O crescente movimento em defesa da instrução, como via de integração do povo à nação e ao mercado de trabalho assalariado, fortaleceu-se após a proclamação da República. A abolição do trabalho escravo significou também um momento crucial da necessidade de refundar a escola pública, uma vez que a anterior era identificada como atrasada e desorganizada. Não se pode desconsiderar que, naquele momento, em virtude da urbanização, as cidades tornaram-se heterogêneas, e em Juiz de Fora o processo não foi diferente.

Segundo Faria Filho (2000), nesse contexto, foi defendida a criação dos grupos escolares não apenas para organizar o ensino, mas, principalmente, para reinventar a escola, com o objetivo de torná-la mais efetiva aos projetos de homogeneização cultural e política da sociedade, com a pretensão de formar sujeitos sociais que atendessem aos interesses das elites mineiras. Para o autor, reinventar a escola significava as seguintes medidas: organizar o ensino, as metodologias e os conteúdos; formar, controlar e fiscalizar

¹⁰⁹ Como acreditava que nome Grupo Escolar sugeria o agrupamento das escolas isoladas, Estevam de Oliveira não concordava com essa designação.

os docentes; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade.

A implementação desse novo modelo institucional de ensino só se efetivou em finais de 1906, com a reforma do ensino mineiro, autorizada por João Pinheiro e implementada por seu secretário do Interior, Dr. Carvalho Britto. Às 11 horas do dia 4 de fevereiro de 1907, Juiz de Fora inaugurou o primeiro grupo escolar do Estado, nos moldes da nova reforma, como noticiou o *Correio de Minas*:

De muita solemnidade revestiu-se hontem, ás 11 horas da manhã, a abertura do Grupo Escolar de Juiz de Fóra, o primeiro do Estado, organizado, de acordo com o novo plano da instrução publica mineira, pelo sr. professor José Rangel, nosso confrade de imprensa¹¹⁰.

Esse episódio foi presenciado por alguns dos intelectuais pesquisados, que estavam envolvidos com o projeto de modernização da cidade: Estevam de Oliveira, como inspetor extraordinário de ensino; Belmiro Braga, como inspetor municipal de ensino; José Rangel, como diretor do primeiro grupo escolar do Estado.

Figura 6: Palacete Santa Mafalda – Grupos Escolares 1909.



Fonte: “Juiz de Fora: imagens do passado”¹¹¹.

A criação dos grupos escolares na cidade não significou a imediata extinção das escolas isoladas. Os dados analisados não informam ao certo se essa nova instituição representou aumento quantitativo no número de vagas oferecidas ao ensino primário, mas, meses depois da instalação do primeiro grupo, há informações sobre a criação de um

¹¹⁰ Jornal *Correio de Minas*, 5 de fevereiro de 1907, p. 1.

¹¹¹ Acervo Jornalista Douglas Fasolato Acesso: <http://mauricioresgatandoopassado.blogspot.com/2016/02/predios-historicos-0-fotos.html>.

segundo grupo escolar no mesmo prédio, mas em horário diferente. Baseando-se em ideias higienistas comuns da época, Estevam de Oliveira criticou essa medida porque ela alteraria drasticamente a rotina alimentar dos alunos. Segundo Rangel (1940), os costumes locais quanto à alimentação eram simples e primitivos: levantar às seis horas e ter a primeira refeição do dia, almoçar às nove, merendar ao meio dia, jantar às três, tomar chá às nove, e dormir pouco depois

2.2 OS INSPETORES DE ENSINO: INDIVÍDUOS EM BUSCA DE CAPITAL SOCIAL

Neste tópico, pretende-se analisar a função dos inspetores de ensino a partir de quatro olhares sobre a função: uma visão histórica sobre o surgimento do cargo e seus atributos; as mudanças ocorridas com a Lei João Pinheiro e as intervenções exigidas pela função; identificação do significado subjetivo da função de inspetor de ensino, bem como suas relações de poder ou status; análise da função de inspetor como a emergência de um *ethos* profissional.

2.2.1 Os olhos do Estado perante a educação

Faria Filho (2000) afirma que em Minas Gerais a inspeção do ensino iniciou-se de forma elementar e bastante irregular em meados da década de 1830, quando os inspetores, talvez até por despreparo, não atendiam adequadamente às questões pedagógicas, as quais ficavam a cargo das famílias ou da própria escola. A inspeção objetivava o controle da criação, a nomeação ou a remoção de cadeiras de ensino e a fiscalização das ações dos professores, quanto à idoneidade moral ou à competência para o ensino, sem preocupação com as questões propriamente pedagógicas. Não remunerados para exercer tal função, os inspetores eram nomeados segundo a conveniência dos presidentes da província.

A lei mineira de número 13, de 28 de março de 1835, complementada pelo regulamento número 3, deu a primeira organização do ensino primário oficial em Minas Gerais: dividiu a província em 15 Círculos Literários, cujas sedes ficavam nas cidades ou em vilas importantes; cada um desses Círculos abrangendo uma extensão mais ou menos vasta, de acordo com a densidade populacional da zona da qual fazia parte. Para atuar em cada um desses círculos, era nomeado um Delegado de ensino e um Suplente (MOURÃO, 1959).

As atribuições dos delegados eram muito amplas, sendo de sua alçada a nomeação de substitutos, a suspensão de professores, em certos casos a nomeação de visitantes. Uma das atribuições de tal cargo era a de apresentar ao Governo os mapas referentes às atividades escolares do Círculo Literário de sua competência, incluindo as escolas particulares. Devido à excessiva centralização, era comum o próprio governo corresponder-se com os Delegados e frequentemente com os professores. Somente em 1848, criou-se um órgão centralizador superintendendo todos os Círculos Literários: a Diretoria Geral de Instrução Pública Mourão (1959).

Esse princípio de inspeção perpetrou-se por todo o século XIX, de forma que nem mesmo a República trouxe, de imediato, mudanças para o sistema de ensino em Minas Gerais. Somente em 3 de agosto de 1892, foi aprovada a lei de número 41 (Lei Afonso Pena), que, além de criar o Conselho Superior de Educação, foi responsável por implantar uma reforma essencialmente descentralizadora.

Para isso, além de ter sido criado um órgão técnico para estudar métodos e processos de ensino, foram criados seis lugares de inspetores ambulantes, que eram nomeados pelo Presidente do Estado após concurso e provas para fiscalizar as escolas do interior. A esses inspetores ambulantes cabiam as seguintes obrigações: visitar as escolas públicas e particulares e opinar tecnicamente sobre elas e sobre as subvencionadas ou em condições de sê-lo; verificar se os professores cumpriam as suas obrigações quanto ao programa de ensino e ao tratamento dos alunos; averiguar as condições de funcionamento do imóvel onde funcionava a escola bem como de seu mobiliário; apurar as condições em que se encontravam os alunos pobres para provê-los de material didático; pesquisar e relatar a frequência dos alunos e a população escolar da localidade. Em se tratando de escolas particulares, a ação do inspetor ambulante limitava-se a verificar as condições de funcionamento das subvencionadas e a propor subvenção a outras que o merecessem (MOURÃO, 1959).

A Lei 41 também criou os Conselhos Escolares Municipais, nas sedes dos municípios, compostos por cinco membros eleitos, responsáveis por eleger o presidente e Inspetor Municipal. As atribuições do presidente do Conselho e do inspetor municipal eram, em muitos pontos, iguais ou semelhantes às dos inspetores ambulantes. Comprovando a diretriz descentralizadora, o inspetor municipal tinha a faculdade de conceder licença aos professores até 30 dias, com metade do vencimento e de até dois meses sem vencimento (MOURÃO, 1959).

Em 1894, o decreto número 676, de 15 de janeiro, determinou a mudança da nomenclatura de Círculos Literários para Circunscrições Escolares, criando 10 circunscrições, cujas respectivas sedes ficavam em cidades onde havia escolas normais. Os demais municípios integrantes eram escolhidos nas proximidades dessas sedes, mas, pelo tamanho do Estado, o acesso aos municípios era dificultado pela distância e pelas condições de locomoção dos inspetores, em uma época em que o meio de transporte mais usado era o cavalo. Em 1897, a Lei 221 modificou novamente a nomenclatura para Circunscrições Literárias, reduzindo de 10 áreas de atuação para 7, o que dificultou a ainda a locomoção dos Inspectores Ambulantes.

Os governos posteriores pouco modificaram as funções e atribuições dos inspetores. A chamada Reforma Silviano Brandão¹¹², que a princípio reduziu as circunscrições de 7 para 5, manteve os inspetores municipais e criou os inspetores escolares extraordinários para visitarem e examinarem as escolas de acordo com as especificações do governo.

Segundo Faria Filho (2000), nesse período de mudança de um século para outro, os inspetores foram realizando o fundamental trabalho de produzir e trazer à vista dos gestores do sistema de instrução um diagnóstico bastante detalhado da realidade da educação mineira.

Entre os inspetores mineiros que exerceram fundamental papel na crítica marcadamente negativa da instrução pública primária no Estado, em finais do século XIX, destaca-se o inspetor extraordinário de ensino da segunda circunscrição literária¹¹³ nomeado no dia 17 de março de 1900: Estevam de Oliveira. Naquele período, era atribuição dos inspetores de ensino não só fazer minuciosos relatórios, denunciando o que consideravam mazelas do sistema de instrução, mas também defender a necessidade de uma remodelação do ensino no Estado de Minas Gerais (FARIA FILHO, 2000).

Analisando-se os relatórios de Estevam de Oliveira, que eram enviados à Secretaria do Interior (SI), é possível encontrar exemplo de suas denúncias quando realizava visitas às escolas de sua circunscrição literária.

¹¹² O Decreto 1348, de 8 de janeiro 1900, regulamentou a Lei número 281, de 16 de setembro de 1899.

¹¹³ A segunda Circunscrição Literária compreendia 22 municípios (Juiz de Fora, Lima Duarte, Palmira, Turvo, Rio Preto, Mar de Espanha, São João Nepomuceno, Rio Novo, Pomba, Ubá, Rio Branco, Viçosa, Ponte Nova, Caratinga, Manhuaçu, Cataguases, Palma, Leopoldina, Muriaé, Além Paraíba, Carangola).

Ao visitar o distrito de Teixeira (MG), o inspetor fez as seguintes observações:

Mobilia – bancos livres.

Materiais – Nada.

Funciona a escola em sala estreitíssima, desprovida de acomodações, de predio mantido pela professora. Por isso mesmo subdividem-se as alumnas por duas salas contiguas, numa das quaes se fazem os trabalhos calligraphicos.

Livros didacticos – Superando dificuldades tem a professora conseguido uniformizar o ensino em sua escola pelo emprego dos livros de Felisberto de Carvalho, de quem, entretanto há notoria falta, tal a pobreza das alumnas (ESTEVA DE OLIVEIRA, 17 de agosto de 1901).

Apesar do bom trabalho realizado pelos inspetores, em virtude das dificuldades financeiras pelas quais passava o Estado durante o governo de Silviano Brandão, foi preciso realizar cortes financeiros, visando à economia para os cofres públicos. Dessa forma, os cargos de inspetores extraordinários foram extintos em 1901, e o ordenado dos professores precisou ser reduzido. A respeito da supressão do cargo de inspetores, assim se expressou Estevam de Oliveira:

O nosso congresso, plenamente convencido de que o professorado primário segue, com real aproveitamento, os cursos da pobreza e da fome, diminuiu-lhe os já minguados vencimentos.

Em compensação, acabou com a inspecção, que o governo creou e que só não deu resultados moralisadores e praticos onde o funcionario dela encarregado tratou de politicar e não de visitar escolas. O proprio sr. Presidente citou o nome de inspetores, os srs. Estevam de Oliveira e Albino Filho, como exemplo de cumprimento de dever, embora o sr. Albino fosse mais politiquero que mesmo inspetor, tanto assim que na sua circumscripção houve queixas e muitas, a tal respeito.

Elogiar uma classe é reconhecer os serviços que ella presta ou pôde prestar. Minas ensaiava pode se dizer, a fiscalisação do ensino, e proveitosíssima seria ella, desde que ás nomeações presidi-se sempre o maior critério, e o demônio da politicagem deixasse ao menos em paz a escola publica¹¹⁴.

A respeito da extinção do cargo de inspetor¹¹⁵, Estevam de Oliveira, em um dos seus últimos relatórios em agosto de 1901, que seria enviado à SI, valeu-se do documento não só para deixar suas impressões sobre a extinção do cargo, mas também para protestar, ele disse que ao terminar os seus trabalhos de inspecção, em virtude da lei supressiva dos cargos de inspetores extraordinarios em 3ª discussão no Senado, ele deixaria de “propor medidas relativas a escola visitada, quanto a supressão do seu ensino, quer relativas ao

¹¹⁴ *O Pharol*, 11 de setembro de 1901, p. 1.

¹¹⁵ Apesar de os documentos oficiais darem como extinto o cargo de inspetor no ano de 1901, as fontes mostram que os inspetores municipais, que não recebiam salários, ficaram de fora desse corte do Governo.

estado de atraso em que a havia encontrado”, a fim de que a Secretaria do Interior, por si mesma resolvesse o caso “como parecer mais conveniente aos interesses do ensino”. Por isso ele se limitava a relatar simplesmente o estado da escola (OLIVEIRA, 1901).

Possivelmente, a competência de Estevam de Oliveira como inspetor, com significativos e minuciosos relatórios, tenha sido condição decisiva para o Governo de Minas, em fevereiro de 1902¹¹⁶, designá-lo a fim de estudar as bases das reformas de ensino empreendidas nos estados do Rio de Janeiro (1890 a 1899) e São Paulo (1892 a 1896), em anos anteriores, o que culminou na adoção dos grupos escolares:

Estevam de Oliveira foi comissionado pelo governo para estudar a organização do ensino primario nos Estados do Rio e S. Paulo, propondo depois as reformas necessarias no ensino de Minas. Já tendo o nosso confrade servido perfeitamente, como nenhum outro o fez, na comissão de inspecção escolar, é acertada a nomeação que acaba de ser feita, e Minas deverá mais esse serviço ao nosso colega, sem questão competente no assumpto¹¹⁷.

As viagens de Estevam de Oliveira para realização de tais estudos aconteceram entre os meses de março a julho de 1902 e foram amplamente divulgadas pela imprensa local, em especial pelo jornal *O Pharol*, que passou a reproduzir todos os artigos publicados nos jornais das cidades por onde passava o inspetor e as cartas que ele enviava à imprensa de Juiz de Fora, relatando as impressões sobre as escolas visitadas. Tal expedição resultou em um detalhado relatório apresentado ao Secretário do Interior, em agosto de 1902. Apesar da intenção do governo de realizar tal empreendimento, demonstrando certo interesse na reforma do ensino no Estado, esta não pôde ser empreendida naquele momento.

O governo posterior, de Francisco Antônio Salles¹¹⁸, pouco fez em relação à educação, de forma que a figura do inspetor extraordinário caiu no ostracismo. Em setembro de 1906, João Pinheiro foi eleito presidente do Estado e decretou a Lei n. 439, de 28 de setembro de 1906, regulamentada pelo decreto n. 1.960, que autorizou a reforma do ensino primário e instituiu o cargo de inspetor técnico do ensino – Reforma João Pinheiro.

¹¹⁶ Cabe ressaltar que Estevam de Oliveira foi convocado ainda no Governo de Francisco Silviano de Almeida Brandão, em fevereiro de 1902, mas, em 21 de fevereiro do mesmo ano, o Presidente do Estado se afastou para concorrer à vice-presidência da República junto à candidatura do paulista Rodrigues Alves, deixando em seu lugar Joaquim Cândido da Costa Senna.

¹¹⁷ *O Pharol*, 15 de fevereiro de 1902, p. 1.

¹¹⁸ Francisco Antônio Salles governou entre 9 de julho de 1902 a 9 de julho de 1906.

2.2.2 O cargo de inspetor na reforma João Pinheiro

O Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas Gerais instituído na Reforma João Pinheiro reestruturou o cargo de inspetor de ensino, dividindo a função em inspeção técnica e inspeção administrativa. Como o cargo constituía-se de uma variada gama de funções, que se estendiam desde o controle dos livros de escrituração obrigatória – livros de matrícula, de frequência, de visitas e de ocorrências – até uma série de procedimentos de controle do exercício da profissão docente, os inspetores tornaram-se os verdadeiros organizadores da instrução pública (FARIA FILHO, 2000).

Uma das peças centrais da reforma foi a criação da Inspeção Técnica do Ensino, que visava à consolidação da reforma. Nesse intuito, o serviço de inspeção foi organizado em dois seguimentos: o administrativo, que era realizado pelos inspetores escolares ou municipais, nomeados pelo governo e com funções meramente administrativas, nos moldes vigentes da época; e o técnico, que era uma nova função remunerada, devendo ser exercida por profissionais da educação com competências técnicas (ISOBE, 2013).

Essas competências técnicas, supostamente conformadas e controladas por uma autoridade central, eram representadas pelos agentes da SI, ou seja, o saber técnico era o definidor do profissionalismo do inspetor. Insuspeitos nas informações e orientações que passavam, já que sua autoridade era conferida por um determinado saber técnico, especializado, científico, pretensamente neutro e capaz de atuar no serviço público visando aos “interesses da coletividade”, esses profissionais tinham autoridade e poder para atuar e interferir na parte técnica do processo educativo (ISOBE, 2013).

O Regulamento da instrução de 1906, título III, traz três capítulos sobre a inspeção do ensino: “Da inspeção do Ensino”, “Dos inspetores escolares” e “Dos inspetores técnicos”. O primeiro traz 10 artigos, que contemplam as especificações do cargo de inspetor, tal como demonstrado no artigo 183:

Art. 183. A inspeção do ensino destina-se a conhecer a causas que influem sobre a instrução do povo, mediante a observação atenta das escolas, da sociedade e do território do Estado e a favorecer o seu progresso, agindo sobre o professor, o meio social e as autoridades (MINAS GERAIS, 1906, p. 43).

O artigo 185 traz a divisão da inspeção do ensino em administrativa e técnica e é dividido em dois parágrafos: enquanto o primeiro determina que inspeção administrativa

será exercida, permanentemente, pelos inspetores escolares municipais e distritais e, extraordinariamente, pelos inspetores técnicos, o segundo, que a inspeção técnica será exercida pelos inspetores ambulantes.

O capítulo II do Regulamento, “Dos inspetores escolares”, é dividido em sete artigos, sendo que o primeiro, o artigo 194, trata das competências dos inspetores municipais e está dividido em quatorze parágrafos, que tratam das seguintes questões: controle e acompanhamento de todos os atos dos professores, frequência (de alunos e de professores), boletins dos alunos, mapas escolares, necessidade de licença por parte dos professores e justificativas de faltas.

O capítulo III, “Dos inspetores técnicos”, é composto pelo artigo único 198, que é dividido em dezesseis seções, as quais abordam questões ligadas aos esforços para promover o aperfeiçoamento pedagógico tanto dos professores como dos alunos:

§6.º Dar ao professor as necessárias instrucções caso verifique não ter ele bem compreendido o espirito do programma;

§7.º Assistir ao funcionamento das aulas, indicando ao professor tudo quanto repute necessário modificar no methodo por elle seguido; [...]

[...] §10.º Conferenciar com as autoridades e outras pessoas prestigiosas das localidades, no sentido de despertar o seu interesse pela causa do ensino, de modo a conseguir-se maior frequência e assiduidade dos alumnos e o melhoramento das condições technicas e materiaes das escolas;

§ 11.º Estimular a fundação de bibliothecas e museos escolares;

§ 12.º Propagar o espirito de associação para o fim de realizar os intuitos do ensino público;

§ 13.º Inaugurar, sempre que lhes seja possível, as escolas de criação nova ou restauradas, commemorando o acontecimento por meio de actos em que tomem parte os professores, paes de família e auctoridades locais, salientando o alcance do facto (MINAS GERAIS, 1906, p. 49).

É relevante observar, nessas seções, a diversidade de atribuições ligada à função do inspetor técnico, destacando-se em especial os parágrafos 10º, 12º e 13º, nos quais são levantadas questões como responsabilidade dos inspetores na divulgação do ensino de forma a despertar, por meio de conferências e comemorações, o interesse das autoridades locais, a fim de atraí-las para as causas da educação.

Na Reforma João Pinheiro, o serviço de inspeção técnica de ensino consistiu em estratégia de produção de um modelo escolar para Minas Gerais, pautado no referencial da pedagogia moderna. Sob esse aspecto, configurando-se como modeladores do ensino, os inspetores técnicos eram incumbidos de capacitar os professores para o adequado exercício de novos métodos, por meio de aulas exemplares. Para isso, atuavam sobre a prática

docente, a partir de um lugar de poder determinado, o lugar de um intérprete autorizado, cuja ação visava aproximar as práticas dos professores às regras estabelecidas na conformação de um determinado modelo escolar de educação (ISOBE, 2013).

Sendo assim, o inspetor deveria realizar a mediação entre as estratégias de modelagem das práticas culturais segundo seus princípios instituintes e as práticas dos docentes da época. Enfim, eles eram os responsáveis pela mediação cultural¹¹⁹ entre o Estado com o professorado mineiro e com a população em geral.

O modelo escolar adotado pela reforma João Pinheiro foi pautado nos preceitos de uma pedagogia moderna, na qual a arte de ensinar consistia na boa imitação de práticas modelares, de forma que ensinar a ensinar era fornecer bons moldes. Nessa conjuntura, competia aos inspetores técnicos adequar a cópia ao modelo, mostrando na prática como deveria ser a execução do programa nas escolas primárias, na medida em que “a arte de ensinar torna-se largamente dependente da capacidade de observar para imitar”. Sendo assim, a inspeção técnica conformava-se com o dispositivo central de uma estratégia de intervenção escolar fundamentada numa concepção de pedagogia como “arte de reprodução do modelo” (ISOBE, 2013, p. 4).

Dessa forma, a inspeção técnica configurava-se como um dispositivo de modelização do ensino em duplo sentido: na função modeladora do inspetor sobre a prática docente e na ação reguladora do governo, que procurava manter o processo educativo sob o olhar permanente, com intuito de intervir, controlar e modelar os serviços de docência e de inspeção técnica, em conformidade com o modelo escolar adotado pela reforma (ISOBE, 2013, p. 4).

Para demonstrar aos professores a utilidade do emprego do novo método de ensino, indicando-lhes os meios seguros para seguirem sua execução, o cargo de inspetor requeria alguns pré-requisitos, como conhecimentos pedagógicos variados, além do conhecimento de cada uma das disciplinas do novo programa de ensino.

Nesse sentido, interpõe-se um questionamento: quem era esse inspetor conhecedor de uma técnica capaz de transmitir o novo sistema de ensino nas escolas? Segundo Isobe (2013), grande número dos inspetores técnicos eram professores disponíveis depois que as

¹¹⁹ Segundo Gomes e Hansen (2016), a discussão teórica acerca da mediação para o estudo das sociedades (no caso chamado “de massas”) ingressou no mapa dos debates acadêmicos pela via das Ciências da Comunicação e dos Estudos Culturais, a partir de Jesus Martín-Barbero, com **Dos Meios às Mediações** (1997).

Escolas Normais foram suspensas¹²⁰, levando, portanto, o prestígio alcançado na sua posição anterior. Ao realizar o trabalho de inspetor técnico, esses homens das letras desempenhavam não só a função de mediador entre o estado e os professores, como também a de sujeitos ativos na constituição de sua própria identidade, procurando legitimar-se não só como agente a serviço do Estado, mas também como profissionais em busca de um lugar na sociedade que se constituía naquele momento, como será abordado no tópico seguinte.

2.2.3 Inspectores de ensino em busca de afirmação social

Como analisado anteriormente, a maioria dos literatos estudados nesta tese eram sujeitos que procediam de famílias cuja situação material estava em declínio e cujo vínculo com as camadas dirigentes ocorria por meio das redes de sociabilidades. Dessa forma, o ingresso desses sujeitos na carreira intelectual se deu a partir dos efeitos provocados pelos *handicaps* sociais¹²¹ (morte do pai, falência material da família). Segundo Miceli (1977), as diferentes formas de mutilação social provocam na trajetória o bloqueio ao acesso às carreiras que orientam a ocupação das posições dominantes, de modo que os sujeitos são encaminhados para a carreira de intelectual. No caso dos sujeitos estudados, verifica-se que foram conduzidos a profissões ligadas ao jornalismo, à literatura e à educação.

Na área educacional, o ponto de convergência do grupo estudado é o cargo de inspetor de ensino. No tópico anterior, analisou-se como a função de inspetor de ensino em Minas Gerais foi constituindo-se como área profissional, verificando-se as atribuições, a nomenclatura e as funções atribuídas à atividade desde as primeiras décadas do século XIX até o início do século XX. Neste tópico, porém, o olhar volta-se à imagem que esses personagens e seus pares construíram sobre o que significa ser inspetor.

Analisando-se as biografias, os artigos de jornais, os relatórios e as produções bibliográficas, percebe-se que ocupar tal cargo poderia elevar o status dos literatos, sendo notória a ênfase dada na maior parte das biografias ao fato de ocuparem tal cargo. Por meio da análise documental, nota-se, que para esses sujeitos, ser inspetor de ensino

¹²⁰ Em 16 de setembro de 1901, o governo de Minas, por questões financeiras, decretou a Lei 318 em cujo artigo 3 suspendeu o ensino em todas as Escolas Normais do Estado. O artigo 25 da mesma lei determinou que os professores e lentes dispensados por esse dispositivo legal teriam preferência de nomeação para cadeiras vagas de matéria idêntica em outro estabelecimento de instrução.

¹²¹ Expressão utilizada por Miceli (1977) ao estudar um grupo de intelectuais brasileiros em final do século XIX e início do século XX.

extrapolava o trabalho de mediador entre o Estado e o professorado, de forma que, não raro, a função aparece como um título a ser ostentado. Mesmo que a função não representasse aumento do capital econômico, ela representava aumento do capital simbólico e cultural, principalmente com a Reforma Educacional de 1906, que redefiniu a profissão, estipulando que o cargo não deveria ser ocupado por qualquer pessoa, mas por quem detivesse conhecimentos técnicos sobre o trabalho que iria executar.

As transformações ocorridas no período e o *status* atribuído à função podem ter levado alguns desses sujeitos a se interessarem por ocupar tal cargo. Verificando-se a inserção dos sujeitos investigados no microcosmo das inspetorias de ensino, observa-se que os mesmos foram inserindo-se na profissão em período posterior à atuação de Estevam de Oliveira como inspetor. Visitando outros estados para conhecer as bases das reformas educacionais empreendidas e escrevendo o relatório que serviria de base para a reforma do ensino no Estado, Estevam de Oliveira ganhou notoriedade, sendo, diariamente, citado pelos jornais da cidade. Tal projeção e reconhecimento por parte da imprensa e da sociedade pode ter sido um fator determinante para que os outros cinco literatos também buscassem ocupar o cargo de inspetor, como demonstra o Quadro 3.

Quadro 3: Inserção na Inspetoria de Ensino.

Nome	Ano de ingresso na função de inspetor	Tipo de inspetoria que fazia parte
Albino Esteves	4 de setembro de 1904, 1911	Inspetor municipal de ensino
Belmiro Braga	9 de janeiro de 1905	Inspetor municipal de ensino secundário
Estevam de Oliveira	1899	Inspetor Ambulante (1899) Inspetor Extraordinário de ensino (1902) Inspetor Técnico de Ensino (1907)
José Rangel	1908	Delegado de ensino (comissionado) e inspetor extraordinário de Ensino
Heitor Guimarães	1907	Inspetor municipal de Ensino
Lindolpho Gomes	20 de outubro 1902	Inspetor municipal de Cataguases (1902) Inspetor Técnico de Ensino (1907)

Fonte: elaborado pela pesquisadora.

A partir da análise biográfica e bibliográfica dos seis literatos, pode-se verificar que cinco atuaram como professores e os seis exerceram o cargo de inspetor ou de delegado de ensino, denominações utilizadas em períodos diferentes como explicitado no tópico anterior. De acordo com o livro de matrículas dos delegados literários, Albino Esteves foi admitido como inspetor distrital suplente em quatro de setembro de 1904, não

constando data de sua exoneração. Analisando-se as produções jornalísticas que rementem à história da cidade, principalmente em se tratando de alguma cerimônia ou comemoração a que os intelectuais da cidade eram convidados, além de serem citados como jornalistas, eram referenciados como inspetor de ensino. Nessa conjuntura, a utilização do termo “inspetor de ensino” parecia conferir maior ostentação ao título.

Belmiro Braga foi nomeado inspetor municipal em nove de janeiro de 1905, porém, segundo o livro de delegados, ele pediu exoneração em dezenove de dezembro de 1906. Em contrapartida, ao analisar os documentos de instalação do primeiro grupo escolar da cidade de Juiz de Fora, em 4 de fevereiro, de 1907, é possível encontrar no livro de posse a assinatura de Belmiro Braga como inspetor municipal de ensino. A mesma assinatura pode ser encontrada no termo de posse do segundo grupo escolar da cidade, em março, e no dia 21 de dezembro de 1907, do mesmo ano, quando ele compareceu aos exames finais dos grupos escolares como inspetor municipal. Essa contradição aponta para duas hipóteses: ou tal livro não havia sido atualizado, ou nele não se realizavam corretamente todos os registros.

Estevam de Oliveira, ex-inspetor de imigração, atuou alguns anos como inspetor ambulante e como inspetor extraordinário do ensino. Em 1902, foi nomeado inspetor comissionado, sendo responsável pelo relatório que daria base à reforma do ensino em 1906. Pode-se constatar que ele ocupava essa função quer pela análise do livro de matrículas, quer pela presença de estudos¹²² e publicações que confirmam essa atividade, quer pelos relatórios enviados à SI constantes no Arquivo Público Mineiro (APM).

Lindolpho Gomes, em 20 de outubro de 1902, foi nomeado inspetor para exercer a função no município de Cataguases, mas, segundo o livro de matrículas, pediu exoneração em 17 de novembro do mesmo ano. De acordo com uma de suas biografias, o literato exerceu o cargo de inspetor entre os anos de 1906 a 1922. Com efeito, outros registros biográficos revelam que um de seus livros – **Contos Populares** (1968) – é baseado em casos recolhidos durante suas viagens como inspetor de ensino, e essa informação é confirmada em várias passagens do livro pelo próprio autor, segundo o qual as histórias narradas foram recolhidas durante suas excursões pelo Estado. Os jornais analisados apontam que, em 1907, Lindolpho Gomes era inspetor técnico de ensino, tendo participado

¹²² Ver Faria Filho (2000), Chamon (2006) e Kappel (2010).

da inauguração do grupo escolar de São João Nepomuceno e que, em janeiro de 1908, deixou o cargo para assumir a função de diretor do Grupo Escolar de São João del-Rei.

Heitor Guimarães não consta no livro de matrícula dos delegados literários, tampouco foi possível encontrar relatórios dele no APM, mas, a partir do estudo de suas biografias e de artigos publicados nos jornais da cidade, há indícios de que ele tenha exercido tal função. Embora, no dia 1º de dezembro de 1907, o jornal *Correio de Minas* tenha publicado um artigo afirmando que o literato era inspetor escolar municipal e que havia encaminhado ao Sr. Duarte de Abreu o terceiro relatório do movimento escolar do corrente ano, não foram encontrados o referido relatório tampouco a confirmação da data de seu ingresso em tal cargo.

José Rangel também não consta no livro de matrícula dos delegados literários¹²³, porém, de acordo com os documentos analisados para realização desta tese, ele foi designado Delegado de Ensino para acompanhar os trabalhos pedagógicos na Exposição Nacional de 1908. Durante os anos que antecederam a reforma João Pinheiro, ele ocupou cargos na Escola Normal da cidade, primeiramente como professor e posteriormente como diretor. Com o fechamento da instituição, Rangel ocupou, até 1922, o cargo de diretor do primeiro Grupo Escolar da cidade. Em relação à sua atuação como inspetor técnico, além de suas biografias não darem informações detalhadas, o próprio Rangel não informa a data exata, embora tenha afirmado que atuara como inspetor:

[...] residindo em Juiz de Fora até 1922, quando fui designado para dirigir a Escola Normal do Distrito Federal, por escolha do Presidente Bernardes, eu me mantinha quase contínuo contato com o govêrno de minha terra, frequentava com assiduidade a nova capital, não só para dar conta das incumbências de organização e inspeção que me eram cometidas [...] (RANGEL, 1940, p. 21).

A constante afirmação, tanto nas suas biografias quanto nos artigos de jornais de que tais sujeitos ocupavam cargos nas inspetorias implica pensar que a função que exerciam legitimava seu *status*.

¹²³ O livro presente no APM data de 1890 a 1909.

2.2.4 O inspetor de ensino como intelectual mediador dos ideais republicanos

Analisando-se a função do inspetor de ensino como mediador do Estado, é possível perceber sua dupla função: se, por um lado, o inspetor era os olhos do Estado sobre o sistema de educacional, por outro, ele era o defensor de um *ethos* republicano, que muitas vezes era contrário aos interesses ideológicos dominantes, o que se refletia no levantamento de bandeiras em defesa dos menos favorecidos.

Exemplo disso pode ser encontrado na polêmica trazida à tona, em maio de 1902, pelo professor Raymundo Tavares¹²⁴, redator do jornal *O Pharol*. Em 8 artigos intitulados “Um governo de corrilhos”, o articulista, ao criticar o governo, destacou a história da professora Altina Pires Tavares¹²⁵, que sofrera perseguição por parte do inspetor municipal da cidade onde ela morava e trabalhava, multando-a por ter em sua escola, exclusiva para o sexo masculino, quatro alunas, que já frequentavam a escola há alguns anos e isso era do conhecimento do inspetor municipal e do ex-inspetor extraordinário de ensino, Estevam de Oliveira¹²⁶. O fato de elas frequentarem uma sala para o sexo masculino, até então, não havia sido problema, porém, por questões políticas, o inspetor municipal entrou em desacordo com a professora e, para prejudicá-la, aplicou-lhe uma multa no valor de 50\$000 réis.

Sentindo-se injustiçada pela aplicação da multa por parte do inspetor municipal, a educadora recorreu à SI e, embora tenha montado sua defesa com base em documentos legais, não foi atendida pelo secretário do interior. Ele reconheceu que o caso não seria um problema legal, mas moral, devido às desavenças entre o inspetor e a professora. Não se pronunciando a respeito, apenas homologou a multa, fixando-a no valor de 30\$000 réis. A professora então recorreu em segunda instância e enviou sua defesa ao vice-presidente do Estado que, depois de um mês, deliberou em conformidade com a decisão do secretário do interior. Inconformada com a decisão deliberada pelo secretário e pelo vice-presidente, ela enviou uma carta a Estevam de Oliveira pedindo sua intervenção. Com a resposta do ex-

¹²⁴ Raymundo Tavares: lente em pedagogia, professor da Academia de Comércio e da Escola Normal de Juiz de Fora nas disciplinas de História, Geografia, desenho, caligrafia, francês e Pedagogia. Foi nomeado inspetor técnico de ensino em 1907 e colaborava como articulista no jornal *O Pharol*.

¹²⁵ A professora tem o mesmo sobrenome do articulista Tavares, porém não foi encontrado nenhum indício de que ambos fossem parentes. A respeito da professora, no Almanak Laemmert (1906 a 1926), há informações de que foi professora na cidade de Lima Duarte até 1926. Ela foi homenageada tendo seu nome atribuído a uma das ruas centrais da cidade.

¹²⁶ Cabe lembrar que, no período em que a denúncia foi feita, o cargo de inspetor extraordinário havia sido extinto, portanto Estevam de Oliveira não era mais inspetor.

inspetor em mãos, recorreu à imprensa juiz-forana com intuito de reaver sua dignidade moral: ela afirmou que recorreu da decisão não pela questão do dinheiro da multa, mas para que a população soubesse que ela não foi uma professora descuidada de suas obrigações, não tendo, portanto, merecido a perseguição de que fora vítima.

A professora enviou todos os documentos em sua defesa ao jornal *O Pharol*, os quais, nas mãos de Raymundo Tavares, tornaram-se instrumento de protesto contra a situação de perseguição política a que ele denominou como “politicagens”. Em sua publicação do dia 23 de maio de 1902, sob o título “Um governo de corrilhos VII”, o autor fez considerações a respeito da decisão do vice-presidente, Costa Senna, afirmando que este não tivera a coragem e o valor preciso para revogar a decisão do inspetor municipal e reestabelecer a lei, já que tinha pretensões políticas, e não lhe convinha desagradar os “empresários de eleições”. Enfatizando o artigo, Raymundo Tavares transcreveu a carta da professora pedindo ajuda a Estevam de Oliveira e a carta resposta do mesmo. Porém, antes da transcrição das cartas, ele deixou suas impressões em relação ao colega e confrade:

Um dos documentos a que me referir no correr dos presentes artigos, e que, DATA VENIA, aqui transcrevo, é a seguinte carta do sr. Major Estevam de Oliveira, ilustre inspetor extraordinário do ensino em Minas. Trata-se de uma auctoridade que sabe honrar o seu cargo, que é a honestidade incontestável, e incontestada allia a mais solida competência em matéria de ensino (RAYMUNDO TAVARES)¹²⁷.

Percebe-se que a figura de Estevam de Oliveira¹²⁸ como inspetor de ensino era muito respeitada pelo articulista, que fez questão de enaltecer a autoridade do confrade. Prosseguindo o artigo em defesa de dona Altina, Raymundo Tavares transcreveu as correspondências entre a educadora e o ex-inspetor extraordinário:

Exmo. Sr. major Estevam de Oliveira – Cordiaes saudações minhas. A bem de meus direitos, preciso que me presteis o vosso alto testemunho, respondendo ás seguintes questões, dando-me, ao mesmo tempo, auctorisação para me utilizar da resposta, como me convier.

1º Si, por occasião de vossa visita á minha escola, na cidade de Lima Duarte, já frequentava a referida escola algumas meninas, e si vos constou que o

¹²⁷ *O Pharol* 23 de maio de 1902, p. 2.

¹²⁸ Estevam de Oliveira também era chamado Major Estevam de Oliveira, pois recebera o título da antiga Guarda Nacional, por serviços prestados. Interessante observar, que mesmo sendo republicano, utilizou durante anos o título de Major, tal denominação só deixou de ser usada por seus biógrafos quando Estevam se tornou Inspetor Técnico de ensino após a reforma educacional empreendida em Minas Gerais em 1906. A partir de 1907, como se pode observar nas fontes, a denominação Inspetor é utilizada como um título.

respectivo inspector municipal já me houvera eito alguma observação, a respeito da frequência das mesmas alumnas?

2º Quaes as condições de ordem, e interesse pelo desempenho do meu cargo de professora publica?

3º Qual o logar que cabe á minha escola, relativamente aos demais estabelecimentos de educação primaria de todo município de Lima Duarte?

Com a satisfação desse pedido, muito obrigareis á criada muitisissimo grata – Altina Pires Tavares.

Juiz de Fóra, 19 de dezembro de 1901 (RAYMUNDO TAVARES)¹²⁹.

A estratégia adotada pela professora para provar sua idoneidade como profissional da educação foi a de elaborar uma série de questões relativas à sua forma de trabalho, destinadas ao ex-inspetor de ensino para que este respondesse a elas em consonância com o que ele pôde observar durante as visitas que ele fez à escola dela no período em que ele era inspetor extraordinário do ensino.

A decisão da professora de acionar o ex-inspetor, meses depois do ocorrido, traz algumas reflexões. A primeira delas refere-se ao capital simbólico, de que fala Bourdieu (2003). Em maio de 1902, Estevam de Oliveira ocupava cargo de inspetor em comissão¹³⁰, realizando suas visitas aos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, momento em que os jornais enalteciam o trabalho que vinha realizando em sua expedição. Dessa forma, ocupar tal cargo representava o exercício da função mais importante dentro da inspetoria de ensino naquele momento, fazendo do inspetor uma autoridade. Diante disso, a mestra, julgando-se inocente, pediu em carta ao mais importante dos inspetores mineiros, naquele momento, para que desse um parecer sobre seu trabalho de professora.

A atitude da professora demonstra o que Pierre Bourdieu (2003) chama de poder simbólico, que consiste no poder dado por aquele que está subordinado àquele que o exerce, sendo que o primeiro deposita no segundo sua confiança. Essa relação de poder só existe porque aquele a quem está sujeito crê que ele existe. Ao analisar as considerações de Raymundo Tavares e a carta de Dona Altina, percebe-se que ambos atribuem ao inspetor o poder de autoridade no que diz respeito à educação.

Dessa forma, a história da professora permite entender que, naquele momento histórico, ocorria um empoderamento profissional. Ser inspetor de ensino já não era mais um ofício comum e atribuído a qualquer pessoa, mas uma função de considerável *status*, ligada à

¹²⁹ Jornal *O Pharol*, 23 de maio de 1902, p. 1.

¹³⁰ No momento em que a professora pediu auxílio a Estevam de Oliveira (1902), ele ocupava a função de inspetor comissionado para visitar os estados de Rio de Janeiro e de São Paulo, onde estudaria as reformas de ensino implantadas, anos anteriores.

força de poder de ação para consolidar o capital simbólico vinculado ao enraizamento de uma estrutura – inspetoria – reconhecida e aceita tanto pelos que exercem – o Inspetor – quanto pelos que desse exercício sofrem suas influências – nesse caso, a professora e o jornalista.

Na carta datada de 19 de dezembro de 1901, a professora pediu que Estevam de Oliveira respondesse às questões e que autorizasse a publicação de sua resposta em defesa dela. Ela foi prontamente atendida pelo inspetor, que lhe enviou a resposta no dia 21 de dezembro do mesmo ano, sendo transcrita e publicada por Raymundo Tavares em 23 de maio de 1902:

Exma. sra. d. Altina Pires Tavares – Em resposta á sua carta retro, cumpre-me afirmar:

Ao 1º quesito – Sim, quanto á primeira parte e não quanto á segunda. A regra geral por mim observada, durante o tempo que exerci o cargo de inspector extraordinário, é que os inspectores municipaes de ensino baixam olhares as escolas, OU PARA PERSEGUIREM PROFESSORES DESAFFECTOS OU PARA ACOBERTAREM FALTAS DE PEOFESSORES AMIGOS.

Ao 2º quesito – Notei que sua escola era dirigida COM ZELO, QUE OS SEUS DEVERES ERAM CUMPRIDOS, apesar do estado de desorganisação della em virtude de causas independentes de sua vontade.

Ao 3º quesito – Dentre as escolas estadoaes do municipio de Lima Duarte, A SUA OCUPA O PRIMEIRO LOGAR, INCONTESTAVELMENTE.

Pode fazer desta o uso que lhe aprouver. Juiz de Fora, 21 de 12-1901 – Estevam de Oliveira – ex-inspector extraordinário¹³¹.

A prontidão de Raymundo Tavares e de Estevam de Oliveira para ajudarem a professora suscita uma segunda reflexão: o papel do intelectual público naquele momento de consolidação do *ethos* republicano. Esta tese parte do pressuposto de que o intelectual público é aquele que, guiado pelos ideais republicanos de justiça e liberdade, envolve-se com a tarefa de mudar a sociedade, falando em defesa dos menos favorecidos.

Segundo Domingues (2011), engajado na política e entregue a causas impessoais, o intelectual público é aquele que, contando com o poder da pena e da ideia, pode ocupar a arena política e propor a reforma do homem e da sociedade. O *ethos* do intelectual público é a virtude cívica ou a fusão das virtudes moral e política, tendo ao fundo a perspectiva do indivíduo e a do cidadão, como Estevam de Oliveira.

Outro episódio – de um professor público de uma cadeira primária da cidade de Rio Pomba (MG) – evidencia o comprometimento de Estevam de Oliveira em relação ao cumprimento da lei. No dia 23 de novembro, de 1904, o referido professor enviou uma carta a

¹³¹ Jornal *O Pharol*, 23 de maio de 1902, p. 2.

Estevam de Oliveira relatando dificuldades econômicas, desde junho de 1904, porque o inspetor escolar da localidade negou-lhe atestado comprovando, junto ao governo, que havia cumprido suas obrigações, o que levou à suspensão do seu ordenado. Por esse motivo, o professor pediu a intervenção¹³² de Estevam junto à SI. O caso estendeu-se até dezembro daquele ano, quando o Estevam de Oliveira interveio afirmando tratar-se de uma contenda política por parte da inspeção escolar local. Em um longo artigo fundamentado nas leis vigentes, o inspetor explicou que o professor, caso fosse necessário, tinha o direito de ausentar-se durante três dias no mês, cabendo ao inspetor de ensino municipal apenas informar-se sobre motivo das faltas:

O attrito, a que já duas vezes nos referimos, havido entre o sr. Inspetor escolar do Pomba e o digno professor publico tenente José Marcellino Ribeiro, ali bemquisto e conceituado, demonstra sobejamente, mais uma vez, a improficuidade, sinão mesmo a perniciosidade, da inspeção escolar local, gratuita e partidária.

Examinada a questão devidamente, vê-se que nenhum daqueles funcionarios tem razão na contenda entre ambos estabelecida, originada de um capricho mal entendido de parte a parte, e que ambos a têm igualmente, por muito paradoxal que isto pareça.

Não fôra a politicagem, sempre fértil em produtos dessa especie, e attrito não se teria dado. [...]

[...] Entretanto a lei apenas lhes dá a faculdade de justificar taes falhas, uma vez de facto justificáveis, para que seja abonado ao funcionario faltoso, por motivo justo, o ordenado simples.

Si, porém, pertence o professor ao partido opposto ao do inspector ahi estão as divergências e attritos, somente porque nem um nem outro se estribam da lei.

No caso do Pomba nada mais se vê que a reprodução, com esta ou aquella variante, de outros tantos que por ahi ocorrem [...]¹³³.

Apesar de o artigo, que ocupou três colunas do jornal, não ter sido transcrito em sua totalidade, é possível perceber a posição de Estevam de Oliveira censurando os dois protagonistas da contenda: o professor, por ter passado sobre a autoridade de seu superior imediato e tê-lo denunciado ao secretário do interior; o inspetor, por não ter averiguado o motivo da ausência do docente, o que poderia ter ocorrido, já que ambos moravam na mesma cidade, possibilitando a averiguação das faltas antes de serem lançadas. O articulista finaliza o artigo afirmando que o ensino deveria ter primazia sobre as questões políticas.

Em 1907, aconteceu nova contenda, dessa vez com uma professora da cidade de Rio Novo, que acusou o inspetor municipal de estupro, e este a exonerou por mau

¹³² Tal intervenção, retratada por Kappel (2010), será retomada para corroborar o assunto tratado.

¹³³ Jornal *Correio de Minas*, 18 de dezembro de 1904, p. 1.

comportamento. A princípio, Estevam de Oliveira colocou-se a favor da professora, lamentando o fato ocorrido, pois o inspetor acusado, segundo o jornalista, era pároco na cidade e até então tinha-se mostrado um competente profissional, porém, no desenrolar dos fatos, ficou comprovado que a professora havia acusado injustamente o inspetor municipal:

Somos informados por pessoas de imputabilidade que o rvd. Sr. Padre Luiz Conrado Pereira, inspetor escolar municipal da vizinha cidade de Rio Novo, não é autor nem contribuiu para a deshonra de uma professora, a que nos referimos em nossa edição de hontem.

Fiquem estas linhas como uma rectificação, que aliás fazemos com prazer, pois é sempre desagradavel, á imprensa ter de registrar factos dessa ordem¹³⁴.

Com os casos demonstrados, percebe-se que Estevam de Oliveira, apesar de ocupar um lugar de autoridade ligado ao poder central, intervinha no espaço público, principalmente em seus artigos, sempre em favor de uma ética republicana, preservando seu julgamento de interferências políticas ou pessoais e guiando-se pelos parâmetros profissionais de isenção e universalidade que embasam as estruturas burocráticas modernas.

¹³⁴ *Jornal Correio de Minas*, 3 de abril, de 1907, p. 1.

3 IMPRENSA E REDES DE SOCIABILIDADES

Neste capítulo, serão tratados dois aspectos relacionados à utilização da imprensa como fonte de pesquisa: o primeiro, de caráter metodológico, busca refletir sobre a ampliação da noção de documento¹³⁵, que auxiliou na superação do preconceito sobre o uso de impressos em pesquisas científicas; o outro se refere ao estudo das redes de sociabilidades, já que a imprensa juiz-forana foi a mais representativa forma de sociabilização e um potente espaço de mediação cultural frequentado pelo grupo pesquisado.

3.1 A IMPRENSA COMO FONTE DE PESQUISA PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Nos últimos anos, em virtude das mudanças pelas quais passou a historiografia, principalmente na década de 1970, é perceptível o constante uso de periódicos como fonte de pesquisa, mormente nos estudos sobre história da educação. Desde o século XIX, a despeito de os periódicos impressos serem reconhecidos por sua importância na introdução e difusão no país, eram vistos com desconfiança pelos pesquisadores, de modo que muitos historiadores evidenciavam resistência em escrever a História por meio da imprensa (LUCA, 2005).

Essa resistência em relação ao uso da imprensa como fonte de pesquisa conformava-se com a tradição dominante, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, associada à busca da verdade absoluta dos fatos, atingível por intermédio dos documentos cuja natureza era a única dada como incontestável. Naquele momento, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual, o historiador valia-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade e credibilidade, além de serem suficientemente distanciadas do seu próprio tempo (LUCA, 2005).

Estabeleceu-se uma hierarquia qualitativa dos documentos para o qual o especialista deveria estar atento. Nesse contexto, os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas ‘enciclopédias do cotidiano’ continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez de permitirem captar o ocorrido, eles forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas (LUCA, 2005, p. 112).

¹³⁵ Para Le Goff (1996), a memória coletiva e sua forma científica, a História, aplicam-se a dois tipos de fontes: os documentos e os monumentos, sendo estes a herança do passado, e aqueles, a escolha do historiador.

Até a primeira metade do século XX, os historiadores brasileiros posicionaram-se de duas formas em relação ao documento-jornal: ora com desprezo, por considerar os periódicos como fonte suspeita; ora com enaltecimento, encarando-o como o repositório da verdade, e as notícias como relatos fidedignos dos acontecimentos registrados (CAPELATO, 1988). Conforme a autora, as duas posturas são contestáveis, na medida em que não se pode considerar o jornal como fonte desprezível tampouco como transmissor imparcial e neutro dos fatos.

Partindo do pressuposto de que a imprensa consiste em um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, o historiador busca estudá-lo como sujeito da história, buscando captar o movimento vivo das ideias e os personagens que circulam pelas páginas dos jornais (CAPELATO, 1988). Essa categoria abstrata chamada imprensa desmistifica-se quando vem à tona a figura de seus elaboradores como sujeitos dotados de consciência e em determinada prática social.

Dessa forma, de acordo com Capelato (1988), a análise dos jornais exige que os pesquisadores estabeleçam constante diálogo com os muitos personagens que atuam na imprensa de uma época, de forma que, desse diálogo, nasce uma história mais viva, mais humana e mais rica, diferente da história preconizada pela corrente positivista, cujos seguidores preconizavam o olhar objetivo e neutro dos fatos. Os jornalistas brasileiros da primeira metade do século XX agiam como os historiadores do positivismo, cultuando a objetividade na concepção do fato verdade como matéria prima do jornalismo e da história. Atualmente essa ideia de fato verdade é questionável, uma vez que o fato jornalístico é construído, e o historiador de hoje, dessacralizando os fatos como a base da objetividade, reconhecem que eles são fabricados e não dados (CAPELATO, 1988).

Nesse sentido, na concepção de Capelato (1988), mais importante que a “realidade dos fatos” é a maneira como os sujeitos da história tomaram consciência deles e os relataram. Para a autora, embora o historiador mantenha o compromisso de conhecer a verdade, existem muitas verdades, razão pela qual é impossível ser totalmente objetivo: apesar de a objetividade continuar como um critério fundamental da análise histórica, o seu culto mítico é sempre interrogado.

Na década de 1970, principalmente com advento da Nova História, a História tradicional e seus métodos enfrentaram críticas, de forma que a historiografia foi abrindo-se a novas concepções e perspectivas sobre a utilização de jornais como fontes. Segundo Luca

(2005), tanto o diálogo com outras disciplinas das ciências humanas quanto o processo de dilatação da percepção dos historiadores trouxeram contribuições metodológicas consideráveis para a História, fazendo o historiador repensar não só as fronteiras de sua própria disciplina, mas também a própria concepção e análise crítica dos documentos.

Esse alargamento na percepção dos historiadores intensificou a adoção de jornais como fonte de pesquisa, na medida em que eles ampliam os horizontes para novas reflexões e problemáticas nos conhecimentos sobre as sociedades do passado (CAPELATO, 1988). De acordo com a autora, registrando a vida cotidiana em seus múltiplos aspectos, a imprensa oferece amplas possibilidades de compreender como viveram os antepassados – não só os ilustres, mas também os sujeitos anônimos.

Segundo Carvalho (2004), os estudos sobre a imprensa brasileira assumiram, durante mais de meio século, um caráter preponderantemente histórico-jurídico. Desde os primeiros artigos publicados nas revistas das entidades nacionais de cultura ou de suas congêneres estaduais, até as mais recentes monografias, é perceptível uma tendência marcante pelo enfoque histórico ou pela escolha da perspectiva jurídico-legal. Para o autor, a imprensa periódica vem sendo (re)visitada por pesquisadores pelo fato de, na maioria das vezes, estar diante de reflexões bem próximas dos acontecimentos, cumprindo o que Nóvoa (1997) afirma sobre a análise da imprensa: ela permite apreender discursos que articulam práticas e teorias que se situam tanto no nível *macro* do sistema quanto no nível *micro* das experiências humanas concretas. Esses discursos, ao mesmo tempo em que exprimem aspirações de futuro, denunciam ocorrências do presente. Desse modo, a análise da imprensa constitui um *corpus* essencial para a história da educação e para a criação de outra cultura pedagógica.

Os jornais e as revistas podem contribuir para estudos reflexivos sobre a trajetória da educação, na medida em que, por meio deles, ultrapassando a mera descrição das ideias, das reformas, dos programas e das práticas educativas, é possível perceber os problemas educacionais, os processos educativos e as dimensões sociais da educação (CARVALHO, 2004). Para o autor, os pequenos detalhes ocorridos no interior do espaço educacional e registrados nos jornais auxiliam na compreensão das relações dentro de microcosmos sociais, ou seja, por meio de artigos, editoriais, reportagens, notícias, entre outros gêneros jornalísticos, a imprensa constitui um importante ambiente de observação das relações

sociais, permitindo acompanhar a trajetória dos vários discursos educacionais, demonstrando o desenrolar dos processos históricos.

As pesquisas feitas nos jornais possibilitam levantar algumas características próprias do campo educacional, evidenciando as relações estabelecidas entre os agentes sociais da época e da região estudada e permitindo a análise tanto no âmbito nacional quanto no regional. Esse tipo de pesquisa possibilita recompor aspectos pouco considerados pela história da educação brasileira, na medida em que contribui para o preenchimento de lacunas deixadas pelas pesquisas macroestruturais. Nesse sentido, contribui ainda para buscar no cenário histórico, personagens sociais, antes desconhecidos, valorizando seus saberes e suas vivências (KAPPEL, 2010).

3.2 IMPRENSA, POLÍTICA E EDUCAÇÃO

Considerando-se que a imprensa do final do século XIX e início do século XX experimentava franca expansão, constituindo-se como significativa atividade intelectual, por meio da qual os indivíduos ligados às letras articulavam-se e comunicavam seus pensamentos e discursos políticos, sociais ou culturais, este tópico é dedicado ao estudo das redes de sociabilidades dos literatos na imprensa local. Para isso, será lançado um olhar sobre os artigos que publicavam a respeito da imprensa, da política e da educação, por se tratar de aspectos que ajudarão a melhor compreender a análise dos artigos utilizados neste capítulo.

Embora, nos três jornais estudados, os assuntos educacionais tenham sido retratados de formas variadas, na maioria eram publicados atos de governo, tais como: transferências de cadeiras, licenças para tratamento de saúde, nomeações, exonerações (a pedido ou por infrequência), extinção de cadeiras, notas de exames finais das grandes escolas da cidade, festas escolares, entre outros. Há artigos sobre política e sobre imprensa, analisados aos olhos dos letrados estudados por esta tese.

Segundo Morel e Barros (2003), o aparecimento da imprensa no Brasil está ligado às mudanças ocorridas nos espaços públicos, à modernização política e cultural das instituições e ao processo de independência e construção da nação. A imprensa de opinião, entre meados do século XVIII e começo do XIX, trouxe uma figura de homem público, até então inexistente no território da América portuguesa: o jornalista ou panfletário, chamado de “redator” ou

“gazeteiro”. Segundos os autores, com as mudanças culturais advindas da manifestação da modernidade política ocidental, surgiu o homem de letras, visto no geral como portador de uma missão, simultaneamente, política e pedagógica. Nesse contexto de profundas transformações, o escritor patriota, difusor de ideias e pelejador de embates achava terreno propício para atuar.

Analisando-se as produções jornalísticas dos membros fundadores da AML, envolvidos com questões políticas e educacionais, percebe-se que os mesmos estavam imbuídos desse ideal transformador. As denúncias ou reivindicações eram ações permanentes na atuação desses profissionais: com o pseudônimo de Neophyto, Estevam de Oliveira, sabendo que tramitava na câmara dos deputados a aprovação de um projeto de construção para funcionamento da Escola Normal, visto que o instituto era abrigado dentro de um galpão onde funcionava, em anos anteriores, o mercado municipal, pleiteou junto ao órgão competente a aprovação da construção de um prédio para tal estabelecimento:

Um dia por outro

Parece que será uma realidade real, dentro de algum tempo, a construção do prédio apropriado, nesta cidade, a nelle funcionar a Escola Normal. Já não é sem tempo porque, si o governo quizesse effectivamente realizar economias, devel-o-ia ter construído há muito.

Desde que se inaugurou aqui aquele utilíssimo instituto de ensino litterario e profissional, tem sido infatigavel o seu provector director dr. Leonidas Detsi, cujos serviços não deve o futuro governo dispensar na direcção de tão importante estabelecimento, em promover os meios de tornar a Escola Normal uma verdadeira casa modelo para o ensino.

Ora, quem diz ensino, precisa de ter em vista o prédio em que elle se deva ministrar, porque é primeira condição em similhantes institutos a questão de hygiene escolar. [...]

[...] A nossa Escola Normal funciona num pardieiro muito ordinario, sem luz, sem ar, sem accomodações apropriadas ao fim a que o destinaram, e o governo paga por um estafermo daqueles 400\$ mensaes, ou sejam 4:800\$ annualmente!

Este simples enunciado basta para que os srs. deputados se compenbrem da necessidade inadiável de ser aprovado o projecto do padre Pio.

Supponhamos que importe em réis 60:000\$ a construcção do prédio: em doze annos terá elle indemnizado essa despeza, pela suppressão do aluguer e o Estado possuirá um magnifico proprio. Neophyto¹³⁶.

No artigo supracitado, a partir de um poder simbólico a ele atribuído, quer como jornalista e porta voz da população para fazer o pedido, quer como uma autoridade que detinha um conhecimento técnico-científico a respeito das noções de higiene, o autor procura mediar junto ao governo do Estado a subvenção para realização do projeto do novo

¹³⁶ *Correio de Minas*, 19 de agosto de 1898.

prédio para a Escola Normal. Sobre o segundo aspecto, deve-se ressaltar o movimento higienista como projeto civilizador de país, que imperava naquele momento

Ao tematizar as relações entre medicina, higiene e educação escolar, Gondra (2000) afirma que, ao longo do século XIX, a agenda médica brasileira, coincidindo com o processo de legitimação da ciência médica ocidental, reservou um lugar especial para os problemas de ordem social. Segundo o autor, em conformidade com os cânones dessa ciência, o ramo da medicina que se ocupou da descrição e redescricao dos objetos sociais foi designado como Higiene.

Nesse contexto de influência do movimento higienista, a educação escolar passou a ser compreendida como defensora de um modelo moderno de formação de homens e mulheres, necessitando, para tal, desvincular-se da esfera privada, fosse ela religiosa ou doméstica. Desse modo, desmonopolizando-se a educação, as crianças seriam educadas pelas (e para) as práticas desse mundo fabricado pela razão (GONDRA, 2000). Segundo o autor, educar nessa perspectiva exigia a invenção de uma nova organização escolar calcada na razão médica. Nesse sentido, a Higiene forneceria um modelo de organização escolar para atender à nova sociedade que se queria fundar.

Dentro desse novo modelo escolar, Gondra (2000) destaca o problema do espaço escolar. A decisão de instalar escolas encontrava-se visceralmente ligada a aspectos físicos do lugar, como topografia, clima, condições sanitárias e atmosféricas, ventilação, iluminação, salubridade, entre outras. No artigo, relacionando educação e higiene, Estevam de Oliveira considera o prédio escolar como condição de higiene primária para que se desenvolva a educação.

Em artigos posteriores, é possível perceber que Estevam de Oliveira detinha um poder aglutinador entre seus pares, e isso lhe concedia poder simbólico que legitimava suas opiniões e ações de tentar transformar a realidade à sua volta.

Esse poder simbólico era potencializado por seus pares, como se pode verificar pelo artigo de Heitor Guimarães, que faz coro ao parecer de Estevam a respeito da necessidade de um novo edifício para a Escola Normal de Juiz de Fora:

Por alto

O meu colega Neophyto escreveu hontem algumas linhas muito criteriosas sobre a inilludível necessidade que tem a Escola Normal de um prédio próprio, confortavel e higienico.

Quase todos os meus colegas da imprensa local tem feito côro em torno desse projecto, desejando seja o mesmo convertido em realidade.

Essa realidade esta agora dependendo unicamente do congresso mineiro. Desde que passe o projecto de lei apresentado na câmara estadual pelo rvd. Padre Pio, dentro de pouco tempo terá Juiz de Fôra um prédio para a sua escola normal, em tudo digno de seu adiantamento.

De facto, a escola, como está mettida ali no velho mercado, além de lhe faltarem as precisas condições exigidas pelos modernos processos de educação e ensino, não honra muito o progresso de nossa cidade.

É, pois com grande praser que uno os meus votos aos de meus confrades desejando seja breve um facto consumado a construção de um edifício proprio para a Escola Normal. Vaugirard¹³⁷.

No dia 26 de agosto de 1898, o jornal *Correio de Minas* publicou uma nota afirmando que, em primeira discussão, havia sido aprovado pela câmara dos deputados estaduais o projeto de lei que autorizava a construção do edifício para a Escola Normal da cidade em terreno doado pela Câmara Municipal. Dias após essa notícia, a folha publicou um artigo sobre as escolas normais americanas. Em 1904, após várias negociações mediadas por José Rangel entre o Governo do Estado e a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, a escola foi transferida para o Palacete Santa Mafalda¹³⁸:

Escola Normal

Graças aos esforços do seu director, o nosso collega de imprensa José Rangel, que já entrou em acordo com o sr. Provedor da Santa Casa de Mesericordia, vae ser transferida para o elegante e confortavel prédio á rua Direita, e frente á igreja matriz, a nossa Escola Normal que, si já era a primeira do Estado quanto á sua organização, passa agora a ser a mais bem installada. Cremos mesmo, que nesse particular nenhum estabelecimento publico de ensino lhe levaria vantagem em Minas.

Regosijamo-nos com essa transferência, por quanto há meia dúzia de annos nos debatemos pela mudança da Escola Normal para outro predio em melhores condições do que o antigo mercado¹³⁹.

Durante vários anos, até o final da década de 1920, quando finalmente se concretizou a tão esperada construção do prédio para funcionamento da Escola Normal, esse assunto ocupou as páginas dos jornais locais.

Lindolpho Gomes foi outro literato que se ocupou das questões de higiene. Estudando e difundindo o método da escrita vertical, o inspetor técnico de ensino foi

¹³⁷ *Correio de Minas*, 20 de agosto de 1898.

¹³⁸ O Palacete de Santa Mafalda está localizado na avenida Barão do Rio Branco, em frente à Catedral Metropolitana de Juiz de Fora.

¹³⁹ *Correio de Minas*, 1º de março de 1904.

elogiado pelos jornais da época, tendo um de seus artigos sobre o método usado em palestra na Sociedade de Medicina de Juiz de Fora, onde recebeu muitos elogios. A respeito de tal artigo, o jornal *O Pharol* na coluna “Escripta Vertical e Hygiene Escolar” assim se expressou:

É bem para louvar-se o empenho com que se está tratando da instrução publica primária em Minas, que caminha ao lado de S. Paulo, neste concernente. [...]

[...] a proposito deste enunciado, devemos declarar que um artigo do sr. Lindolpho Gomes, publicado ha dias nesta folha, sob o titulo de *Escripta vertical*, veio preparar o espirito publico para a pratica de semelhante reforma, porquanto, com entusiasmo, muito bem falou da adopção desse genero de escripta em nossas escolas.

De nome vantajosamente conhecido na imprensa, elle se tem distinguido ultimamente em estudos de ordem pedagogica, e o artigo mencionado occupou a attenção da Sociedade de Medina e Cirurgia, desta cidade, sendo que o illustre sr. Dr. Christovam Malta leu-o em secção, abundando em considerações scientificas, mostrando as vantagens da escripta vertical sobre a obliqua.

A Sociedade, tomando conhecimento do artigo e deliberando felicitar o sr. dr. Secretario do Interior, não só prestou justa homenagem ao merecimento do publicista com tambem influiu animo do governo para novos e indispensaveis commetimentos.

Organisemos o estudo primario, abramos escolas, dando-lhes professores competentes no seu tacto, moral, hygiene e methodo¹⁴⁰.

O extenso artigo reforça que Lindolpho Gomes situava-se entre as autoridades internacionais que sustentavam a asserção da escrita vertical, havendo, inclusive, um movimento em defesa do tema nos países europeus. Defendendo a escrita correta como fundamental, porém associada a outras medidas, como adoção de mobiliário correto, iluminação, ventilação e serviço sanitário, o articulista afirma que a imprensa mineira não desfalecia em orientar o governo no quesito higiene e que tal trabalho de orientação já estava produzindo frutos, como demonstrado na reforma de ensino que se operava em Minas naquela época.

Salienta-se que uma preocupação do jornalismo da época era orientar, ou melhor, educar. Sobre esse aspecto, de acordo com Machado (2007), o jornalismo é uma atividade intelectual que pressupõe valores morais e éticos, de forma que o intelectual que a ele se dedica procura informar e, simultaneamente, formar, assumindo o papel de educador. Conforme a autora, no Brasil, o jornal foi visto como uma importante estratégia de

¹⁴⁰ *O Pharol*, 31 de agosto de 1907, p. 1.

construção de consensos, de propaganda política e religiosa, de produção de novas sensibilidades, maneiras e costumes e de educação. Nesse teor destaca-se uma resposta de Heitor Guimarães à carta de um leitor, Magnus Sondahl¹⁴¹, que, em 1898, autodenominando-se fundador da “ortologia”, publicara no *Correio de Minas* vários artigos sobre assuntos filosóficos intitulados “Cartas Abertas”:

Por alto

A propósito de uma de minhas chroniquetas, em que tratei da vadiagem de menores, o sr. Magnus Sondahl sugeriu ha dias, em uma de suas Cartas Abertas, uma ideia para a qual pediu o meu apoio.

Este de nada lhe servira, que material, quer moralmente.

A idéa do sr. Sondahl, de se fundar uma fazenda modelo, na qual se ministre educação moral e ensino a menores vadios, além de ser presentemente inexecuível, não corresponde absolutamente aos desejos, que esta folha manifestou, de repressão da vagabundagem.

Inexecuível, porque só os poderes públicos poderiam pol-a em pratica e estes não attenderão ao nobre intuito do ser. Sondahl, Sómente particulares poderiam chamar a si essa tarefa, os particulares, porém, não o farão, porque atravessamos um periodo financeiramente critico.

Admittindo mesmo que a generosa idéa do articulista fosse exequível, não em futuro remoto ou proximo, porém já, quer com o auxilio do governo, quer de particulares, quer ainda por um movimento philantropico de alguns homens de dinheiro, os effeitos não fariam cessar a vadiagem contra e qual esta folha reclamou, nem mesmo em futuro remoto, simplesmente porque os menores vadios a que esta folha alludiu em noticia – os apedrejadores de arvores e vidraças, os riscadores de muros e paredes, etc. – não pertencem, em sua quase totalidade, ao numero de menores que poderiam ser retirados para estabelecimento algum sem prévia autorização destes.

É certo que o estabelecimento lembrado pelo sr. Sondahl prestaria reaes serviços, mas não poria termo ao vandalismo de certos meninos. E o essencial, no caso de que se occupou esta folha, é que taes vandalismos cessem.

Ahi está a razão por que appellá-mos para a policia, apenas como um meio repressivo mais rapido, sem desejarmos, entretanto, que se transforme a cadeia em estabelecimento de educação.

Um susto e nada mais.

Vaugirard¹⁴²

Segundo Leonidio (2005), o termo ortologia, além de designar “única verdade lógica”, comportando ainda a denominação “maçonaria católica”, consistia em uma

¹⁴¹ Segundo Leonidio (2005), Magnus Sondahl, além de ter fundado em 1899, na cidade do Rio de Janeiro, o jornal *O Libertarista*, tinha uma obra relativamente vasta, entre as quais se destacam: **Descrição resumida de um núcleo sociocrático durante a fase transitória da plutometria** (1900); **Preleções ortológicas realizadas na Biblioteca Pública de Curitiba** (1901); **Ensino racional de leituras em quatro lições sistemáticas** (1908); **Relatório apresentado pelo inspetor agrícola do quinto distrito** (1911); **Da magia natural – revelação do grande arcano. 200º tratado da grande enciclopédia ortológica** (1912); **Sociocráticos – a maior revolução do mundo. Apelo ao público pelo fundador da União Sociocrática** (1912).

¹⁴² *Correio de Minas*, 2 de dezembro de 1898, p. 1.

vertente da maçonaria que pretendia instaurar uma “nova religião de caráter sociocrático” no Brasil. Ressalta-se na resposta de Heitor Guimarães sua posição em relação à proposta do autor das cartas de fundar uma instituição para menores desajustados: não ficou explícito se Heitor Guimarães refutava a ideia da escola para os garotos vândalos ou se a corroborava. O que se pode afirmar é que, em um momento em que se acreditava na escola como base de uma nação civilizada, esperava-se que ele fosse mais contundente na defesa da educação dos menores, cujas práticas de vandalismo, segundo ele, não seriam erradicadas com educação, mas com polícia.

Na mesma folha em que foi publicada a resposta a Sondhal, anuncia-se para o dia seguinte em São Paulo uma reunião do Congresso Maçônico a fim de decidir sobre a criação de um asilo para os filhos dos maçons falecidos cuja manutenção seria de responsabilidade das lojas da cidade de São Paulo e do interior. Não se sabe ao certo se a nota teria alguma ligação com Magnus Sondhal, já que o mesmo estava ligado à chamada Maçonaria Católica.

Em finais do século XIX, a atuação maçônica na educação, nacional e internacionalmente, era plural. Permeadas por uma concepção educacional mais ampla, em que se incluíam, além de escolas maçônicas fundadas nos próprios templos das oficinas ou mantidas por associações filantrópicas, essas atuações abarcavam, entre outras atividades culturais, a expansão da educação popular bem como iniciativas ligadas à fundação de bibliotecas populares, de liceus de artes e ofícios, de jornais e outros periódicos, de clubes literários, de conferências públicas (CANDIÁ, 2013, p. 109).

3.3 OS JORNAIS LOCAIS

Segundo Oliveira (1966), além do destaque industrial no século XIX, Juiz de Fora evidenciou acontecimentos que a situaram na vanguarda das cidades brasileiras que mais se destacaram na propaganda e na luta em prol do regime Republicano. De acordo com José Rangel (1940), como berço do Partido Republicano Mineiro (PRM), o espírito da cidade era forjado “pelos devotados amigos da República”, cidadãos pertencentes às classes letradas e adeptos dos movimentos abolicionistas que, “pregadores das doutrinas democráticas” e formando o grupo dos “republicanos históricos”, defendiam a queda do regime imperial.

Para José Rangel (1940), em Juiz de Fora, com o advento da República e durante um período de mais de vinte anos, os intelectuais aprimoraram-se e enriqueceram-se como

militantes da imprensa, tornando-se sujeitos de legítima projeção local, e alguns nacional, em diversos domínios no campo das letras brasileiras. Com essas afirmações, Rangel destaca o vigor cultural da região na área em que atuava e circulava (imprensa, literatura e política).

Como foi no ambiente jornalístico que os literatos estudados por esta tese conviveram por um período maior, será feita uma retrospectiva sobre os primeiros jornais da cidade de acordo com a ordem cronológica de seu surgimento: *O Pharol*, *O Pirlampo*, *Gazeta da Tarde*, *Diário da Manhã*, *O Juiz de Fora*, *Correio de Minas*, *Jornal do Comércio*.

Em *O Pharol* (Figura 7) escreveram os seis jornalistas estudados por esta tese, alguns atuando como redatores (Albino Esteves, Heitor Guimarães e Lindolpho Gomes), outros como colaboradores (Belmiro Braga, Estevam de Oliveira e José Rangel).

Figura 7:Jornal O Pharol, 2 de fevereiro de 1907



Fonte: Hemeroteca da Biblioteca Nacional¹⁴³

Criado em 1866 na cidade de Paraíba do Sul (RJ) e transferido em 1870 para Juiz de Fora, de carácter monarquista, *O Pharol* foi a primeira tipografia de Juiz de Fora. Em

¹⁴³ Acesso: <http://memoria.bn.br> data: 28 de julho de 2016.

1873, Tomaz Cameron, seu proprietário, vendeu-o para Leopoldo Augusto de Miranda, e este, dois anos mais tarde, vendeu-o para Georges Charles Dupin, que, desde janeiro de 1875, já vinha chefiando sua redação. Dez anos mais tarde, em 1885, Lindolfo de Assis comprou-o, dirigindo-o até 1889, quando passou a pertencer a José Braga, que assumiu a chefia da redação. Em 1891, foi adquirido pela Empresa do Farol, incorporada por Alfredo Ferreira Lage, constituindo-se em 1899 a Empresa Tipográfica Mineira, dirigida por Francisco Bernardino Rodrigues Silva.

Em 10 de fevereiro 1901, *O Pharol* cessou suas atividades, retornando em 2 de julho do mesmo ano, sob a direção de Cesário Alvim¹⁴⁴, que permaneceu até 1903. Com a morte de Cesário, foi adquirido por Cristóvão de Freitas Malta¹⁴⁵, que o dirigiu de janeiro de 1904 até 09 de janeiro de 1909, quando foi vendido a João Evangelista da Silva Gomes, tendo nessa época como redatores Albino Esteves e Bernardo Aroeira. O Jornal circulou até 1939, quando foi extinto.

De 1888 a 1893, surgiram quatro jornais, mas de curta duração. O primeiro foi *O Pirilampo*, jornal diário, de pequeno formato e impresso nas oficinas de *O Pharol*, tendo como redator-chefe Oscar da Gama. Em 1889, a firma Bento Xavier Carneiro & Cia fundou a *Gazeta da Tarde*, tendo como redatores Heitor de Guimarães, J. Campos Porto, Fonseca Hermes, Silva Tavares e Olegário Pinto, mas foi extinto em 1890. Outro de duração de um ano foi *Diário da Manhã*, fundado em 1º de março de 1891, tendo como redatores Luiz Detszi, Silva Tavares, Avelino Lisboa e Lindolfo de Assis. Em 1893, com duração de apenas quatro meses, circulou o *Juíz de Fora*, jornal diário e de propriedade de Anibal & Jaguaribe, tendo como redatores Estevam de Oliveira, Olegário Pinto e Oscar da Gama.

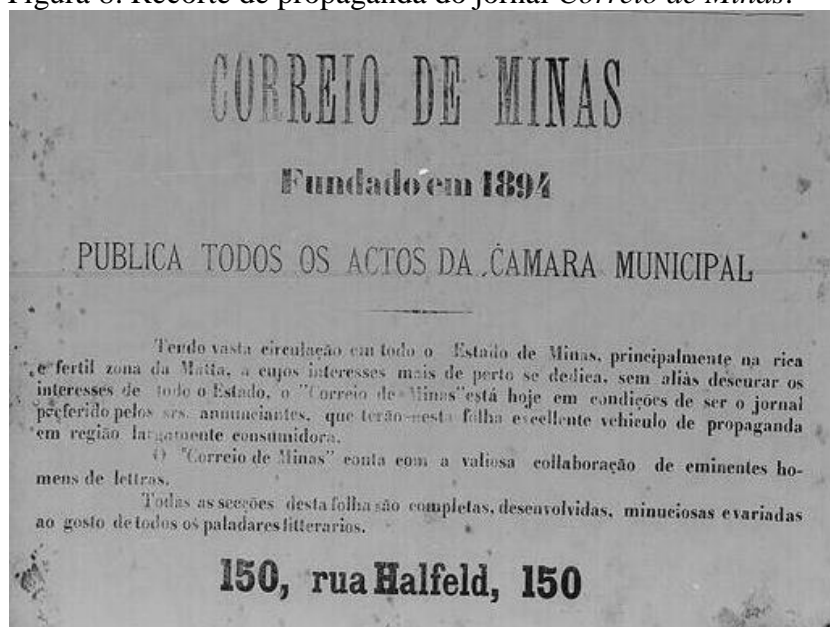
Em 15 de maio de 1894, Estevam de Oliveira fundou *Correio de Minas* (Figura 8), que, embora tenha durado até 1930, enfrentou percalços, tendo interrupções e retomadas. Inicialmente editado três vezes por semana, passou a ser diário em 1895, trazendo em sua primeira página, até 1897, a informação de que era órgão dedicado aos interesses fundamentais do Estado.

¹⁴⁴ José Cesário de Faria Alvim Filho nasceu em Arraial do Pinheiro (RJ), em 7 de junho de 1839, e faleceu em 3 de dezembro de 1903. Advogado, economista, fazendeiro e político, ocupou vários cargos, entre os quais o de Presidente de Minas Gerais (1889-1891 e 1891-1892), Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro (1898-1899) e Presidente da Província do Rio de Janeiro (1884-1886).

¹⁴⁵ Cristóvão de Freitas Malta (1862-1929) foi médico e jornalista.

Em agosto de 1897, o proprietário informou aos leitores e assinantes a interrupção do periódico durante um mês, por ter de ausentar-se da cidade durante um tempo e por não poder confiar a outrem a responsabilidade do trabalho que realizava no jornal, porém as publicações do *Correio de Minas* retornaram dois meses depois, em outubro.

Figura 8: Recorte de propaganda do jornal *Correio de Minas*.



Fonte: Centro de Memória da Biblioteca Murilo Mendes (Foto capturada pela pesquisadora)

Em 1899, houve outra interrupção, provavelmente por questões financeiras. Com efeito, no período que antecedeu essa interrupção, Estevam de Oliveira publicava notas diárias oferecendo seu trabalho como professor: “Estevam de Oliveira, dispondo diariamente de algumas horas, aceita lições de português e de francês em colégio ou em casas particulares”. Em 31 de dezembro de 1898, o jornal trouxe o seguinte informe:

Para maior comodidade da familia do proprietário e diretor desta folha, vão ser removidas suas officinas para o antigo prédio em que funcionavam, não ha muito tempo, á rua do Espirito Santo, pelo que, na proxima semana, teremos de interromper, POR DOUS DIAS APENAS, a publicação do Correio de Minas, do que antecipamos desculpas aos nossos bons e dignos assignantes¹⁴⁶.

Apesar de o redator chefe anunciar que o jornal interromperia suas publicações por apenas dois dias, as fontes mostram que a interrupção ocorreu por um período mais

¹⁴⁶ *Correio de Minas*, 31 de dezembro de 1898.

extenso. Nove meses após o fechamento da folha, assim se pronunciou *O Pharol* em 15 de setembro de 1899:

O sr. Major Estevam de Oliveira cedeu todo o material typographico do seu jornal o *Correio de Minas* a uma associação, que vai fundar na cidade de Queluz, neste Estado um novo jornal. Essa resolução significa que aquelle nosso collega não mais pretende dedicar-se aos labores da imprensa, em que, incontestavelmente, se mostrou grande batalhador¹⁴⁷.

Em março de 1904, após 5 anos de interrupção, o jornal *Correio de Minas* retomou suas publicações, tendo como redatores Estevam de Oliveira, Heitor Guimarães e Lindolfo Gomes (redator literário). Estevam atuou como diretor do jornal até 1914, quando, por problemas de doença, passou a direção aos filhos Inimá e Itagiba. Mesmo afastado, visitava diariamente a redação, para orientar os trabalhos do jornal, só deixando de fazê-lo após a morte de Itagiba em 1923, o que o fez abandonar completamente o jornalismo. Anos depois, o *Correio de Minas* foi vendido e continuou circulando até 1930.

Durante sua existência, o *Correio de Minas* contou também com a contribuição dos outros sujeitos pesquisados por este estudo. Albino Esteves, ao vir residir em Juiz de Fora, teve a referida folha como seu primeiro emprego. José Rangel, embora fosse redator do *Jornal do Comércio*, sempre contribuía para *Correio de Minas* com artigos sobre educação, e em 1896 foi colaborador sob o pseudônimo de Jayme Ribeiro. Belmiro Braga ilustrava a folha com seus poemas. Essa proximidade evidencia que todos eram confrades nas lides jornalísticas.

Esse aspecto remonta a Sirinelli (1996), para quem a afetividade é sempre algo a ser considerado nas análises sobre redes de sociabilidade. Apesar de ser uma abordagem delicada, é fator decisivo, não podendo ser desconsiderada. O autor afirma que a sociabilidade também pode ser entendida da maneira como se interpenetram as dimensões afetivas e ideológicas da vida individual e social.

Em 20 de dezembro de 1896, Vicente Leon Aníbal fundou o *Jornal do Comércio*, tendo como redator-chefe Heitor Guimarães e como auxiliar Olegário Pinto. Em 1897 foi adquirido por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, sendo seu redator até 1902, transferindo-o para João Penido Filho. Posteriormente, outros nomes figuraram no cargo

¹⁴⁷ *O Pharol*, 15 de setembro de 1899.

de redator-secretário – Olegário Pinto, José Maria dos Santos e Albino Esteves – e de redator-auxiliar – Pedro de Gouvêa Horta, José Cesário Carneiro Leão, Manoel de Carvalho e Mário Nogueira. Também fez parte dessa folha José Rangel.

Outros jornais de vida efêmera circularam na cidade durante esse período, mas o destaque a estes deve-se não só pela sua longevidade de, pelo menos, dois – *O Pharol*, que durou 73 anos, e *O Correio de Minas*, 36 –, mas principalmente pelos nomes dos profissionais que neles atuavam e os dirigiam, muitos dos quais faziam parte do grupo dos fundadores da AML. Esse aspecto evidencia que a imprensa juiz-forana constituía-se como um microcosmo, uma vez que estava quase sempre nas mãos dos mesmos intelectuais.

A imprensa de Juiz de Fora também foi homenageada como tema de Carnaval, como em 1897, quando um baile deu destaque especial aos quadros do *Jornal Do Commercio e Correio de Minas*:

O jornal do commercio era representado, em alusão, pelo seu redactor chefe, o nosso collega Heitor Guimarães, trazendo dous ramalhetos de flores nas mãos. Causou verdadeiro successo o quadro alusivo á recente discussão jornalística entre nosso redactor-chefe, Estevam de Oliveira e o padre Pio.

No aludido quadro via-se o nosso chefe mettido na sua farda de major, de espada em riste, tendo no braço o distico *Correio de Minas*, peito descoberto para o reverendissimo adversario que trazia ao lado do distico da *Folha*, empunhando um respeitabilissimo *hyssope* salpicando agua benta por todos os lados, enquanto o major cruzava valorosamente a espada com ar triumphante do *godo* vencedor.

No rodapé da tela via-se o titulo Alto, frente! epigraphe dos artigos com que o nosso chefe atacou a discussão do seu illustrador contendor padre Pio¹⁴⁸.

A descrição do microcosmo e a análise das redes que a eles subjazem, de acordo com Sirinelli (1996), exigem que as peças sejam minuciosamente desmontadas e que seu arranjo seja mostrado. Nas páginas seguintes, serão evidenciadas as mobilizações na imprensa para tratar de assuntos políticos e educacionais bem como para difundir os trabalhos por meio das tramas de sensibilidades entre os literatos.

¹⁴⁸ *Correio de Minas*, 4 de março de 1897.

3.4 A ATUAÇÃO DOS INTELLECTUAIS MEDIADORES NOS JORNAIS LOCAIS

Esta tese toma a imprensa juiz-forana como objeto de estudo na perspectiva da história dos intelectuais, tal como concebida por Jean-François Sirinelli (1996), sobretudo quando se trata do emprego da noção de rede de sociabilidades. Por estruturas de sociabilidades, entendem-se os mecanismos por meio dos quais se percebem as relações e os espaços compartilhados, capazes de revelar o mundo dos intelectuais.

Analisando-se as biografias dos seis fundadores da AML, percebe-se que eles estavam unidos não apenas em torno da fundação dessa instituição, mas também em outros projetos que os aproximavam, afinal, os seis eram escritores, inspetores e jornalistas que escreviam em um mesmo jornal, ainda que não simultaneamente (Quadro 4). Essas diversas aproximações são parte de um conjunto de estratégias de legitimação de um grupo (SIRINELLI 1996).

Quadro 4: Os jornais e funções dos literatos.

Nomes	Albino Esteves	Belmiro Braga	Estevam de Oliveira	Heitor Guimarães	José Rangel	Lindolpho Gomes
Jornais						
<i>Correio de Minas</i>	1896	1898 Colaborador	1894-1926 Redator	1896-1899 1904-1909 Redator literário	1895 / 1896 Colaborador	1896 Colaborador 1897 Auxiliar
<i>Jornal do Commercio</i>	Redator auxiliar (1897)	Colaborador	1900 a 1903 Colaborador	Fundador e redator	1898 Redator	
<i>O Pharol</i>	1909	Colaborador	Colaborador	1899, 1909	Colaborador	1909

Fonte: produzido pela autora.

Construído a partir das informações encontradas nas biografias e nos artigos de jornais, o Quadro 4 evidencia que a participação do literato poderia ser de várias formas: pertencer à folha e dispor de uma coluna diária, exceto por falta de espaço; ser secretário ou revisor, trabalhando nos bastidores; exercer o papel de jornalista e contribuir com artigos esporádicos; contribuir com textos literários, como poemas, contos, romances e novelas (para esses gêneros, havia uma coluna reservada para publicação diária).

No Quadro 4 estão destacadas as denominações encontradas nos jornais estudados onde os literatos foram citados como colaboradores, ou em artigos publicados. Como não foi possível afirmar por quanto tempo cada um permaneceu em cada jornal, as datas são aproximadas; exceção para Estavam de Oliveira e sua atuação no *Correio de Minas*, do

qual era proprietário e à frente do qual permaneceu até 1914, quando, por motivos de doença, afastou-se e deixou-o sob responsabilidade dos filhos Itagyba e Inimá, como já se afirmou, restringindo-se a visitar a redação.

De acordo com Sirinelli (1996), todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. Os sujeitos investigados, pertencentes ao grupo de indivíduos que usavam a imprensa como vetor de difusão de suas ideias e concepções filosóficas, formavam uma rede de sociabilidades. Embora essas redes sejam estruturas de sociabilidades difíceis de apreender, não podem ser ignoradas ou subestimadas pelo historiador (SIRINELLI, 1996).

Para tentar compreender melhor as tramas das redes de sociabilidades que aproximavam esses sujeitos na imprensa local, será feito um pequeno histórico da imprensa juiz-forana, buscando demonstrar os microclimas e as redes por onde esses sujeitos circulavam. Entendendo que os microclimas funcionam não só movimentação de ideias sinalizando tomadas de posições, mas também os debates suscitados e as divisões intragrupos, será utilizada parte da produção jornalística, memorialística e bibliográfica dos literatos como material para reconstrução desses espaços. Para tal, o primeiro espaço a ser adentrado é a história da imprensa da cidade.

O destaque da cidade de Juiz de Fora nas letras não se restringia à educação. Como já se afirmou, entre 1870 e 1900, circularam em Juiz de Fora mais de 100 periódicos, não incluindo algumas publicações de vida efêmera, que surgiram em vários distritos (OLIVEIRA, 1966). Três dos quatro principais jornais do Estado eram produzidos na cidade. Para elaboração desse trabalho, não será feito o levantamento de todos os jornais, mas de alguns relevantes, principalmente aqueles nos quais atuaram os seis inspetores estudados por esta tese, compondo assim a rede social da qual eles faziam parte e explicitando como contribuíram para o desenvolvimento intelectual da cidade.

Segundo José Rangel (1940), os jornalistas responsáveis pela imprensa em Juiz de Fora atuavam em vários departamentos das letras, alguns como redatores, outros como colaboradores, sendo comuns contendas e campanhas versando sobre assuntos de natureza política ou social, além de divergências de escolas, de crítica e de orientação literária. Conforme o autor afirmou, tornaram-se famosas as polêmicas entre Francisco Bernardino e

Penido Filho, João Massena e Estevam de Oliveira, Azevedo Junior e José Maria dos Santos.

Dentro das especificações jornalísticas, José Rangel (1940) divide esses profissionais em categorias:

Havia, então, como já disse, cultores de todos os gêneros – jornalistas políticos – Antonio Carlos, Penido, Francisco Bernardino, Valladares, Cesareo Alvim, Azevedo Junior, Pinto de Moura, Estevão e José Maria; doutrinadores – João da Massena e Estevão de Oliveira, ambos filólogos e professores, aparelhado o primeiro destes dois com uma intensa e sólida cultura científica e humanística; poetas – Belmiro Braga, Oscar da Gama, Pinto de Moura, Dilermando Cruz, Eloy de Araujo, Luiz de Oliveira, Brant Horta, Fernandes Figueira, Corrêa de Azevedo, José Paixão e Luiz Costa; cronistas – Heitor Guimarães, Bernardo Aroeira, Olegario Pinto, Campos Porto, Francisco Lins, Luiz Bessa, Avelino Lisboa, Mario Mattos, Tito Carvalho; articulistas – Gustavo Penna, José Braga, Gama Junior, Machado Sobrinho, Albino Esteves, Gilberto de Alencar, Bernardo Aroeira e Amanajós Araújo; crítica literária – Augusto Franco, Massena, Heitor Guimarães; êste último, com o seu vasto tirocínio, adquiriu a capacidade de jornalista para qualquer secção; Lindolpho Gomes, filólogo, folquelorista, articulista, poeta e autor de vários trabalhos literários, [...] Gilberto de Alencar há sido um lidador intemerato, tendo percorrido todos os estágios da vida jornalística. [...] Luiz Carlos da Fonseca, o grande poeta das ‘Colunas’, e Belarmino Carneiro, com delicadas produções (RANGEL 1940, p. 217-19).

De acordo com Sirinelli (1996), descrever as polêmicas travadas por intelectuais de uma dada época, que marcaram a atmosfera intelectual de um período histórico, as especulações e os boatos em torno da vida pessoal e profissional dos homens de letras, as características de um microcosmo intelectual particular, é uma das tarefas de reconstituição das redes de sociabilidade. A imprensa da cidade em seus primórdios apresentou um como destaque e projeção no estado Heitor Guimarães, que, em muitos de seus artigos, fazia uma representação do que foi a imprensa local, não só sobre as folhas em si, mas também pelos literatos nela atuantes:

Por alto

Na imprensa local reina febril atividade, militando no jornalismo conjuntamente, tão considerável número de escriptores.

Cada um dos tres diarios locais tem pelo menos de cinco a dez chronistas, isto é, ao todo – 15 a 30 escriptores de chronistas! [...]

Muitos são portadores de nomes conhecidos, outros surgem agora, constituindo alguns delles verdadeiras revelações.

Isso prova que aqui se trabalha, que ha aqui quem leia, quem estude, quem tenha applicação.

Juiz de Fóra é, de ha muito o centro intellectual de Minas, em que pese aos que asseveram prescindir este Estado de concurso da nossa cidade quer na

política, quer nas letras, quer ainda nas artes, na indústria e no commercio, que tem aqui o seu centro.

Para aqui, pois convergem e haõ de convergir ainda por muito tempo todos os grandes elementos de progresso de que Minas possa dispor.

Juiz de Fóra é uma cidade que não envergonha Minas e da qual o nosso Estado deve orgulhar-se e não repudiar.

Fôra toda a imprensa igual a nossa e seria uma das mais adeantadas do Brasil.

Vaugirard¹⁴⁹.

Em 11 de setembro de 1909, sob o título “Imprensa Juiz-forense”, o jornal *O Pharol*, comemorando seus 44 anos de existência, também exaltou a imprensa e, como no artigo de Heitor Guimarães, associando a imprensa a outros atributos da cidade, afirmou o destaque da cidade em tais empreendimentos:

De todas as cidades mineiras a que possuem melhor imprensa é sem contestação a cidade de Juiz de Fora.

Não é sómente na imprensa que a importante cidade da zona da matta sobrepuja a suas co-irmãs mineiras, inclusive a capital, mas tambem no commercio, na indústria, na lavoura e em muitos outros pontos de vista.

Que hoje falemos somente sobre Juiz de Fora intellectual, isto se explica pelo commemoramento da data anniversaria d'O *Pharol*, que entra galhardamente para o seu quadragésimo quarto anno de luctas proficuas e beneficas, em prol dos interesses desse grandioso Estado de Minas Geraes, do qual é elle o maior e mais importante organ diário¹⁵⁰.

Ficou evidente em alguns artigos a preocupação por parte dos literatos de se reunirem também em torno da institucionalização do trabalho jornalístico, destacando-se Heitor Guimarães, Lindolpho Gomes e Albino Esteves como os que mais se envolveram em assuntos relativos à imprensa. Em 1904, o jornal *Correio de Minas* ressurgiu e destacou uma coluna intitulada *Imprensa Local*, ao que parece funcionando como um noticiário sobre os jornais, sendo que, no primeiro artigo, o articulista, sem se identificar, lamenta a saída de três confrades de *O Pharol*, sem os quais não só a folha perderia como também os leitores (ressaltando que na mesma coluna foi anunciada, com votos de boa sorte, a entrada de outro colaborador que passaria a integrar a folha).

A vida profissional dos homens das letras que participavam dos jornais fazia parte das preocupações expostas por parte do jornalismo da época. Com efeito, seus artigos discutiam a necessidade de uma agremiação de jornalistas, chegando à tentativa de organizar em Minas Gerais um Congresso da Imprensa.

¹⁴⁹ *Correio de Minas*, 16 de setembro de 1898.

¹⁵⁰ *O Pharol*, 11 de setembro de 1909.

Sobre esse aspecto, Lindolpho Gomes, ao relatar o Congresso Científico Latino-Americano, no Rio de Janeiro, em 1905, aproveita-se de tal evento e, apesar de seu tema não ser imprensa, inclui no meio do artigo seus anseios a respeito de um congresso da imprensa mineira:

“Mas... apesar da nenhuma praticabilidade de taes congressos ainda se sonha com o congresso da imprensa em Minas... Ora, Santo Deus, porque consentis que a illusão exerça sobre as almas tão absoluto dominio? [...] E quanto a congressos... temos conversado. L¹⁵¹.”

Outro autor que labutou em prol da imprensa mineira foi Heitor Guimarães, em vários artigos o literato mostrou seu interesse pela institucionalização da profissão jornalística e sobre a necessidade de se reunir um grupo para discussão do tema. Ele também era favorável ao congresso.

3.5 OS LITERATOS E SUAS VERTENTES JORNALÍSTICAS

A imprensa local compunha um universo bem diversificado e, ao ser examinada mais detidamente, podem-se perceber vários projetos em disputa: religiosos, políticos ou ideológicos; porém, analisando-se os projetos retratados através do estudo da imprensa local, é possível perceber que nem sempre eles eram comuns a todos. Em relação à trajetória dos seis sujeitos investigados nas lides jornalistas, é possível enquadrá-los em categorias distintas quanto ao tipo de mediação cultural que realizavam em suas publicações jornalísticas e bibliográficas: vertente política (Estevam de Oliveira e Belmiro Braga); vertente poética (Belmiro Braga, Albino Esteves, Lindolpho Gomes); prosadores (José Rangel, Albino Esteves, Lindolpho Gomes, Heitor Guimarães).

Esses intelectuais mediadores, que também atuavam tanto na inspetoria de ensino quanto nas salas de aula, valiam-se da imprensa para exporem assuntos ligados à educação. Heitor Guimarães, retratado por seus biógrafos como calígrafo, desenvolveu tal habilidade e produziu um compêndio denominado Método de Caligrafia, aprovado pelo Conselho Superior de Educação:

¹⁵¹ *O Pharol*, 24 de agosto de 1905.

Methodo de Calligraphia

O Conselho Superior de instrução Publica deste Estado aprovou, unanimemente, o methodo para ensiar a escrever, especialmente organizado para o curso primário, pelo nosso colega Heitor Guimarães, que é um competente no assumpto, como o tem provado, não só agora nesse seu trabalho, como em muitos outros.

O dr, Nelson da Senna, lente de historia do externado do Gymnasio, e membro do Conselho, foi o relator do parecer, que obteve aprovação unanime. Dois outros membros do Conselho tambem apresentaram pareceres muito honrosos, sendo, entretanto, taes pareceres prejudicados pelo do dr. Nelson, que foi o relator nomeado pelo secretario do interior.

Eis o parecer do dr. Nelson: ‘Vistos e cuidadosamente examinados o presente *Methodo de calligraphia, o Esboço e a Exposição de motivos* que o acompanham:

Considerando que o referido trabalho preenche todos os fins que o ensino da escripta tem em vista;

Considerando que a sua systematização gradativa obedece a todas as regras e preceitos pedagógicos;

Considerando, finalmente, que o referido methodo não só simplifica, mas tambem completa a aprendizagem do alumno que não necessitará de nenhum outro curso suplementar para se considerar prompto na arte calligraphica;

Sou por estes, fundamentos, de parecer que o Conselho de Instrução approve o dito <<methodo>> e aconselhe ao governo a conveniencia de sua adopção nas escolas primarias de Minas’.

Tendo sido o mérito do trabalho do nosso colega reconhecido pela autoridade de direito, e já sobre elle tendo tambem expedido valiosa opinião o sr. Dr. Raymundo Tavares, lente de pedagogia, e o sr. Estevam de Oliveira; correspondendo o methodo, de modo cabal, aos fins a que o destinou o seu autor que é calligrapho, é de esperar a adopção desses cadernos em as nossas escolas, cujas aulas de calligraphia, em muitas delas, deixam tudo a desejar.

Cumprimentamos a Heitor Guimarães pela acceitação do seu trabalho, acceitação essa de que nunca duvidamos, porque professores que somos, entendemos um pouco do riscado, e sabíamos que o seu methodo de calligraphia era, pela maneira por que foi coordenado, uma novidade no gênero.

Foram aprovados pelo Conselho Superior de Instrução Publica, em sessão de 26 do mez findo, os livros *Lingua Patria* e *Primeiros Exercicios de arithmetica*, de nosso illustre confrade e competente director do Grupo Escolar de S. João d’El –Rey,

Lindolpho Gomes¹⁵².

Lindolpho Gomes também embrenhou-se nas produções pedagógicas: amante do estudo da língua pátria, suas biografias demonstram que ele era um grande filólogo, muitos de seus livros foram escolhidos pela comissão de educação do estado e servieram de compêndios para uso nas escolas do Estado. Ele deixou vasta produção¹⁵³ na área:

¹⁵² *O Pharol*, 6 de agosto de 1909.

¹⁵³ Em tópico posterior, serão apresentadas algumas de suas obras.

Língua Patria

Compendio para uso das escolas primarias, por Lindolpho Gomes.

Temos em mão um exemplar desse precioso trabalho didactico, oferecido pelo autor, nosso illustre confrade director do grupo escola de S. João d'El –Rey, sr. Lindolpho Gomes.

Agradecemos a gentileza do offercimento, não podemos nos furtar ao desejo que temos, de dizer algumas breves palavras, não do autor bastante conhecido do Estado como literato distincto e notavel educador, mas do livro excelente, que folheámos com o maximo prazer e com a maior attenção.

Já quando foi da primeira edição, toda a imprensa do Estado, inclusive o “Pharol”, teceu-lhe os mais justos e merecidos louvames.

Agora a segunda revista e ampliada pelo autor, aparece-nos um trabalho completo e o mais perfeito que temos no gênero.

Effectivamente, é forte a caudal da nossa litteratura didactica, sobretudo nesse difficil ramo; mas, com franqueza, tirantes as grandes grammaticas de Lameira de Andrade, Maximino Maciel, João e Julio Ribeiro, nada conhecemos que se avante ao modesto livrinho.

De toda essa congerie imensa de grammaticas elementares, ou da infância, de que estão inçadas as livrarias, os collegios, as nossas casas e as nossas estantes, nada conhecemos que se eguale á presente, na clareza, na concisão, na forma.

Mesmo a mais adoptada hoje, a do primeiro anno do sr, João Ribeiro, não lhe leva vantagem, porquanto o illustrado philologo que recomenda sempre *muito exercido e pouca grammatica*, esquece-se disso quasi sempre; mais ainda, com a sua linguagem em extremo castigado e polida, torna-se as mais das vezes, obscuro, deixando mesmo muitas vezes tambem, as crianças com o juízo suspenso, em questões de prosódia.

Com este, porém, de que tratamos, dá-se inteiramente o contrario.

Seguindo na fórma, os moldes do programma do Estado, aborda todas as questões com grande consisção e ao mesmo tempo com clareza que requerem as intelligencias não desenvolvidas, instruindo-as com grande abundancia de exemplos e exercicios adequandos.

Para só tomar um exemplo, citaremos apenas a tão debatida, quão descurada e mal sabida ainda questão dos pronomes oblíquos, que o autor expõe com a maior clareza, apresentando as poucas regras fixas que existem, com verdadeira proficiencia.

Finalmente, para recommendar o precioso livrinho, é mais que sufficiente o facto auspicioso e rarissimo, entre nós, de uma segunda edição, tão perto da primeira, e sobretudo o parecer do illustrado e mui competente dr. Carlos Góes, que o qualifica “um trabalho valioso, meritorio, utilissimo, ao qual não ha regatear louvores e incitamento”.

Si, depois disso, ousámos emittir o nosso devalioso e incompetente parecer, foi simplesmente para manifestar o imenso prazer que sentimos ao percorrer tão primorosas paginas.

Releve-nos, portanto, o autor a extrema audácia.

A. M.¹⁵⁴

Era um fato comum aos escritores da época presentear pessoas ou instituições com obras de sua autoria, talvez fosse uma forma de divulgação de seus trabalhos.

¹⁵⁴ O *Pharol*, 28 de novembro de 1909.

Heitor Guimarães, em artigo publicado no jornal *O Pharol*, em 1909, fez um resumo sobre o trabalho de Lindolpho Gomes dentro das letras:

HEBDOMADA

[...] Embora se tenha consagrado a nobre missão de pedagogo – não esqueçamos que Lindolpho Gomes é director do grupo escolar de S. João d'El-Rey, depois de haver exercido o magisterio e o cargo de inspetor tecnico de ensino – o fino poeta e prosador continúa a ser um burilador da frase, com a differença que além de versos, contos e chronicas, escreve agora também obras didacticas e magnificas, seja dito de passagem, como tenho a prova num volume de *Lingua patria*, que o Lindolpho gentilmente me offereceu [...].
H. G.¹⁵⁵

Como este trabalho compreende o estudo de seis literatos e a análise de suas redes de sociabilidades, com principal destaque para a imprensa local, em especial três jornais que eram publicados quase que diariamente, compreendendo o período de 1896 a 1910, foi possível recolher considerável gama de informações. Evitando-se a síndrome do mineiro, como alerta Sirinelli (1996) sobre o perigo de o pesquisador perder-se no excesso de informações, esta tese não pretende esgotar todo o assunto sobre educação registrado nos jornais, tampouco pretende debater em profundidade as reformas educacionais em virtude da vasta literatura a respeito do assunto. Faria Filho (2000), ao estudar o surgimento dos grupos escolares no estado de Minas Gerais, abriu uma gama de possibilidades de estudo sobre as reformas de ensino, possibilidades estas abarcadas pelos diversos grupos de pesquisa do Estado por um período de mais ou menos 10 anos.

Para fins de registro, vale elencar alguns dos grupos de estudos que se dedicaram a esse assunto: na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destaca-se o Grupo de Pesquisa do professor Luciano Mendes de Faria Filho, que realizou pesquisas sobre o surgimento dos grupos escolares no Estado, da imprensa periódica educacional e das instituições escolares; na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), destacam-se os trabalhos do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação (NEPHE), em especial os trabalhos dos professores Carlos Henrique de Carvalho, Décio Gatti Júnior e Geraldo Inácio Filho; na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), destacam-se as pesquisas desenvolvidas no Núcleo de Estudos Sociais do Conhecimento e da Educação (NESCE), coordenadas pelos professores Dalva Carolina de Menezes

¹⁵⁵ *O Pharol*, 5 de dezembro de 1909.

Yazbeck (Lola) e Marlos Bessa Mendes da Rocha. Especial destaque para as pesquisas realizadas entre os anos de 2000 a 2010 e publicadas nos congressos de História da Educação nesse período.

3.6 A POLÍTICA NA IMPRENSA JUIZ-FORANA

Outro assunto que também ocupou grande parte das publicações nos jornais foi a política, destacando-se Estevam de Oliveira como o literato, entre os estudados nesta tese, como o que mais se envolveu com esse debate. Sua dedicação em prol da República foi historicizada por si mesmo, com publicações retratando o momento histórico e político de Minas Gerais naquele momento: primeiramente nas páginas dos jornais¹⁵⁶ e, mais tarde, no livro **Notas e Epístolas**: páginas esparsas de uma campanha civilista (1911).

Cabe lembrar que os mineiros estavam divididos entre dois projetos políticos: o dos deodoristas (a favor de Marechal Deodoro da Fonseca) e o dos florianistas (a favor de Marechal Floriano Peixoto). Enquanto Cesário Alvim apoiava Deodoro, os dissidentes, também chamados de republicanos históricos, apoiavam Floriano. Tratou-se, portanto, de embates ocorridos entre os “dissidentes” e os que Estevam chamava de neorrepublicanos¹⁵⁷.

Essa participação política levou Estevam de Oliveira a pleitear, em 1898, uma vaga no congresso estadual. Em artigo publicado no dia 27 de julho – “Congresso mineiro” –, o articulista expôs sua candidatura de deputado para o Congresso Mineiro, pelo 2º distrito, em eleições que se realizariam em 15 de novembro do mesmo ano, para a 3ª legislatura ordinária do Estado. O candidato afirmou ainda que emitira uma circular dirigida ao corpo eleitoral do distrito expondo os princípios pelos quais desejava a investidura legislativa.

¹⁵⁶ A luta de Estevam de Oliveira em prol da República expressa na imprensa começou quando fundou seu primeiro Jornal – *O Popular* – e logo depois no jornal *Minas livre*. O trabalho que realizou nessas folhas teve continuidade quando se mudou para Juiz de Fora, fundando também o *Minas livre*, e mais tarde, o *Correio de Minas*.

¹⁵⁷ Os neorrepublicanos eram monarquistas e com a instauração da República quiseram ingressar no Partido Republicano.

Em outubro do mesmo ano, publicando novo artigo com o título “Congresso Mineiro”, Estevam de Oliveira confirmou sua candidatura:

CONGRESSO MINEIRO

Segundo districto

Mantendo minha candidatura a um lugar de deputado ao Congresso Mineiro pelo 2º districto, nas eleições de 15 de novembro proximo, apesar das deliberações tomadas em Bello Horizonte.

Tendo expendido largamente em carta politica dirigida ao eleitorado, a 15 de agosto findo, as idéias em cujo nome solicito os sufrágios do districto, ousou esperar que minha candidatura será nobremente amparada por todos os chefes republicanos da extensissima circumscripção onde mais activa tem sido minha interferência jornalística nos negocios públicos, como tambem que será acceita pela soberania eleitoral do independente districto.

Estevam de Oliveira

Juiz de Fóra, 25 de setembro de 1898¹⁵⁸.

Apesar de sua investidura na política com considerável número de votos, Estevam não logrou um lugar no congresso mineiro, mas assumiu logo em seguida o cargo comissionado de inspetor de imigração. Outro literato que também tentou uma vaga no congresso foi Belmiro Braga: em 1901, candidatou-se pelo distrito de Água Limpa, chegando a publicar trovas para sua campanha eleitoral:

Meu caro Coronel Martins Ferreira,
candidato extrachapa a deputado
ao congresso da Câmara Mineira
desejo ser aí o mais votado.

A minha fé de officio é de primeira.
Vale por um programa o meu passado,
E no congresso não direi asneira,
todas as vezes... que ficar calado.

Fui caixeiro depois fui negociante,
e do torrão natal, representante,
agora aspiro a ser como escrivão;

e, eleito espero, mas que maravilha!
ser pai da Pátria e receber da filha
todo o subsídio, quer trabalhe ou não...¹⁵⁹

Apesar de eleito com pleito favorável à sua investidura na política, o poeta Belmiro Braga não quis assumir o cargo.

¹⁵⁸ *Correio de Minas*, 9 de novembro de 1898.

¹⁵⁹ *O Pharol*, 1900.

Segundo o jornal *O Pharol*, as eleições foram fraudadas, Belmiro recorreu, mas não alcançou êxito. Nas pesquisas, não foi encontrado nenhum indício de que sua recusa a assumir o cargo tenha tido ligação com a referida fraude. Sua participação jornalística era mais poética e satírica do que propriamente política: por meio de seus versos e quadrinhas, retratava o momento político sempre de forma descontraída. De acordo com as informações pesquisadas, além de estar sempre presente nos eventos promovidos na cidade, os jornais, ao se referirem a ele, ressaltavam seus trabalhos literários e os cargos que ocupava: inspetor municipal, escrivão e juiz.

Os demais literatos, embora não se envolvessem com a política, circulavam entre os políticos. Como demonstrou o capítulo anterior, José Rangel mantinha laços estreitos com políticos famosos no período; Albino Esteves, Heitor Guimarães e Lindolpho Gomes estavam sempre presentes nos eventos políticos como representantes das folhas em que trabalhavam. Assim se posiciona Heitor Guimarães sobre a política em Minas:

Por alto

Na política de Minas tem-se dado ultimamente um caso curioso: a opinião publica manifesta-se antecipadamente, na indicação de alguns candidatos, já pela imprensa, já pelas municipalidades.

Opinião publica é neste caso, mais do que em outros, uma coisa muito relativa.

É a opinião do eleitorado, manifestada, não direi pela sua maioria, tomada esta numericamente, mas, pelo menos manifestada pela maioria pensante, pelos seus orgams naturaes.

De fórma que, feita essa prévia indicação á indicação prévia dos directorios locaes, estes não têm remedio sinão acceitarem as candidaturas impostas pelo eleitorado, por intermédio quer das municipalidades, que da imprensa.

O jornal, então, é um poderosissimo vehiculo da opinião publica... Si esta não existe, elle a fórma. Basta que um orgam bem orientado ou simplesmente bem redigido dê a senha ou simplesmente bem redigido dê a senha.

Outros colegas o acompanharão e ahi está formada a opinião publica.

O sr. Silviano Brandão, que foi eleito presidente deste Estado sem a mínima opposição de qualquer partido, agrupamento ou facção partidaria, deve a sua eleição á Opinião Publica que se manifestou com grande antecedência por todos os seus orgams: pela imprensa do Estado, em longos e ecomiasticos artigos, pela imprensa do Rio em chuva de telegrammas, pelas municipalidades, directorios, etc.

O sr. Francisco Alvaro Bueno de Paiva será eleito senador estadual pelo mesmo processo, pois a Opinião Publica já anda a trombetear.

Ora, tendo reflectido sobre o caso, o Neophyto andava hontem a esfregar as mãos, porque a imprensa e alguns directorios deste districto já se têm manifestado em prol das candidaturas do dr. Henrique Vaz, para deputado federal, e do patrão, lá dele, Neophyto para deputado estadual.

De Facto, a vingar o honroso precedente, serão ambos eleitos, pois ninguém tem tido maior numero de sympathicas manifestações, para os cargos referidos, do que os dous citados cidadãos. Vaugirard¹⁶⁰.

Heitor Guimarães trabalhou na Câmara Municipal, além de ter sido diretor e fundador da Biblioteca Municipal, apesar de não receber por tal função. Embora estivesse sempre próximo dos dirigentes políticos da cidade, não ocupava cargo remunerado, até que, ao requerer gratificação pelo trabalho prestado, teve seu pedido acatado na primeira discussão na Câmara:

Em primeira discussão é aprovado o projecto de lei apresentado pela comissão de fazenda no requerimento em que Heitor Guimarães, bibliotheca municipal interino, pede uma gratificação mensal por esses serviço, tendo orado sobre o assumpto os srs. Vereadores dr. Jorge da Cunha, dr. Joaquim Fabiano, dr. Duarte de Abreu e tenente Arthur Penna¹⁶¹.

Como diretor da Biblioteca Municipal, Heitor Guimarães conseguiu reunir, a partir de doações, um acervo com mais de 1200 obras. Possivelmente, esse desmesurado empenho foi decisivo para que a Câmara acatasse sua reivindicação.

3.7 DEDICATÓRIAS E HOMENAGENS: LAÇOS QUE SE ATAM

Por meio da análise das trajetórias dos literatos na imprensa local, é possível perceber que os mesmos estavam conectados por redes de sociabilidades cujos fios estavam fortalecidos por intensos laços de amizade, os quais, não raro, transpunham a relação profissional.

Dentro dos editoriais, verifica-se que esses literatos tinham por hábito, na lide jornalística, enaltecer os confrades, de modo que as relações de amizade perpassavam as barreiras instituídas pela concorrência entre os jornais do período, ainda que muitos dos elogios se relacionassem aos trâmites profissionais, como análise de obras, por exemplo.

Gomes e Hansen (2016), ao discutirem o conceito de intelectual mediador, afirmam que a mediação cultural se faz também no interior do “pequeno mundo”, isto é entre os próprios intelectuais (vivos ou mortos). Ao analisarmos as trajetórias dos sujeitos estudados, podemos pensar que eles atuavam como mediadores culturais na medida em

¹⁶⁰ *Correio de Minas*, 21 de agosto de 1898.

¹⁶¹ *Correio de Minas*, 12 de julho de 1898.

que reforçavam as narrativas identitárias do grupo: eles não só produziam para o público em geral, como também faziam questão de exaltar os trabalhos dos confrades, como percebido em algumas de suas produções jornalistas. No artigo transcrito a seguir, Heitor Guimarães faz uma crítica literária à obra **Alma em Flor** (1896), de Lindolpho Gomes:

De Heitor Guimarães:

Alma em flor

A Lindolpho Gomes, que estreiou agora na poesia, publicando um livro de versos, dirigiu Heitor Guimarães a seguinte carta:

‘Meu caro Lindolpho. – Agradeço-te a gentil dedicatória de um exemplar da *Alma em Flor*, escripto que encerra tuas primícias poéticas.

Ainda uma vez te felicito pelos rapidos progressos que tens feito, si neste teu livro há defeitos, não serei eu quem os aponte. Para isso sobram-me razões, salientando-se entre ellas estas duas: são apenas portadoras de minhas felicitações estas linhas de character intimo, não cabendo nellas a analyse detida de tua individualidade litteraria, aliás ainda no primeiro período de sua formação, nem a critica de teu recente livro; e porque, acompanhando com interesse o teu curto tirocinio nas lettras, só me é dado admirar o extraordinario progresso que tem feito em menos de seis mezes, semestres, em meio ingrato e quasi sem leitura. Com tão notavel aptidão para o cultivo das belas lettras, que em tão pequeno período consegui vencer grandes dificuldades, as maiores talvez na carreira litteraria, naturalmente conseguirá libertar-se dentro em pouco dos defeitos que, porventura, ainda se encontrem em suas produções.

Não ha muitos mezes aconselhei-te a que de preferencia cultivasse a prosa. Fazendo, *amende honorable*, aconselho-te hoje (si de meus conselhos ainda careces) a que cultives... ambos os generos.

A tua dupla estréa, de prosador e de poeta, está feita. Emquanto o teu nome corre mundo, vae burilando tuas futuras obras – *Viatico, Sintax e Leitura para rede*.

No teu proximo volume de poesias que, espero, será mais meditado e que necessariamente não terás pressa em publicar, feita como está a tua estréa, já estarás senhor do verso e da rima, serás, não mais poeta do que já és, porém mais artista. O teu bonito talento e o grande desenvolvimento que tens tido constituem segura garantia dessa afirmativa.

Termino agradecendo-te ainda uma vez o brinde que me fizeste e, ainda mais, a honrosa dedicatória do bello soneto com que abres o teu mimoso livrinho de poesias.

Com os meus mais sinceros cumprimentos, recebe um affectuoso abraço do amigo e companheiro. – *Heitor Guimarães*.

29 de maio de 1896¹⁶².

A leitura do artigo evidencia a dupla intenção de Heitor Guimarães: a de agradecer a homenagem recebida pelo confrade, que lhe dedicou o primeiro soneto do livro; a de apresentar a obra ao público, não de forma simplória, mas como tradutor ou como mediador, já que, ao analisar a obra e o trabalho de Lindolpho Gomes, ele demonstrou seu

¹⁶² *Correio de Minas*, 31 de maio de 1896.

conhecimento literário e o traduz para o público não especializado – os leitores –, configurando, assim, uma prática de mediação cultural.

Embora o jornal *O Pharol* tivesse uma vertente jornalística e defendesse uma posição política diferente da de Estevam de Oliveira, foi possível encontrar publicações suas no referido jornal. Durante as viagens comissionadas de Estevam pelos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, *O Pharol* noticiou toda a viagem com relatórios de todas as cidades e escolas visitadas pelo inspetor, além de artigos publicados nos jornais das cidades por onde ele ia passando. Isso indica que, apesar de serem periódicos concorrentes, respeitavam-se mutuamente:

CORREIO DE MINAS

Estevam de Oliveira, nosso prezado colega de imprensa, redactor – chefe do *Correio de Minas*, commemorou hontem o seu jubileu jornalístico. Há precisamente 25 annos que nosso illustrado collega iniciou sua hoje brilhante, carreira jornalística, colaborador effectivamente no Leopoldinense. No anno immediato fundo Estavam de Oliveira, então professor publico, O Povo, em Campo Limpo, transferindo-se depois para Cataguazes.

Pouco depois de proclamada a Republica, transferiu-se para Juiz de Fóra sua residência. A sua acção na imprensa local, onde redigiu três jornaes e tem colaborado em todos os outros aqui existentes, é bastante conhecida para que seja preciso fazermos seu histórico.

Nestes 25 annos de imprensa, Estevam de Oliveira tem-se batido pelas causas liberaes com o denodo de verdadeiro paladino, desde a propaganda abolicionista e a da Republica até á moralização do novo regimen.

A sua obra jornalística mais notavel, porém, é o Correio de Minas, que elle fundou e tem mantido com verdadeiros sacrificios.

Por ocasião de nosso anniversario, escreveu o estimado contemporaneo que, fazer a historia dessa folha, é fazer-se o histórico da imprensa mineira, Parodiando-o, podemos dizer que fazer a biografia de nos preclaro collega é fazer o histórico da imprensa em Minas neste ultimo quarto de século.

Ao intemerato publicista, nossos mais efusivos parabéns e votos sinceros de felicidades nessa carreira ingrata que trilhamos¹⁶³.

Segundo Gonçalves Neto (2012), entre os anos de 1870 a 1920, as cidades imbuídas do ideal civilizatório saudavam com entusiasmo quaisquer esforços que se propusessem a elevar sua cultura. Desse modo, envolvidos em um projeto de cidade moderna e também em busca de um espaço de projeção, os intelectuais mediadores usaram a influência e a amizade para promoverem seus trabalhos, publicarem suas obras, enfim tentarem angariar um público leitor, mesmo que para isso fosse necessário fazer a propaganda do trabalho do amigo que trabalhava na folha concorrente.

¹⁶³ *O Pharol*, 9 de novembro de 1909.

Em outros momentos, eles se colocam como divulgadores das obras dos confrades, como o fez Estevam de Oliveira em relação a Heitor Guimarães:

Almanack

Heitor Guimarães, nosso bom amigo e colega, expoz nas vitrinas das mais importantes casas commerciaes desta cidade, bellissimos specimens calligraphicos, artisticamente desenhados, nos quaes faz o preconício do Almanack de Juiz de Fóra, de cuja organização e respectiva parte litteraria foi incumbido.

Os srs. Mattoso & Medeiros edictores do Almanack, foram muito bem avisados entregando á competência de Heitor Guimarães a direção de tão importante trabalho.

Os quadros, a que nos referimos são todos de estylo diferente, de muito gosto e agradável efeito pela maestria do desenho calligraphico e combinação de cores, não obstante executados á bico de pena.

A Heitor Guimarães, literato e desenhista, e aos srs. Mattoso & Medeiros nossas felicitações¹⁶⁴.

No decorrer da pesquisa, foi possível identificar, em vários momentos, que os literatos, valendo-se da recíproca proximidade, partiram em defesa dos companheiros. Com efeito, Estevam de Oliveira defendeu Heitor Guimarães, que recebeu críticas quanto aos nomes e trabalhos selecionados para fazerem parte do Almanaque de 1898:

Exclusivismo, porque?

A Capital, de Bello Horisonte, publica uma carta de Heitor Guimarães, a proposito de trabalhos literários de escriptores mineiros escolhidos para o almanach editado pelos srs. Mattoso e Medeiros e organizado pelo mesmo Heitor.

Quanto a nós, parece-nos injustificada a preocupação de alguns espiritos exclusivistas, contrarios á influencia que no jornalismo, na literatura ou na politica do Estado possam exercer indivíduos nascidos em outros Estados e aqui residentes.

Similhante preocupação não é somente injustificada: é supinamente tola e ridícula.

Quem escreve estas linhas, por exemplo, é fluminense de nascimento e nunca há de renegar o Estado de seu nascimento. Entretanto, vindo ainda em menino para Minas, aqui se fez homem, aqui tem prestado serviços, sómente aqui, quer no magisterio publico e particular, quer na imprensa; aqui finalmente constituiu e sustenta numerosa família. E porque nasceu no Estado do Rio de Janeiro há de estar em pé de inferioridade, para ocupar cargos de eleição, a uns tantos escrevinhadores e políticos, cuja única recomendação provem exclusivamente de aqui terem nascido!

O redactor principal do *Correio de Minas* tem um titulo que sobrepuja a todos os outros: é brasileiro. E ser brasileiro é ser superior a mineiro ou a fluminense, estejam certos disto.

¹⁶⁴ *Correio de Minas*, 10 de setembro de 1896.

Felizmente o Heitor não pertence á escola do exclusivismo tolo e lorpa de que fazem tão grande cabedal tantos outros rapazes mineiros, cujo talento devia libertal-os, aliás, de semelhante preconceito. Estevam de Oliveira¹⁶⁵.

Heitor Guimarães também foi um fiel defensor de Estevam de Oliveira, durante o período em que trabalhou no *Correio de Minas* como redator, sendo o braço direito do chefe e o único a quem Estevam confiava sua folha, quando precisava realizar suas viagens para visitar as escolas, como inspetor de ensino ambulante e depois como inspetor técnico do ensino. Além de colocar-se em defesa do proprietário do jornal, Heitor tecia elogios à sua obra, mesmo no período em que já não contribuía mais no *Correio*:

Referi-me ha dias a varias obras de escriptores locaes, sendo tres livros de poesias, de Luiz de Oliveira, Brant Horta e Machado Sobrinho, e os outros de prosa, do dr. Augusto de Souza, de Albino Esteves, Amanajós de Araujo e Estevam de Oliveira.

Deste acaba de aparecer o annuciado livro, que é o quinto publicado pelo fecundo escritor e vibrante polemista. É a traducção em prosa, do segundo livro da *Eneida*, de Virgilio. Estevam de Oliveira tem uma feição inteiramente sua, diferente, da de todos os demais escriptores locaes. Á parte as suas chronicas literarias, aliás primorosas, que formam a primeira parte das *Chronicas e traducções*, todas as suas obras revelam o polemista, o erudito ou o pedagogista, o que é natural, pois toda a existência de Estevam de Oliveira tem sido consagrada á imprensa, ao magistério e ao estudo [...]. H. G.¹⁶⁶

Ocupando duas colunas do jornal com a análise de todas as obras de Estevam de Oliveira, Heitor Guimarães finaliza o artigo agradecendo pela gentileza do *avant la lettre* e afirmando que naquelas linhas ligeiramente escritas estava apenas o esboço de uma impressão de primeira leitura da mais recente obra de Estevam.

O humor também estava presente nos trabalhos dos literatos pesquisados. Até mesmo Estevam de Oliveira, que sempre se mostrou rígido e sério em seus artigos, deixou transparecer o seu lado sarcástico quando Heitor Guimarães foi naturalizado português e tornou-se sócio da Sociedade Auxiliadora Portuguesa.

¹⁶⁵ *Correio de Minas*, 4 de março de 1897.

¹⁶⁶ *O PHAROL*, 26 de dezembro de 1909.

Embora tal evento se justificasse possivelmente pelo fato de Heitor ser filho de português, Estevam satirizou a situação:

Um dia por outro

Estou seriamente despeitado com a Sociedade Auxiliadora Portuguesa, e muito principalmente com seu presidente.

E a razão do meu despeito é assas justificada.

Então eu, que sou um rapaz novo e bonito (garanto sob palavra de honra que já fiz 30 anos), que nunca fui jacobino, antes pelo contrario, pois até andei a me esbofar na defesa dos estrangeiros contra os exaltados, sou assim posto á margem, sem mais aquella, para ser admittido socio honorário o sr. Vaugirard... um poeta!

Ora isto não tem logar!

Uma vez que não me naturalizam a mim, protesto com todas as forças dos meus pulmões contra a naturalização de Heitor Guimarães.

Este velhote de uma figa, jacobino da escola Deocleciano Martyr, inimigo encarnizado dos estrangeiros, contra os quaes investe sua verve endemoninhada, ganha diploma de socio honorario da Auxiliadora, recebe officio todo recheado de vossa excellencia p'ra qui, vossa excellencia p'ra li, enquanto que eu, jornalista emérito, orador consumado em todas as reuniões estrangeiras, literato de renome entre os primeiros das *alterosas*, sou posto assim no olho da rua, quero dizer, não sou admittido socio nem á mão de Deos ladre!

Sempre desejara saber quem era capaz de tolerar semelhante desconsideração...

Mas emfim, é melhor este desabafo para que eu não arrebente de uma vez.

Quem, porém, m'o ha de pagar com língua de palmo é o presidente da Sociedade, é o meu amiguinho Daniel.

Deixa-te estar, meu pao de laranjeira, que na primeira oportunidade te arrumarei a mala.

Pensas então que é só te esqueceres dos meus dedicados serviços á causa da colônia, dos meus discursos incendiários contra a jacobinada, da minha entusiastica adesão aos teus, para ires dar a Vaugirard um diploma de socio honorario, com preterição acintosa da minha pessoinha?

Não, que esta não puzeste em sacco furado, meu maganão, *o me pai* não se chamava alfacinha.

Todavia, como sou facilmente domesticavel, mesmo quando é maior o meu despeito, prometto-te voltar ás boas, não mais me importar com a naturalização de Vaugirard, e até continuar a fazer discursos, sempre que t'o parecer mister, si tu, meu Daniel, embora não me admittas honorario, me mandares uma caixeta (pode ser de cem, não faz mal) de uns excelentes havanos que costumam de saborear.

Sim, meu amiguinho?

Neophyto¹⁶⁷.

Artigos como esse eram raros, na maioria das vezes, os artigos de Estevam de Oliveira mostravam-se rígidos e ásperos, suas fotografias traziam a imagem de um homem sisudo e sério.

¹⁶⁷ *Correio de Minas*, 11 de julho de 1897, p. 2.

Aparentemente muito querido pelos confrades, Heitor Guimarães era constantemente homenageado por eles, fosse em verso ou em prosa, como evidencia a homenagem prestada por Lindolpho Gomes com um poema:

EM TUDO O AMOR

Á HEITOR GUIMARÃES

Borda o caminho um renque de mangueiras,
Aspira-se em redor quentes aromas
Das plantas odoríferas, rasteiras,
Da floração vivíssima das comas.

Das vetustas mangueiras pelos ramos
Suspira a brisa bolouçando os ninhos:
Ouve-se a forte voz dos gaturamos
Rejubilando os floridos caminhos.

As gigantescas arvores altivas
Perfilam-se cercando a longa estrada,
De verdes côres, reluzentes, vivas
Sombreado-lhe a face avermelhada

Contemplo a natureza inda um momento,
Depois prosigo em passos retardados,
Fugindo e não fugindo ao sofrimento
Por estes bosques múrmuros velados...

Caminho e fujo da lubricidade,
Da volúpia e do amor em que deliro...
É tudo quanto vejo é uma saudade
Do Amor! Cheio de amor inda eu suspiro.

Oh, tudo que em redor de mim palpita
Tem vida, tem sentidos e tem alma...
Maldito seja o Amor, minh'alma grita...
Bemdi-lo a natureza imensa e calma!
1897 – Fevereiro

Lindolpho Gomes¹⁶⁸

Os laços de amizade entre os intelectuais aparentemente não se prendiam apenas ao ambiente profissional, em 1896, Albino Esteves, já na vida adulta retornou a Juiz de Fora, foi trabalhar no jornal de *Correio de Minas*, onde trabalhou com o poeta e professor José Paixão por alguns anos, Porém em 1908, quando Albino Esteves já não fazia parte do

¹⁶⁸ *Correio de Minas*, 29 de outubro de 1898 p. 2.

corpo editorial do jornal, e mesmo assim foi publicado um poema do poeta e jornalista em homenagem a Albino:

O Coração
(AO ALBINO ESTEVES)

Fiat harmônico e jocundo,
Verbo diáfano e profundo,
Alma do sol, corpo do mundo,
Luz!
(G. Junqueiro.)

Si, numa caverna escura,
Tomba a semente, e germina,
O caule todo se inclina
Para a luz, que vem da Altura.

E, em breve, a flor, que fulgura,
Pela graça, que fascina,
Emerge toda a campina
Na rescendência mais pura:

Tal, querida, o coração,
Si vive, na solidão,
Si, em trevas, pulsa o coitado,

A nossos olhos se alteia,
Buscando a luz, que incendeia,
O amor que tudo ha formado.

J. Paixão¹⁶⁹

As propagandas a respeito do trabalho dos colegas eram comuns entre os literatos, porém nada foi tão amplamente divulgado como o Almanaque de Juiz de Fora, sob responsabilidade de Lindolpho Gomes e Heitor Guimarães, em períodos diferentes, tendo também a contribuição de outros literatos estudados nesta tese.

Isto e aquilo

Depois de dar as boas festas aos meus saudosos leitores, deixo de evocar essa enternecedora poesia do Natal, a mimosa historia da mangedoura já tantas vezes relembrada, para agradecer aos conceituados edictores Mattoso & Medeiros a gentil offerta que me fizeram do *Almanack de Juiz de Fóra*, correspondente ao anno futuro. Si todos pensassem commigo, ninguem deixaria por certo de adquirir um exemplar do precioso annuario, que tão bons serviços vai presetando a nossa sociedade e meio commercial e litterario, como

¹⁶⁹Correio de Minas, 1908.

no anno anterior, é finíssima e nella colaboram escriptores de talento e de conceito firmado nas letras. [...]
 [...] Nenhum outro presente de festas me podia ter sido grato tanto quanto o *Almanack de Juiz de Fóra*, que, por bello e minucioso, dá idéa completa do amor e trabalho com que foi elle organizado pelo Heitor, e de gosto artístico que preside ás edicções que sahem de acreditada Typographia Mattoso. Juracy¹⁷⁰.

Não só à escrita dedicavam-se esses literatos. As biografias de Heitor Guimarães apontam que, além de um escritor completo, ele era um “fino calígrafo e desenhista a bico de pena”, fato este confirmado em artigo do *Correio de Minas*, de 1904, informando sobre a exposição do seu trabalho artístico:

Na casa Sucena, do sr. Luiz Barbosa Medeiros Gomes, á rua Direita, esquina da rua Halfeld, acha-se exposta uma paizagem feita a bico de penna e a tinta Nankin pelo nosso companheiro de trabalho Heitor Guimarães, que a ofereceu a Joaquim de Almeida Queiroz¹⁷¹.

Como desenhista e calígrafo, Heitor Guimarães foi ilustrador de várias publicações e capas de livros.

3.8 PARA ALÉM DA IMPRENSA: INTELECTUAIS E SUAS OBRAS

Apesar de o foco desta tese ser as redes de sociabilidades por meio da imprensa, vale acrescentar outros campos de atuação desses intelectuais mediadores investigados, quer seja na literatura, no teatro, nos estudos de gramática e de literatra, na historiografia e na cultura popular.

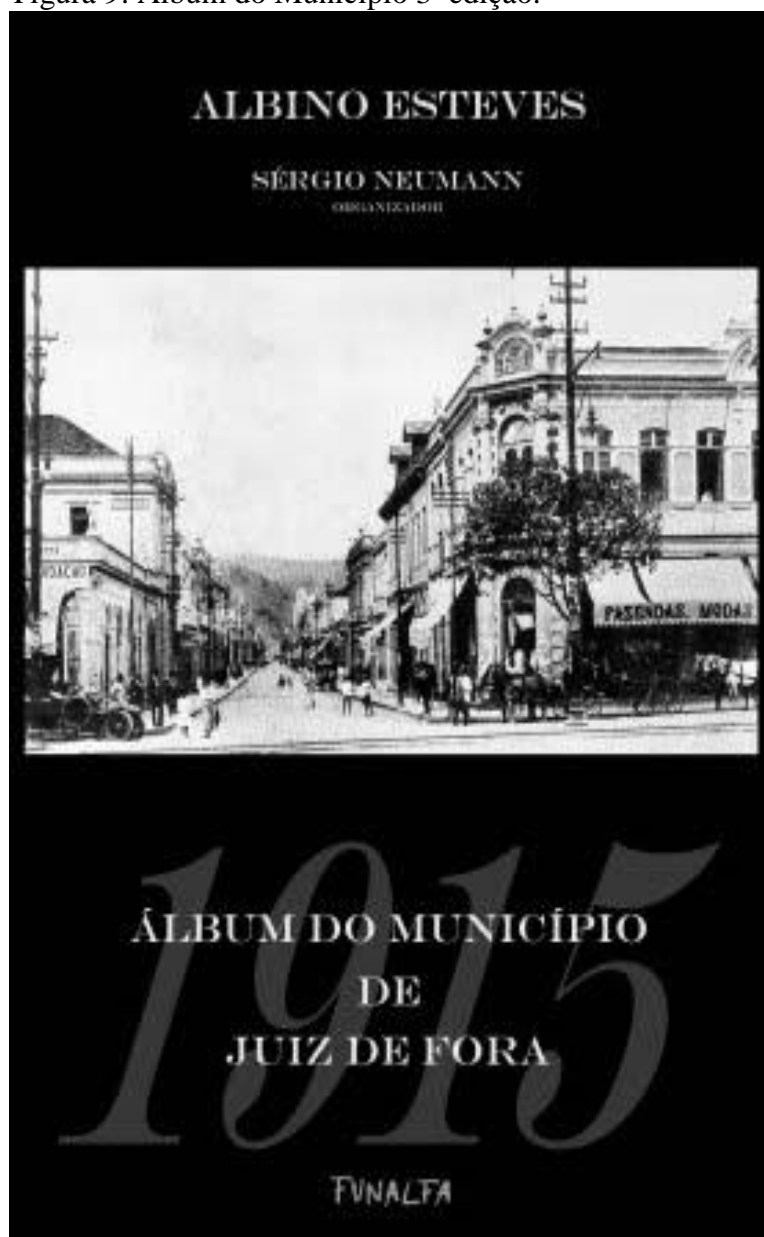
Albino Esteves, em virtude de seu apego à história de Juiz de Fora e de sua competência historiográfica, foi convidado pelo presidente do Executivo, Oscar Vidal Barbosa Lage, para organizar uma obra representativa da cidade – *Álbum do Município de Juiz de Fora* (1915) –, que representa um dos mais importantes documentos memorialísticos sobre a história da cidade (Figura 9)

¹⁷⁰ *Correio de Minas*, 30 de dezembro de 1897.

¹⁷¹ *Correio de Minas*, 1 de março de 1904, p. 1.

Desde que foi editado, em 1915, foram publicadas três edições, que se esgotaram rapidamente, sendo hoje um livro raro.

Figura 9: Álbum do Município 3ª edição.



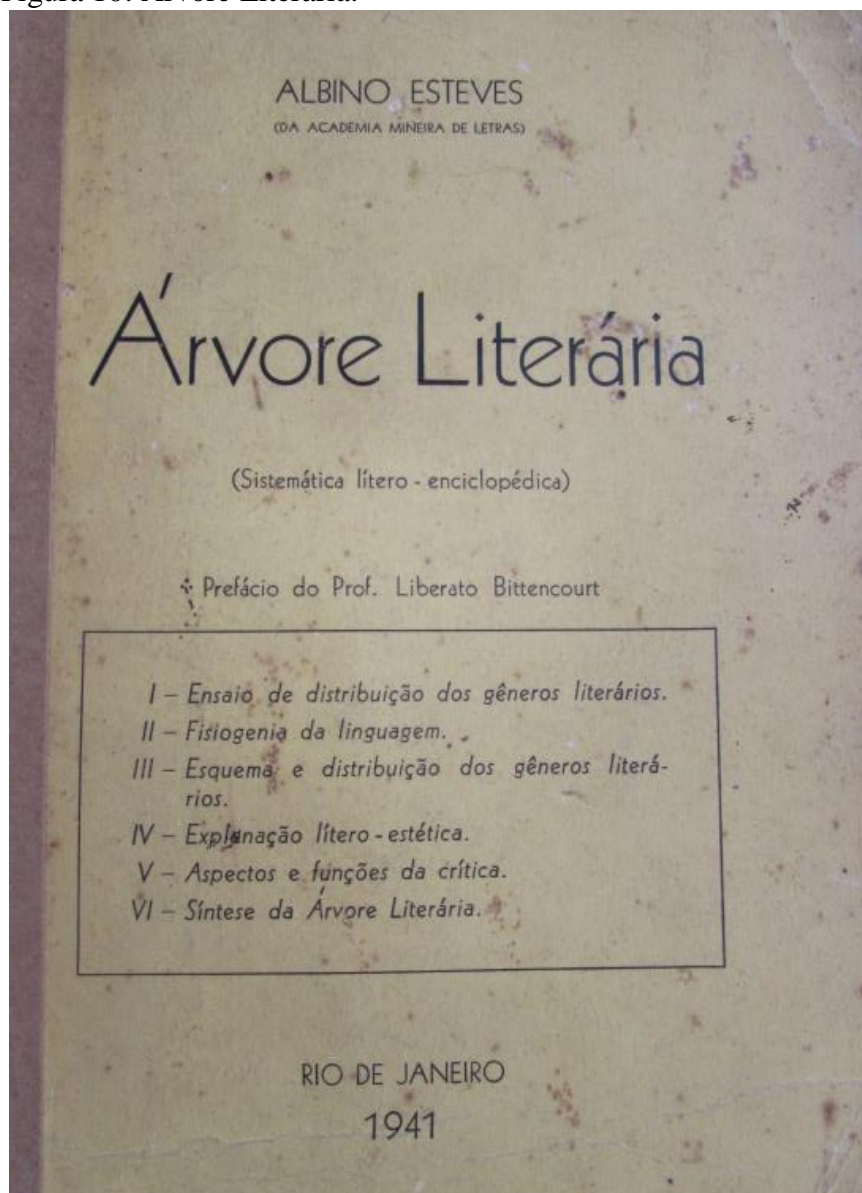
Fonte: <http://albinoesteves1915.blogspot.com/>¹⁷²

Outro campo de interesse de Albino Esteves era a literatura e o teatro. Na literatura, Albino se preocupou em criar um dicionário lítero-enciclopédico, com a proposta de

¹⁷² Acesso em 24 de abril de 2017.

distribuição dos vários gêneros das Belas Letras, criando uma classificação científica sobre a arte em geral. Para realizar tal obra, o intelectual utilizou-se de autores internacionais, como Wundt, Comte e Spencer, e nacionais, como Sílvio Romero, Liberato Bittencourt, Nerval de Gouveia e Jônatas Serrano.

Figura 10: Árvore Literária.



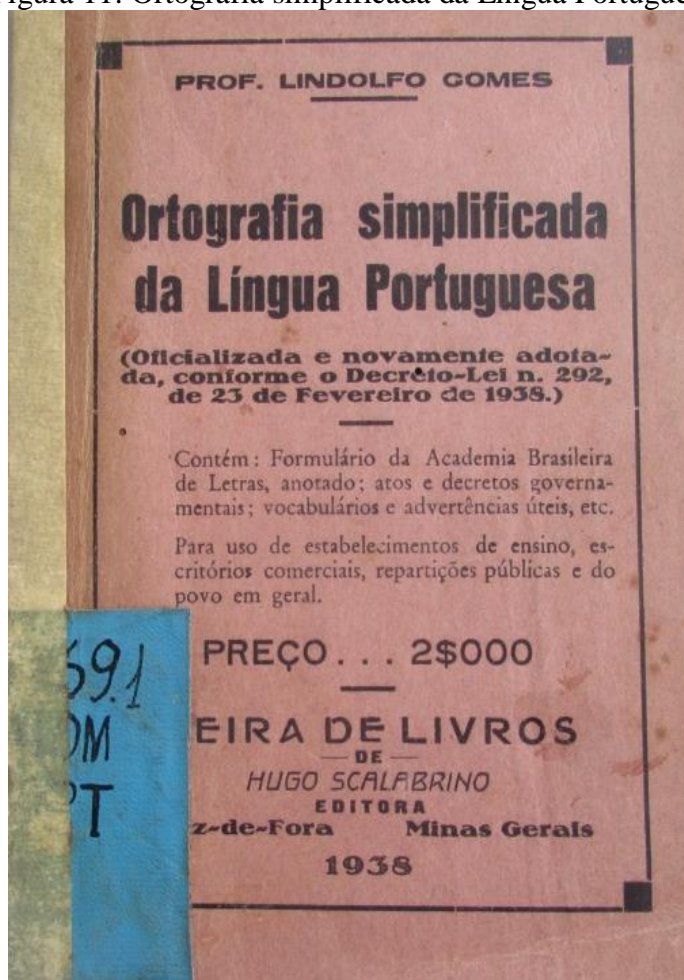
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Lindolpho Gomes desenvolveu trabalhos mais voltados para a educação, como os compêndios de Língua Portuguesa. Desde 1907, como vimos nos jornais, a ABL tentava

operar mudanças na ortografia, e o literato estava atento a essas mudanças noticiadas pelos jornais.

Seus estudos viraram livros e compêndios, entre os quais destacam-se **Ortografia simplificada da Língua Portuguesa** (Figura 11):

Figura 11: Ortografia simplificada da Língua Portuguesa



Fonte: Acervo BMMM, foto da pesquisadora

Essa obra destaca-se pelos fins aos quais o autor a destinou: “Para uso de estabelecimentos de ensino, escritórios comerciais, repartições públicas e do povo em geral” (GOMES, 1938). Segundo Lindolpho Gomes, fundamentada nos decretos oficiais e em fontes filológicas reconhecidas e autorizadas, tal obra consiste em um manual com regras da ortografia simplificada, estabelecidas após acordo firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa. Em 1910 ele também publicou um compêndio sobre ortografia, mas nos moldes da antiga gramática.

Com o mesmo teor pedagógico, encontram-se outras obras de Lindolpho Gomes:

Quadro 5: Obras de Lindolpho Gomes

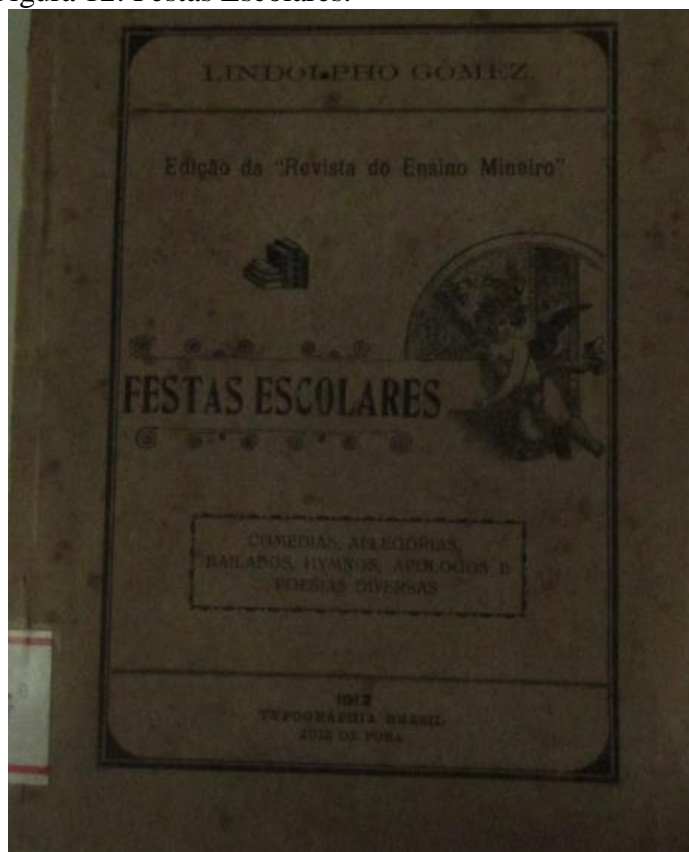
Obra	Ano	Descrição
	1920	Exercícios complementares de gramática
	s/d	Composto por artigos publicados na Revista do Ensino Mineiro, com modelos de ditados baseados em “modernos processos de ensino”
	1911	Composto por artigos publicados nos jornais <i>O Pharol</i> e <i>Reporter</i> , com discussões sobre gramática e ortografia.
	1910	Conjunto de regras práticas sobre ortografia

Fonte: pesquisadora¹⁷³.

¹⁷³ O quadro foi montado pela autora a partir de fotografias dos livros, que fazem parte do acervo da BMMM.

Apesar de Lindolpho Gomes ter dedicado a maior parte de suas obras ao estudo da língua portuguesa, também encontram-se publicações com outros fins, como o compêndio **Festas Escolares** (1912) (Figura 12), cujos textos, segundo ele, foram escritos especialmente para figurarem nos programas de festas escolares em estabelecimentos de ensino primário.

Figura 12: Festas Escolares.



Fonte: acervo BMMM, foto da esquisadora.

Alguns textos do compêndio consistem em homenagens a confrades da imprensa, como Heitor Guimarães: “a poesia Mãe, dedico ao meu querido confrade, o festejado homem de letras Heitor Guimarães, que ás lides jornalísticas consorcia abnegadamente as do magistério” (GOMES, 1912, notas). A peça de teatro “A Abolição”, de acordo o autor, foi interpretada na cidade de Cataguazes, em 1902, pela companhia dramática “Ismenia dos Santos”, que a representou em outras cidades do país.

O folclore também foi uma das paixões de Lindolfo Gomes. Durante anos, ele publicava nos jornais coletâneas de contos populares colhidos durante suas expedições pelo estado de Minas Gerais, como já se afirmou. De posse desses conhecimentos e com intenção de contribuir para o folclore brasileiro, escreveu o livro **Contos Populares Brasileiros** (1965).

Figura 13: Contos Populares Brasileiros – 3ª edição.

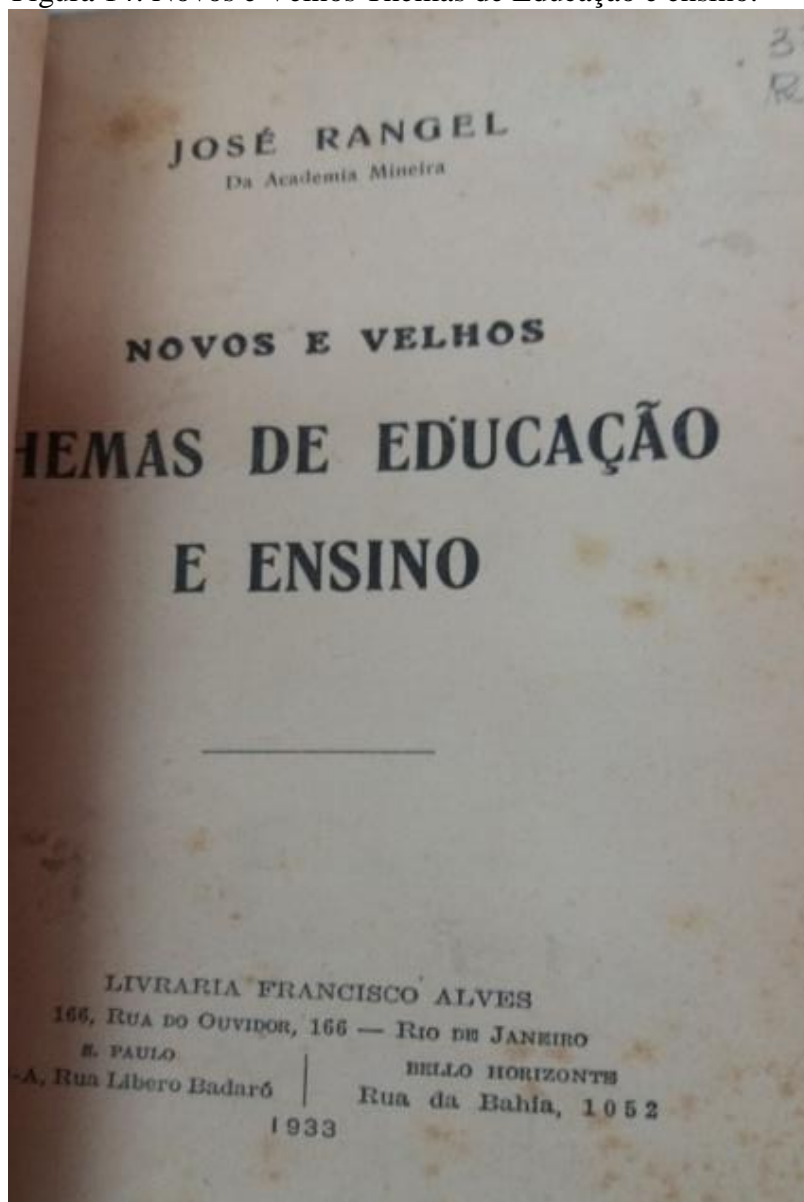


Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Para o escritor, como a maioria dos contos populares do Brasil era fruto de importações europeias, alguns de procedência africana e bem poucos de origem indígena, ele considerava que os de sua antologia tinham um valor científico incontestável para os estudiosos das tradições e para a etnografia geral.

Outro autor que também publicou sobre assuntos educacionais foi José Rangel. Além da obra memorialística **Como o Tempo Passa** (1940), escreveu **Novos e Velhos Temas de Educação e Ensino** (1933) (Figura 14):

Figura 14: Novos e Velhos Temas de Educação e ensino.

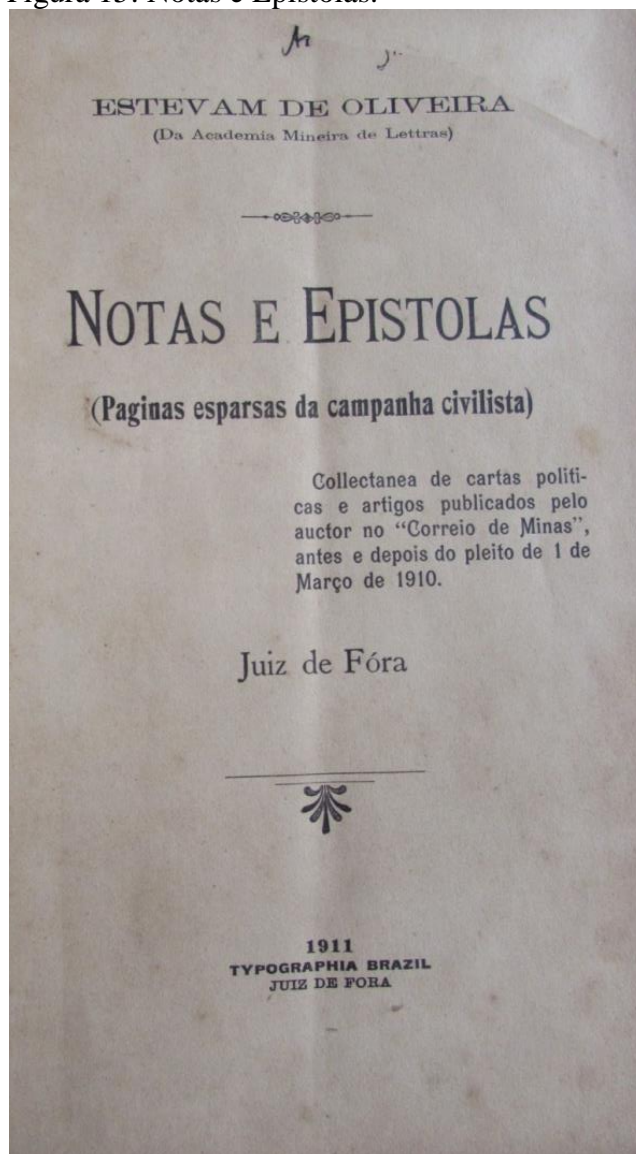


Fonte: Acervo da BMMM, foto da pesquisadora.

Em tal obra o autor apresenta o resultado da experiência e da observação direta sobre as questões do ensino, atuando como professor e como diretor, em diversos institutos educacionais.

Estevam de Oliveira, segundo seus biógrafos, também produziu o compêndio **Rudimentos de História Pátria** (1909), a cujo exemplar esta pesquisa não conseguiu ter acesso, só sendo possível encontrar as seguintes obras: **Reforma de Ensino Público Primário e Normal em Minas Gerais** (1902) e **Notas e Epístolas: Páginas Esparsas da Campanha Civilista pela Tipografia Brasil** (1911) (Figura 15):

Figura 15: Notas e Epístolas.

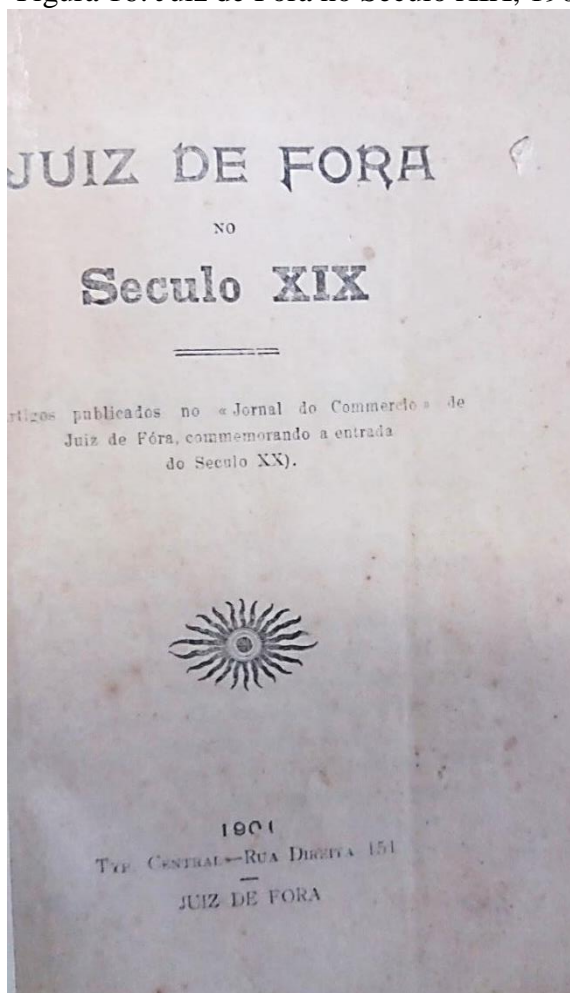


Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

Heitor Guimarães, além de suas publicações nos jornais da cidade e de ter como escritor preferido, segundo Esteves (1912), Balzac, prezava debater sobre gramática e dedicar-se às crônicas sobre fatos ocorridos na cidade, destacando-se ainda na prosa e no

verso, ao escrever em revistas de Juiz de Fora, Rio de Janeiro e São Paulo. Além do *Almanak* de Juiz de Fora, que organizou, destaca-se pelo valor histórico a obra **Juiz de Fora no Século XIX** (1901) (Figura 16).

Figura 16: Juiz de Fora no Século XIX, 1901.




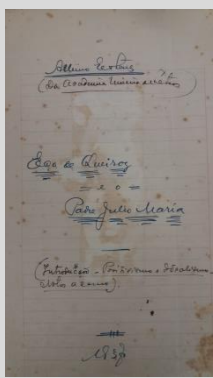
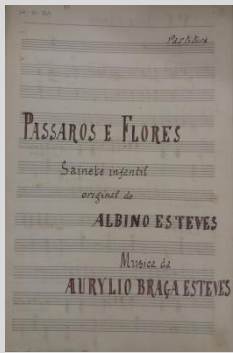
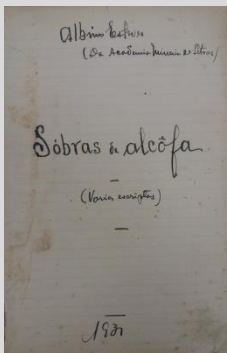

Fonte: acervo BMMM, foto da pesquisadora.

Tal obra, que consistia em uma coletânea de artigos publicados no *Jornal do Commercio*, no decorrer de 1899, versando sobre indústria, movimentos associativos, higiene, instrução, política e imprensa, era em comemoração à entrada do século XX, buscando mostrar os principais componentes da sociedade juiz-forana da época. Com essa coletânea, Heitor Guimarães procurou demonstrar os elementos que pautavam o projeto modernizador de cidade.

Destaca-se entre os literatos três que também se dedicaram à produção de peças de teatro: Albino Esteves, José Rangel e Lindolpho Gomes. Albino compunha, junto com

seus familiares, peças de teatro e operetas. No Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, é possível encontrar, além de manuscritos de algumas de suas peças, o acervo documental – a partir do qual foi elaborado o Quadro 6 – composto por álbuns, diplomas, manuscritos de suas obras, partituras, peças, recortes de jornais, documentos judiciais, entre outros.

Quadro 6: Obras de Albino Esteves (manuscritos).

Obras			
Ano	S/d	1938	S/d
Descrição	Peça teatral: Poema em 3 atos, composto por gravuras, falas dos personagens e referências bibliográficas.	Manuscrito com trechos de livros sobre Positivismo e Idealismo.	Partitura, opereta em um ato: Albino Esteves e música de Aurylio Braga Esteves e Luis Quesada.
Obras			
Ano	S/d	1931	1946
Descrição	Piano, fábula em um ato: Albino Esteves e música de Auryleo Braga Esteves	Manuscritos de textos diversos	Letra de Albino Esteves e música de seu filho Aurylio Braga Esteves

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir do acervo de Albino Esteves (AHUFJF). Fotos da pesquisadora.

4 ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS: PONTO DE HONRA DA ATENAS DE MINAS

Segundo Sirinelli (1996), por muito tempo, a noção de geração foi considerada suspeita por numerosos historiadores. Essa suspeita advinha do fato de que todo pesquisador que se questiona sobre os fenômenos de geração sente-se *a priori* ameaçado por, pelo menos, dois perigos: a banalidade e a generalidade do propósito. Desse modo, o uso da geração como modelo exige por parte dos pesquisadores vigilância e cuidado, porque a geração pode ser um fato natural, biológico ou cultural, por um lado, modelado pelo acontecimento, e por outro, derivado, às vezes, da autorrepresentação e da autoproclamação: o sentimento de pertencer.

Apesar da incerta condição de classificação de geração apontada por Sirinelli (1996), no próprio autor encontram-se subsídios para considerar os intelectuais do grupo estudado como componentes de uma geração. É incerto pensar que um estrato demográfico só se torna geração quando adquire existência autônoma e identidade, já que ambas geralmente são determinadas por fatos inauguradores, e estes se sucedem de forma forçosamente irregular, determinando, portanto, gerações curtas e gerações longas (SIRINELLI, 1996).

Dessa forma, se a geração é uma peça importante da “engrenagem do tempo” (SIRINELLI, 1996), os sujeitos pesquisados, que são os primeiros acadêmicos da AML, constituem uma “geração curta”. Embora esse grupo tenha herdado os princípios da geração anterior (abolicionistas, republicanos), tinham interesse em construir uma memória comum e de se unir em torno de um grande feito: fundar a AML.

Para Gomes (1999), geração pode ser definida como a atuação de um grupo que constrói uma memória comum, que se refere a um tempo e a acontecimentos que aderiram a certa maneira de experimentar a vida intelectual. Esta seria uma forma de estabelecer os recortes de investigação. As estruturas de sociabilidade variam de acordo com a época e com os subgrupos de intelectuais estudados, sendo necessário, portanto, fazer uma arqueologia, inventariando as solidariedades de origem, de idade ou de estudos, o que se torna, muitas vezes, as bases constituintes de redes de intelectuais. Entre as peças constituintes dessa engrenagem, o autor aponta as solidariedades de idade, o que remete à ideia de “Geração Sirinelli” (1996).

Analisando-se os seis fundadores da AML, percebe-se também outra aproximação entre alguns deles, que remete à questão de suas idades: com exceção de Estevam de Oliveira (1853) e de Albino Esteves (1883), os demais tinham idades próximas¹⁷⁴. Sirinelli (1996) afirma que, para o historiador dos intelectuais, num primeiro momento, parece duplamente perigoso o emprego dessa noção baseada na idade, já que ela não seria a chave mestra para o estudo da sociedade intelectual e de suas relações com a política, tampouco poderia ser considerada como uma verdade absoluta. Além disso, a sucessão das classes de idade é a própria essência das sociedades humanas, sendo, portanto, inerente à vida das sociedades. O autor alerta que é preciso ir adiante e levar em consideração os efeitos da idade e os fenômenos de geração devido a duas razões:

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja uma fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita. Além disso, e exatamente por esta razão, o esclarecimento dos efeitos da idade e dos fenômenos de geração no meio intelectual vai além do procedimento apenas descritivo ou taxionômico; reveste-se, em determinados casos, das virtudes explicativas, pois esses efeitos e fenômenos não são inertes: são às vezes engrenagens determinantes do funcionamento desse meio (SIRINELLI, 1996, p. 255).

Apesar de a idade não ser fator determinante para a noção de gerações, Sirinelli (1996) afirma que os efeitos da idade são às vezes suficientemente poderosos para desencadear verdadeiros fenômenos de geração de existência autônoma. Embora a repercussão desse fenômeno gerador seja limitada a um período, ela deixa para as gerações posteriores o que ele chama de bagagem genética e uma memória coletiva.

Sirinelli (1996) aponta que o conceito de geração não necessariamente deve prender-se à dimensão etária, mas pode organizar-se em torno de referências culturais, políticas, sociais etc., partilhadas por um grupo. Nesse caso, o que os une não é apenas o fato de pertencerem a um mesmo grupo etário, mas o fato de partilharem projetos, concepções de mundo e vivenciarem acontecimentos que repercutiram na maneira de compreender o mundo e de lidar com os condicionantes de seu tempo.

Aproximando essa concepção ao presente estudo, pode-se considerar os fundadores da AML como herdeiros e continuadores da memória coletiva de um grupo de intelectuais

¹⁷⁴ Belmiro Braga (1872), Heitor Guimarães (1868), José Rangel (1868) e Lindolpho Gomes (1875).

brasileiros que os antecederam e deixaram marcas. Em finais do período imperial, assistiu-se ao surgimento do grupo automeado “nova geração”, em referência à juventude de seus membros, o qual inicialmente foi acusado de ter-se interessado mais em edificar novos sistemas filosóficos do que interpretar a realidade nacional, e de serem imitadores das teorias estrangeiras. Alonso (2000) acredita que esse quadro de imitação resulta de dois procedimentos adotados pelos analistas:

De um lado, a incorporação acrítica das explicações e classificações construídas por membros da própria geração 1870 *pós-factum*, já na República, endossando, assim, a clivagem doutrinária como eixo explicativo do movimento. De outro lado, a suposição de uma autonomia do campo intelectual. Por isso tomaram os sistemas intelectuais europeus contemporâneos como parâmetro de avaliação do movimento. É por comparação a teorias européias e em acordo com as memórias e reconstruções dos próprios agentes que se forma o juízo do movimento da geração 1870 como ‘intelectual’ e imitativo (ALONSO, 2000, p. 36).

Posteriormente, os intérpretes passaram a identificá-lo como “movimento intelectual da geração 1870”. Ao contrário desse tipo de interpretação, a autora prefere analisar o movimento intelectual da geração de 1870 do ponto de vista da experiência compartilhada por seus membros, dada à inexistência de um campo intelectual autônomo, no século XIX, apontando a direta participação política desse grupo. Para ela, o sentido principal do movimento intelectual da geração de 1870 foi a intervenção política, revelando-se um movimento de contestação e de críticas tanto ao *status quo* monárquico quanto aos seus programas de reformas.

Barros (1986) chamou o movimento intelectual compreendido entre os anos de 1870-1914 de ilustração brasileira, no qual foram identificadas três tipos de mentalidade dominantes: a católica-conservadora, a liberal e a cientificista. Para ele, embora a ilustração brasileira não se tenha caracterizado propriamente como retardatária do movimento ocorrido no século XVIII na Europa, mas como extensão do século XIX europeu, recebendo influências de autores como Darwin, Spencer, Comte, Stuart Mill, entre outros, ela, de certo modo, desempenhou papel semelhante ao do iluminismo europeu do século XVIII. Isso porque a ilustração brasileira guardou a crença absoluta no poder das ideias, a confiança total na ciência e a certeza de que a educação intelectual era o único caminho legítimo para melhorar os homens e dar-lhe um destino moral.

Oliveira (1990), ao estudar esse período histórico em que a população brasileira assume contornos de nação, acredita que esta, como uma unidade própria, emergiu em diferentes momentos do processo de autoconsciência dos intelectuais brasileiros com a chamada geração de 1870. Para explicar o surgimento dessa geração de intelectuais, utiliza as palavras de José Veríssimo:

O movimento de ideias que antes de acabada a primeira metade do século XIX se começara a operar na Europa com o positivismo comtista, o transformismo darwinista e o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan e quejandas correntes de pensamento, que, influenciando na literatura, deviam pôr um termo ao domínio exclusivo do romantismo, só se entrou a sentir no Brasil pelo menos, vinte anos depois de verificada a sua influência ali. Sucessos de ordem política e social, e ainda de ordem geral, determinaram-lhe ou facilitaram-lhe a manifestação aqui. Foram, entre outros, ou os principais: a Guerra do Paraguai, acordando o sentimento nacional meio adormecido desde o fim das agitações revolucionárias consequentes à Independência, e as nossas lutas no Prata; a questão do elemento servil, comovendo toda a nação, e lhe despertando os brios contra a aviltante instituição consuetudinária; a impropriamente chamada questão religiosa, resultante do conflito entre as pretensões de autonomia do catolicismo oficial e as exigências do tradicional regalismo do Estado, a qual alvoroçou o espírito liberal contra as veleidades do ultramontanismo e abriu a discussão da crença avoenga, provocando emancipações de consciências e abalos da fé costumeira; e, finalmente, a guerra franco-alemã com as suas conseqüências, despertando a nossa atenção para uma outra civilização e cultura que a francesa, estimulando novas curiosidades intelectuais. Certos efeitos inesperados da Guerra do Paraguai, como o surdo conflito que, apenas acabada, surgiu entre a tropa demasiado presumida do seu papel e importância e os profundos instintos civilistas da Monarquia, não foram sem efeito neste momento da mentalidade nacional. Também a Revolução Espanhola de 1868 e consequente advento da República em Espanha, a queda do Segundo Império napoleônico e imediata Proclamação da República em França, em 1870, fizeram ressurgir aqui com maior vigor do que nunca a idéia republicana, que desde justamente este ano de 70 se consubstanciara num partido com órgão na imprensa da capital do Império. Esta propaganda republicana teve um pronunciado caráter intelectual e interessou grandemente os intelectuais, pode dizer-se que toda a sua parte moça, ao menos. Outro caráter da agitação republicana foi o seu livre-pensamento, se não o seu anticatolicismo, por oposição à Monarquia, oficialmente católica (VERÍSSIMO, 1969, *apud* OLIVEIRA, 1990, p. 79-80).

Como se pode perceber, a geração de 1870 foi influenciada pelos movimentos internacionais, e isso incidiu diretamente nos trabalhos produzidos no Brasil no período. Com a preocupação de sanar os males brasileiros por meio da ciência e da cultura, essa geração acreditava na educação como projeto republicano legítimo de melhorar o país, situando-o no “nível do século”, de suplantar seu “atraso cultural” e de acelerar sua marcha evolutiva para alcançar a parcela mais avançada da humanidade (OLIVEIRA, 1990).

Outro traço que caracterizava essa geração era o “esforço de universalização”, em oposição à busca de singularidade, marca do romantismo, levando a elite intelectual a aceitar as ideias, em favor da integração do Brasil na cultura ocidental. Veiculando uma filosofia da história que possibilitava essa integração ao moderno, ao científico, ou ao Estado positivo, o positivismo, o darwinismo, o spencerismo e o materialismo cumpriram o mesmo papel (OLIVEIRA, 1990).

Embora os literatos sobre os quais este trabalho se debruça tenham interiorizado as ideias difundidas pela geração de 1870 – eram republicanos, abolicionistas, defendiam a educação como força motriz para elevar o país à condição de civilizado; José Rangel (1940), em seu livro de memórias, confessa a influência de autores como Turguêniev e Maupassant em sua produção literária –, eles não são integrantes dessa geração, uma vez que desenvolveram características próprias e distintas. Por esse motivo, o grupo de literatos estudados por esta tese será denominado como a geração dos fundadores da AML, à qual serão dedicados os próximos tópicos, abordando informações encontradas nos jornais locais e na literatura pertinente sobre o debate ocorrido entre os literatos mineiros, no período delimitado entre a fundação da Confraria Literária Mineira (1896) e a criação da AML (1909).

Paulino Oliveira (1966) atribuiu à ideia da fundação da AML a comemoração do centenário de Alexandre Herculano¹⁷⁵, porém historiadores como Christo (1994) bem como Barbosa e Rodrigues (2009) apontam como precursora da AML a Confraria Literária Mineira, agremiação fundada por literatos juiz-foranos em 1896. Esses autores pouco trazem de informações sobre os debates ocorridos no período que compreendeu a fundação da Confraria Literária Mineira e a criação da AML.

A historiadora Maraliz de Castro Vieira Christo (1994), ao estudar a cultura e as transformações ocorridas na cidade de Juiz de Fora, na passagem do século XIX para o XX, analisa a AML a partir do grupo de fundadores e sua práxis social. Embora o trabalho da autora tenha partido do pressuposto de que a Confraria Literária Mineira deu origem à AML, não destacou os debates travados pelos intelectuais em prol da fundação da instituição entre os anos de 1896 a 1909.

¹⁷⁵ Alexandre Herculano (1810-1870), além de ter sido historiador e jornalista, foi um dos principais escritores do Romantismo em Portugal.

A obra de Barbosa e Rodrigues (2009) faz uma coletânea biográfica dos 12 primeiros membros da AML e reproduz notícias jornalísticas sobre a fundação da Academia, a partir de notícias encontradas em um antigo caderno de um dos fundadores. Com a fundação da instituição, em 1909, Machado Sobrinho, que era o então secretário da Academia, recolheu artigos de jornais de muitas folhas mineiras e de outros estados que versavam sobre a fundação da AML, montando um álbum de recortes. Com sua morte, esse material tornou-se um legado cultural, que foi passando por vários guardiães: o filho – Luiz Gonzaga Machado Sobrinho; posteriormente a neta – Heloísa Machado Sobrinho; após sua morte, outro neto – José Carlos de Castro Barbosa, esposo da pesquisadora Leila Barbosa (BARBOSA e RODRIGUES 2009).

De posse do documento e juntamente com a pesquisadora Marisa Timponi, a pesquisadora Leila Barbosa elaborou um projeto de pesquisa, cujo produto resultou no livro **Notícias da imprensa sobre a Academia Mineira de Letras** (2009) editado em comemoração aos 100 anos de fundação da AML. No entanto, tal obra também não traz informações sobre os debates ocorridos entre o ano de fundação da Confraria Literária Mineira e o da fundação da AML.

Broca (2004) também cita a AML em **A Vida Literária no Brasil 1900** (2004), mas, como os demais pesquisadores, apesar de ter ressaltado o fato de ser a primeira Academia fundada fora de uma capital e ter-se impressionado com o tempo de duração da sessão de inauguração e com os temas discutidos, autor o destacou apenas a fundação da instituição em 1909¹⁷⁶.

A análise de tais obras evidenciou lacunas nas pesquisas sobre a história da fundação da AML, na medida em que a gênese e os caminhos percorridos até que se fundasse a instituição não foram abordados. Dessa forma, por ainda inexistirem trabalhos sobre a constituição da Academia dos imortais mineiros, a realização deste capítulo só foi possível graças aos subsídios fornecidos pelo aporte documental jornalístico da época. Nesse sentido, a escolha dos jornais¹⁷⁷ se deu por duas razões: a primeira é por ser uma fonte pouco explorada pelos historiadores analisados até o momento, os quais utilizaram as

¹⁷⁶ A sessão de inauguração iniciou-se às 19 horas e encerrou-se às 23 horas, debatendo-se os seguintes temas: os artigos dos estatutos, rejeitando-se aqueles que preconizavam a adoção de ortografia simplificada e a criação de uma escola de jornalistas.

¹⁷⁷ Os jornais pesquisados para constituição deste capítulo foram: *Correio de Minas*, *Jornal do Commercio* e *O Pharol*.

mesmas fontes, e elas incluem poucas pesquisas nos editoriais; a segunda razão é por essas folhas serem resultado da escrita dos literatos estudados por esta tese ou de produções de sujeitos que compartilhavam suas redes de sociabilidades.

Nos artigos jornalísticos pesquisados, foi possível perceber que, em alguns momentos, os debates sobre a literatura extrapolaram as fronteiras da cidade de Juiz de Fora, abarcando outros personagens de outras regiões, mas que também estavam envolvidos com a escrita literária. Apesar de ultrapassar os limites regionais, é pertinente trazer à tona essas discussões, uma vez que, a partir delas, a AML foi constituindo-se e tomando corpo.

Analisando-se a produção jornalística entre o período da fundação da Confraria Literária Mineira e a AML, são identificadas algumas discussões importantes, evidenciando-se que não se tratava apenas de um movimento isolado e local, pelo contrário, refletiam o momento histórico intelectual pelo qual o país passava. A partir dessa análise, identificam-se alguns pontos que serão tratados nos próximos tópicos.

Primeiramente, foi possível identificar a preocupação por parte dos literatos locais quanto a formar, em finais do século XIX e início do século XX, uma identidade intelectual da cidade de Juiz de Fora. O segundo ponto identificado foi a presença de tensões entre os literatos locais e os literatos estaduais. A mesma tensão pode ser percebida quando os literatos discutiam aspectos relativos à função da ABL e sobre a elite intelectual ouvidorena¹⁷⁸. Por último, foi perceptível, por parte dos escritores, a busca por reconhecimento e valorização de seus trabalhos. Os tópicos deste capítulo tratarão desses três pontos básicos.

4.1 AGREMIÇÕES LITERÁRIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

O final do século XIX foi marcado por profundas mudanças estruturais no país. O desmantelamento da Monarquia e o assentamento da República culminaram em transformações não apenas políticas, mas também urbanas e sociais. A transformação na paisagem urbana refletiu-se também na paisagem social bem como no quadro da vida literária do país, que havia sido, no Rio, completamente desarticulada com a revolta

¹⁷⁸ Referência à histórica Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, onde circulavam os intelectuais, os jornalistas e os artistas, e onde se situavam grande parte dos jornais e editoras.

armada e com a reação florianista, em 1893. No entanto, com a retomada da calma, ela começou a reconstituir-se (BROCA, 2004).

O momento de reconstrução, apontado por Broca (2004), coincide com o momento de criação de um quadro social favorável à modernização da cidade em consonância com o modelo europeu, principalmente o padrão francês. A sociedade vivenciava um momento de superação do que era velho e ultrapassado e buscava um padrão moderno e civilizado de sociedade. Essa febre de mudanças refletiu-se também nas relações literárias, de modo que os escritores, com requintes de civilização, superestimavam em suas obras a modernização da cidade.

De acordo com Sevckenko (1999), o importante naquele momento era estar em dia com os menores detalhes do cotidiano do Velho Mundo: os navios europeus, principalmente os franceses, não traziam apenas os figurinos, o mobiliário e as roupas, mas também as novidades sobre as peças e os livros em voga, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento, o lazer, enfim, tudo que fosse consumível por uma sociedade sedenta de modelos de prestígio.

Todas essas transformações incidiram sobre a literatura carioca. O desenvolvimento tecnológico da imprensa, naquele período, fez surgirem grandes jornais diários no Rio de Janeiro e em São Paulo, de forma que o jornalismo passou a ser visto como um espaço primordial de venda e divulgação por parte dos escritores, que enfrentavam baixas remunerações e contavam com escassas oportunidades no mercado editorial, que privilegiava poucos autores brasileiros consagrados. Esses poucos que conseguiam adentrar nos grandes jornais tornavam-se renomados, mas raramente desfrutavam de estabilidade financeira e de status social consolidado (EL FAR, 2000).

Em um contexto em que as produções literárias não eram muito valorizadas, a ideia de uma Academia de Letras com o fim de proporcionar a valorização das atividades dos literatos foi muito bem aceita, como aponta El Far (2000), pois, com essa instituição, os escritores ganhariam simultaneamente autonomia para negociar a publicação de seus textos e consagração social. Conforme a autora, em uma época em que os institutos e estabelecimentos científicos eram vistos como principal viés de produção intelectual, e seus agregados como homens ilustres e respeitados, foi posta em pauta, em fins de 1896, por um grupo de escritores que colaboravam na Revista Brasileira, a proposta de fundação de uma academia.

De acordo com os jornais e com a literatura pertinente, em 15 de novembro de 1896 aconteceu a primeira das sessões preparatórias para a fundação da Academia Brasileira de Letras (ABL), quando Machado de Assis¹⁷⁹ foi aclamado presidente (OLIVEIRA, 2009). O pertencimento a uma associação desse tipo concedia aos literatos, além de relevância da literatura nos debates nacionais, prestígio social ainda inédito no trabalho das letras (EL FAR, 2000, p. 14).

A criação de uma ABL na capital do país trouxe unidade aos intelectuais que dela faziam parte. Porém Broca (2004) aponta que a predominância literária absoluta da corte no período monárquico resultava em parte da centralização política. Com a organização federativa em oposição à unidade de poder do Império e com a transformação das províncias em estados, foi outorgada a estes uma autonomia que até então não tinham, o que refletiu no terreno literário, incentivando, em diversos recantos do Brasil e fora da órbita da metrópole, a formação de agremiações e movimentos culturais.

A busca de uma unidade literária ou de uma autonomia em relação à literatura talvez tenha sido a mesma aspiração dos literatos juiz-foranos. Com efeito, em 20 de dezembro de 1896, mesmo ano de fundação da ABL, eles organizaram uma Confraria Literária Mineira, que propunha fundar um gabinete de leitura popular, organizar palestras literárias e publicar, além de livros e poliantes¹⁸⁰, um anuário (CHRISTO 1994). Apesar de não terem sido encontrados registros anteriores a 1896 sobre uma possível agremiação dos literatos mineiros, pela análise dos jornais, percebe-se significativa ênfase à fundação da ABL, motivo pelo qual se acredita que a mesma tenha sido a fonte inspiradora em Juiz de Fora.

Com a Confraria Literária, reuniam-se as possibilidades de o grupo desenvolver um trabalho de mediação cultural, difundindo para o grande público o interesse pela literatura e a oportunidade de conhecer e apreciar os seus produtos. Desse modo, ao mesmo tempo em que eles democratizavam o acesso aos bens culturais por eles produzidos, também afirmavam-se social, política e intelectualmente.

A fundação da Confraria Literária foi amplamente divulgada pelos jornais locais. O *Jornal do Commercio* publicou um pequeno artigo comunicando que havia sido convidado

¹⁷⁹ Joaquim Maria Machado de Assis: no Rio de Janeiro (RJ), nasceu em 21 de junho de 1839 e faleceu em 29 de setembro de 1908. Além de jornalista, contista, cronista, romancista, poeta e teatrólogo, foi presidente da Academia Brasileira de Letras, ocupando a Cadeira nº. 23 (OLIVEIRA, 2009, p. 14).

¹⁸⁰ Segundo Lopez Posa (2000), poliantes é uma coletânea de fragmentos de textos de vários autores, a fim de oferecer uma pequena mostra do trabalho de cada um.

a participar do evento. O jornal *Correio de Minas*, sob o título *Reunião Litterária*, publicou o convite feito pelos fundadores da instituição: Silva Tavares, Lindolpho Gomes, Luiz de Oliveira e Ignácio R. Cardoso. Tal convite foi dirigido à imprensa e às diversas classes sociais da cidade para que pudessem presenciar a reunião que trataria da instalação da Confraria Literária Mineira.

No dia 22 de dezembro, sob o título Confraria Literária, o *Jornal do Commercio* voltou a falar sobre a fundação da Confraria:

[...] reuniram-se ante hontem no Salão Apollo alguns escriptores e rapazes amantes das letras, no intuito de fundarem uma associação litteraria. Foi aclamado presidente o nosso collega de imprensa Silva Tavares, que convidou para vice-presidente Lindolpho Gomes e para secretario o Sr. Thiago Guimarães. Exposto pelo presidente o fim da reunião, falou em seguida Lindolpho Gomes, que fez sentir a necessidade da mais completa união por parte dos escriptores presentes, dos que se fizeram representar e dos quizerem adherir à idea da criação de um grêmio litterario. Ficou resolvido dar-se à associação o título de Confraria Litteraria Mineira, devendo os seus associados, e todos aquelles que desejarem della fazer parte, reunir-se de novo, no mesmo local, domingo próximo, afim de ser eleita a directoria definitiva, de se tratar da organização dos estatutos e de outros assumptos que tenham relação com o fim da reunião. Estiveram presentes Silva Tavares, Lindolpho Gomes, por si e como representante de Avelino Lisboa [...] ¹⁸¹.

Durante os meses subsequentes à instalação da Confraria Literária, a imprensa local registrou alguns convites para participação de reuniões, o que não impediu que fossem surgindo conflitos entre alguns cronistas, envolvendo, inclusive, o fundador da Confraria, Silva Tavares¹⁸². No dia 12 de março de 1897, o colunista do *Correio de Minas*, em sua coluna “Isto e Aquilo”, relatou que, ao atravessar a rua no dia anterior, encontrou-se com uma “sombra pavorosa e tétrica” que, chamando-o para conversar em um dos bancos do jardim municipal, olhando-o nos olhos, disse-lhe sorrindo que iria fundar uma “Academia de Letras em Juiz de Fora, uma academia positivamente mineira”.

Em artigos posteriores, foi possível identificar que a “sombra pavorosa” era o poeta Loureiro da Paz, sobre quem não só Silva Tavares, como outros escritores locais teceram muitas críticas, designando-o como “homem de Sant’Anna de S. João Acima”, e o “Mór

¹⁸¹ O artigo ainda continua, porém de forma ilegível, um pedaço do jornal foi recortado. *Jornal do Comércio*, 22 de dezembro de 1896.

¹⁸² Silva Tavares (pseudônimo – Juracy), precursor da Confraria Literária Mineira. Escreveu para os jornais *Correio de Minas* e o *Pharol*.

literato das alterosas”. Vale ressaltar que, três meses após a criação da Confraria Literária Mineira, Loureiro da Paz lançou a ideia da fundação de uma Academia Mineira de Letras, contando com a adesão, de acordo com conversa entre Silva Tavares e a “sombra pavorosa”, de Juracy e alguns literatos de Juiz de Fora, excluindo-se, entretanto, Arthur Lobo, Bento Ernesto, Augusto de Lima, Heitor Guimarães, J. Paixão e Estevam de Oliveira, pois “a literatura local estaria precisando” de gente nova. Segundo Juracy, Loureiro da Paz autoafirmou-se presidente da nova instituição e ele seria o secretário. Analisando-se os nomes citados na crônica, tal “sombra” estaria excluindo da nova instituição literária que pretendia fundar os escritores mais renomados do período (OLIVEIRA, 1958)¹⁸³.

Movimentos de contestação a instituições desse caráter eram comuns por parte daqueles que se viam excluídos da composição do quadro de agremiados. Fato parecido ocorreu logo após a criação da ABL, segundo Broca (2004). Paula Nei¹⁸⁴ tentou fundar outra academia com os elementos que não haviam entrado na primeira, porém por não ser possível o acesso aos estatutos da Confraria, não foi possível identificar todos os participantes de tal instituição e quantos integrantes poderiam fazer parte da mesma.

Os artigos de Juracy mostram certa antipatia em relação a Loureiro da Paz, o que parece ser compartilhado por outros jornalistas da cidade. No *Jornal do Commercio*, no artigo de 12 de março de 1897, Plácido Júnior, considerando serem injustas as críticas tecidas por Loureiro da Paz contra a obra **Almanach de Juiz de Fora**, organizada por Heitor de Guimarães¹⁸⁵, afirmou não conhecer nenhuma obra de prosa ou poesia de Loureiro. Diante disso, para ele tal polêmica provocada por Loureiro consistia apenas em uma tentativa de tornar-se popular.

A presença desses episódios naquele período evidencia o conflito entre os literatos em relação à criação de alguma instituição que representasse seus interesses. Outra observação em relação aos artigos foi a presença de uma hegemonia entre os que estavam ligados à imprensa.

¹⁸³ OLIVEIRA, Martins. **História da Literatura Mineira**: Esquema de Interpretação e Notícias Bibliográficas. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1958.

¹⁸⁴ Francisco de Paula Nei (1958-1897): poeta e jornalista, amigo de Luiz Azevedo e José do Patrocínio.

¹⁸⁵ Em 1897, Heitor Guimarães escrevia no jornal *Correio de Minas* e foi encarregado pela empresa Mattoso & Medeiros.

De fato, tanto no *Correio de Minas* quanto no *Jornal do Commercio*, fizeram críticas a Loureiro da Paz, como se pode perceber na coluna *Por Baixo*, em que se encontra a seguinte trova:

...Mas. ó seu Loureiro da Paz!
 Diga-me cá, não leve a mal,
 Neste mundo, et coetera e tal,
 Quem é vancê? Que vancê faz?
 D. VENEGAS¹⁸⁶

No mesmo exemplar, mas na página seguinte, Loureiro foi citado duas vezes. Job Vial¹⁸⁷, no artigo “Nota final”, ironizou Loureiro da Paz, satirizando-o como “ilustre escritor mineiro, gloria da literatura brasileira, rival de Shakspeare e emulo do príncipe Obá II da Africa”, que iria fundar uma Academia de Letras em Sant’ Anna de S. João Acima, da qual fariam parte “alguns doutores gloriosos”, que seriam “coroados de louro, por haver lá um loureiro e que nas horas vagas, esses plantariam batatas e para esse nobre fim o senhor Loureiro daria as pás”. Reforçando a ironia, o articulista finaliza afirmando que a ideia era digna de aplausos.

Na mesma página há outra menção a Loureiro da Paz, por meio de um poema sem assinatura na coluna *Fogos de Bengala*:

Loureiro, tu não dás louro,
 Nem mesmo paz, dás patada.
 Ainda que apanhes couro,
 Loureiro, tu não dás louro.
 Has de ser sempre calouro,
 Serás um’alma penada.
 Loureiro, tu não dás louro,
 Nem mesmo paz, dás patada¹⁸⁸.

A partir dos artigos, percebe-se que, se a fundação da Confraria Literária em um primeiro momento foi aclamada pelos literatos locais, rapidamente ela feneceu, principalmente depois do encontro entre Juracy e a *sombra pavorosa*. A notícia de uma suposta Academia de Letras em oposição à Confraria Literária trouxe muitos debates e críticas entre os jornalistas da cidade.

¹⁸⁶ *Jornal do Commercio*, 13 de março de 1897, p. 1.

¹⁸⁷ Job Vial é pseudônimo do escritor e jornalista Olegário Pinto, que foi redator-secretário do jornal *O Pharol* e escrevia junto com Belmiro Braga na *Revista Cigarra* (1900).

¹⁸⁸ *Jornal do Commercio*, 13 de março de 1897, p. 2.

Não foi possível apurar por que razão, se foram esses debates e críticas ou outro motivo, mas no dia 28 de abril de 1897, a coluna de Juracy intitulada *Isto e Aquilo* trouxe o seguinte registro:

A reunião dos membros da Confraria Litteraria Mineira, effectuada domingo, prova que esta associação de letras não bateu a bola como sóe de acontecer às suas congêneres.

A esta associação por mim organizada e da qual me divorciei por motivos involuntários à minha vontade, continuo a desejar todas as felicidades e mais que possa ella, dentro em pouco tempo, começar a cumprir os seus intentos literários, edictando livros, publicando o seu annuario e elevando-se à altura da sua irmã do Ceará, a Padaria Espiritual. Juracy¹⁸⁹.

Pelo artigo, percebe-se que o autor e também idealizador¹⁹⁰ da Confraria Literária Mineira, por motivo não informado, foi destituído do cargo, razão pela qual desejou sorte aos que prosseguissem na instituição. Sem dar explicações e alegando que a mesma não seguiria adiante, como seguiram suas congêneres, Juracy informou aos leitores que pretendia criar um Instituto Literário:

Aproveito o ensejo para communicar aos meus leitores e àquelles que se intressam pelas letras que um grupo de literatos, entre os quaes figuram alguns apaixonados do Bello, pretende crear uma associação muito intima, sem basofias nem reclamos, dando à sua aggremação o título de Instituto Litterario.

Para essa associação consta que serão convidados os seus primeiros membros que serão os seguintes: Estevam de Oliveira, Heitor Guimarães, Bernardo Aroeira, Antonio Carlos, J. Paixão, Corrêia de Azevedo, Oscar da Gama, Eloy de Araújo, Avelino Lisbôa, Olegário Pinto, Josino de Araujo, Lindolpho Gomes, José Mariano, Benoit, José Rangel e Pinto de Moura.

A estes illustrados paladinos das letras, excepção feita de quem escreve estas linhas, ficaria confiada a organização do Instituto, ao qual presagio as mais virentes e as mais robustas felicidades.

É preciso que Juiz de Fora, incontestavelmente o centro da literatura mineira, onde a imprensa se manifesta num progressivo adiantamento, representada por três diários dos quatro únicos que se publicam em todo o Estado, tenha também o seu Instituto Literario, mas uma associação que valha a pena e que possa resistir à qualquer eventualidade.

Juracy¹⁹¹.

No dia seguinte, outro integrante da instituição – Luiz de Oliveira – publicou no *Correio de Minas* que, por motivos de força maior, também não faria mais parte da

¹⁸⁹ *Correio de Minas*, 28 de abril de 1897, p. 1.

¹⁹⁰ Os artigos sobre a criação da Confraria Literária Mineira analisados por nós nos jornais *Pharol*, *Correio de Minas* e *Jornal do Commercio*, remetem a presidência da instituição a Silva Tavares.

¹⁹¹ *Correio de Minas*, 28 de abril de 1897, p. 1.

Confraria. Nos dias subsequentes, não houve mais notícias sobre a instituição, nem convites para reuniões, tampouco qualquer artigo explicando o motivo da saída de tais sujeitos.

Somente em 25 de junho do mesmo ano, Estevam de Oliveira, sob o pseudônimo de Neophyto, escreveu extenso artigo intitulado “Um dia por outro” e, afirmando ter acabado de ler um pequeno livro do classicismo medieval, intitulado **História Política e Constitucional do Reino da Parvonia**, “para não se tornar de todo alheio às coisas e literatura de tempos idos”, criticou a Confraria Literária que, segundo ele, para ingressar nela, “bastava que se ignorasse a língua em que a gente escreve”.

Tal livro, segundo Estevam, relata a história de um grande país da antiguidade, cuja situação geográfica abrangia quase todos os continentes conhecidos e que um dia os parvônios resolveram sair da monarquia e instituir o sistema federativo em toda a sua amplitude e tentaram eleger os chefes dos diferentes Estados. Um desses chefes, que era militar e havia conseguido extraordinário renome e apoio de um grande partido, governou por um tempo, passando o governo para as mãos de um administrador civil, que, por sua vez, acabou dividindo a população entre os amigos da tradição – mais numerosos – e os amigos do caldeirão – ameaçadores com canhões. Desse modo, o governador seguia com seu governo ora agradando aos da tradição, ora agradando aos do canhão, até que lhe foram cobradas provas de fidelidade. Pressionado, o governo convocou todo o palácio para um banquete, propondo um brinde à saúde do grande chefe patriota, do homem a quem a Parvônia devia inolvidáveis serviços, o primeiro entre os amigos do caldeirão e grande sucessor da política do chefe da tradição. No dia seguinte, os jornais de Parvônia noticiaram o ocorrido no banquete: o dito governador resolvera fazer-se representado na comemoração cívica no túmulo do falecido chefe dos amigos da tradição.

Estevam de Oliveira criou um título paródico da peça teatral **A Viagem à roda da Parvônia** (1879), dos escritores portugueses Guerra Junqueiro e Guilherme de Azevedo, cujo enredo é uma crítica ao sistema político adotado em Portugal, no final do século XIX e início do XX. Possivelmente, a informação aparentemente desconexa e desintencionada de sua leitura sobre “literatura de tempos idos” tenha sido uma estratégia irônica de Estevam para autoafirmar-se como legítimo intelectual, embasado em leituras clássicas, superior, portanto, aos que o preteriram, mas sem qualquer embasamento erudito, inclusive, sem domínio sobre a língua pátria.

Sarcasticamente, Estevam parodia o título de um livro real de ficção para criar um título de um livro inexistente cujo enredo satiriza a realidade local. A prova disso é o significado do termo “parvônia” com que os autores portugueses intitularam sua peça teatral, em alusão a um lugar atrasado e contrário ao progresso e à inovação, já que parvônia é um termo coloquial e de sentido pejorativo para designar um lugar onde só existem parvos¹⁹², ou seja, o reino da Parvônia aludido por Estevam é formado pelos iletrados e sem inteligência que o preteriram. Enfim, a Parvônia é a realidade política do momento que ele vivia.

A narração de Estevam de Oliveira traz pistas do motivo pelo qual a Confraria Literária Mineira não foi adiante. Ao que tudo indica, possivelmente as relações sociais eram perpassadas por questões políticas. Tanto que, em algumas passagens da narração, ele faz comparações e cita o nome de alguns políticos, como Cesário Alvim.

Com efeito, El Far (2000), ao analisar os primórdios da ABL, constatou que questões políticas perpassaram os debates sobre a fundação da Academia, pois, apesar de estarem em plena República, ainda havia os simpatizantes pelo regime monárquico, e mesmo os republicanos ainda estavam divididos entre os florianistas e os deodoristas.

Não se pode afirmar com certeza que as questões políticas foram as causas do desligamento de alguns dos membros da confraria, mas percebe-se que, após a publicação desse artigo, a única referência à Confraria Literária foi feita por Heitor Guimarães, no dia 23 de dezembro de 1898, na coluna “Por alto” do jornal *Correio de Minas*. Em tal artigo o colunista debateu questões sobre a ABL e, no término do artigo, afirmou que em Juiz de Fora existiu uma Confraria Literária.

4.2 SESSÃO LITERÁRIA: UM ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO

Com a saída de Silva Tavares da Confraria Literária, o projeto parece ter sido abandonado, e ela deixou de ser assunto dos literatos ligados à imprensa. Porém permaneceu um movimento em prol da divulgação de trabalhos literários, principalmente no *Correio de Minas*, cujos redatores, no dia 5 de junho de 1897, anunciaram que, a partir

¹⁹² Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2019. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/parvonia> (acesso em 10 de março de 2019).

do dia 6 (domingo), dedicariam, na primeira página do periódico, a “Sessão Literária” (Figura 17) para assuntos exclusivamente literários como forma de presentear os leitores.

Figura 17: Sessão Literária do *Correio de Minas* – 1897.



Fonte: BMMM, foto da pesquisadora.

Tal iniciativa do *Correio de Minas*, tendo à frente da redação naquele momento Estevam de Oliveira, Lindolpho Gomes e Heitor Guimarães, parece ter evidenciado o desejo de valorizar não só os escritores locais, mas também os de reconhecimento nacional, como se pode perceber nas publicações dos domingos subsequentes. Provavelmente, por não terem uma instituição que os representassem, eles garantiriam um espaço onde fossem reconhecidos.

Com a “Sessão Literária”, esses autores ganharam relevância para publicar suas obras ou mesmo de outros autores. Além disso, como jornalistas, os literatos tinham acesso ao público leitor e espaço singular para divulgar suas opiniões sócio-políticas. A respeito desse espaço na imprensa, para El Far (2000), embora, no final do século XIX e início do século XX, o aperfeiçoamento da imprensa tenha conferido aos literatos popularidade e oportunidade de fazer dinheiro com as letras, trabalhando como colunistas e jornalistas, os jornais nem sempre ofereciam o rendimento esperado, sendo difícil sobreviver apenas das letras. Nos jornais analisados, eram comuns propagandas de lançamentos de livros.

A “Sessão Literária” foi publicada aos domingos até primeiro de agosto de 1897, quando, por conta de o *Correio de Minas* ter deixado de circular aos domingos, foi transferida para os sábados, até de setembro de 1897, quando, no dia 13, em nota, Estevam de Oliveira comunicou aos leitores que, por motivo de viagem, teria que se afastar da redação do jornal, interrompendo, assim, sua publicação, mas que voltaria sua publicação, assim que retornasse de viagem. Na ocasião, ele afirmou que não deixaria a folha a cargo de seus auxiliares, não por julgá-los incompetentes, mas porque gostava de estar à frente de suas edições.

O retorno da publicação do *Correio de Minas* ocorreu em 14 de outubro de 1897, porém não mais com publicações diárias como antes. Em artigo intitulado *Correio de Minas*, o redator e proprietário comunicou aos assinantes que, a partir daquela data, em razão das dificuldades econômicas pelas quais o país passava e o consequente aumento do papel, não teria como manter o jornal sem aumentar o valor da assinatura, o qual deixaria de ser diário e passaria a ser trissemanal¹⁹³. Com essas mudanças, a publicação de sábado dedicada à “Sessão Literária” foi interrompida, de modo que as produções literárias continuaram sendo publicadas, porém sem espaço específico e dispersas ao longo do corpo da folha, completando espaços livres.

Os dados pesquisados indicam que, além do *Correio de Minas*, outros jornais sofreram os impactos da crise. O jornal *O Pharol* também interrompeu suas publicações no ano de 1897¹⁹⁴, retornando em julho de 1899¹⁹⁵; o *Correio de Minas* sofreu outra

¹⁹³ As publicações permaneceram nas terças-feiras, quintas-feiras e sábados.

¹⁹⁴ A última publicação do respectivo ano encontrada pela pesquisadora foi a de 30 de setembro. Não há nenhuma nota sobre a interrupção da mesma.

¹⁹⁵ A primeira publicação encontrada foi a do dia 6 de julho de 1899, em cujo artigo “Expediente”, o redator comunica que *O Pharol* mudou de proprietário.

interrupção, por um período mais longo: no dia 18 de abril de 1899, Estevam de Oliveira anunciou que, por motivos de força maior, as edições seriam interrompidas, mas seriam retomadas brevemente, o que só aconteceu cinco anos depois, em 1904.

Um fato que despertou atenção é que, antes de encerrar as atividades do jornal, Estevam escreveu vários anúncios dizendo que, dispondo de algumas horas livres, propunha-se a dar aulas particulares de português e francês. Essa inconstância profissional e insegurança no mercado das letras foi observada por El Far (2000), ao analisar os literatos integrantes da ABL: mesmo sendo conhecidos do público por escreverem em jornais de grande circulação, eles não tinham no jornalismo sua única função, tendo que, por vezes, se sujeitarem a produzir artigos encomendados em troca de módica remuneração.

Meses após o fechamento do *Correio de Minas*, o jornal *O Pharol* de 15 de setembro de 1899 noticiou que o jornalista fundaria um jornal na cidade de Queluz (MG) e cederia todo o material tipográfico a uma associação. Não foram encontradas informações sobre as interrupções nem sobre a doação do material. É perceptível que, com as suspensões, as discussões literárias foram reduzindo-se. Os demais jornais continuaram publicando poemas e crônicas em seus editoriais, mas de forma dispersa e sem espaço específico.

Em 1904, o *Correio de Minas* retornou e criou a coluna *Letras e Artes* dedicada às artes em geral, com comentários sobre obras literárias editadas e comercializadas da época e sobre exposições de pinturas.

Apesar desse silêncio nos jornais, os literatos juiz-foranos procuravam outras formas de se firmarem como escritores, entre as quais produzir textos e poesias. Alguns, como Lindolpho Gomes e Heitor Guimarães, dedicavam-se também à organização de almanaques, nos quais eram editados trabalhos diversos dos escritores locais e de outras regiões.

Outro fator que leva a pensar que os literatos, apesar de não terem uma instituição que os representassem, mantinham laços estreitos de solidariedade, é o ocorrido no dia 7 de abril de 1905, quando o jornal *O Pharol* prestou homenagem ao poeta mineiro Padre Correa de Almeida, que havia falecido no dia anterior.

Além de o jornal apresentar a biografia do poeta bem como suas obras e respectiva repercussão no Brasil e no exterior, o jornal fez referência aos literatos de Juiz de Fora:

Em 1901, os literatos de Juiz de Fóra, por iniciativa do então repórter sr. Manoel de Carvalho, em comemoração ao 80º aniversário do glorioso poeta, publicaram uma polyanthêa colaborada por todos os escriptores aqui residentes e por alguns de fora, na qual foram celebrados os méritos e virtudes do notável homem de lettras. Não ficou ahi a comemoração. Ao revdo. padre Corrêa foi ainda oferecido pelos mesmos colegas poetas artístico cartão de ouro [...] ¹⁹⁶.

Por essas linhas, percebe-se que, mesmo sem uma instituição ou agremiação oficial, os literatos de Juiz de Fora mantinham ativa uma rede de sociabilidades em torno das letras: como demonstra o artigo, os mesmos se reuniram para fazer uma homenagem pelos 80 anos do poeta, produziram uma polianteia e ainda o presentearam com um cartão de ouro, levando a crer que a relação entre esses sujeitos era próxima. Observa-se, também, nesse período muita divulgação das chamadas palestras literárias: eventos promovidos pela intelectualidade local com o propósito de homenagear literatos já falecidos e muito prestigiados pela população.

4.3 ASSOCIAÇÃO LITERÁRIA OU ACADEMIA DE LETRAS?

As discussões na imprensa juiz-forana sobre a possibilidade de criação de uma associação onde se agrupassem os literatos retornaram ao cenário jornalístico de Juiz de Fora em 1906. Em maio, os jornais *Correio de Minas* e *O Pharol* registraram a formação de um grupo de literatos com o fim de fundar uma Academia Mineira de Letras em Belo Horizonte. No dia 20 do mesmo mês, nunciando uma comissão de escritores encarregada de elaborar os estatutos da AML – Augusto de Lima¹⁹⁷, Nelson de Senna¹⁹⁸ e Mendes Oliveira¹⁹⁹ – o *Correio de Minas* noticiou a provável instalação da Academia em junho subsequente.

¹⁹⁶ *O Pharol*, 7 de setembro de 1905, p. 1.

¹⁹⁷ Augusto de Lima (1859-1934): poeta, jornalista e político mineiro.

¹⁹⁸ Nelson Coelho de Senna (1876-1952): professor, escritor, jornalista, político e membro fundador da AML.

¹⁹⁹ Joaquim Mendes de Oliveira (1879- 1918): jornalista, poeta e membro fundador da AML.

No entanto, no dia 25, o jornal *O Pharol* publicou um longo artigo assinado com o pseudônimo J, tecendo críticas sarcásticas e demonstrando insatisfação quanto à criação da Academia:

A distinta collega 'Vida Mineira', irmã germada do 'Minas Geraes' traz em o seu numero de 19 do corrente, uma lista de futuros membros da futura Academia Mineira de Lettras, cuja organização, segundo a mesma collega, está confiada a uma comissão composta dos srs. Augusto de Lima, Nelson de Senna e Mendes Oliveira. [...] A lista dos futuros academicos contem 32 nomes: está, portanto incompleta, porque o numero dos futuros immortaes tem de ser igual ao da Academia Franceza, isto é, 40.

Ha, pois, ainda 8 vagas. E eu sou candidato a uma delas. Si o quadro já estivesse completo, eu levantaria a preliminar da incompatibilidade do Augusto de Lima, que já é immortal pela Academia Nacional, e não pode accumular outra immortalidade, porque o proprio Padre Eterno é immortal uma só vez e as accumulações são prohibidas pela constituição federal (com excepção da do voto, de que ainda há pouco se utilizou o talentoso academico para abiscoitar na capital um rol de votos accumulados...). Mas, como ha outras vagas, não precisarei fazer 'gata parida' com o delicado autor das 'Contemporaneas' o qual, por patriotismo, poderia me dar um cheque mate, optando pela Academia Mineira. Ficava-me o recurso de concorrer á vaga que elle deixasse lá, mas como não pertenço ao *Bloco* litterario nacional, seria com certeza infeliz na minha candidatura... E para ser immortal, teria de fundar aqui na Princeza de Parahybuna outra Academia de Lettras, á imitação do que vem de fazer nosso festejado confrade Augusto Franco²⁰⁰.

Cabe lembrar que Juiz de Fora, desde o início de sua formação, devido ao seu desenvolvimento econômico e político, logrou posição de destaque em Minas Gerais. Entreposto entre a Capital Federal e a região mineradora, recebeu mais influência da cidade do Rio de Janeiro, pela sua proximidade, do que propriamente da capital mineira. O rápido crescimento econômico e urbano foi responsável por sua significativa visibilidade, principalmente quando as regiões mineradoras foram deixando de ser polo atrativo. Esse destaque provocou certa antipatia nos moradores Ouro Preto, então capital mineira, que temia perder a sede do governo para a próspera cidade da região da Zona da Mata. Essa rivalidade entre as cidades levou os ouro-pretanos a apelidarem os juiz-foranos de cariocas do brejo. Com a transferência da sede do governo mineiro para Belo Horizonte em 1897, transferiu-se também a antipatia que os moradores da antiga capital nutriam por Juiz de Fora, e isso se refletia em disputas, principalmente no meio intelectual. Eram comuns contendas entre os jornalistas das cidades de Juiz de Fora e Belo Horizonte, de forma que, se uma letra mal colocada era motivo para semanas de debates, é de se imaginar a

²⁰⁰ *O Pharol*, 25 de maio de 1906, p. 1.

possibilidade de se fundar uma Academia de Letras no Estado. A Atenas Mineira não poderia perder a oportunidade de fundar tal instituição.

Diante dessa possibilidade, o mais provável era que a intelectualidade juiz-forana não apoiasse a ideia da fundação da AML em Belo Horizonte ou em qualquer outra região do Estado, de modo que tudo que pudesse ser contrário ou negativo foi apontado e feito para impedir. O artigo de J. no jornal *O Pharol* levantou falhas em relação à fundação da AML, a primeira das quais foi o número de integrantes, que deveria seguir os moldes da Academia Francesa de Letras, cuja composição é de 40 membros. Aproveitando-se dessa informação o articulista prosseguiu seu artigo tecendo algumas considerações jocosas sobre a possibilidade de sua própria candidatura e fez observações quanto à presença de Augusto de Lima na composição do quadro de futuros imortais da AML.

Augusto de Lima, apesar de mineiro, fazia parte da ABL. Pelas pesquisas, foi possível perceber certa rejeição por parte dos literatos da ABL em relação às produções literárias do restante do país. Possivelmente a crítica do autor do artigo quanto à participação de Augusto de Lima na AML, mais do que o problema de acumular a função em duas academias, seria o fato de abrir espaço para alguém que pertencia a um grupo dominante das letras, grupo este extremamente fechado, que não tinha por hábito aceitar membros que não fossem próximos. No final do artigo, afirmando não fazer parte do “Bloco literário nacional”, J. reconhece que ele não teria acesso a esse espaço, dada a predominância literária exercida pelos literatos da capital do país.

Destaca-se no texto de J. sua ideia de se criar uma Academia na Princesa de Paraibuna (Juiz de Fora), demonstrando a possibilidade de uma agremiação paralela à congênere nacional, o que sinaliza o início do processo de descentralização do absolutismo literário carioca. Esse Processo é observado por Broca (2004), para quem a república trouxe autonomia política aos estados, e essa autonomia refletiu no terreno literário, incentivando em diversos recantos do país a formação de agremiações e movimentos culturais que procuravam colocar-se fora da órbita da metrópole.

Com a descentralização do monopólio literário carioca, houve um crescimento das produções literárias do Norte do país (compreendendo Norte e Nordeste) em oposição ao Sul (compreendendo não precisamente a literatura dos estados sulinos, mas a da cidade do Rio de Janeiro). Essa expansão literária nos estados do Norte propiciou a criação de

agregiações literárias, como a *Padaria Espiritual*²⁰¹, no Ceará, e *Mina Literária*²⁰², no Pará. A partir dessas duas instituições, outras agregiações foram surgindo na região em um crescente esforço de forjar a atmosfera literária e a possibilidade de êxito no mundo das letras para aqueles que se recusavam a buscar a consagração na Rua do Ouvidor, ou não podiam fazê-lo (BROCA, 2004, p. 98).

Em contrapartida, os literatos do sul, mesmo sendo em grande parte filhos de outras regiões do Brasil, inclusive nordestinos, não reconheciam essas instituições literárias fora da capital. Segundo Broca (2004), em alguns casos, eles negavam a possibilidade de tais literaturas e agregiações estaduais, chegando ao ponto de referir-se a elas com certo desprezo e ironia, afirmando que, fora do Rio, “continuava a não haver salvação literária possível no Brasil” (BROCA, 2004, p. 98). Talvez, pelo fato de estar vivenciando esse momento de tensões e conflitos da literatura nacional, o autor J. terminou seu artigo corroborando a ironia:

[...] Ficamos assim com três academias... para começar, porque o ideal é ter-se uma em cada Estado, uma em cada municipio, uma em cada districto de paz, até chegar-se, nas letras, ao ideal de Platão em politica, isto é á immortalidade geral (como se sabe, na republica imaginada por Platão, cada um cidadão é chefe do proprio governo) nas letras, cada um póde ser immortal, com tanto que arranje mais 39 companheiros ou mesmo 31 como arranjou a comissão de Bello Horizonte.

Si me derem um logar no futuro grêmio de notabilidades, eu ficarei quieto: não passarei descomposturas como é costume fazer se quando se é excluído de qualquer cousa; não incomodarei ao Lima, e nem crearei outro grêmio, mas si me negarem a immortalidade estadual, eu tratarei de obter a municipal, e não me faltarão companheiros. [...]

[...] Em todo o caso não perderei a festa de inauguração da Academia Mineira de Letras, porque morro de vontade de ver lá reunidos em doce *entente cordiale*, o Alvaro da Silveira, o Estevão Lobo, o Franco, o proprio Franco, o Lindolpho Gomes, o Chico Lins e o Fidé Yori que é o pseudonymo do illustre escritor Josaphat Bello...Mas tambem se admitem pseudonymos na Academia Mineira? Ora, desculpem a minha explosão de odio e despeito, mas isso é quase a immortalidade do anonymato! J²⁰³.

²⁰¹ Fundada em Fortaleza em maio de 1892, a Padaria Espiritual foi uma agregiação de jovens artistas (pintores, músicos e escritores) cearenses. A Padaria era um local de encontro da juventude culta da cidade, onde eles podiam falar abertamente sobre arte, literatura e sexo. Antônio Sales (1868-1940), com vinte e quatro anos, foi o fundador da Padaria e seu mais importante divulgador até 1898, quando a agregiação encerrou suas atividades. (MENDES, 2012).

²⁰² Mina Literária, agregiação de escritores e intelectuais fundada em Belém na última década do século XIX (SALES, SOUZA E SILVA, 2012).

²⁰³ *O Pharol*, 25 de Maio de 1906, p. 1-2.

Percebe-se, pelo artigo de J. e em outros posteriores, a existência de um movimento em prol da legitimação das letras mineiras, em oposição à hegemonia carioca. Independentemente do nome a ser adotado e da disputa tanto interna quanto externa a respeito de um espaço, interessava a fundação de uma instituição que estabelecesse uma comunhão entre os literatos mineiros e defendesse seus interesses. Apesar de ser perceptível a tentativa de estar à frente de outros grupos no movimento literário do estado, ele não se restringia aos literatos juiz-foranos.

Pode-se perceber essa tensão nas publicações dos jornais da época, em especial nas edições do período compreendido entre os meses de junho e agosto de 1906. *O Pharol*, numa coluna sob o título de “A Litteratura em Minas”, publicou uma série de artigos sobre literatura assinados por Lindolpho Xavier²⁰⁴, que os nomeou como “estudo da literatura mineira”. Em um total de seis artigos, o autor refletiu sobre as condições da literatura em Minas naquele momento, comparou-a com a nacional, principalmente com a produzida na então capital do País, Rio de Janeiro, citou os pontos relevantes dessas literaturas, analisou a literatura internacional a partir de algumas produções, falou do papel da mulher como fonte inspiradora das produções literárias e deixou evidente a necessidade de uma agremiação por parte dos literatos mineiros para se organizarem e expandirem suas produções. O primeiro tratou das circunstâncias dos literatos mineiros naquele momento e as condições necessárias para que os escritores pudessem ter sucesso em suas publicações:

A Litteratura em Minas

I

Dadas as condições actuaes do espirito e da cultura mineira, as suas tendências e precedentes, póde-se, no momento presente esperar futuro da litteratura mineira?

É o que vamos estudar. Será esta matéria o que vae nos ocupar neste ligeiro estudo que empreendemos.

O momento é colegas, pois que se agita mais ou menos o movimento litterario no Estado, e pelos motivos geraes do paiz, pela importância do momento histórico, todo de reação material e moral, póde-se esperar com dados muito seguros que a cultura espiritual passando por grande evolução, determinará qualquer remodelamento na actual feição das cousas.

Merece, pois, que se ocupe com algum interesse deste assumpto, o das letras mineiras.

²⁰⁴ Lindolpho Xavier era natural de Pará de Minas, residiu em Juiz de Fora por alguns anos, onde trabalhou como jornalista no jornal *O Pharol*. Em 1907 foi nomeado Oficial de Gabinete do Ministro da Indústria. Segundo Vidal e Carvalho (2001), em 1928 ele foi professor da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, no Rio de Janeiro.

Já há algum tempo florescente e brilhante, hoje apagado, póde ainda adquirir os seus antigos brilhos e vir a ocupar saliente posição na nossa republica das letras.

Pelo que toca elementos de triumpho, diagamos desde já, podemos dizer que os temos.

Respeito aos meios de conseguir o triumpho, ahi é que se quebram as nossas boas previsões.

Muito talento, poucos meios de combate, eis o que nos depara a actual litteratura mineira.

Aguias de aza quebrada, eis o que vemos [...]

Lindolpho Xavier²⁰⁵

De acordo com Lindolpho Xavier (1906), naquele momento, havia um movimento literário operando no Estado. Para Sevcenko (1999), esse movimento era nacional: nos primeiros anos da República, emergiu uma agitação por parte dos intelectuais brasileiros que, engajados num processo de transformações sociais de grandes proporções, enfatizavam a atualização da sociedade brasileira, buscando equipará-la com a europeia, modernizando as estruturas de nação e elevando o nível cultural e material da população. A partir desses pressupostos, pode-se identificar o momento descrito por Lindolpho Xavier como reflexo das transformações operadas no Brasil naquele momento.

O articulista continua seu artigo fazendo algumas advertências a respeito das observações que deveriam ser feitas pelos literatos mineiros ao tentarem promover qualquer transformação em relação às letras em Minas:

A condição principal do escritor prosperar é ter publico. Primeiramente, colegas ta-se cumpre ter os dons de escritor.

Compreende-se que ninguem é escriptor sem que traga consigo as armas necessárias para o combate: engenho, gosto, cultura.

Mas, depois destes requisitos, o essencial é o publico que leia as suas obras e as compre. Depois vem o apoio dos competentes, o estímulo da camaradagem, a aclamação enthusta dos próceres e dos mestres.

Temos aqui isto?

Temos aqui publico que leia?

Temos aqui a camaradagem amiga, que enthusiasma e encoraja o coração do artista?

Temos aquellas outras condições que tanto concorrem para a prosperidade das letras? [...] [...] Respeito a editores, não os temos, nem podemos ter. Como hão de elles se arriscar a proteger escriptores, si sabem que não vão ter sahida para as obras? Seria prejuízo certo e por isso elles, que são bastante finos preferem ir vendendo a *História da Carochinha*, o *Bom sr. Leitão*. As *Aventuras de Bertholdinho*, *Historia da Princesa Magalona* e o *manual do arado*, do *Juiz de Paz* e do *fabricante de verniz*, que afinal dão dinheiro.

Proteção dos escriptores do Rio? Com isso não contem.

²⁰⁵ *O Pharol*, 22 de junho de 1906, p. 2.

No Rio, desde que passou a rua do Ouvidor, e hoje Avenina, tudo que lhes falar de coisas cá não lhes agrada [...]
 [...] Eles bem pouco se importam com o que se passa cá no sertão.
 Lindolpho Xavier²⁰⁶.

Na sequência, o autor afirma que as atrações do Rio, como teatros, livrarias, cassinos, entre outras, eram tão sedutores que não sobrava tempo para os literatos pensarem, e que nas alterosas montanhas havia homens que também se dedicavam às letras. Termina o artigo afirmando que, embora muitos mineiros se preocupassem com essa diferença entre os dois Estados, ele não via razão para isso, pois, na verdade, eram realmente dois lugares distintos, como dois países estranhos que não se conheciam.

É relevante nesse artigo não as diferenças entre os dois Estados apontadas pelo autor, mas sua afirmativa de que ainda não havia leitores suficientes em um país mergulhado no analfabetismo, de que não seria importante apenas ter livros publicados, mas principalmente pessoas que pudessem ler esses livros, já que, para o articulista, antes de se pensar em publicações, era preciso pensar na formação de leitores.

Essa preocupação foi levantada também no segundo artigo da série, em que Lindolpho Xavier afirma que, se a literatura mineira não encontrasse os elementos necessários para sua sobrevivência (leitores), não poderia resistir. Para ele, havia em Minas um pugilo de escritores conhecidos e com vocação, que realizavam um bom trabalho, equiparando-se a escritores de renome, mas que ainda não haviam galgado o reconhecimento nacional. Para o autor, esses rapazes de boa vontade seriam a segurança de um futuro próspero nas letras mineiras, mas que ainda careciam de uma instituição que os representasse:

Mas o que é certo é que apesar de toda essa boa vontade, apesar de tudo que se tem feito por dar um cunho de brilhantismo á nossa vida litteraria, ainda não conseguimos formar esse microcosmo que é o ideal dos pequenos centros. Isto é, essa união de forças que fez no Pará a *Mina Litteraria*, no Ceará a *Padaria Espiritual*, no Recife a *Academia de Lettras* etc.
 Não temos, nesse sentido, uma feição própria, que nos defina perante as outras co-irmãs.
 Razão é esta de sobra para se tomar novos rumos, e empreender algum trabalho nesse sentido.
 Lindolpho Xavier²⁰⁷.

²⁰⁶ *O Pharol*, 22 de junho de 1906, p. 2.

²⁰⁷ *O Pharol*, 28 de junho de 1906, p. 1.

Nesse artigo o autor reconheceu que, apesar de ter bons escritores, Minas Gerais ainda não dispunha de meios para projetá-los, sendo necessário para isso que se criasse uma agremiação. Subjacente às produções até então, o autor fomentava a criação de uma instituição, o que se tornou claro no terceiro artigo da série, em que Lindolpho Xavier afirmou, já no primeiro parágrafo, que improcedia a ideia de não haver em Minas elementos necessários para agregar e fazer um forte centro de união de letras. Acrescenta que, ainda que as forças que se agregavam estivessem quase todas centradas no Rio de Janeiro, não havia motivos para não arregimentar em Minas Gerais um centro literário.

Construindo uma imagem alegórica, Lindolpho Xavier compara os escritores interioranos a tesouros, que jaziam ocultos pela indiferença, e os do Rio de Janeiro: enquanto, na flor dos mares, flutuam e brilham as grandes esquadras (Rio de Janeiro), no fundo dos mares (interior), encontram-se preciosas pérolas. Para provar essa alegoria, exemplifica a pujança da literatura interiorana: Castro Alves, que era do sertão quando escreveu sobre os horrores da escravidão; Tobias Barreto, quando encantava com seu estilo e bom humor; além do mineiro Bernardo Guimarães. O articulista afirma ainda que em Minas Gerais consagraram-se, no passado, autores como Claudio Manoel da Costa, Silva Alvarenga, Santa Rita Durão e Thomaz Antonio Gonzaga, e na época, também poderia levantar “um grupo luzido de atletas e firmar uma era de verdadeiro fulgor na história das letras pátrias”. Encerrando o artigo de forma otimista, o autor afirmou que a fase pela qual passava o país, principalmente Minas, propiciava a entrada de seus literatos para a “região do pensamento e das artes”, de forma que o estado mineiro estaria vivenciando um momento áureo e próspero, para a boa literatura.

Nos seus artigos, embora Lindolpho Xavier reconheça a supremacia carioca nas produções literárias, ele defende a valorização dos literatos do interior, já que a produção de literatura de qualidade não era prerrogativa da capital, mas também de outras regiões, que poderiam ser espaço de grandes riquezas literárias. Além de o artigo ser uma contestação à hegemonia literária carioca, ele procurou inspirar os escritores mineiros que, naquele momento, buscavam projeção. Essas contestações faziam parte de um conjunto de estratégias de utilização da imprensa e da comunicação escrita com vistas a valorizar os escritores mineiros.

Prosseguindo o estudo dos artigos de Lindolpho Xavier, no dia 7 de junho de 1906, no quarto artigo sobre o que ele denominou como estudos da literatura mineira, ele reitera

que a produção literária em Minas carece de elementos das grandes composições, mas que, apesar de modesta, já que no interior não havia lutas humanas impiedosas e acirradas das quais se poderiam retirar heróis, era distinta e com características próprias, e os autores tratavam de assuntos com bastante poesia local. Os literatos mineiros estudavam o passado, valorizavam o estudo da sociedade do interior, como demonstrado fielmente nas cenas da escravidão e nos escritos sobre as reminiscências indígenas²⁰⁸. Enfim, para Lindolpho Xavier, não se pode conceber a arte sem que ela tenha um ponto de vista social e humano. As tradições regionais, as belas paisagens e as cenas cotidianas eram materiais suficientes para o labor dos poetas e escritores, não só os de interior, mas de todo país. Essa visão retrata o movimento literário vivenciado no momento: o Realismo/Naturalismo.

O quinto e o sexto artigo de Lindolpho Xavier, apesar do título “Litteratura Mineira”, destoam dos demais, uma vez que neles o autor destacou elementos das produções literárias internacionais, sendo que no último da série, publicado no dia 6 de agosto de 1906, o cronista destacou a importância da mulher na literatura, comparou as mulheres brasileiras com as europeias e afirmou que o Brasil precisava evoluir muito no tratamento dado às mulheres e nas oportunidades que lhes eram oferecidas.

4.4 SEMENTES DA ACADEMIA DE LETRAS

Após o término da série de artigos sobre a literatura em Minas, seguiram-se novos comentários na imprensa sobre a fundação de uma Academia de letras no Estado. Em 30 de agosto de 1906, *O Pharol* publicou pequeno artigo informando que conhecidos literatos de Belo Horizonte estavam levando a efeito a ideia da fundação da Academia Mineira de Letras, porém as fontes indicaram que o movimento não foi adiante, não sendo publicada nos meses posteriores nenhuma notícia a respeito.

Somente em 1907, retornaram aos jornais juiz-foranos, sob a pena de Machado Sobrinho²⁰⁹, recém admitido na redação do jornal *O Pharol*, as discussões sobre a criação

²⁰⁸ Percebe-se que nesse ponto o autor ressalta os trabalhos de Castro Alves e Bernardo Guimarães, escritores que retrataram a realidade regional e mesmo assim obtiveram projeção nacional.

²⁰⁹ Antônio Vieira de Araújo Machado Sobrinho (1872-1838), mais conhecido como Machado Sobrinho: residente de Juiz de Fora desde 1903, dedicou-se, no início, à indústria e à lavoura. Posteriormente atuou como professor, jornalista e crítico literário. Como professor, atuou em diversas escolas da cidade de Juiz de Fora. Criou e instalou o Externato Lucindo Filho, em 1909, o Instituto Comercial Mineiro, em 1912, e o Instituto

da AML. Sob os pseudônimos de “M” ou “T&M”, o jornalista e poeta contribuía diariamente com seus poemas e artigos na coluna “Letras Mineiras” e comungava com a ideia de Mendes de Oliveira de fundar uma instituição para agremiar os literatos mineiros. Vendo na ideia de se fundar uma academia de letras no Estado uma semente, que deveria vencer para tornar-se um “arbustozinho e depois uma arvore majestosa, que abrigasse sob a sombra benfazeja dos seus galhos mais tarde os literatos quando estes deixassem de labutar na arena inglória e árida do jornalismo”, Machado Sobrinho defende veementemente tal empreendimento:

Insistindo em pugnar pela criação de um Instituto que congregue as forças dos escriptores mineiros, estamos convencidos da legitimidade da causa que esposamos e marcharemos direito ao nosso fim.

Não importa a denominação, o caracter da instituição, – o que nos importa é a possível coesão de vistas, a união, que não existe, afim de podermos impar de adeantados, como muitos os querem, sem fazer por onde.

Modestos ou desconfiados de nós mesmos, como bem diz Mendes de Oliveira, nós os escriptores mineiros e os que aqui vêm apreender nossas manhas e manias, jamais apareceremos com vantagem enquanto atirarmos à ortiga os projectos dos que ainda mostram comprehensão dos seus deveres, pois que não é de feroz individualismo a epocha em que vivemos e força é querer bem à classe, fortalecel-a com amor, que tudo o mais é esposterjarmos nos como cannibae, figuremos, quando de nossas fileiras deve vir a paz social tão almejada e infelizmente tão distante, por que clamam todos nesta existência sofredora.

Mal de nós si não foram, os moços, os corajosos e os fortes, em uma terra de tanto futuro e tanta descrença, – terra das grandes conquistas da liberdade e do progresso, onde infelizmente, entretanto, paira ainda um ultimo nevoeiro reinadio e teimoso, a tudo entristecer e obumbrar na penumbra mortal do desamor: – a má vontade, digamos, entre irmãos de officio! Devemos, altiva e pervicazmente, esposar as boas causas em prol da segurança e elevação das gloriosas tradições mineiras.

Prosseguiremos.

T.&M²¹⁰

Machado Sobrinho via na criação de uma instituição literária no Estado não só uma forma de aglutinar os literatos, mas também uma perspectiva de inclusão e união entre os todos os escritores mineiros. Para ele a instituição seria uma forma de preservação do ofício de escritor além de uma forma de difusão desse trabalho.

Em artigo posterior (22 de abril de 1907), assinando “M”, Machado sobrinho questiona o porquê de os escritores do Estado recusarem-se a unir-se em prol da Academia. Tecendo

Brasileiro de Contabilidade, em 1916. Como jornalista, contribuiu como redator nos jornais *O Pharol* e *Correio de Minas* e como colaborador no *Jornal do Commercio*. Foi membro fundador da AML (secretário geral).

²¹⁰ *O Pharol*, 7 de abril de 1907, p. 1.

comentários sobre as críticas feitas por alguns confrades da imprensa sobre tal empreendimento no passado, terminu artigo clamando pela solidariedade dos literatos locais, se não para a fundação de uma Academia de Imortais, pelo menos para um grêmio literário, “uma associação íntima dos literatos desta terra”. É importante ressaltar que a aspiração de Machado Sobrinho estava voltada à fundação da Academia na cidade de Juiz de Fora, motivo pelo qual ele anunciou contar com a colaboração dos confrades locais.

Em 28 de abril de 1907, em resposta às indagações de Machado Sobrinho sobre a fundação de uma instituição que pudesse agremiar os escritores mineiros, *O Pharol* publicou um longo artigo escrito por Heitor Vitor, que fez uma longa explanação sobre os autores mineiros e sobre suas publicações:

Carta aberta a Machado Sobrinho.

Meu caro confrade. Tenho acompanhado com vivo interesse os teus escriptos sobre a fundação de uma Academia Mineira de Letras, com séde em Bello Horizonte ou nesta cidade, onde, para orgulho nosso, há numerosos escriptores – prosadores e poetas – alguns dos quaes pontificando brilhantemente no seio da culta sociedade que os admira e que os conhece ou porque já apparecessem elles subscrevendo producções litterarias de alto valor, nos jornaes, ou porque já tivessem commettido o *delicto* de apparecer como de livros que fora em tempo, bem incensados pela nem sempre criteriosa, mas sempre valiosa opinião da critica ouvidoreana²¹¹.

Tal crítica ou apreciação, como sóe acontecer, póde concorrer para que o *réo litterario* – do livro julgando-se veja de repente imbuído numa de aplausos de admiradores (que na sua maioria conhecem a obra pelo título, apenas) ou fazelo desaparecer do ‘Cósmos Litterario’ para viver por ahi como escritor boçal, nephelibata!

Bons maus, o facto é que os há aqui e em profusão.

Temos, portanto, escriptores e *escreventes*, si me permittes essa classificação; isto quanto a esta cidade.

Pelo Estado há homens de incontestavel talento, os quaes possuem producções de subido valor, que já se acham sagradas como obras primas, que honram e enriquecem a historia litteraria nacional.

[...] HEITOR VICTOR²¹².

A primeira parte do artigo evidencia que o autor trouxe elementos representativos do momento literário que ocorria no país naquele momento, com a expansão da literatura, principalmente expressas nos jornais, além de apontamentos de com era difícil e árdua a tarefa dos literatos de publicar seus trabalhos, já que estes caíam no crivo das editoras.

Sobre esse aspecto, segundo El Far (2000), com a popularidade dos romances franceses, as editoras não viam vantagem em publicar autores brasileiros, pois, além de os

²¹¹ Termo equivalente a “ouvidorena”, em referência Rua do Ouvidor.

²¹² *O Pharol*, 28 de abril 1907, p. 1.

livros estrangeiros terem venda garantida, elas não precisavam pagar direitos autorais aos escritores estrangeiros, o que propiciava considerável lucro.

As principais editoras do país – Garnier, Laemmert e Francisco Alves – situavam-se todas na cidade do Rio de Janeiro e dividiam o mercado editorial, ficando quase sempre o escritor sujeito às suas regras e aprovações (EL FAR, 2000). Com efeito, comentando em artigo publicado posteriormente²¹³ sobre as possibilidades de se editar um livro, Albino Esteves afirma que “editar um livro continua a ser um verdadeiro e duplo sacrifício: monetário e moral”.

Outro ponto fundamental apontado por Heitor Victor é a crítica ouvidoreana, remetendo à histórica Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro. Muito citada por Machado de Assis e também chamada de “A Rua dos Jornais”, abrigou inúmeras folhas de prestígio da cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, quando a cidade era considerada o maior polo difusor de cultura nacional, com seus jornais, de alta representatividade e importância, sendo lidos em todo o país.

Os escritores que tencionavam publicar seus trabalhos nas grandes editoras naquele período precisavam passar pelo crivo dos que eram considerados os melhores do país, que se reuniam em torno da Rua do Ouvidor: centro do comércio internacional sofisticado do Rio e ponto de encontro de intelectuais, que frequentavam seus cafés, confeitarias e discutiam assuntos diversos (SEVCENKO, 1999). Símbolo do que era chique e elegante naquela época, ela era o ponto de encontro dos boêmios inveterados (BROCA, 2004).

Na continuidade do artigo, Heitor Victor afirmou que, uma vez fundada a Academia, logo encontraria elementos que assegurariam sua existência, podendo mesmo haver entre os homens de letras do Estado um bom número de escritores de provado merecimento. O autor afirmou ainda que a ideia de criar uma Academia no Estado não havia ainda sido levada a cabo em virtude de especulações e críticas de alguns jornalistas mineiros, que ridicularizavam a ideia de fundação de uma instituição de tal estirpe:

Não me lembro agora quaes foram os jornaes deste Estado, que, tractando de divulgar as bases para a fundação da Academia Mineira de Lettras, publicaram extensas listas contendo os nomes dos futuros academicos, listas essas que provocaram magnificas risadas dos escriptores que se prezam e que têm um nome a zelar [...]. HEITOR VICTOR²¹⁴.

²¹³ *Gazeta Comercial*, 1º de Maio de 1933.

²¹⁴ *O Pharol*, 28 de abril 1907.

Como apontado no tópico anterior, pairava uma rivalidade entre a intelectualidade juiz-forana e a ouro-pretana, que se estendia à belo-horizontina, e isso se refletia em suas produções jornalísticas. Se, por um lado, quando discutiam a fundação da AML fora de Juiz de Fora, os escritores locais criticavam, por outro lado, quando estes discutiam a fundação de uma academia na cidade, a intelectualidade do restante do Estado também tecia críticas a respeito.

Heitor Victor, apesar de ter contribuído para o jornal *O Pharol*, no momento em que escreveu a carta aberta a Machado Sobrinho, residia na capital e escrevia para os jornais de lá, portanto ele fazia parte da intelectualidade belo-horizontina, o que faz pensar que suas ideias em relação à fundação da AML na cidade de Juiz de Fora também podiam estar em acordo com os intelectuais que não comungavam com a ideia de uma academia fora da Capital.

Finalizando o artigo, Heitor Victor fez uma observação sobre a seriedade da fundação de uma Academia de Letras, sendo necessário refletir sobre suas verdadeiras atribuições, já que ficavam reservadas à ABL as discussões sobre ortografia e gramática da língua portuguesa. A respeito de tal função da ABL, o autor observou que ela, naquele momento, não funcionava da forma como deveria, diante do que ela representava para o Brasil. Tal crítica soou como um alerta aos literatos mineiros para que pudessem também refletir sobre a possível instalação da AML no Estado, procurando esclarecer a verdadeira função de tal instituição:

[...] O Brasil (por seguro vai aqui um z isolado, não possui ainda uma Academia de Letras...) A que temos na Capital da Republica, com esse pomposo nome, não passa de uma *assemblée litteraria* onde vivem em *dolce far niente* quarenta immortaes. Dentre estes há alguns, em limitado numero, que honram as suas cathedras pelo trabalho, pelo estudo e pelo que têm produzido em matéria de literatura são e escoreita.

Mas são elles, como disse, bem poucos e si todos os Immortaes da nossa Academia Nacional de Letras estudassem já teriam descoberto com certeza si *se deve escrever Brasil com s ou com z*, não obstante o s ter valor de z quando colocado entre vogaes...

A Academia de França, penso, está no primeiro caso, é uma Academia de Letras, ás direitas (tortas, não). Ella tem sido útil e dellla não se poderá prescindir jamais a França. Os seus acadêmicos têm colaborado bastante para a sua grandeza moral, dotando-a com livros próprios, taes como dictionarios, grammaticas, tractados de poética, traducções de obras notabilíssimas, escriptas em idiomas de outros povos, etc., o que nos revela competência, estudos e esforços.

Entre nós, infelizmente, assim não se dá fazer em Minas uma segunda Academia de França não se segue que devamos desanimar. HEITOR VICTOR²¹⁵.

²¹⁵ *O Pharol*, 28 de abril de 1907, p. 1.

Para Heitor Victor, mais que uma agremiação de literatos, uma Academia de Letras é uma instituição a serviço da língua do país, como a Academia Francesa de Letras, que era o máximo exemplo desse trabalho: nasceu com o objetivo de oficializar a ortografia francesa. Apesar de o articulista considerar que a ABL não realizava esse papel, El Far (2000) afirma que os literatos brasileiros, ao fundarem a instituição, tinham como missão trabalhar pela unidade da língua portuguesa e pelo cultivo da história literária brasileira, aspectos por eles considerados fundamentais para uma nação emergente. Porém a própria autora afirma que, apesar de os imortais da ABL adotarem o modelo francês, eles usufruíram dos símbolos da imortalidade e da tradição literária, no viés institucional, para conferir aos seus integrantes o reconhecimento social e a legitimidade de seus projetos no amplo processo de formação da nacionalidade brasileira.

A despeito de o modelo de Academia de Letras não ser considerado o ideal para Heitor Victor, não deixou de concordar com Machado Sobrinho a respeito da necessidade de um centro aglutinador para os literatos mineiros, mas com critérios para agremiar seus componentes, não apenas nomeá-los por simplesmente escreverem, exigindo-se para isso trabalhos de qualidade:

[...] Façamos, todavia alguma cousa em beneficio das letras mineiras. Seja, por exemplo, como criteriosamente ponderaste, ‘um centro, um núcleo, uma arcadia, um club, uma associação, um grêmio, uma padaria espiritual, um parnaso’ qualquer cousa, enfim, que dê idéa perfeita de uma agremiação litteraria que possa ser a geradora de outras aggremações congêneres em todo o Estado.
É preciso haver unificação da classe. Sem a séde principal – o Centro – como se dará essa unificação? Não sei eu! [...]
[...]Academia, não! Mas cousa parecida póde bem ser que se consiga fundar e já. HEITOR VICTOR²¹⁶.

Tecendo algumas críticas à imprensa mineira pela especulação que fizera em torno da escolha dos nomes para comporem a AML, o autor reafirmou que não poderia ser considerado acadêmico aquele que escrevesse simplesmente por escrever, sendo preciso, antes de tudo, ser um conhecedor das letras.

A respeito da imprensa jornalística, para El Far (2000), as redações dos jornais contratavam homens de letras para preencherem as colunas das várias seções, com suas

²¹⁶ *O Pharol*, 1907, p. 1.

produções: crônicas, contos, editoriais, críticas literárias e capítulos de romances. A esses literatos era dado o nome de jornalistas até conquistarem fama, pois atuavam como repórteres, editores e redatores, fazendo de tudo nos jornais e, ao realizarem essas atividades, eles contavam com uma pequena renda mensal, de forma que, para obterem razoável salário, trabalhavam em mais de uma folha.

Como a imprensa era um trabalho que ampliava espaço em finais do século XIX, todos que tinham a chance de fazer parte do editorial de um jornal aproveitavam a oportunidade para exporem seus trabalhos diretamente ao público. Porém, segundo El far (2000), diversos literatos engajados na nascente profissão das letras almejavam estabelecer um novo padrão de sociabilidades literárias: reconhecimento social e identidade que os diferenciassse dos outros setores da sociedade intelectual. Talvez tenham sido essas as razões de tamanho interesse por parte dos literatos mineiros que atuavam na imprensa de almejem entrar para a AML, como denuncia Heitor Victor.

Escrever todos escrevem, porém é preciso entender do *metier*.

Fazer versos – quadras e sextilhas – também é hoje cousa vulgaríssima, principalmente no Sertão, onde os nossos caboclos tiram belos desafios ao som langoroso das suas lendárias violas. [...]

[...] Pelas listas de nomes publicados, há tempos, chego á conclusão de que os *rabiscadores* como os *repentistas* puderam fazer parte da Academia do Mendes. [...]

[...] Logo é preciso haver muito escrúpulo na escolha dos que tiverem de fazer parte da agremiação litteraria, por cuja idéa te bates com tanto interesse.

Sendo Juiz de Fóra a Athenas de Minas, sob o ponto de vista litterario, como o é a New York, pela pujança da sua indústria e do seu commercio, eu daria meu voto para que, uma vez victoriosa a idéa de Mendes de Oliveira, aqui se instalasse o ‘Centro das Letras Mineiras’.

Do teu confrade muito amigo.

Heitor Victor²¹⁷

Heitor Victor termina o texto apontando Juiz de Fora como a cidade mais promissora para empreender o plano de agremiar os literatos mineiros, não só pela competência literária, mas também pelo desenvolvimento industrial e comercial da cidade. Percebe-se em sua observação sobre a cidade atribuições que estavam em consonância com momento histórico que vivenciava o país naquele momento.

De acordo com Sevcenko (1999), a sociedade brasileira, no início do século XX, dedicou-se à luta contra os “velhos hábitos coloniais”, contra a “caturrice”, a “doença”, o

²¹⁷ *O Pharol*, 28 de abril de 1907, p. 1.

“atraso”, e a “preguiça”, uma luta também contra as “trevas” e a “ignorância”, tratava-se, da definitiva implantação do progresso e da civilização. Nesse contexto, uma agremiação de literatos era a representação do moderno.

No dia seguinte ao artigo de Heitor Victor, na mesma coluna “Letras Mineiras”, há um comentário sobre seu artigo: o autor, que não se identificou, iniciou o artigo dizendo que Heitor Victor, antigo colaborador da folha, havia ficado nervoso por seu artigo não ter sido editado em sua plenitude, pois haviam deixado de citar o nome de alguns “conhecidos e ilustres colegas locais e de fora”, entre eles Belmiro Braga, A. B. Fraga, Campos do Amaral, Francisco Lins, Olegário Pinto e Augusto Franco. O articulista finaliza seu discurso dizendo que os portadores desses nomes deveriam vingar-se, e a melhor forma de fazê-lo seria que cada um empregasse os seus melhores esforços em prol da fundação, o mais breve possível, da associação de literatos, abstraindo-se a ideia de Academia de Imortais.

Seguindo as discussões sobre Academia de Letras, no dia 2 de maio de 1907, no jornal *O Pharol*, Carlindo Lellis publicou o artigo “Academia de Letras”²¹⁸.

Não quero ir ao extremo de achar que é absolutamente sem proveito ou sem utilidades a criação da ‘Academia Mineira de Letras’.

Afirmo, entretanto, a pouca importância que decorre das academias regionais, postas em cortejo com a ‘Academia Brasileira de Letras’ – deste mesma que só se movimenta e dá signal de sua existencia para eleger e receber novos membros e deixa de cumprir disposições do seu estatuto tal como a da publicação do *Diccionario Bibliographico*.

Tantas academias têm surgido! ‘Academia Pernambucana’, ‘Academia Goyana’, ‘Academia Paulista’, todas ellas vivendo penumbralmente, há com o fito há de se instalar e rotular cada socio da importância da láurea que concede. Carlindo Lellis²¹⁹.

Não concordando com a criação de uma academia, que ele chama de “Regional”, Heitor Victor defende que, mais do que um título a seus sócios, as Academias deviam prestar um serviço ao país. Para ele, nem mesmo a ABL realizava todas as atividades a que se propunha, de forma que aos seus sócios, mais do que apenas custo, as Academias deveriam prestar fomento financeiro para publicação de suas obras.

Todo o debate sobre a fundação ou não de uma Academia em Minas Gerais, constante nos artigos de Carlindo Lellis e Heitor Victor demonstram que os intelectuais mineiros estavam atentos às ações dos letrados da ABL e de outras regiões do país.

²¹⁸ Carlindo Lellis (1879-1945): membro fundador da Academia Mineira de Letras, ocupando a cadeira de número 12, patrono Alvarenga Peixoto.

²¹⁹ *O Pharol*, 2 de maio de 1907, p. 1.

Ainda que a intelectualidade mineira não chegasse à conclusão sobre o nome que deveria ser dado à instituição a ser criada para agremiar os literatos, sobre o grupo que faria parte dessa instituição e sobre o local onde seria fundada, é visível que confluía uma movimentação e uma unanimidade em relação à ideia de um estabelecimento que os representasse.

Os dados pesquisados não revelam como foi a repercussão dos artigos de Heitor Victor e Carlindo Lellis, mas, após suas publicações, houve um silenciamento por parte dos jornalistas juiz-foranos em relação à fundação da instituição para agremiar os letrados. Nos meses subsequentes, foram publicados artigos com discussões advindas da ABL: em 16 de maio, o jornal *O Pharol* publicou longo artigo sobre um projeto de Reforma Ortográfica, proposto por Medeiros de Albuquerque. No dia 13 de julho do mesmo ano, foi publicada uma pequena nota sobre o assunto:

O projeto do sr. Medeiros e Albuquerque, apresentado á Academia de Lettras, foi anteontem aprovado.
Constituiu-se uma comissão que vai organizar um dicionario de acordo com as reformas adoptadas.
E agora...²²⁰

Não há assinatura no pequeno artigo, porém sabe-se que, nessa data, a folha apresentava em seu quadro de colaboradores pelo menos quatro dos literatos estudados por esta tese: Albino Esteves, Belmiro Braga, José Rangel e Lindolpho Gomes. Tal fato não dá a certeza de tal artigo ser de autoria de algum deles, mas, sem dúvida, dá elementos para pensar que tais sujeitos estavam a par de tais discussões ocorridas na ABL.

Ao estudar Lindolpho Gomes, é perceptível sua inclinação para discussões sobre língua portuguesa, tendo, inclusive, publicado livros de ortografia e gramática²²¹ e contribuído com muitos artigos sobre o assunto.

²²⁰ *O Pharol*, 13 de julho de 1907, p. 1.

²²¹ Entre as obras de Lindolpho Gomes destacam-se: **Regras Práticas de Orthografia**, Typographia Brazil, 1910; **Ortografia simplificada da Língua Portuguesa**, editora Hugo Scalabrino, Juiz de Fora, 1938; **Alguns Subsídios Grammaticaes e exercícios complementares**, Companhia Dias Cardoso, Juiz de Fora, 1920; **Dictado na Escola Primaria**: Descrição de Gravuras, Typographia Iris Becker, Winter & C. Juiz de Fora s/d; **Estudos de Português**, Tipografia Brasil, Juiz de Fora 1911. Segundo o jornal **O Pharol** de 21 de abril de 1908 A secretaria do Interior publicaria um artigo de Lindolpho sobre **Escrita Vertical**.

5.5 O SONHO SE CONCRETIZA

O Silêncio por parte dos literatos mineiros em relação à fundação da AML perdurou desde o final de 1907 até 1909. Nesse período, os literatos estavam envolvidos com a concretização da reforma educacional empreendida em finais do ano de 1906, reforma esta que culminou com a instalação dos grupos escolares no estado de Minas Gerais. A AML só reemergiu em 1909, quando reacendeu o debate acerca da instalação de uma agremiação ou academia que reunisse os literatos mineiros. Em janeiro de 1909, em meio à mudança de proprietário do jornal *O Pharol*, Belmiro Braga escreveu as seguintes linhas:

A prata da casa

Logo depois que cheguei a Juiz de Fora, em 1904, tive uma idéia: - Reunir todos os literatos locais e organizarmos uma associação com salas para palestras, á noite, biblioteca, etc., etc., e, com o saldo das mensalidades e alguns donativos, formarmos um pecúlio para socorrer os socios desempregados e os colegas que aqui aportassem com muito talento e pouco dinheiro.

A minha pobre idéa apenas nasceu para morrer, pois, pouco a pouco, me fui convencendo de que todo o mundo está apto para se ao menos os homens de letras. Há poeta que, por causa de um verso de pé quebrado, é muito capaz de quebrar os pés, os braços e a cabeça do collega que lhe apontar o defeito, e prosador que, por se lhe censurar um *ponto e virgula*, põe ponto final numa afeição de longos annos. E o mal é contagioso como coqueluche: eu que me tinha na conta do mais pacato dos mortaes com relação ás letras, onde sempre estive como simples amator, tambem fiquei brigão. E se não tenho *chamado muita gente para fora*, não é por falta de vontade, mas, por simples receio de ... apanhar.

BELMIRO BRAGA²²².

As linhas de Belmiro revelam o motivo pelo qual os literatos mineiros não haviam conseguido até então se unir em uma agremiação literária: as vaidades. Nos artigos anteriores foi perceptível que, a cada tentativa de reunir os literatos mineiros, surgiam críticas e contestações, principalmente quando se apresentavam os nomes escolhidos para a composição da agremiação. Isso remete a Sirinelli (1996) para quem nem sempre os laços estabelecidos são laços de afinidades.

Em **Vida Literária no Brasil 1900** (2004), Broca revela as tramas e os enredos que envolveram os literários brasileiros em torno da fundação da ABL: apesar de ter sido um período em que predominou a futilidade e o jogo floral da superficialidade, essa frivolidade não impediu que muitos intelectuais trabalhassem seriamente. Da mesma forma que

²²² *O Pharol* 14 de janeiro de 1909, p. 1.

Belmiro Braga aponta os motivos pelos quais a Academia Mineira de Letras ainda não havia sido fundada, ele aponta onde a semente começou a germinar:

[...] e toda essa lenga-lenga me vem agora sahindo do bico da penna, por ter a grata noticia de ver, de novo, na imprensa local os meus velhos amigos Heitor Guimarães e Bernardo Aroeira. *O Pharol* é um grande chapéu de sol e sob a sua tolda, acham-se já diversos escriptores juiz de forense. Isto alegra-me e faz com que eu deseje ao seu novo proprietario uma receita magnifica para, *dete mode*, ir chamando os outros companheiros que ainda estão na chuva, ou no sol, conforme o tempo. (Neste *na chuva* não há nenhuma maldade). A casa é rica em prata e prata de lei, e o coronel João Evangelista faz muito bem em ir se utilizando da *prata da casa*. Na minha qualidade de colher de... páo, irei de vez em quando mexendo esse angú de caroço. A sua loteria, apesar das guerras, vae prestando os seus benefícios á muita gente de nossa terra; e *O Pharol*, como a loteria, prestal-os-á também. Nas agora do Aroeira, do Heitor e do Albino eu vejo que, em breve, teremos a sorte grande.
BELMIRO BRAGA²²³.

Fazendo coro a Belmiro Braga, na mesma página, outro articulista, que não se identificou, apresentou no artigo intitulado “O Pharol”, o senhor João Evangelista da Silva Gomes, novo proprietário da folha, e relatou as modificações operadas com a nova direção, apresentou os funcionários responsáveis pela impressão e listou o nome de todos que contribuía para o jornal:

Continuam a prestar seu concurso a esta folha os nossos prezados e brilhantes: J. Paixão, Belmiro Braga, Machado Sobrinho, Brant Horta, Silva Tavares, Mario Magalhães, F. N. Monteiro de Castro, Ozorio Dutra, F. Oliveira Reis, dr. Luis Carlos, dr. José de Mendonça, Noraldino Lima, A. B. Fraga, Dilermando Cruz, Carmo Gama, padre Lopes Cançado, João Tostes, Julio Suckew, José Soares, Aldo Delfino, Lindolpho Gomes, V. Jardim, Jayme Noronha, Mario de Lima, além de outros. Heitor Guimarães, que aqui já trabalhou em outros tempos, inicia hoje a sua colaboração effectiva, o que é motivo de satisfação para todos nós²²⁴.

Pelos nomes presentes nos dois artigos, é possível identificar que a nova configuração de funcionários do jornal *O Pharol* pode ter sido solo fértil para que a ideia da AML florescesse. Dos colaboradores da folha dois foram fundadores da Confraria Literária (Silva Tavares e Lindolpho Gomes – ambos foram desligados da instituição antes que ela acabasse), como discutido no tópico anterior. Destaca-se também a presença de Machado Sobrinho – o mesmo que, em 1906, reacendeu o debate de se fundar uma

²²³ *O Pharol*, 14 de janeiro de 1909, p. 1.

²²⁴ *O Pharol*, 14 de janeiro de 1909, p. 1.

academia de letras em Juiz de Fora, somando-se ao artigo de Belmiro Braga, segundo o qual já havia pronunciado a ideia de se reunirem os literatos locais em uma agremiação.

Independentemente dos motivos pelos quais os literatos pesquisados nesta tese tenham buscado uma forma de agremiação, ao fazerem parte do corpo editorial do jornal *O Pharol* – início do ano de 1909 –, eles tiveram oportunidade de se reunir, ainda que não em uma Academia, mas sob a tutela de uma mesma instituição. Entre os literatos citados nos dois artigos, destacam-se, onze²²⁵, do total de quarenta imortais, que foram os primeiros membros da AML, dos quais quatro estão entre os seis sujeitos²²⁶ pesquisados.

O decorrer do ano de 1909 mostrou-se profícuo aos literatos integrantes do jornal *O Pharol*, com ampliação de espaço para crônicas e poesias e maior exaltação aos escritores mineiros. No editorial do dia 15 de setembro de 1909, em um longo artigo que praticamente ocupou a primeira página, Albino Esteves, sob o pseudônimo de *Lucio d'Alva*, afirmou ter recebido um exemplar do catálogo da livraria portuense “Chardron”, a partir do qual fez uma abordagem completa sobre a Livraria, abarcando sua história e localização, a trajetória dos proprietários e a qualidade dos serviços prestados. Descrita a livraria ao leitor, ele apresentou uma lista de escritores internacionais e nacionais que já tiveram seus livros publicados em tal instituição e os que estavam em fase de publicação. Exaltando o trabalho dos literatos e suas obras, Albino evidenciou o desejo de que se estreitassem mais intimamente os laços de amizade entre escritores e editores, pois, para ele, o leitor estrangeiro era mais receptivo e menos refratário às obras brasileiras do que os próprios brasileiros. Além disso, enalteceu literatos mineiros, e suas respectivas obras e estilos, destacando os mais variados gêneros em que os escritores atuavam:

Minas está nos casos de procurar folgar em que tal se dê. Chronistas, poetas, cientistas, prosadores, dramaturgos, contistas, pedagogos, romancistas – avalanche irresistível de graça, espírito, encanto e talento – nella se debate e dia a dia, sobejas provas apresentada de sua engenhosa superioridade inventiva, observadora e transmissora de sensações e idéas. *Lucio d'Alva*²²⁷.

²²⁵ J. Paixão, Belmiro Braga, Machado Sobrinho, Mario Magalhães, Dilermando Cruz, Carmo Gama, Aldo Delfino, Lindolpho Gomes, Mario de Lima, Heitor Guimarães, Albino Esteves.

²²⁶ Só não eram colaboradores do jornal *O Pharol* naquele momento José Rangel (ocupava o cargo de Diretor do 1º e 2º Grupo Escolar) e Estevam de Oliveira (Inspetor Técnico do Ensino, proprietário e redator chefe do jornal *Correio de Minas*).

²²⁷ *O Pharol*, 15 de setembro de 1909, p. 1.

Após mencionar os gêneros literários, o autor citou nomes da intelectualidade literária mineira da época, entre os quais todos os membros que iriam fundar posteriormente a AML. Referindo-se aos poetas, Albino Esteves citou algumas poesias; referindo-se aos cronistas, reproduziu parte de algumas crônicas; enfim, para cada gênero literário ele reproduziu um exemplo.

Além do destaque dado às publicações dos literatos no jornal *O Pharol*, em 1909, os escritores juiz-foranos ganharam mais um espaço de sociabilidade e de divulgação de seus trabalhos com a fundação da revista *A Evolução*, de Machado Sobrinho. Fundada em setembro daquele ano, a revista quinzenal contou com a participação dos literatos locais e até mesmo de alguns de renome, conhecidos nacionalmente, como Bernardo Guimarães e Nilo Peçanha. A força aglutinadora da revista foi tamanha que, no dia 15 de dezembro de 1909, o jornal *O Pharol* publicou a seguinte nota:

Vae ter, finalmente, feliz consecução a idéa da fundação da Academia Mineira de Letras, graças á iniciativa dos nossos prezados colegas da “Evolução” alliados aos litteratos locais.

Esta apareciada revista publicará amanhã uma convocação dos fundadores, que se devem reunir, no dia 25 do corrente, nun dos salões da Camara Municipal, procedendo-se então á eleição dos demais acadêmicos, em numero de 40, os quaes constituirão a academia.

A sessão será presidida pelo acadêmico fundador, mais velho.

Tocará durante a reunião um quarteto de cordas regido pelo festejado musicista Duque Bicalho.

Os convites serão dirigidos em tempo, nos quaes se fará a designação do local²²⁸.

No dia 25 de dezembro de 1909, no salão da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 12 intelectuais locais fundaram a Academia Mineira de Letras. Foi eleito presidente por ordem cronológica de idade, o senhor Eduardo de Menezes, convidando para seus secretários os senhores Machado Sobrinho e Brant Horta, que leram os estatutos e o regimento interno. Após discussão e aprovação dos estatutos e do regimento, foram eleitos por voto secreto os Membros Perpétuos, com uma chapa composta de 18 nomes, os quais, com os 12 fundadores, completariam o número legal de 30 acadêmicos.

Foram eleitos Dr. Mario de Lima, Dr. Diogo de Vasconcellos, Dr. Mendes Pimentel, Dr. Nelson de Senna, Dr. Costa Senna, Dr. Alphonsus de Guimaraens, Dr. Arduino Bolivar, Dr. Carlos Góes, Dr. Amanajós de Araújo, Dr. Eduardo de Menezes,

²²⁸ *O Pharol*, 15 de dezembro de 1909, p. 1.

Estevam de Oliveira, Franklin Magalhães, Bento Ernesto Junior, Mendes de Oliveira, Aldo Delfino, Carlindo Lellis, João Massena, J. Paixão, Mario Magalhães, João Lucio, Albino Esteves, Belmiro Braga, Brant Horta, Dilermando Cruz, Francisco Lins, Heitor Guimarães, José Rangel, Lindolpho Gomes de Machado Sobrinho.

Eleitos os membros perpétuos, os acadêmicos procederam à escolha das comissões: Comissão de Contas – Estevam de Oliveira, Dilermando Cruz e Luiz Oliveira; Comissão de Bibliografia – Brant Horta, Albino Esteves e Lindolpho Gomes; Comissão de recepção – Amanajós de Araújo, José Rangel e Belmiro Braga.

A fundação da Academia Mineira de Letras foi festejada em todo o território mineiro (BARBOSA e RODRIGUES, 2009). Apesar de fundada em 1909, a AML só foi inaugurada no ano seguinte. Nos primeiros meses de 1910, por meio de reuniões do grupo, foram escolhidos os patronos das respectivas cadeiras, e no dia 13 de maio de 1910, foi realizada a inauguração da AML, com a presença dos membros fundadores que residiam em outras cidades. A respeito da inauguração da instituição assim escreveu o jornal *O Pharol*:

Installa-se, á noite, solememente a Academia Mineira de Letras, fundada nesta cidade a 25 de dezembro do anno findo, sob optimos auspícios.
É tão importante o facto, que dispensa commentarios, sejam quaes forem; Minas, como S. Paulo, como Pernambuco, como o Rio de Janeiro erguendo carinhosamente e entusiastamente esse edificio da intellectualidade, dá a prova mais saliente, mais viril de sua individualidade artistica, de suas aspirações, de sua ousadia.
De hoje para o futuro, conglomerados, unidos, estreitados irmãmente saberão seus componentes trabalhar, progredir, honrar a terra dos Inconfidentes e dos Illustres, perpetuando seus nomes e seus feitos.
Minas deve orgulhar-se desse passo brilhante – marco florido d’uma estrada deslumbrante e perturbadora sob horizontes escamos, luminosos apotheticos...²²⁹

Seguindo-se ao texto anteriormente transcrito, o jornal publicou a bibliografia dos 30 primeiros fundadores. Ressalta-se que esse número de literatos foi acrescido até completar o total de 40 membros, como suas congêneres. Compondo seu brasão, tem por divisa a Academia Mineira de Letras um dístico em latim: *Scribendi mullus finis*, que significa o escrever nunca tem fim, segundo Oliveira (1999) este é o objetivo primordial das Academias e a Academia Mineira tem por escopo seguir pontualmente à risca. Segundo o autor, cabe aos acadêmicos, escrever cada qual em seu setor, a fim de dar o testemunho de

²²⁹ *O Pharol*, 13 de maio de 1909, p. 1.

uma vida, de uma vocação, de uma carreira e de deixar o rastro de uma existência no papel, para reconhecimento, reflexão, recreio, informação e/ou deleite dos pósteros.

Figura 18: Brasão da AML.



Fonte: Academia Mineira de Letras²³⁰.

Em 1914, por acreditarem que, em Belo Horizonte (nova capital do Estado), a Academia Mineira de Letras realizaria com mais vigor suas nobres finalidades, foi decidida por unanimidade a transferência da instituição.

²³⁰ Disponível em: <https://nuhtaradahab.wordpress.com/2009/04/05/academia-mineira-de-lettras/> acesso em: 21/04/2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre que um pesquisador chega a esta parte do trabalho, ele é invadido por um sentimento que, se não de insatisfação, esbarra na incompletude. Trata-se de uma emoção comum àqueles que se dedicam a estudos ambiciosos, um dos quais “Literatos, jornalistas e inspetores de ensino: perspectivas modernizadoras para a cidade de juiz de fora (1896-1910)”. Dessa forma, é preciso justificar que o humilde percurso deste estudo pretendeu, muito mais aguçar o debate do que exauri-lo.

Nesse sentindo, conforta a pesquisadora o fato de que ambos – incompletude e debate – possam complementar-se, na medida em que aquela é o ponto de partida para este. Dessa forma, ambos consistem em um convite para debruçar-se sobre o desafio de identificar, descrever, reconstruir e analisar as redes de sociabilidades dos intelectuais fundadores da AML envolvidos com a imprensa e com a educação na cidade de Juiz de Fora (MG), no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Para isso, foram observadas suas expectativas em relação à ampliação do universo cultural e educacional da cidade.

Para tanto, a autora partiu do pressuposto de que os intelectuais estudados – Albino Esteves, Belmiro Braga, Estevam de Oliveira, Heitor Guimarães, José Rangel e Lindolpho Gomes – estavam envolvidos em atividades de mediação política e intelectual que os levaram a participarem dos projetos de modernização pelos quais passava a cidade de Juiz de Fora no referido período. Esses projetos estavam embasados, como se pôde ver no desenvolvimeno desta pesquisa, na organização da cultura, da política e da educação, em sintonia com os ideais republicanos.

Dessa forma, por meio do estudo das trajetórias dos intelectuais, foi possível perceber que, embora não tivessem obtido reconhecimento nacional, deixaram suas marcas na cultura da cidade de Juiz de Fora, como escritores, jornalistas, sujeitos que pensavam a educação e membros fundadores da AML. Essa abordagem fez-se possível em consonância com a reflexão teórico-metodológica de tradição francesa, apoiada nos estudos da história intelectual abordada por Jean François Sirinelli (1996 e 1998).

O estudo das trajetórias revelou a percepção desses sujeitos sobre si mesmos, as estratégias por eles utilizadas para se inserirem na sociedade juiz-forana e as marcas deixadas na memória da cidade, enquanto procuravam escapar do empobrecimento pelo qual suas famílias passaram. Eles desenvolveram estratégias de reconversão social, que culminaram na

ocupação de cargos públicos e de espaço na imprensa local. Nesse processo de reconversão social, eles participaram da maioria dos projetos de modernização pelos quais passou a cidade de Juiz de Fora. Analisando-se os documentos e os discursos por eles produzidos, pode-se perceber que, embora não tenham sido os proponentes dos grandes projetos desenvolvidos na cidade ou no Estado, participaram da maioria deles, de modo que se podem destacar pelo menos três grandes áreas de suas atuações: política, educação e imprensa.

Quanto à atuação política, Estevam de Oliveira teve maior projeção, com grande envolvimento nos primeiros anos da República, o que incidiu diretamente tanto na sua atuação jornalística, com a produção de artigos, quanto na sua produção literária, destacando-se **Páginas esparsas de uma campanha civilista** (1911). A trajetória de Lindolpho Gomes e seus ideais republicanos aproximaram-no de Estevam de Oliveira. Desde muito jovem, sua escrita embasou-se na consolidação do Sistema Republicano em defesa do governo de Floriano Peixoto. Belmiro Braga, por sua vez, apesar de ter-se candidatado a deputado estadual, vencendo o pleito, abdicou do cargo, sendo que não foi possível, pelas fontes pesquisadas, esclarecer o motivo de sua renúncia. José Rangel, embora não tenha tido envolvimento direto com a política, mantinha relações sociais com políticos influentes da época, entre os quais Gustavo Capanema, Mendes Pimentel, Antônio Carlos de Andrada, Afonso Penna, Artur Bernardes. Essas aproximações levaram-no a ser nomeado para vários cargos de confiança, podendo-se destacar o de Diretor do Instituto Federal de Educação, na cidade do Rio de Janeiro, em 1922.

Os dados pesquisados sobre os demais literatos não evidenciaram efetiva participação política partidária, porém pode-se supor que suas redes de sociabilidades permitiam-lhes a ocupação de cargos públicos. Heitor Guimarães, por exemplo, foi nomeado oficial e diretor da Câmara Municipal. Albino Esteves foi convidado pelo presidente do Executivo, Oscar Vidas Barbosa Lage, para organizar o Álbum do Município de Juiz de Fora, em 1915, o que lhe rendeu, provavelmente, visibilidade política. Lembrando que a ocupação desses cargos ocorria via indicação política.

No âmbito da educação, todos os seis literatos pesquisados, imbuídos dos ideais republicanos, eram defensores da educação como força motriz capaz de elevar o País à civilização. Com exceção de Albino Esteves e Belmiro, que teve considerável participação na produção memorialística e literária de Juiz de Fora, todos atuaram como professores de variadas áreas e graus de ensino. Os seis exerceram o cargo de inspetoria de ensino, porém

como analisado, essa atuação se deu de forma variada, porque a função de inspetor foi sendo modificada no decorrer dos anos, e era diferenciada, havendo os inspetores técnicos e os municipais.

Como inspetores técnicos destacou-se Estevam de Oliveira: os dados pesquisados desmonstraram seu forte engajamento na causa da educação, fazendo de seus relatórios documentos de denúncias sobre a precariedade da escola pública. Além de intervir no trabalho de professores e alunos, Estevam sugeria ações mais abrangentes em prol do ensino, como se pôde perceber no capítulo 2. Lindolpho Gomes, embora, como inspetor técnico de ensino, não tenha obtido o mesmo destaque de Estevam de Oliveira, as fontes indicaram que, por ter realizado competente trabalho na referida função, foi nomeado diretor do Grupo Escolar de São João Del-Rei.

Já como inspetores municipais, destacam-se Heitor Guimarães, Albino Esteves e Belmiro Braga, os quais atuavam na parte burocrática do ensino, com funções mais simples, sem precisar demonstrar saber técnico sobre a educação e sobre métodos de ensino. Suas ações eram mais próximas da comunidade e das escolas que visitavam, o que, em contrapartida, conferia-lhes status. A atuação de José Rangel como inspetor de ensino deu-se por meio de indicação e de forma extraordinária, pois ele foi nomeado apenas para acompanhar alguns trabalhos, como a exposição nacional de 1908.

Em se tratando da atuação desses literatos na imprensa, é preciso ressaltar que ela está amalgamada com a educação. No processo de consolidação dos ideais educacionais republicanos, eles se valiam da imprensa como maior via de mediação cultural do grupo, para discutir sobre educação, além de política, obviamente, como já se afirmou no tópico 3.2. Quanto às lides da imprensa voltadas à educação, todos atuavam com editoriais e artigos, principalmente Estevam de Oliveira, José Rangel, Heitor Guimarães e Lindolpho Gomes. Já Belmiro Braga e Albino Esteves atuavam na imprensa mais como mediadores culturais, fazendo dos jornais veículos educacionais.

Retomando o sentimento de incompletude por parte da pesquisadora, o presente estudo resente de uma pesquisa mais aprofundada sobre as obras dos literatos aqui investigados. Apesar de trazer alguns exemplares de tais livros, a pesquisadora prendeu-se à análise dos trabalhos jornalísticos. A princípio, esta pesquisa se dedicaria à análise do jornal *Correio de Minas*, por ter sido o primeiro espaço em que todos os intelectuais atuaram. Porém, no tempo delimitado entre 1896 e 1910, percebeu-se que tais intelectuais

também contribuíram em outras folhas da cidade, entre as quais *O Pharol* e o *Jornal do Commercio*. Essa particularidade, somada ao fato de que o *Correio de Minas* interrompeu suas atividades por um período de quase 5 anos (1899-1904), levou a pesquisadora a analisar esses dois jornais, no intuito não só de preencher algumas lacunas, como também de enriquecer o debate, em virtude das diferentes linhas editoriais. Dessa forma, diante do montante de material que os jornais disponibilizaram, a autora, para não ser afetada pelo que Sirinelli (1996) denominou síndrome do mineiro, precisou priorizar o uso dos jornais em detrimento das obras bibliográficas dos literatos.

Outra lacuna reconhecida pela pesquisadora refere-se às trajetórias individuais de alguns literatos. Ao reconstruir as redes de sociabilidades dos intelectuais fundadores da AML, a autora traçou o perfil biográfico de cada sujeito investigado na tentativa de reconstruir suas trajetórias. A reconstrução dessas biografias priorizou também o período investigado para construção desta tese. Cabe apontar que o trabalho não comportou uma análise muito aprofundada de cada um deles, deixando de abordar na totalidade suas obras e produções bibliográficas. No entanto, essa lacuna abre perspectivas para futuros estudos sobre suas produções bibliográficas, tamanha é a riqueza de seus trabalhos e experiências.

Entre os intelectuais estudados, a pesquisadora destaca dois que merecem estudo mais aprofundado: Albino Esteves e Heitor Guimarães. O primeiro, o mais jovem dos literatos fundadores da AML, deixou profícuo material publicado na imprensa juiz-forana em anos posteriores ao período sobre o qual este trabalho se debruça. Parte desse material, além de álbuns, diplomas, rascunhos de suas obras, partituras, peças teatrais e caderno com recortes de jornais, está sendo mantido no Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF).

Já o segundo, Heitor Guimarães, destaca-se pela preocupação que demonstrou em relação à manutenção da memória local, dedicando-se, durante anos, à organização e manutenção da Biblioteca Municipal de Juiz de Fora. Outra preocupação do literato era em relação à institucionalização da profissão jornalística, abordando tal assunto constantemente nos jornais. Reconhece-se, a despeito de sua relevância nesses aspectos, a inexistência de estudos mais aprofundados sobre ele, motivo pelo qual carece da devida atenção acadêmica quanto à sua atuação na história local.

De acordo com Bloch (2001), a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita: tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve

informar sobre ele. Diante disso, a autora ressalta que a indicação não exclui a possibilidade de estudos mais aprofundados a respeito dos demais literatos, já que, mesmo tendo sido estudados por outros pesquisadores e sendo contemplados nesta tese, eles ainda suscitam novos estudos que abarquem sua totalidade.

Apesar do sentimento de incompletude, há de se considerar que a pesquisa realizada nesta tese traz algumas contribuições para a compreensão histórica da educação da cidade, na medida em que, com a reconstituição das redes de sociabilidades dos seis membros fundadores da AML, foi possível localizar os sujeitos na sociedade juiz-forana, analisar seus debates em torno da educação, da política e da imprensa, preenchendo-se algumas lacunas no que se refere à história da educação juiz-forana e mineira. Tendo as biografias dos literatos como pano de fundo, foi possível perceber as estruturas sociais, a estratificação e as solidariedades, que potencializaram a ação do grupo em torno dos projetos modernizadores para a cidade.

Nesse sentido, o percurso traçado pela pesquisadora possibilitou a análise dos debates travadas entre o período de 1896 a 1910, que foram responsáveis pela fundação da AML, sendo que pesquisas anteriores sobre a instituição atribuem a Confraria Literaria Mineira como sua precursora, sem abordar esses debates. No referido período, pode-se perceber que a concepção da AML estava além da criação de um espaço de legitimação das ações de mediação cultural do grupo, para divulgar suas obras junto à população. Tratava-se também de uma disputa de legitimação que extrapolava as fronteiras da cidade.

Esses intelectuais viam na fundação da AML a coroação dos projetos modernizadores pelos quais a cidade passava, confirmando o orgulho que nutriam por fazerem parte de uma sociedade que se vangloriava de seu pioneirismo em várias frentes. Essa hipótese pôde ser confirmada ao verificar que, em 1915, não houve resistência por parte dos membros fundadores a respeito da transferência da instituição para a capital do Estado. Em outras palavras, já não importava mais o local onde se fixaria a instituição; importava, sim, sustentar que, depois de anos de debate na imprensa, seu marco de origem era Juiz de Fora.

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS:

Jornal Correio de Minas (1896-1898, 1904-1910 e 1915)

Jornal do Commercio da cidade do Rio de Janeiro, 9 de abril de 1893.

Jornal do Commercio de Juiz de Fora (1896 - 1910).

Jornal O Pharol (1897 e 1899 a 1915).

ALMANAQUES:

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Tipografia do Almanak Laemmert (1906-1926).

Almanak de Juiz de Fora: Typographia Mattoso, 1891.

Almanak de Juiz de Fora: Typographia Mattoso 1899.

Almanak de Juiz de Fora: Typographia Brasil 1914.

BIBLIOGRÁFICA:

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes; SILVA, Marília Neto Kappel. Estevam de Oliveira, a reforma do ensino público e o Higienismo (Minas Gerais, 1902). V CONGRESSO DE ENSINO E PESQUISA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS, Montes Claros, MG, 2009. **Anais...**Montes Claros, 2009.

ALONSO, Angela. **Crítica e contestação**: o movimento reformista da Geração de 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 15, n. 44, out. 2000.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **“Classe Operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)”** EDUFJF 1987.

ARANTES, Luiz Antônio Valle. **Caminhos incertos, conflitos religiosos e empreendimento**: a trajetória dos alemães na cidade. In: BORGES, Célia Maia. *Solidariedades e conflitos*. Juiz de Fora: UFJF, 2000. p. 89-126.

AURAS, Gladys Mary Teive. **Manual de lições de coisas de Norman Calkins: operacionalizando a forma intuitiva de ensinar e de aprender.** In: _____ Pontevedra: Sarmiento. Anuario Galego de História da Educacion. n.11, 2007.

BARBOSA, Leila Maria Fonseca. RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. Org. **Notícias da Imprensa Sobre a Academia Mineira de Letras.** Juiz de Fora, Funalfa, 2009.

BARBOSA, Leilla Maria Fonseca. **Belmiro Braga: Sacrário**(versos íntimos). Texto e avaliação. 1979, 199 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Federal de Juiz de Fora.

BARBOSA, Luciano Senna Peres. **“Viva o povo de Juiz de Fora!:** Eleições e estratégias discursivas na Primeira República brasileira”. Editora Funalfa, Juiz de Fora. 2013.

BARREIRA, Luiz Carlos. António Figueirinhas, um empresário da educação no alvorecer da República Portuguesa. In: **Anais** do XXVI simpósio nacional da ANPUH – Associação Nacional de História. 17 a 22 de julho de 2011. Acessado em 9 de janeiro de 2019. <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>

BARRETO, Abílio. **Centenário de Estevão de Oliveira.** Revista da Academia Mineira de Letras, Belo Horizonte, v.19, p. 148-161, 1953.

BARROS, Roque Spencer Maciel. **A ilustração brasileira e a ideia de universidade.** São Paulo: Convívio, Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BASTOS, Wilson de Lima. **Francisco Batista de Oliveira:** Um pioneiro, sua vida, sua obra, sua descendência e genealogia. 1ª ed. Edições Paraibuna, 1967.

_____. **Mariano Procópio Ferreira Lage:** Sua vida, sua obra, descendência, genealogia. 1ª ed. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

_____. **Academia de Comércio de Juiz de Fora:** O Primeiro Instituto Superior de Comércio no Brasil. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1982

BASTOS, Wilson de Lima. **Lindolfo Gomes.** 1ª ed. Edições Paraibuna, 1975.

BICCAS, Maurilane de Souza. Impresso pedagógico como objeto e fonte para a História da Educação em Minas Gerais: revista do ensino (1925-1940). In: MORAIS, Christianni; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida (Org.). **História da educação: ensino e pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 71-106.

BLOCK, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História: ou ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar editora. 2001.

BOURDIE, Pierre. A ilusão Biográfica. In: ____ Usos e abusos da História Oral. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História Oral** (Org.) 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 183-192.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BROCA, Brito. A vida Literária no Brasil 1900. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CAMARA BASTOS, Maria Helena. Ferdinand Buisson no Brasil – Pistas, vestígios e sinais de suas ideias pedagógicas (1870-1900). In: **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas (8).p.79-109. Set. de 2000.

CANDIÁ, Milena Aparecida Almeida. O artífice do consenso: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada no cenário educacional de Juiz de Fora (1907/1930). 2007. 143 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A Imprensa na História do Brasil**. 2. ed. São Paulo. Contexto/EDUSP, 1988

CARVALHO, Carlos Henrique de. **República e Imprensa: as influências do positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães: Uberabinha, MG: 1905-1922**. Uberlândia: EDUFU, 2004.

CASSANTA, Mário. *Arthur Joviano*. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1934.

CHAMON, Carla Simone. A construção de um intelectual: Estevão de Oliveira e suas biografias. In: ____ **Anais** do IV Congresso Brasileiro De História Da Educação: A Educação

e seus Sujeitos na História. Eixo Temático 6 - Intelectuais, Pensamento Social e Educação, Goiânia, GO, 2006. Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, 2006.

_____. Estevão de Oliveira: o intelectual e suas biografias. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. INÁCIO, Marcilaine Soares. (Org.) **Políticos, Literatos, Professoras, Intelectuais**: O debate público sobre educação em Minas Gerais. Mazza edições. Belo Horizonte, 2009. P.179-195.

CHAUÍ, Marilena. **Intelectual engajado**: uma figura em extinção? In: NOVAES. Adauto (Org.). O silêncio dos Intelectuais. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19-44.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos pobres**: a Belle Époque Mineira. Juiz de Fora: EDUJUF, 1994.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. O discurso higienista definindo a cidade. In: **Mercator**. Fortaleza, V. 12, nº 29, p. 51-57. Set/dez, 2013.

DOMINGUES, Ivan. O intelectual público, a ética republicana e a fratura do éthos da ciência. In: **scientiæ zudia**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 463-85, 2011. Acesso em: 18/10/2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ss/v9n3/v9n3a02.pdf>.

DUARTE, Constância Lima. (Org.) **Dicionário Biobibliográfico de Escritores Mineiros**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

El Far, Alessandra. **A encenação da imortalidade**: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)

ESTEVES, Albino (Org.). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, 1915.

_____. **O Teatro em Juiz de Fora**, Juiz de Fora. 1910.

_____. **Arvore literária**. Rio de Janeiro. 1941

FARIA FILHO, Luciano Mendes. INÁCIO, Marcilaine Soares. (Org.) **Políticos, Literatos, Professoras, Intelectuais**: O debate público sobre educação em Minas Gerais. Mazza edições. Belo Horizonte, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.** Passo Fundo: UPF, 2000.

FOCAULT, Michael. **Microfísica do Poder.** Org. Roberto Machado, Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1979.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. *Um Passeio Pelo Arquivo Público Mineiro - Estado, autores, editoras e usuários, entre pedidos e remessas de cartilhas em Minas Gerais, no início do século XX.* **Anais do XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.**

FREITAS, Marcus Vinícius de. Humor na Poesia de Belmiro Braga. **O Eixo e a Roda: Revista de Literatura Brasileira**, v. 22, n. 2, p. 61-73, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br>. acesso em 21/02/2017.

GIROLETTI, Domingos. **O processo de industrialização de Juiz de Fora (1850-1930).** Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1980.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Org.) **intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política.** Ed. Civilização Brasileira. 2016.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Essa gente do Rio...** Os intelectuais cariocas e o modernismo. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 62-77, jul. 1993. ISSN 2178-1494. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1954/1093>>. Acesso em: 16 Dez. 2018.

_____. **Essa Gente do Rio...** Modernismo e Nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

GOMES, Lindolfo. **Contos Populares Brasileiros.** Ed. Melhoramentos. 3ª edição, 1965.

_____. **Regras Práticas de Orthografia,** Typographia Brazil, 1910;

_____. **Ortografia simplificada da Língua Portuguesa,** editora Hugo Scalabrino, Juiz de Fora, 1938;

_____. **Alguns Subsídios Grammaticaes e exercícios complementares,** Companhia Dias Cardoso, Juiz de Fora, 1929;

_____. **Dictado na Escola Primária:** Descrição de Gravuras, Typographia Iris Becker, Winter & C. Juiz de Fora s/d;

GOMES, Lindolfo. **Estudos de Português**, Tipografia Brasil, Juiz de Fora 1911.

GOMIDE, Bruno. Clóvis Bevilacqua e o romance russo: entre naturalismo superior e emancipação literária. In: **Revista Inventário**. 4. ed., jul/2005. Disponível no web world wide em: <http://www.inventario.ufba.br/04/04bgomide.htm>.

GONÇAVES NETO, Wenceslau. Imprensa, civilização e educação. Uberabinha (MG) no início do século XX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio. (Org.). **Novos temas em história da educação brasileira:** instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG/ EDUFU, 2002. p. 197-225.

GONÇAVES NETO, Wenceslau. O Município e a Educação em Minas Gerais: implementação da Instrução Pública no início do Período Republicano. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau, e CARVALHO, Carlos Henrique. **O Município e a Educação no Brasil:** Minas Gerais na Primeira República. Editora Alínea. Campinas. SP.

GUIMARÃES, Heitor. **Juiz de Fora no Século XIX**. Juiz de Fora: Typographia. Central, 1901

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. Inspeção Técnica como Dispositivo de Formação de Professores: Estratégia de Produção de um Modelo Escolar em Minas Gerias. In: **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**. V. 17, p. 9-21, 2013.

JASMIN, Marcelo Gantus e JÚNIOR, João Feres (org.). **História dos Conceitos:** debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

KAPPEL, Marília Neto. O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897-1908). 2010. 102 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

_____. O Debate acerca dos Grupos Escolares em Juiz de Fora: A imprensa local e a imprensa oficial (1906-1907). IV Seminário Nacional “Universidade Pública: conhecimento e projeto de País”. **Anais...** Niterói 2004.

_____. A visão da imprensa em Juiz de Fora, sobre o nascimento dos grupos escolares. III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais. **Anais...** São João del-Rei, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. 2006. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. São Paulo : Contraponto

LE GOFF. História. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: UNICAMP, 1994.

LEONIDIO, Adalmir. Religião e filantropia: a Maçonaria Católica do Brasil (1890-1910) in: **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 11, n. 1 e 2, p. 21-31, 2005

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira e CAMPELO, Kátia Gardênia H. da R. HILÁRIO RIBEIRO E SUA PRODUÇÃO DIDÁTICA DE LIVROS DE LEITURA. IV Congresso Brasileiro de História da Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2006, **Anais...** Goiânia, 2006

MACHADO, Ubiratan. **O esquecido Artur Lobo**. In Lobo, Artur. Seleta: (prosa e verso) / Artur Lobo. – Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2012.

MATTA, Gabriel. **Livros escolares no Brasil durante os anos finais do Império e início da República (1870-1910)**. Programa Nacional de Apoio a Cultura, Biblioteca Nacional, 2010.

MENDES, Leonardo. **Vida literária em o pão da padaria espiritual**, fortaleza, 1892-1896. In: revista interfaces . número 17 .vol. 2 . julho–dezembro de 2012, p.62-74.

MICELLI, Sérgio. **Poder, sexo e letras da República Velha**. São Paulo: Perspectiva, 1977

MINAS GERAIS. **Regulamento de Instrução Primária Normal do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

MOREL, Marco.; BARROS, Mariana. Monteiro. de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **O ensino em Minas no tempo da República (1889-1930)**. Belo Horizonte, MG. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais. 1962.

NEVES, Angela das. A volta do Horla: A recepção de Guy de Maupassant no Brasil. **Dissertação** de mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

NOVAES, Adauto. Intelectuais em tempos de incertezas. In:_____. **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. IN: CATANI, Denice B.; BASTOS, M. Helena C. (orgs.). **Educação e em Revista**: a imprensa periódica e a História da Educação, São Paulo: Escrituras, 1997, p. 11 – 31.

OLIVEIRA, Maria do Socorro dos Santos. A memória dos imortais no Arquivo da Academia Brasileira de Letras. **Dissertação** (Mestrado). 110 f. 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4157/CPDOC2009MariadoSocorrodosSantosOliveira.pdf>. Acesso em: 18/10/2018.

OLIVEIRA, Oiliam José e Martins de. **Efemérides da Academia Mineira de Letras** (1909/1997). Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1999.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Desde quando somos uma nação? In:_____. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo. Brasiliense. Brasília: CNPQ, 1990. p. 77-94.

OLIVEIRA, Martins. **História da Literatura Mineira**: Esquema de Interpretação e Notícias Bibliográficas. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. 1958.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2ª edição. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

_____. **Efemérides Juizdeforanas**. Juiz de Fora: UFJF, 1975.

OLIVEIRA, Estevam José Cardoso de. **Reforma de Ensino Público Primário e Normal em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1902. 98

OLIVEIRA, Estevam José Cardoso de. **Relatório** apresentado à Secretaria do Interior. Setembro de 1901.

_____. **Notas e Epístolas:** páginas esparsas de uma campanha civilista. Typographia Brazil, Juiz de Fora, 1911.

PACHECO, Raquel Menezes. Imprensa e Modernidade: algumas considerações em torno dos anúncios de jornal. In: GIL, Natália; ZICA, Matheus da Cruz; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Moderno, Modernidade e Modernização:** a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PAIVA, Rita de Cássia Matos Leite de Paiva. Belmiro Braga Plural: entre o caminho novo e a modernidade. **Dissertação** (mestrado) Juiz de Fora, Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, 2008, 94 f. Disponível em: <https://www.cesjf.br/mestrado-em-letras-dissertacoes/2008/315-belmiro-braga-plural-entre-o-caminho-novo-e-a-modernidade.html>, acesso em: 28/05/2018.

PAIXÃO, José. Estevão de Oliveira – perfil biográfico. In: _____ OLIVEIRA, Estevão de. **Pela República**. Juiz de Fora: [s.n.], 1896. p. 5-10.

PETRY, Marília Gabriela e SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. MUSEU ESCOLAR: SENTIDOS, PROPOSTAS E PROJETOS PARA A ESCOLA PRIMÁRIA (SÉCULOS 19 E 20). In: **Revista de História da Educação** [on line], Porto Alegre. V. 17, nº 41. Set/dez de 2013, p. 79-101.

POZA, Sagrario López. **Poliantes y otros repertorios de utilidade para la edición de textos del Siglo de Oro**. Revista de investigación quevediana. 2000. p. 191-214

PROCÓPIO FILHO. José, “**Salvo erro ou Omissão**” Juiz de Fora: edição do autor, 1979.

RANGEL, José. **Como o tempo passa!** Aspectos, fatos, figuras, costumes antigos e contemporâneos. Rio de Janeiro: A Encadernadora S.A., 1940.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ROSINHOLI, Natália Gaubeur. As representações do diabo na literatura de tradição oral do Brasil: variação e repetição nas funções da personagem. 151 f. **Dissertação** (Mestrado em Literatura) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para a história da Educação. In: _____ LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da Educação**. Campinas. SP: Autores Associados, 2004. p. 3-12.

SALES, Germana Maria de Araújo, SOUZA Thiago Gonçalves e SILVA, Wanessa Regina Paiva. O TRABALHO DAS ESCAVAÇÕES: A MINA LITERÁRIA E A PRÁTICA DA LITERATURA NO PARÁ OITOCENTISTA. In: **Revista Eletrônica de Estudos Literários**, Vitória, s. 2, ano 8, n. 10, 2012.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições das coisas no Brasil do século XIX. In: _____ STEPHANOU, Maria e CAMARA BASTOS, Maria Helena. (org.) **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. II – Século XIX.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense. 1999.

SILVA, Ricardo. História Intelectual e Teoria Política. In. **Revista Sociologia Política**. Curitiba, v. 17. a. 34, p. 301-318, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. As Elites Culturais. In. _____ Rioux, J-P & Sirinelli, J.F. (Orgs.). **Para uma História Cultural**. Lisboa, Editorial Estampa. 1998 a.

_____. A Geração. In: _____ Usos e abusos da História Oral. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & abusos da História Oral** (Org.) 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998 b. p. 183-191.

_____. Os intelectuais. In: _____ REMOND, René (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 231-269.

SOUZA, Cristiane Oliveira de. O projeto educacional idealizado por Estevam de Oliveira em defesa das escolas graduadas (1900-1908). 118 f. **Dissertação** (mestrado em educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/936>. Acesso em: 21/05/2015.

STEPHANOU, Maria. "Discursos médicos, educação e ciência: escolas e escolares sobre exame". In: **Trabalho, Educação e Saúde** 4.1 vol. 15. nº 2, 2006, p. 33-64.

VALDEMARIN, Vera Tereza. **Estudando as lições das coisas**: análise dos fundamentos filosóficos do Método Intuitivo. Campinas. SP.Ed. Autores Associados, 2004.

VIDAL, Diana Gonçalves e CARVALHO, Marília Pinto de. Mulheres no Magistério Primário, tensões, ambiguidades e Deslocamentos. In: VIDAL, Diana Gonçalves e HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (org.) **BRASIL, 500 anos**: Tópicos em História da Educação. São Paulo. Editora da universidade Federal de São Paulo.

VIEIRA, Carlos Eduardo. História dos intelectuais: representações, conceitos e teorias. **Anais** do IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Anais... Goiânia,GO: UCG. 2006.

VILLELA, Heloísa. Construtores de uma pedagogia a brasileira: Felisberto de Carvalho e Francisco Alves, um encontro gerador. **Anais...** I Seminário brasileiro sobre o livro e História Editorial. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/heloisavillela.pdf>. Acesso em: 28/11/2018.

WOLFF, Francis. Dilemas dos intelectuais. In: _____NOVAES, Adauto (Org.). **O silêncio dos intelectuais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 45-68.

XAVIER, Libania Nacif. Interfaces entre a História da educação e a história social e política dos intelectuais: conceitos, questões e apropriações. In:_____ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. (Org.) **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Ed. Civilização Brasileira. 2016. p. 326-341.

YAZBECK, Lola (Dalva Carolina de Menezes). **As origens da Universidade de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

_____. SILVA. Marília Neto Kappel. Uma nova instituição de ensino na cidade de Juiz de Fora e a visão da imprensa (1907-1908). In: _____ **Cadernos de História da Educação**. N. 7, jan./dez. 2008. Uberlândia, Ed. Universidade Federal de Uberlândia, 2009.p.181-194.

WASSERMAN, Cláudia. 2015. História Intelectual: Origem e abordagens. In. **Tempos Históricos**. Volume 19. 1º semestre. p. 63-79.

ZANOTTO, Gisele. História dos intelectuais e história intelectual: contribuições da historiografia francesa. In **Revista do Departamento de Biblioteconomia e História**. FURG Vol. 22 nº1, 2008. Rio Grande do Sul p. 31-45.

ANEXO I

NOME	Albino Esteves	Amanajós de Araújo	Belmiro Braga	Dilermando Cruz	Eduardo de Menezes	Estevam de Oliveira
NASCIMENTO FALECIMENTO	1883-1943	1880-1938	1872-1937	1879-1935	1857-1923	1953-1926
ESCOLARIDADE	Normal, farmacêutico e dentista	Humanidades e Direito	1º ano do Ateneu Mineiro. Autodidata	Ginásio Mineiro de Barbacena e Faculdade de Direito	Col. Pedro II, bacharel em Letras, Escola de Medicina RJ 1882, Cursos no exterior, 1887-1888, Pasteur e Charcot.	Curso elementar aos 21 anos. Preparatório incompleto. Colégio do Lago
CARGO NA AML	Comissão de bibliografia	Comissão de recepção	Comissão de recepção e Tesoureiro	Comissão de contas	Presidente até 1915	Comissão de Contas
ATIVIDADES LIGADAS À EDUCAÇÃO	Inspetor escolar da câmara Municipal de Juiz de Fora	Diretor de Instrução, Rio Branco, Acre	Inspetor Municipal de ensino secundário		Prof. Adjunto da Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, Escola de Farmácia e Odontologia do Granbery, Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora. Faculdade de Direito de Juiz de Fora. Presidente do conselho Administrativo da Academia de Comércio de Juiz de Fora	Prof. Classe primária zona rural em Volta Grande, município de Além Paraíba. Escola Pública de Empoçado. Prof. Da Escola de Campo Limpo. Inspetor do 1º distrito de Imigração (Ouro Preto e Juiz de Fora), Inspetor extraordinário de ensino nos para pesquisar as reformas de ensino nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Inspetor técnico de ensino até 1909.
JORNALISMO	Escreveu em vários jornais de Juiz de Fora e região, além de outros estados como: SP e RJ	Colaborou em vários órgãos da imprensa mineira e carioca entre eles O País.	Colaborou em todos os jornais de Juiz de Fora e jornais e revistas cariocas entre elas o Fon-fon e o Malho. Fundou o periódico o Rebate	Fundou e dirigiu o jornal Correio da Tarde, colaborou com vários jornais de Juiz de Fora e Rio de Janeiro	Colaborador de o Dia de Juiz de Fora	Funda o Jornal O Povo em Campo Limpo, em 1885. Funda O Popular em Cataguases em 1890. Em Juiz de Fora funda o Minas Livre em 1893, transformando-o em Correio de Minas em 1894, permanecendo em sua direção até 1914. Colaborou com a Imprensa, de Alcindo Guanabara e O país do Rio de Janeiro.
TIPO DE PRODUÇÃO ESCRITA	Biografia, teatro, obras históricas, poesias, obras técnicas.	Contos, obras técnicas, palestras literárias.	Prosa, poesias, sátiras, comédias, notas de viagem, memórias.	Poesia, biografia, prosa, romance.	Relatórios, obras históricas, biografias, obras técnicas, artigos pedagógicos.	Traduções, livros didáticos, comentários políticos, relatórios sobre o ensino.
OBRAS MAIS CONHECIDAS	Álbum do Município 1915		Montezinas. Dias idos e Vividos, entre outras.			Relatório apresentado ao Secretário de Estado em 1902

ANEXO II

NOME	Francisco Brant Horta	Heitor Guimarães	José Rangel	Lindolfo Gomes	Luiz de Oliveira	Machado Sobrinho
NASCIMENTO FALECIMENTO	1876-1956	1968-1937	1868-1940	1875-1953	1874-1960	1872-1938
ESCOLARIDADE	Curso Elementar Colégio Progresso JF. Secretário Ginásio de Barbacena. Academia Comercial de JF. (não pode iniciar o curso superior por carência de recursos)	Primeiras letras: aulas particulares com parentes. Frequentou os colégios: Ateneu Mineiro, Progresso, e colégio Santa Cruz, todos em Juiz de Fora.	Curso elementar no Ateneu Mineiro em Juiz de Fora. Escola de Farmácia de Ouro Preto	Liceu Resendense, Humanidades em Barra Mansa e no Rio de Janeiro.	Autodidata	Primeiros estudos em Valença, preparatório no Rio de Janeiro
CARGO NA AML	Comissão de Bibliografia, secretário.	Bibliotecário	Comissão de Recepção	Comissão de Bibliografia	Comissão de Contas	1º Secretário Geral
ATIVIDADES LIGADAS À EDUCAÇÃO	Prof. No Ateneu de Letras, Externato Hermes, Colégio São José, Colégio Santa Cruz, Instituto Granbery de Juiz de Fora (1906-13), Escola Normal do Rio de Janeiro (1916), Colégio Pedro II, Rio de Janeiro (1913)	Prof. Colégio da Tijuca e Colégio Alípio, Rio de Janeiro, Inspetor Escolar Municipal em Juiz de Fora. Prof. Colégio Alvarenga, Ginásio Santa Cruz, Colégio Malta. Ginásio Bicalho, Colégio Lucindo Filho e prof. Da Academia de Comércio (Juiz de Fora) fundou a Escola Normal de Santa Cruz	Prof. Da Academia de Comércio de Juiz de Fora. Escola de Farmácia e Odontologia do Granbery. Diretor da Escola Normal de JF e do primeiro Grupo Escolar da cidade. Membro do Conselho Superior de Instrução, Inspetor Técnico do Ensino . Dirigiu a Escola Normal do RJ, o Instituto Profissional João Alfredo no RJ	Inspetor Técnico de Ensino de ensino Organizou e dirigiu os grupos escolares na região. Membro do Conselho Estadual de educação. Assistente técnico do Ensino em Minas Gerais, por nomeação do Presidente Antônio Carlos. Prof. Da Escola Normal de Juiz de Fora ate 1931, quando se aposentou. Prof. Da Academia de Comércio de Juiz de Fora. Inspetor Federal de Ensino no Rio de Janeiro		Fundou o Instituto Comercial Mineiro e o Colégio Lucindo Filho em Juiz de Fora. Diretor do Ginásio de Rio Novo. Professor da Academia de Comércio de Juiz de Fora
JORNALISMO	Almanaque de JF, 1896; Semana Comercial, 1907; Miragem, 1911; Evolução, 1921; Correio de Minas; Jornal do Comércio; Diário da Tarde e o Pharol de Juiz de Fora, Dirigiu o Diário Oficial e O Tempo, Rio de Janeiro	Fundou o democrático, 1884; colaborou com diversos jornais de Juiz de Fora e região. Foi redator de revistas, como a Revista Mineira, 1895. Revisor e chefe de Revisão do Diário Oficial, 1889-1890, RJ. Organizador do Almanaque de Juiz de Fora. Fundou no Rio de Janeiro em 1893, a revista literária Folha Azul. Diretor da Gazeta Comercial até sua morte.	Colaborou em diversos periódicos na cidade de Juiz de Fora. Foi redator chefe do Jornal do Comércio de JF. Colaborador de <i>O País</i> , do Rio de Janeiro.	Colaborou com diversos jornais no Rio de Janeiro e de Minas Gerais.	Funda a Semana Comercial, Novidades de Juiz de Fora, Revista Alfa, Espírito Santo. Gerente de O Dia, Juiz de Fora	Fundou o Correio do Rio (1890 ou 1900) RJ. Redator de O Pharol. Colaborou no Correio de Minas, Jornal do Comércio, Pharol-Cinema. Silhueta, Paleta, Rua Halfeld, Todos de Juiz de Fora
TIPO DE PRODUÇÃO ESCRITA	Música, poesia, teatro, obras didáticas e traduções	Poesias, contos, livros didáticos, crônicas	Livros didáticos, contos, memória, comédia teatral, discursos e crônicas.	Poesia, filologia, prosa, teatro, contos, romances, novelas, livros didáticos, ensaios, obras históricas e folclore.	Poesia e biografia	Poesia, crítica literária, livros técnicos, romance
OBRAS MAIS CONHECIDAS		Juiz de Fora na virada do século	Como o tempo passa (1940)			